

1974

# A explosão das lutas e reivindicações

## Só alguns sectores da firma A. Silva & Silva tiveram aumentos abaixo do pretendido

**DN-22-5-74**  
SEIXAL — A comissão executiva dos trabalhadores de todos os sectores da firma A. Silva & Silva, afirmam categoricamente não ser verdade a notícia publicada no «Diário de Notícias» de 18 de Maio, sobre o aumento de 60800 diários, aumento que fora prontamente atendido pela administração da empresa.

O que se passa, efectivamente, é que apenas alguns sectores houve aumentos salariais abaixo do pretendido e todos diferenciados e mal aceites pelos trabalhadores. Por outro lado, alguns sectores há paralisação de trabalho, visto as suas reivindicações ainda não terem merecido, pela parte da empresa, a solução adequada.

Aproveitamos para informar que a única reivindicação é só um aumento para enfrentar a alta do custo de vida, transferindo as outras propostas para nível sindical.

## Satisfeitas as reivindicações do pessoal da C. G. Wicander, Lda, no Seixal

**DN-18-5-74**  
Em seguimento aos comunicados e notícias recentemente difundidos, relatando o diferendo que opunha o pessoal à gerência, na empresa corticeira C. G. Wicander, Lda, no Seixal, regista-se com triunfo que, após uma curta greve geral de todos os trabalhadores, foram satisfeitas as reivindicações apresentadas. As 10 horas de ontem, as grevistas da fábrica assinalaram o regresso alegre ao trabalho.

Esta vitória foi, em primeiro lugar, o fruto da união de todos os trabalhadores da empresa, que começou pelo saneamento de diferendos pessoais e a aglutinação de muitos num todo unico. Assinala-se, justiça será diz-lo, o espirito de compreensão revelado pelo gerente da empresa, que, colocado em difícil situação ante a teimosia, incompreensão por parte da administração central do grupo Wicander, na Suécia, viu a sua intervenção finalmente correspondida.

Gerente e trabalhadores congratulam-se com o restabelecimento da concórdia social e vão colaborar afinadamente, cada um no seu posto, na construção de um Portugal melhor.

## Na Empresa Fabril do Norte

**DN-19-5-74**  
PORTO — Reivindicando aumento salarial e protestando contra a administração, mais de dois mil trabalhadores de todos os sectores da Empresa Fabril do Norte, na Senhora da Hora, entraram em greve.

Aquela importante unidade fabril não funcionou ontem, mantendo-se ali todos os trabalhadores, numa paralisação total.

Comportando vários turnos, o pessoal foi-se rendendo, mas apesar das tentativas feitas, os trabalhadores afirmaram só retomarem o trabalho quando lhes forem dadas garantias de aumento dos salários.

## Acordo entre os trabalhadores e a administração da Sociedade de Reparação de Navios

**DN-22-5-74**  
ALMADA — Em reunião efectuada pelos trabalhadores da Sociedade de Reparação de Navios com a administração, foram acordados os pontos seguintes, para resolução ulterior e que foram: horário de 42 horas semanais, sem trabalho aos sábados de tarde; 45 dias de subsídio pelo Natal; 30 dias de férias com pagamento integral e vencimento mínimo para adultos, de 6000800; mulheres e pessoal de redes, 5000800; pessoal de escritório, 4800800, com efeito a partir de 1 de Maio de 1974.

Ficou para estudo a formação da Casa do Pessoal e criação de diuturnidades.

A tarde os trabalhadores procederam a uma votação secreta, estando presentes cerca de 700 operários, no sentido de apurar se a direcção deveria continuar ou ser afastada. Pelto o escrutínio, a maioria de 842 votos decidiu que continuasse, contra 82 votos que desejavam o seu afastamento.

## Mocar

**EA? 22-5-74**  
Os trabalhadores do Grupo Mocar fixaram o dia 30 do corrente como prazo limite para que a administração aceite o seu caderno de reivindicações.

## No Grupo Mocar

**DN-5-74**  
Os trabalhadores do Grupo Mocar tiveram uma reunião nas instalações do Sindicato dos Profissionais de Escritório. Nessa reunião elaborou-se um caderno de reivindicações que a administração deverá atender até 30 deste mês.

## Decretada a greve pelo pessoal da Tecnivega

**DN-24-5-74**  
Gradas as conversações, iniciadas há uma semana, com a entidade patronal, os trabalhadores da Tecnivega — Equipamento Caloríferos, Lda., instalada no Prior Velho (Sacavém) decidiram, ontem, às 11 horas, entrar em greve total, com ocupação das instalações por piquetes do pessoal.

Entre as reivindicações apresentadas pelos trabalhadores (cujo porta-voz nos declarou não pretendem exigir o que estivesse para além das possibilidades económicas da empresa motivo por que não impuseram ordenado mínimo), salienta-se um aumento geral de 1500800, décimo-ter-

ceiro mês, um mês de férias e subsídio correspondente a 45 dias, assim como 40 horas de trabalho semanais.

A decisão da greve foi, ontem mesmo, comunicada no Ministério do Trabalho, continuando os trabalhadores a aguardar da empresa a satisfação das suas reivindicações.

## ILR — Sicar

**2 AP 22/5**  
Os trabalhadores da Renault — ILR — Sicar, de Lisboa iniciaram esta manhã uma greve de zelo, depois de terem deliberado, por unanimidade, paralisar os serviços durante uma hora diária, das 10 às 11 horas. Resolveram tomar esta medida visto a administração da empresa não ter accedido a nenhuma das suas reivindicações, entre um aumento de 1500800 até 7000800 e um aumento de 1000800 até 13 000800; o pedido de 14.º mês, consistindo no montante de todos os ordenados de um mês, dividido por cabeça, regalia essa que já tinham tido e que lhes fora retirada este ano, e ainda a administração de todo o pessoal despedido sem justa causa.

**PRO-FUNK** — Os trabalhadores portugueses da empresa levaram ao conhecimento da J. S. N. os seus problemas e solicitam que: lhes seja dado conhecimento das bases da instituição da empresa em Portugal; e da sua continuidade; seja exigido à empresa a presença permanente em Portugal de uma administração que dê resolução imediata as reivindicações apresentadas pelos trabalhadores portugueses; seja dado aos trabalhadores portugueses o direito de elegerem democraticamente um seu representante junto da administração, o qual terá acesso a todos os assuntos relacionados com o funcionamento da empresa em Portugal; e que, os cargos, tanto técnicos como administrativos, venham a ser progressivamente ocupados por trabalhadores portugueses. **5-13-5-74**

## A. F. Bota

**CA? 20**  
Manuel Madeira Guerreiro, empregado da secção de acessórios da firma A. F. Bota (Fiat) de Faro, foi despedido por ter reivindicado uma melhoria de salário, no dia 30 de Abril, e por ter exibido, no dia 1 de Maio, durante a manifestação do Movimento Democrático Português, um cartaz em que se lia «Abaixo os patrões fascistas».

## Paralisação de trabalho na Naturana Portuguesa

**DN 23-5-74**  
As operárias da Naturana Portuguesa reivindicam um aumento de ordenado de 1500800 mensais (ganham uma média de 60800 diários) e melhores condições de trabalho e paralisaram a actividade, na sequência de um conflito entre a gerência alemã da fábrica e a delegada sindical, em que esta — dizem as operárias — chegou a ser agredida pela primeira. Do facto as operárias deram conhecimento à administração alemã, a quem pedem intervenção rápida no assunto.

## Curtumes

**2/4-6-74**  
Também outras empresas nortenhas continuam com problemas nas suas relações com os trabalhadores. No que se refere à nova empresa industrial de curtumes, na Rua do Amial, no Porto, os seus 150 trabalhadores voltaram ao trabalho, embora a reivindicação de mais mil escudos mensais não tivesse sido satisfeita. A administração diz que a firma é deficitária e não pode corresponder às exigências. Os trabalhadores exigem ainda a demissão de alguns directores. Um delegado da J. S. N. estuda o problema.

## Vgta-Gevaert, Lda.

**3/30-5-74**  
Considerando insuficiente a resposta dada ao caderno de reivindicações dos trabalhadores pela administração da Agfa-Gevaert, decidiram aqueles profissionais iniciar a paralisação do trabalho a partir das 4 horas de ontem, prolongando-se até ao momento em que se verifique começar a deslhar-se um plano de conversações aceitáveis numa reunião a efectuar ao fim da tarde de hoje no Ministério do Trabalho. **35A. 3-20-5-74**

## Electrolux, Lda.

**3/30-5-74**  
O pessoal da Electrolux, que se encontrava em greve desde o passado dia 28, reconhecendo que tal situação é altamente prejudicial ao País e por solidariedade com o Governo, resolveram retomar o trabalho, prestando neste momento toda a assistência ao público. No entanto continua parada a venda directa. Esta situação de impasse é motivada por um desacordo entre os trabalhadores e a direcção quanto às reivindicações apresentadas. Entretanto, esta manhã, trabalhadores e administração reuniram-se para tentarem solucionar o problema.



## Empresas

# AC Santos Supermercados

### Ameaça de paralisação do trabalho num supermercado

A comissão trabalhadora A. C. Santos (Supermercados A. C. Santos) deslocou-se ao Ministério do Trabalho no intuito de dar conhecimento de que o administrador da firma, sr. Adelino Cardoso Santos, não tem comparecido ás várias reuniões para as quais fora convocado a fim de negociar o caderno reivindicativo.

Deste contacto ficou assente solicitar através dos órgãos de Informação a presença do referido administrador para uma reunião a efectuar hoje, pelas 10 horas, no Ministério do Trabalho.

Num comunicado que a mesma comissão emitira no passado dia 15, após assembleia plenária realizada no Instituto Superior Técnico, detalhou-se as várias razões de queixa contra o referido administrador: recusa de discussão de um caderno reivindicativo e posterior início de diálogo depois de intervenção do Ministério do Trabalho; concessão de algumas regalias e subsequente negação do concedido; atitudes de «ofensa e ameaça de violência» tomadas pelo mesmo administrador, no decurso de uma reunião no Ministério do Trabalho, perante um delegado daquele departamento governativo, atitudes essas a que os visados se recusaram a dar resposta; não comparência do sr. Adelino Cardoso dos Santos a nova reunião no mesmo Ministério.

No comunicado referê-se finalmente que «os trabalhadores decidem não abrir os estabelecimentos a partir das 15 horas do dia 18, caso as negociações não sejam reatadas nesse mesmo dia.

Os trabalhadores declinam, desde já, toda a sua responsabilidade que advinha da não abertura dos estabelecimentos e por isso informam as autoridades do País da sua decisão».

### A. C. Santos

Os empregados dos supermercados A. C. Santos encaram a possibilidade de dilatarem o período de duas horas de greve que diariamente têm vindo a praticar, uma vez que a administração se tem revelado muito pouco receptiva ás reivindicações apresentadas. Queixam-se os trabalhadores de que, apesar do nível bastante baixo dos salários praticados naquela empresa (uma caixa, por exemplo, aufera menos de três mil escudos), a administração apenas se afirma disposta a aumentar de dez por cento os salários que já ultrapassam os quatro mil escudos e de vinte por cento os que se encontram aquém daquela quantia.

funcionário manter-se ao serviço.

### As reivindicações

É o seguinte o caderno reivindicativo apresentado pela comissão de pessoal dos Supermercados A. C. Santos á respectiva administração:

- 1 — reconhecimento da comissão de pessoal, eleita por escrutínio secreto como unica representante entre o pessoal e a empresa;
- 2 — reconhecimento do direito de reunião do pessoal fora das horas de trabalho;
- 3 — proibição de despedimentos, sem que seja primeiro elaborado um inquérito pela comissão de pessoal;
- 4 — revisão imediata do quadro das categorias profissionais, com a parti-

### Greve parcial no Supermercados A. C. Santos

Os trabalhadores da firma Supermercados A. C. Santos, S. A. R. L., principiaram ontem uma greve de duas horas diárias, em virtude de a administração da empresa não ter aceite as reivindicações que lhe foram apresentadas. Os trabalhadores, que tomaram esta atitude após nove dias de negociações infrutíferas, ao optarem pela greve parcial tiveram em atenção os interesses do público.



## NOS SUPERMERCADOS A. C. SANTOS

De acordo com as decisões tomadas pelos funcionários dos Supermercados A. C. Santos anteontem à tarde, em reunião do pessoal, os trabalhadores daqueles estabelecimentos entraram em greve, ocupando as diversas instalações. Ontem, de manhã, em assembleia geral, foi decidido acabar a greve, reabrindo ao público todas as lojas da empresa.

Ontem, à tarde, realizou-se na sede dos mesmos supermercados uma conferência de Imprensa, no decorrer da qual a comissão dos trabalhadores forneceu os seguintes esclarecimentos: mantém-se as decisões aprovadas na reunião geral dos trabalhadores, e que o nosso jornal referiu; os valores da casa deixam de entrar nos bancos, visto o administrador Adelino Cardoso dos Santos ser a única pessoa que pode movimentar dinheiro e assinar cheques em nome da empresa, passando a comissão do pessoal a tomar conta dos apuros, sem os depositar; tratar-se-á manter a contabilidade em dia, não permitindo que a mesma volte, como até aqui sucedia, a andar seis meses atrasada, causando sérios transtornos no que se refere a pagamentos aos fornecedores.

Desde 7 de Maio que se iniciaram conversações para o entendimento de ambas as partes tendo os trabalhadores apresentado um caderno reivindicativo que lhes permitiu pelo menos manter a adesão à semana de 44 horas no que foram pioneiros. Efectuaram-se novas tentativas que não resultaram quer por falta de comparência de Adelino Cardoso dos Santos, quer pelas atitudes que aquele administrador assumia, insultando os presentes no Ministério do Trabalho.

Goradas as tentativas de negociação, os trabalhadores negam-se, agora, ao diálogo com o referido administrador embora consintam entender-se com um seu representante.

### Situação da empresa

Os delegados dos trabalhadores abordaram seguidamente, a situação financeira da empresa. No ano em curso todas as lojas A. C. Santos estão a vender cerca de 25 mil contos mensais de mercadorias, não obstante as dívidas apresentadas por Adelino Cardoso dos Santos, em 25 de Maio, serem de 100 mil contos (60 a fornecedores e 40 a entidades diversas). As vendas baixaram na ordem dos 30% no mês de Abril, estando a situação, nesse aspecto, já normalizada.

«Uma das maiores dificuldades presentes — afirmou-se na referida conferência — é o excesso de «stocks» que a casa tem, só devido a uma má gerência. A empresa gastava em compras à volta de 100 mil contos em cada triénio, acontecendo até receber-se duplicação de material. Há dois meses que nada se compra, e nada tem faltado ao público. A empresa comprava demasiado, sem verificar se tinha ou não bases financeiras para o fazer».

Foi ainda referido que o caos chegou ao ponto de não haver na empresa um departamento de vendas, nem um técnico de contas, nem uma ficha de fornecedor de «stock».

### Situação dos trabalhadores

A comissão do pessoal prontificou-se a deixar os seus cargos logo que se procedesse a novas eleições para delegados do pessoal, em virtude daquele administrador não confiar na comissão eleita. Entretanto, os trabalhadores estavam sujeitos a serem despedidos ao fim de 60 dias de entrada ao serviço — à base da lei experimental dos dois anos — estando presente cerca de 60 funcionários para deixarem o emprego. Em 1973 foram despedidos 100% dos trabalhadores e admitidos outros tantos.

O Ministério do Trabalho tem dado todo o seu apoio no sentido de fazer chegar a acordo a entidade patronal com a trabalhadora. Entretanto, a delegação do pessoal, legalmente constituída, tem informado as autoridades competentes de todos os passos que tem dado, esperando que, com o auxílio do accionista eng.º Neiva Correia — em quem deposita toda a confiança — consiga levar a bom termo a tarefa que se propõe de reorganizar a empresa em bases seguras e leais.

de greve» 5.2

## Trabalhadores de A. C. Santos regressaram ao trabalho

5.24.5.74  
Os representantes dos trabalhadores dos Supermercados A. C. Santos, Humberto Duarte Lourenço e Nelson Tomé Lourenço, assinam um comunicado, ontem distribuído aos órgãos de Informação, sobre a situação naquela empresa.

Informa-se na quele documento «que após negociações havidas na presença do Ministério do Trabalho entre as partes em litígio (administração e trabalhadores), foi possível chegar a bom termo de entendimento, mantendo-nos fiéis ao bom senso de tomarmos em consideração, não só a situação económica da empresa e trabalhadores como também o momento económico que a Nação enfrenta neste momento.

«Assim, terminámos, a partir desta data, o nosso prudente período de greve.»



## Sociedade de Reparação de Navios

### **Acordo entre os trabalhadores a a administração da Sociedade de Reparação de Navios** *DN 22-5-74*

ALMADA — Em reunião efectuada pelos trabalhadores da Sociedade de Reparação de Navios com a administração, foram acordados os pontos deixados, para resolução ulterior e que foram: horário de 42 horas semanais, sem trabalho aos sábados de tarde; 45 dias de subsidio pelo Natal; 30 dias de férias com pagamento integral e vencimento mínimo, para adultos, de 6000\$00; mulheres e pessoal de redes, 5000\$00; pessoal de refeitório, 4800\$00, com efeito a partir de 1 de Maio de 1974.

Ficou para estudo a formação da Casa do Pessoal e criação de diuturnidades.

À tarde os trabalhadores procederam a uma votação secreta, estando presentes cerca de 700 operários, no sentido de apurar se a direcção deveria continuar ou ser afastada. Feito o escrutínio, a maioria de 342 votos decidiu que continuasse, contra 82 votos que desejavam o seu afastamento.



# CITROËN

**Encerrada a fábrica da Citroën em Mangualde**  
*D N 2011*

Em virtude de não ter sido possível chegar a acordo nas negociações até agora travadas entre a administração e os trabalhadores da Citroën Lusitânia, S.A.R.L., a primeira decidiu encerrar a fábrica da empresa, em Mangualde, a partir de 13 do corrente.

Perante tal atitude, os trabalhadores, através da sua comissão, têm estado a estudar o assunto em todos os seus aspectos, indiscutivelmente graves, não só pelo que tal atitude significa em relação aos interesses dos trabalhadores como também da vila de Mangualde e de todo o País. Os trabalhadores, enquanto não se define completamente a situação, mantêm-se nos seus postos de trabalho cumprindo rigorosamente e na mais completa ordem os seus deveres de empregados da empresa.

Na origem da presente situação esteve o facto de a direcção da fábrica não ter aceite um ponto prévio do caderno reivindicativo dos trabalhadores, que exigiam a imediata suspensão do administrador-delegado Francisco António Teixeira de Abreu, considerado responsável por uma série de irregularidades que teriam sido cometidas na empresa.

Entretanto, a comissão concelhia do Movimento Democrático de Mangualde aprovou, por unanimidade, uma moção em que apoia inteiramente os trabalhadores da fábrica e frisa a necessidade de um inquérito urgente às actividades da respectiva administração.

**MANGUALDE:**

**A CITROËN RECUSA O DIÁLOGO COM OS TRABALHADORES**  
*DL 15/6*

A comissão de trabalhadores da Citroën Lusitânia manifesta, em comunicado distribuído à Imprensa, a sua estranheza ante a recusa da administração em dialogar com os trabalhadores. Estes haviam apresentado um caderno de reivindicações do qual constava um ponto prévio e de cuja resolução dependeria a discussão dos restantes aspectos: a suspensão do administrador-delegado, sr. Francisco António Mendonça Teixeira de Abreu, que os trabalhadores consideram responsável por irregularidades cometidas na empresa ao longo das suas funções. Segundo o comunicado, tinha sido conseguido um acordo para instauração de um inquérito às actividades do sr. Teixeira de Abreu.

Mais tarde, com surpresa dos trabalhadores, o director técnico da empresa, sr. Mirgalet, passou a recusar o diálogo sobre todo e qualquer ponto do caderno de reivindicações.

Este facto suscitou os seguintes reparos, constantes do comunicado que recebemos: «O 25 de Abril e os objectivos do Movimento das Forças Armadas, estão sendo seriamente afectados e negados pela administração.

Que receia ela?

Que, porventura, sejam descobertas possíveis actuações graves do sr. administrador delegado, ao qual, naturalmente, serão dadas as possibilidades de defesa, sobre eventuais acusações?

Pergunta-se: Não deseja a empresa, sanear os seus quadros e moralizar a administração que, possivelmente, vem afectando a própria empresa?

Tenha-se, pois, a coragem de tomar atitudes justas.

E se assim for, os trabalhadores estarão com a empresa que, aliás, não abandonam, matendo-se no seu trabalho normal, quando poderiam optar pela greve.

Mas não o quiseram, por entenderem que, com a sua actuação, estão contribuindo para a organização verdadeiramente democrática, do País.

Os trabalhadores da «Citroën» em Mangualde, sentindo-se isolados dos meios mais cultos e politizados, pedem um maior auxílio e ajuda à sua luta, de todos os democratas portugueses.

A hora é do Povo, que apenas exige um mínimo de justiça para as suas reivindicações.

**APOIO DOS DEMOCRATAS DE MANGUALDE**

A Comissão do Movimento Democrático Concelhio de Mangualde, aprovou, por unanimidade, a seguinte moção: O Movimento Democrático Concelhio de Mangualde, conhecedor das circunstâncias em que decorre o litígio entre a administração da Citroën Lusitânia SARL e os trabalhadores da empresa, em Mangualde, apoia inteiramente a luta dos trabalhadores, nos objectivos puramente democráticos e de defesa dos interesses legítimos de todo o povo português.

Mais, querem exarar um voto de desconfiança, face a certas atitudes lesivas daqueles legítimos anseios, por parte da administração da empresa, apoiando inteiramente a necessidade de urgente inquérito às actividades da referida administração, para conhecimento público.



## FUSÃO DE FÁBRICAS DE AUTOMÓVEIS

DL 2/6

PARIS, 25 (R.). — As fábricas de automóveis franceses Peugeot e Citroën vão fundar uma companhia conjunta para se fundirem antes do fim do ano.

Os seus planos de fusão destinam-se a defrontar dificuldades no mercado mundial de automóveis, devido à crise energética e a outros acontecimentos.

Um informador da Peugeot revelou a noite passada que a fábrica e a Michelin, o grupo que controla a Citroën, decidiram criar, sob uma forma legal ainda a ser decidida, uma unidade

de coerente para tirar toda a vantagem do número e diversidade dos seus variados modelos.

A fusão, que se regista um ano depois do malogro de um acordo entre a Citroën e a Fiat, a fábrica de carros italianos, transformará o combinado Peugeot-Citroën num dos maiores da Europa, com uma produção que se espera atinja mais de 1.500.000 veículos anualmente.

Aguarda-se que as duas empresas anunciem em Novembro um programa detalhado para o projecto de fusão.

## “LOCK-OUT” TÉCNICO NA CITROËN DE MANGUALDE

DL 2/6

«O motivo invocado para fechar a fábrica de montagem de automóveis de Mangualde não é mais que um pretexto. O que realmente acontece aqui é im «lock-out» que lesa os interesses de centenas de trabalhadores e suas famílias e prejudica a economia do País. E preciso que o Governo Provisório e os trabalhadores portugueses tenham conhecimento do que está a ser feito em Mangualde pela empresa estrangeira Citroën» — afirmou o dr. António Bica, indigitado para governador civil do distrito de Viseu, durante uma grande reunião pública de esclarecimento em Mangualde. A sessão foi promovida pelos operários da Citroën, com o apoio do Movimento Democrático de Viseu, e reuniu milhares de pessoas de toda a região de Mangualde.

O problema criado pelo súbito encerramento da fábrica, decidido pela direcção no passado dia 13, assume aspectos de extrema gravidade. Os trabalhadores, que ocupam a fábrica e a mantêm em plena laboração, receiam que a administração vá impedir a chegada de França do material indispensável à montagem dos automóveis, pondo em risco a continuação do trabalho.

A posição dos trabalhadores da Citroën de Mangualde, neste momento, revela um claro entendimento das suas responsabilidades: em face da maneira como a direcção da empresa está a agir, recusam a paralisação do trabalho, pois entendem que a manobra pretende lesar o país mais do que a eles próprios. Falando em nome de todo o pessoal, um elemento da Comissão de Trabalhadores traçou o quadro dos acontecimentos ocorridos na fábrica e afirmou, entre aplausos, que os operários da Citroën não estão em greve e continuarão a trabalhar.

O problema é suscitado pelo comportamento do administrador-delegado sr. Teixeira de Abreu. Inicialmente, a direcção da empresa, na pessoa do sr. Mirgaleit, aceitou o afastamento do sr. Teixeira de Abreu até ao 24 do corrente, data em que deveria estar con-

cluído o inquérito às suas actividades. Inesperadamente, a direcção da fábrica, invocando que o sr. Mirgaleit fora impedido de entrar nas instalações (o que não corresponde à verdade e foi publicamente esclarecido), decidiu encerrar a fábrica e declarou que não aceitaria discutir qualquer ponto do caderno reivindicativo, incluindo o comportamento do administrador Teixeira de Abreu.

Durante a sessão pública falaram ainda os drs. Lopes Ribeiro, Jaime Gralheiro, António Bica, Armando Lopes e o advogado dos trabalhadores, dr. Peixoto.

O dr. Jaime Gralheiro declarou que três conhecidas figuras do regime fascista — Albino dos Reis, Homem de Melo (de Agueda) e Medeiros Ferreira — eram dos maiores accionistas da Citroën de Mangualde.

Os operários depois da sessão disseram-nos: «Não foi cumprido em Mangualde o Contrato Colectivo aceite pelas restantes vinte e três cadeias de montagem portuguesas em 1972, mas havia dinheiro para oferecer, todos os anos, um automóvel novo, no valor de 280 contos, a certas individualidades». Falaram-nos ainda das horas pagas a operários da fábrica para executarem tarefas na mansão do sr. Teixeira de Abreu (nomeadamente para apanharem as lagartas dos pinheiros...) e do modo como funcionam as empresas «Iimpla» e «Patinter», anexas à Citroën em Mangualde, de que o mesmo sr. Teixeira de Abreu é accionista e administrador.

Os trabalhadores informaram já o ministro do Trabalho e a Junta de Salvação Nacional dos factos que ocorrem na fábrica de Mangualde.

Por quanto tempo esta firma estrangeira, a que se associaram influentes políticos do antigo regime, vai continuar a dizer que pretende o progresso dos trabalhadores de Mangualde? Os operários de Mangualde começam a conhecer a resposta e a saber de que lado está o lucro e de que lado está a exploração.



## Publicidade

**Rejeitada pelos trabalhadores da Agência Latina a contraproposta da administração às reivindicações apresentadas** <sup>DN 21-6</sup>

Os trabalhadores da Agência de Publicidade Latina-Thompson Assoc. ~~Clada~~, reunidos em assembleia geral, resolveram face à nova situação política criada no País, nomear uma comissão de trabalhadores, para defesa dos seus legítimos interesses junto da administração. A referida comissão entrou imediatamente em funções e apresentou, numa reunião com os trabalhadores da empresa, um caderno reivindicativo que foi aprovado por maioria absoluta, e, a seguir, entregue à administração.

A contraproposta da administração foi, mais tarde, entregue à comissão dos trabalhadores, os quais, reunidos em assembleia geral, decidiram, por maioria e após discussão, não aceitar a contraproposta apresentada, pelo que mantém nas linhas gerais, o seu caderno de reivindicações inicial.

## Agências de Viagens

REP  
1/7

# ENTRARAM EM GREVE OS TRABALHADORES DAS AGÊNCIAS DE VIAGENS DA ZONA DE LISBOA

Entraram, esta manhã em greve, com ocupação de instalações, os empregados das Agências de viagens de Lisboa. A medida tomada foi resolvida em reunião de trabalhadores, efectuada no dia 20 de Junho, e depois ratificada em assembleia geral do dia 28. Os do Porto e do Algarve, porém, não aderiram.

No dia 29, as comissões directivas provisórias do sector «Agências de Viagens e Turismo», do Sindicato dos Empregados dos Serviços Administrativos da Marinha Mercante, Aeronavegação e Pesca estiveram reunidas no Ministério do Trabalho, com representantes do respectivo grémio, os quais se mantiveram na posição de recusa face às reivindicações dos trabalhadores. Estas consideram fundamentais pelo menos dois pontos: os aumentos salariais e a disciplina a que devem obedecer os despedimentos. Sobre este último ponto, a sua posição é a seguinte:

Os despedimentos com justa causa não poderão ser efectivados sem prévio sancionamento por parte da comissão de trabalhadores da Empresa ou Comissão Sindical;

— Proibição do despedimento sem justa causa até à publicação do novo contrato colectivo de trabalho, que apenas será negociado em Outubro.

O representante do Ministério do Trabalho, segundo nos afirmaram membros da comissão directiva de Lisboa, considerou justa esta posição.

No que respeita a salários, o mesmo representante fez a seguinte proposta às duas partes. aumento mensal de 2.000\$00, mantendo-se o congelamento a partir dos 7.500\$.

Entretanto, ficou marcada nova reunião para o próximo dia 3, às 10 horas, no Ministério do Trabalho.

Os membros da comissão directiva provisória de Lis-

boa recusaram-se a suspender a ordem de greve porque a mesma «tinha sido decidida pelos trabalhadores».

### PROCURA-SE SOLUÇÃO

Do Ministério da Comunicação Social recebemos o seguinte comunicado:

Alguns jornais noticiaram no dia 29 que o pessoal das agências de viagens teria decidido desencadear uma greve a partir de hoje.

Após decisão tomada por uma assembleia de trabalhadores de agências de viagens a entrada em greve na segunda-feira foi decretada pelos empregados dos serviços administrativos da Marinha Mercante, aeronavegação e Pesca.

Na manhã de sábado, 29, foram convocados, pelo secretário de Estado do Comércio Externo e Turismo, a comissão administrativa do Grémio Nacional das Agências de Viagens e Turismo e os representantes do sindicato acima referido.

Na sequência desta entrevista e do contacto havido com o Ministério do Trabalho, as partes interessadas reuniram-se na presença do dr. Vieira Mesquita, do Ministério do Trabalho, assistido pelos dr. Manuel Rocha e José Carrasco, da Secretaria de Estado do Comércio Externo e Turismo.

Ficou decidido realizar-se novo encontro na próxima quarta-feira, a fim de se tentar chegar a acordo quanto a alguns pontos para os quais não foi possível ainda encontrar aceitação por ambas as partes.

Reuniões preparatórias serão efectuadas hoje e amanhã, respectivamente pelos sindicato e grémio interessados.

Sabe-se, entretanto, que os trabalhadores das agências de viagens do Norte e do Algarve não aderiram à greve.



## a greve em Lisboa dos trabalhadores das agências de viagem

DN  
117

«Não foi decretada a nível nacional, mas tão somente em Lisboa a greve, com ocupação das instalações, dos trabalhadores das agências de viagens» — esclareceram os representantes daquela classe, que ontem estiveram no nosso jornal, a fim de refutarem alguns pontos contidos na notícia que publicamos sobre a matéria.

Fernando José da Costa Santos Nunes, Luis Filipe Vieira Ramalho e Fernando Gonçalves Nunes de Castro, em representação dos seus colegas, revelaram que, para obviar ao máximo os inconvenientes dessa greve, estiveram voluntariamente a trabalhar todo o fim de semana (sábado à tarde e domingo) e que hoje, às 17 horas, vão reunir-se em assembleia geral, na cantina da Associação dos Estudantes do Instituto Superior Técnico, a fim de deliberarem sobre se devem manter a decisão tomada.

— Tínhamos decidido — acrescentaram — só acabar a greve quando chegassemos a acordo com o Grémio, relativamente ao caderno de reivindicações em discussão.

O Grémio diz que só amanhã pode reunir-se para elaborar nova contraproposta. Por sugestão do delegado do Ministério do Trabalho, com quem estivemos reunidos ontem, vamos tentar interromper a greve até que o Grémio dê a última palavra.

Nos esclarecimentos prestados ao «Diário de Notícias» os trabalhadores das agências de viagens revelaram que o caderno reivindicativo foi apresentado em 29 de Maio ultimo e que, após isso, houve concessões várias às duas contrapropostas do Grémio, sem que contudo se tenha conseguido chegar a acordo.

Os trabalhadores propõem nomeadamente um horário de trabalho semanal de 37.30 horas, de segunda a sexta-feira (menos 1.30 horas do que o que vigora); férias anuais de 21 dias para os trabalhadores com um ano de casa e de 30 dias para os restantes, com um subsídio de 75 e 100 por cento, respectivamente; aumento de 1500\$00 mensais sobre os ordenados reais ou de 2000\$00 sobre os do contracto colectivo de trabalho em vigor; dez por cento de participação nos lucros anuais da empresa; que os despedimentos com justa causa só sejam efectivos, depois de sancionados pela comissão de trabalhadores da empresa, e que os despedimentos sem justa causa fiquem suspensos, até homologação do novo contrato colectivo de trabalho.

## NÃO ADERIRAM À GREVE AS AGÊNCIAS DE VIAGEM DO NORTE E DO ALGARVE

DL  
117

Os trabalhadores das agências de viagens do Norte e do Algarve não aderiram à greve, segundo informa uma nota do Ministério da Comunicação Social.

A mesma informação refere ainda que na manhã do dia 29, foram convocados pelo secretário de Estado do Comércio Externo e Turismo a comissão administrativa do Grémio Nacional das Agências de Viagens e Turismo e os representantes do Sindicato dos Empregados dos Serviços Administrativos da

Marinha Mercante, Aeronavegação e Pesca.

Na sequência desta entrevista e do contacto havido com o Ministério do Trabalho ficou decidido realizar-se novo encontro depois de amanhã, a fim de se tentar chegar a acordo quanto a alguns pontos para os quais não foi possível ainda encontrar aceitação por ambas as partes.

Entretanto, reuniões preparatórias serão efectuadas hoje e amanhã, respectivamente pelo Sindicato e Grémio interessados.



# DESPEDIMENTOS DURANTE A GREVE NAS AGÊNCIAS DE VIAGENS

Algumas centenas de empregados das agências de viagens concentraram-se esta manhã, a partir das 10 horas, em frente do Ministério do Trabalho, enquanto lá dentro os seus representantes sindicais se reuniam com representantes dos patrões, para tentar resolver o conflito que motivou a greve iniciada na segunda-feira.

O Grémio anunciara que ia apresentar hoje nova contraproposta. No entanto, o seu teor não era conhecido dos trabalhadores.

Até agora faltava acordar quanto a quatro pontos do seu caderno reivindicativo: despedimentos, ordenados, percentagens nos lucros e participação do pessoal nos centros importantes das empresas.

Alguns dos trabalhadores com quem contactámos afirmaram que neste momento têm importância fundamental os dois primeiros pontos.

Carlos Manuel Teles Marques, da Paneuropa, afirmou: «Se não conseguíssemos ganhar a reivindicação para a abolição dos despedimentos sem justa causa, metade destes empregados acabavam por ser despedidos como represália. E nunca mais conseguiam empregar-se noutras agências de viagens.»

Precisamente a agência Nortur acaba de despedir quatro empregados: Ana Paula Aguiar, Maria São João Gonçalves, Vítor Manuel Guerreiro, todos delegados sindicais, e Mário Jorge Santos. Nas cartas de

despedimento, a empresa invocou «a presente conjuntura».

Mas os trabalhadores da Nortur não aceitaram esta atitude e ocuparam as instalações da agência, exigindo a anulação dos despedimentos.

Quanto a salários, os trabalhadores reivindicaram aumentos de 1.500\$00 para todos os ordenados até 6 contos e a partir daqui aumento para 7500\$00.

A contraproposta do Grémio oferecia aumento de 500\$00 sobre o mínimo do contrato aprovado em 1972. Ramalho, delegado sindical na Abreu, comenta: «A contraproposta não é nada. O contrato tem dois anos e já foi aprovado em desvantagem para nós. Mais 500\$00 sobre o ordenado mínimo nem sequer alterava a situação da maior parte das pessoas.»

Entretanto, soube-se que uma agência de viagens da zona do Chiado, insistiu em manter-se em funcionamento, contra a vontade dos seus empregados e com o apoio da Polícia. No entanto, dos seus empregados, a maioria (seis), manifestaram adesão à greve decretada pelo Sindicato.

Num comunicado difundido pelo Ministério da Comunicação Social, a Secretaria de Estado do Turismo afirma que a greve « não se afigura justificada». Os trabalhadores contestam: as negociações duravam há cerca de um mês e tinham-se esgotado todos os outros recursos.



## SUSPENSA A GREVE NAS AGÊNCIAS DE VIAGENS

DL  
4/7

Os empregados das agências de viagens deverão decidir esta tarde, em assembleia magna, se aceitam as cláusulas acordadas entre a Direcção do seu Sindicato e os representantes do Grémio, as quais levaram à suspensão da greve que se prolongava desde segunda-feira.

Só por volta da 1 e meia da madrugada de hoje as partes negociadoras chegaram a acordo, depois de terem esgotado um dia em reuniões no Ministério do Trabalho. Finalmente, e depois de o Grémio ter desistido de só entrar em negociações com a greve acabada, acordou-se nos pontos que os trabalhadores consideravam neste momento de importância fundamental: os ordenados e despedimentos.

Os patrões concederão um aumento de 1800\$00 a todos os trabalhadores, desde que não se ultrapasse os 7500\$00, o que se aproxima dos valores pedidos (aumento de 2 contos).

Quanto a despedimentos — a matéria que provocou mais discussão — ficou estabelecido que nos despedimentos com justa causa esta seja averiguada pela comissão de trabalhadores da empresa em questão e que os despedimentos sem justa causa ficarão

suspensos até ao fim de Setembro, data em que se prevê a entrada em vigor do novo contrato colectivo. Se tal não se verificar e a empresa efectuar entretanto despedimentos sem justa causa, fica obrigada a pesadas indemnizações.

Acordados estes pontos, e não se podendo convocar imediatamente uma assembleia de trabalhadores, para verificar o acordo, foi decidido suspender a greve tendo todas as agências retomado o funcionamento esta manhã.



# Águas do Luso

**Água do Luso** *CA 1915*

As 8 horas da manhã de hoje, os empregados da Sociedade de Água do Luso, S.A.R.L., cerca de uma centena, não entraram ao serviço, reivindicando um ajustamento de salários compatível com o trabalho produzido e de harmonia com os lucros bastante fartos da empresa.

# Ar Líquido

**Ar Líquido** *C-21874*

Sem pôr em causa o fornecimento de gases medicinais e de todos os artigos e gases às Forças Armadas e para-militares, os trabalhadores da Sociedade Portuguesa do Ar Líquido deliberaram suspender toda a sua actividade a nível nacional. A decisão foi tomada ontem, durante uma reunião plenária que se efectuou nas instalações da Junqueira, em consequência da resposta negativa da administração às reivindicações dos trabalhadores que se resumiam na melhoria de condições salariais e, em contrapartida, na restrição das pesadas despesas não significativas da sociedade. Todavia, antes daquela tomada de posição, foi tentada a negociação.

Entretanto, representantes da comissão de trabalhadores da Ar Líquido, eleita numa reunião anterior, vão entrar em contacto com o Ministério do Trabalho

**Ar Líquido** *DN 215*

O «comité» dos trabalhadores da Sociedade Portuguesa do Ar Líquido enviou-nos, ontem, a seguinte comunicação:

Os trabalhadores da Sociedade Portuguesa do Ar Líquido, reunidos em assembleia plenária magna, nas suas instalações da Junqueira, atendendo a que a resposta da sua administração, após um período de negociações, não satisfiz as suas principais reivindicações, que visavam, na essência, a melhoria das condições salariais e outras dos trabalhadores e, em contrapartida, a restrição das pesadas despesas não significativas da sociedade, deliberaram, suspender toda a sua actividade a nível nacional, com excepção de qualquer fornecimento de gases medicinais e de todos os artigos e gases às Forças Armadas e paramilitares.

Entretanto, representantes do «comité» de trabalhadores, eleito numa reunião anterior, irão pôr-se em contacto com o Ministério do Trabalho com vista a uma tentativa de conciliação que normalize a situação, normalização essa que é do interesse geral.

**Ar Líquido** *CA 2315*

Após dois dias de paralização completa entraram hoje em actividade (as fábricas de laboração continua às zero horas e os restantes sectores esta manhã), todos os serviços da Arlíquido.

Os trabalhadores apresentavam reivindicações salariais e subsídio de um mês de férias para todo o pessoal, com cujo caderno a administração teve dificuldade em concordar. Todavia, ao cabo de uma reunião que durou das 16 às 23 horas, de ontem, e à qual assistiu, como delegado do Ministério do Trabalho, o dr. Jaime Cortesão, a administração da Arlíquido e o «comité» dos trabalhadores acordaram nos seguintes pontos:

Salário mínimo, sem discriminação de sexos, de 6000\$00; mulheres da limpeza, com 8 horas de trabalho, 4500\$00; as mesmas com 4 horas, 2900\$00; paquetes e aprendizes, 3600\$00; para ordenados até 7000\$00, aumento de

1500\$00; de 7 a 10 000\$00, aumento de 1000\$00; de 10 a 15 000\$00, 500\$00 de aumento.



## Armazéns do Chiado

DP. 24.5.74  
■ Nunes dos Santos & C.<sup>a</sup>,  
Lda. (Armazéns do Chiado):  
O pessoal desta firma reivindica aumento de vencimento de 10 por cento para todos os caixeiros principais ou caixeiros-chefes, fixando uma tabela de 7000\$00 para 1.<sup>o</sup> caixeiro, 6500\$00 para 2.<sup>o</sup> e 6000\$00 para 3.<sup>o</sup>, 5000\$00 para caixeiro-ajudante, 4000\$00 para praticante e 6000\$00 para caixas e pessoal menor (serviço geral, distribuição, embalagens, etc.). Pretendem, ainda, o 14.<sup>o</sup> mês (Páscoa) e 26 dias úteis de férias pagas a 100 por cento, a gozar, de Junho a Setembro, em sistema de «roulement», e várias melhorias de natureza social. O ponto referente ao 14.<sup>o</sup> mês foi aprovado por maioria (8 votos contra), tendo sido unânime o acordo em relação a todas as demais reivindicações.

## A. Silva&Silva

**Só alguns sectores da firma A. Silva & Silva tiveram aumentos abaixo do pretendido**  
DN-22-5-74  
SEIXAL — A comissão executiva dos trabalhadores de todos os sectores da firma A. Silva & Silva, afirmam categoricamente não ser verdade a noticia publicada no «Diário de Notícias» de 18 de Maio, sobre o aumento de 50\$00 diários, aumento que fora prontamente atendido pela administração da empresa.  
O que se passa, efectivamente, é que apenas nalguns sectores houve aumentos salariais abaixo do pretendido e todos diferenciados e mal aceites pelos trabalhadores. Por outro lado, nalguns sectores há paralisação de trabalho, visto as suas reivindicações ainda não terem merecido, pela parte da empresa, a solução adequada.  
Aproveitamos para informar que a unica reivindicação é só um aumento para enfrentar a alta do custo de vida, transferindo as outras propostas para nível sindical.





«É possível que a ocupação seja ilegal mas é justa, porque evita 40 desempregados e o encerramento de uma indústria» — dizem os empregados da oficina da Rua Luís de Camões

## Auto-Lusiadas Lda.

# EMPREGADOS MANTÊM ABERTA OFICINA DE ALCÂNTARA

05 empregados da firma Auto-Lusiadas, Lda., na Rua Luís de Camões, tomaram conta da empresa, não permitindo que os seus proprietários declarassem falência e encerrassem o estabelecimento. A firma, que conta presentemente com cerca de 40 empregados, terá cerca de 18 mil contos de dívidas. A gestão da empresa passou a ser feita por uma comissão formada por José Agostinho Maia, empregado da recepção, Valentino da Costa Franco, chefe da oficina, Anibal Jorge Simões Monção, bate-chapas e António José da Costa Nunes, mecânico.

— Nós fomos informados pelo vendedor de automóveis da casa, Gonçalves José das Neves, que a garantia ia reunir credores para fechar as portas — conta-nos José Agostinho Maia.

Perante o facto — prosseguiu — tentámos falar com a gerência, que não nos atendeu, e nos mandou o recado de que não tinha satisfações a dar. Por isso contactámos com a Junta de Salvação Nacional. De seguida, com o Ministério do Trabalho e da Coordenação Económica. Finalmente com o Sindicato dos Metalúrgicos que, na medida do possível, nos vai apoiando.

— Uma vez que, entretanto, não saíamos de determinado impasse — relatou-nos ainda José Agostinho Maia — resolvemos tomar conta das instalações e não permitir que as oficinas fechassem. Fiscalizando a escrita, viemos a verificar falsificações e um desfalque aproximado de 18 mil contos, dos quais 7 mil dizem respeito a vários credores e os restantes a financiadores, ou seja, indivíduos que emprestavam dinheiro à casa, através de letras com juros fora da lei, alguns a 100 por cento ao ano. O mais grave é que a maior parte desse dinheiro não entrou nos respectivos cofres, o que leva a supor que se estaria a provocar intencionalmente uma situação de falência.

— As restantes dívidas — prosseguiram — cifram-se em 2500 contos às Indústrias Lusitânia Renault, cujos automóveis da sua representação e vendidos por nós não foram pagos, bem como diverso material, e 3200 contos à Sacor, relativos a fornecimentos de combustível e óleos. Por isso mesmo as nossas bombas foram seladas, vai para três meses, enquanto que os compradores das viaturas reclamam os livretes respectivos, que as Indústrias Lusitânia Renault, por sua vez, muito justificadamente, não entrega.

A situação caótica da Auto-Lusiadas, Lda., vai mais longe. Desde 1970 que não faz entrega à Caixa de Previdência dos descontos feitos aos empregados. A própria Companhia de Gás e Electricidade enviou, ontem mesmo, para efeitos de cobrança, recibos de Dezembro a Março do corrente ano, no valor de 18 contos. Essas despesas, mais a renda da casa, vão sendo saldadas já pelos próprios empregados, os quais, desde o dia primeiro do mês em curso até à presente data, arrecadaram cerca de 40 contos de receita. Segundo ainda os próprios empregados, a média mensal de trabalhos rende cerca de 300 contos, sendo os encargos totais, com vencimentos actualizados, em cerca de 250 contos.

— O que desejamos — foi-nos afirmado — é que não fechem as portas pois as nossas famílias precisam de comer. Continuamos com os piquetes e a trabalhar. Não se trata sequer de fazer greve. Trata-se isso sim, de denunciar uma fraude a requerer processo judicial, e de garantir a nossa sobrevivência.



## Aviário do Freixial

**No Grupo Aviário  
do Freixial**  
D<sup>N</sup> 23.0.70

Entre o pessoal das empresas do Grupo Aviário do Freixial e a respectiva administração estabeleceu-se completo acordo tendo sido aceites as pretensões dos trabalhadores, designadamente as respeitantes a horários de trabalho, tabelas salariais, 14.º mês e subsídios de férias.

## BP Portugal

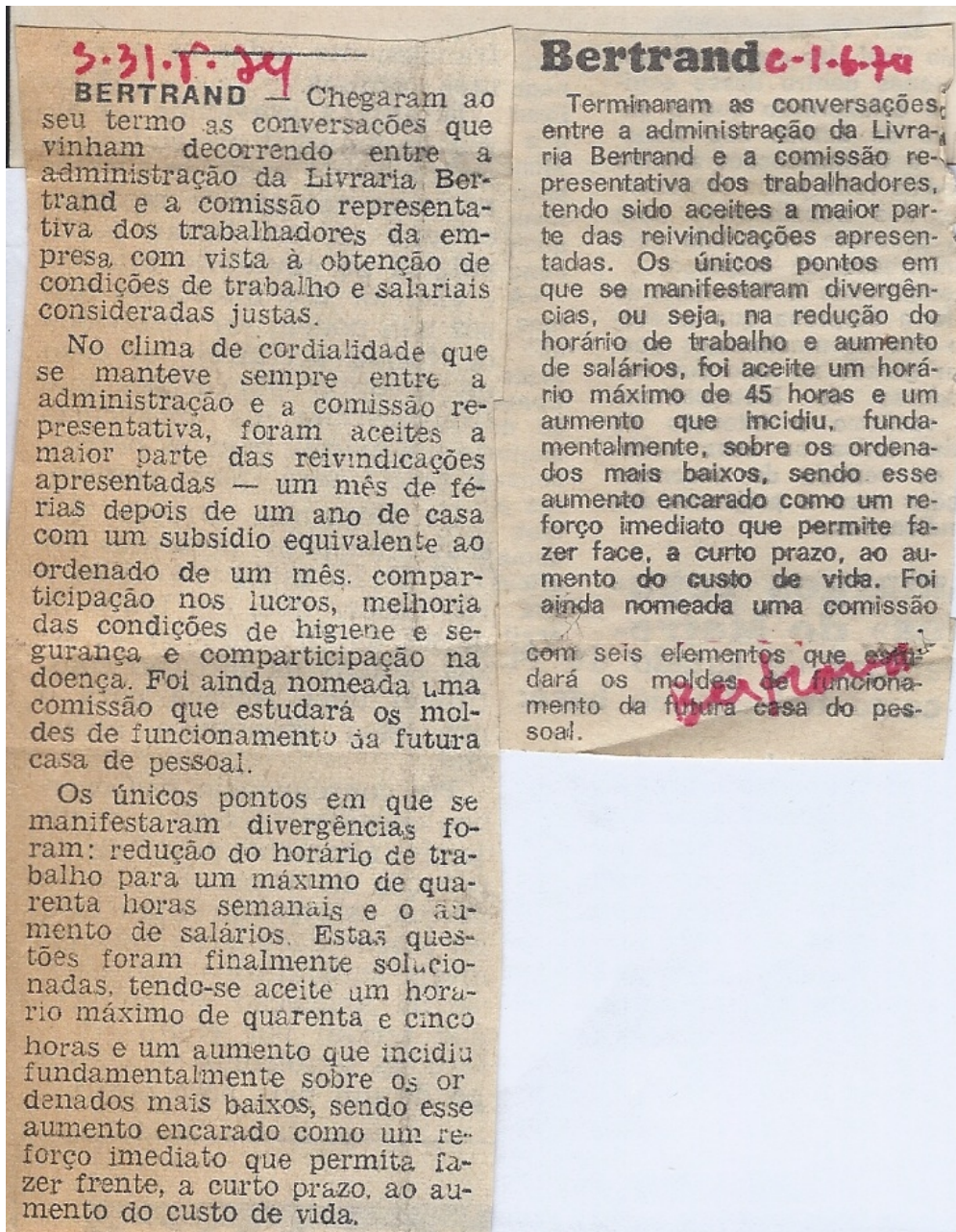
**Reunião geral dos trabalhadores da Companhia Portuguesa de Petróleos «BP»**  
D<sup>N</sup> 15.4.70

Os trabalhadores da Companhia Portuguesa dos Petróleos «BP» reunidos em Plenário para tratarem de problemas inerentes à sua situação dentro da empresa e, na continuação de uma política de colaboração franca e aberta com a Administração, elegeram democraticamente uma Comissão que irá expor àquele o que consideram ser, como ponto de partida, as suas justas reivindicações.

No final da reunião foi decidido, por aclamação, enviar à Junta de Salvação Nacional um telegrama no qual foi expresso total apoio ao programa do Movimento das Forças Armadas.



# Livraria Bertrand





## C.G. Wicander

### **Satisfeitas as reivindicações do pessoal da C. G. Wicander, Lda., no Seixal**

*DN 18-5-74*  
Em seguimento aos comunicados e notícias recentemente difundidos, relatando o diferendo que opunha o pessoal á gerência, na empresa corticeira C. G. Wicander, Lda., no Seixal, regista-se com triunfo que, após uma curta greve geral de todos os trabalhadores, foram satisfeitas as reivindicações apresentadas. As 10 horas de ontem, as sereias da fábrica assinalaram o regresso alegre ao trabalho.

Esta vitória foi, em primeiro lugar, o fruto da união de todos os trabalhadores da empresa, que começou pelo saneamento de diferendos pessoais e a aglutinação de muitos num todo unico. Assinale-se, justiça será dizê-lo, o espírito de compreensão revelado pelo gerente da empresa, que, colocado em difícil situação ante a teimosia, incompreensão por parte da administração central do grupo Wicander, na Suécia, viu a sua intervenção finalmente correspondida.

Gerente e trabalhadores congratulam-se com o restabelecimento da concórdia social e vão colaborar afinadamente, cada um no seu posto, na construção de um Portugal melhor



## Adegas Camilo Alves

DL  
10  
5

### ADEGAS CAMILO ALVES

## REGRESSAREMOS AO TRABALHO MAS COM OUTRO AMBIENTE

Os empregados das Adegas Camilo Alves enviaram à Junta de Salvação Nacional um extenso documento onde denunciavam o género de gestão ali praticada, afirmando por fim que querem voltar rapidamente ao trabalho. **«Com outra gente. Noutro ambiente com mais justiça».** O referido documento merecedor de um tratamento mais aprofundado, que contamos poder publicar amanhã, coloca em evidência as manobras da administração, o clima de repressão existente no interior da empresa e exige a demissão dos mentores de tal estado de coisas. São também focados aspectos relativos a atentados levados a cabo contra a qualidade dos produtos que a empresa colocava no mercado: neste caso vinhos e aguardentes. Tudo na mira de conseguir um lucro fácil, logo escamoteado para evitar o aparecimento de movimentos reivindicativos. A especulação dos preços é outro dos assuntos tratados, tal como os mecanismos que permitia architectar as mentiras necessárias à sonegação de impostos. Os trabalhadores fundamentam a sua exigência de demissão das administração divulgando um extenso libelo contra os administradores que a si próprios atribuíam vencimentos fabulosos em nada relacionados com a competência e a capacidade de trabalho. Criticam os investimentos feitos na compra de máquinas que ainda não produzem e a acumulação de «tachos», situação característica e facilitada pelo regime anterior sob o falso pretexto de escassearem as boas cabeças neste País, quando o que escasseava de facto eram os gestores servis sempre dispostos a aliar o «tacho» a uma tarefa política. Os trabalhadores das Adegas Camilo Alves colocam assim o dedo na ferida, não só da sua empresa, mas da marcha implacável que a corrupção fazia no seio das actividades privadas. De tudo isto falaremos amanhã. Não só por problemas de espaço mas também porque queremos extrair de cada facto as lições que se impõem.

DL  
5  
12

## Conflito nas Adegas Camilo Alves

Na nossa edição de terça-feira, dia 14, publicámos uma desenvolvida notícia sobre «Conflito nas Adegas Camilo Alves» e que incluía, nomeadamente, esclarecimento acerca da situação, solicitado por um grupo de empregados da Empresa (escritório, vendedores, cobradores e alguns outros trabalhadores).  
Simplesmente, dizíamos que o texto vinha assinado por cinco empregados, quando, a verdade é que, eram 42 os signatários, conforme se comprovou pela verificação posterior de todas as assinaturas.



## Camilo Alves

2-8-6-74

Os trabalhadores das Adegas Camilo Alves, S. A. R. L., em reunião com os respectivos delegados sindicais, decidiram retomar esta tarde o trabalho nas instalações do Catujal.

Com efeito, e após mais de dez horas de negociações no Ministério do Trabalho, verificou-se acordo com a administração da empresa no que respeita ao caderno reivindicativo apresentado.

## NAS ADEGAS CAMILO ALVES

5-11-5-74  
— Trabalhadores das Adegas Camilo Alves remeteram à Junta de Salvação Nacional, como já foi anunciado, um documento em que pedem a demissão da Administração constituída pelos srs. eng. João Polónia, administrador; major Paiva, director de serviços; Manuel Geraldes, director de serviços; Marques e Silva, chefe de secção; Simões Carneiro, chefe de vendas; Dias, chefe da secção do pessoal; Matos Ferreira, encarregado das instalações; João Franco, chefe de distribuição.



## Companhia Carris de Ferro de Lisboa

### Carris: até hoje, às 10 horas?

5-29-74  
UMA informação divulgada ao começo da madrugada de hoje, pelos serviços de Relações Públicas da Carris, dava conta de que a situação se mantém, esperando-se, contudo, um comunicado para as 10 horas de hoje. Assim, parece certo que, pelo menos, durante parte do dia, Lisboa continuará sem «eléctricos», autocarros e elevadores.

### Depois de uma reunião em Santo Amaro

# O saneamento da Carris será apreciado pela J. S. N.

Paralelamente com outros movimentos reivindicativos da classe operária e solidários com a Junta de Salvação Nacional, reuniram-se, na dependência de Santo Amaro, cerca de dois mil assalariados da Companhia Carris de Ferro de Lisboa.

O propósito de tal reunião foi definido por um dos dirigentes dos vinte e um sindicatos daquela companhia, que nos afirmou que, a maioria do pessoal da Carris tem vivido, nos últimos cinco anos, sob um regime de medo. Por outro lado, salientou que, o ordenado mínimo na companhia é de 3300\$ e que os guarda-freios e os cobradores usufruem um vencimento de 4000\$, sendo uns e outros a classe mais representativa, a par com os motoristas, apenas beneficiados em mais 500\$.

Segundo foi afirmado, os baixos ordenados justificam, amplamente, a dificuldade que a companhia tem sentido na for-

mação de quadros de pessoal pois, nos últimos dois anos, a Carris viu-se privada de três mil funcionários, contando, actualmente, os seus quadros com cerca de cinco mil. Tal situação justifica-se pelo «mau ambiente de trabalho que se respira», motivado, principalmente, pelos constantes processos disciplinares, e por juntas médicas a cargo do dr. Pacheco Nobre, médico responsável pela dispensa de centenas de funcionários sem a justa indemnização.

Durante a manifestação, os assalariados fizeram, através do presidente do Sindicato dos Transportes, António Coutinhal, as suas reivindicações, as quais eram apoiadas, ruidosamente, à medida que eram anunciadas.

Dentre elas, os funcionários aprovaram as seguintes:

Admissão de todo o pessoal demitido por processos disciplinares; horas extraordinárias pagas a 100 por cento; subsídio nocturno; ordenado mínimo de 6000\$00 a partir de 1 de Junho; 13.º mês; subsídio de férias; reforma aos 55 anos; aumento imediato de 1500\$00 até ao escalão de 8500\$00. Quanto ao saneamento da administração e direcção, os trabalhadores exigem a demissão imediata de todo o pessoal ligado à D. G. S. (cerca de 150) e L. P. e dos engs. Gonçalo, director do tráfego; Antas de Barros, adjunto da administração; Matos Ferreira, responsável pela parte técnica; Chaves, chefe oficial; Viana, director técnico; drs. Correia Pires, cúmplice

nos processos disciplinares; Rymão Nogueira, representante do capital inglês na companhia; e Pacheco Nobre; inspectores Sousa e Fernando Carvalho e o major Baptista da Silva, administrador geral adjunto.

Falou, depois o brigadeiro Cância Escudeiro, administrador geral, desde Janeiro, atentamente escutado pelos funcionários, que lhe deram o seu apoio quando sugeriu que fosse constituída uma comissão, a qual apresentaria, por escrito, todas as reivindicações e que lhes daria todo o seu apoio, a fim de serem atingidas tais aspirações, no aspecto material e de trabalho. Quanto ao saneamento da empresa o processo seria, por sua vez, apresentado à Junta de Salvação Nacional.

A encerrar, o pessoal da Carris manifestou o desejo de continuar a servir a cidade com os transportes públicos tendo a reunião terminada com o Hino Nacional.



# TRABALHADORES DA CARRIS REIVINDICAM MELHORES CONDIÇÕES

OS Sindicatos dos Transportes Urbanos, Motoristas, Electricistas e Metalúrgicos enviaram ao administrador-delegado da Companhia Carris de Ferro de Lisboa uma nota que dá conta das pretensões manifestadas pelo pessoal. A abrir, é proposto o vencimento mínimo de sete mil escudos a partir de 1 de Julho próximo.

Destacam-se ainda outras pretensões: inclusão de «prémio» na retribuição normal; 13.º mês (actualmente 1/2 mês); subsídio de férias a 100 por cento; escalão único de 26 dias úteis de férias; subsídio de 25 por cento para trabalho nocturno; eliminação do trabalho a tempo parcial; e pagamento do subsídio de doença igual ao vencimento líquido durante todo o período da baixa.

A terminar, o pessoal pede a readmissão, sem perda de direitos, dos empregados despedidos ou dispensados por processos disciplinares indevidamente instaurados e injustamente sancionados; 40 horas de trabalho por semana; direito à reforma aos 55 anos; refeições sociais para o pessoal; gratuidade de passes para os filhos dos empregados; abolição da obrigatoriedade do uso do boné e gravata; entrada imediata em vigor do Regulamento de Transportes já acordado entre a administração e os sindicatos com a inclusão de quatro viagens para os reformados não abrangidos; remodelação, de imediato, da actual Comissão Interna de Cooperação com a nomeação de novo presidente; e que a indicação dos seis elementos do pessoal, dois por cada um dos sectores da actividade, passe a ser feita pelo pessoal de cada um dos sectores.

res da actividade, passe a ser feita pelo pessoal de cada um dos sectores.

## Técnicos da Carris

Os técnicos ao serviço da Companhia Carris, engenheiros e agentes técnicos de Engenharia, reunidos em assembleia, aprovaram um comunicado em que apoiam, incondicionalmente, a Declaração de princípios do Conselho Regional de Lisboa da Ordem dos Engenheiros; manifestam a sua adesão ao Programa do Movimento das Forças Armadas, confiando inteiramente na Junta de Salvação Nacional como intérprete da realização desse programa; e repudiam os processos de gestão usados pela Administração da empresa, anterior a 1 de Janeiro passado, nomeadamente no que se refere ao sistema de demissões de pessoal, pelo que acham indispensável que se apurem as responsabilidades dos elementos que integravam aquela Administração e se proceda em conformidade.

Através do mesmo comunicado, os técnicos entendem que o pessoal de todos os níveis deve participar na gestão da empresa, pelo que propõem que todos os trabalhadores da Carris se reúnam por secções grupos profissionais ou outras formas a fim de designar delegados para uma Comissão de Pessoal a constituir

Essa Comissão terá como primeira missão o velar pelo cumprimento, na empresa, do Programa das Forças Armadas, apontando todas as situações que necessitem correcção e estudando os moldes em que deverá constituir-se um futuro Conselho do Pessoal que participará estreitamente, com a Administração, na gestão da empresa.

Considerando a difícil situação económica e social do pessoal da empresa, os autores do comunicado apoiam, na generalidade, as reivindicações a tal respeito já apresentadas e entendem indispensável promover, imediatamente, a melhoria das condições de todos os seus trabalhadores, nomeadamente, os dos escalões de menor vencimento. Para tanto preconizam desde já: o estabelecimento de um salário mínimo; a revisão imediata do Acordo Colectivo de Trabalho; e a reestruturação da empresa de modo a integrar o Conselho do Pessoal, a cuja criação atras se faz referência.

Por último, consideram inaceitável o sistema de incriminação de alguns funcionários da empresa, adoptado na reunião geral do pessoal, realizada no passado dia 6 em Santo Amaro, que julgam consequência de um estado de exaltação emocional, e entendem que o saneamento preconizado no Programa do Movimento das Forças Armadas, ao qual aderem incondicionalmente, deverá processar-se com salvaguarda de todos os princípios de justiça e equidade, como aliás tem sido definido pela Junta de Salvação Nacional.

## Carris: solução prevista para hoje

Segundo informação oficial, as negociações entre as Secretarias de Estado do Planeamento e a dos Transportes e Comunicações e os dirigentes sindicais dos trabalhadores da Companhia Carris de Ferro de Lisboa encontram-se próximo do seu termo, esperando-se que fiquem concluídas hoje.

## Um aviso do Sindicato do Pessoal dos Transportes Colectivos Urbanos 02.1951

Também do Sindicato Nacional do Pessoal dos Transportes Colectivos Urbanos recebemos, com pedido de publicação, o seguinte aviso aos trabalhadores:

«O Governo do Chile actu por falta de união da classe trabalhadora e não havendo união dentro desta também a não houve com as Forças Armadas.

Para causar a desunião dos trabalhadores no Chile (ou melhor ainda: para causar o caos através das reivindicações dos trabalhadores), o fascismo chileno, ajudado e pago pela C. I. A. e I. T. T., infiltrou-se nas camadas trabalhadoras, levando-as a decretar greves dispendiosas e inúteis e a fazer

# APELO AOS TRABALHADORES DE TRANSPORTES URBANOS E SUBURBANOS

## Comunicado da J. S. N. na Carris

Do delegado da Junta de Salvação Nacional na Companhia Carris de Ferro de Lisboa, tenente-coronel Vasco Fernando de Melo Wilton Pereira, recebemos o seguinte comunicado:

«No prosseguimento das medidas de saneamento pedidas pelo pessoal da Carris, faço saber que ficam sus-

pensos de todas as suas funções na C. C. F. L., a partir de amanhã, os seguintes senhores: major Fernando A. Baptista da Silva, dr. A. J. Bustorff Silva, engs. Jorge Gonçalves e François Vian, dr. Pacheco Nobre, engs. Fonseca Chaves e Matos Ferreira, agente técnico de engenharia Mário Correia e inspectores A. Sousa e Fernando Carvalho.

O sr. administrador-delegado proporá à Junta de Salvação Nacional uma comissão administrativa provisória, novos directores de serviço e inspectores para tomar conta, desde já, das funções que eram desempenhadas pelos elementos agora suspensos.»

reivindicações de salários num regime recentemente estabelecido

Há sintomas mais que evidentes de que os trabalhadores portugueses, em alguns sectores, estão já a ser animados e impulsionados por elementos fascistas e antigos informadores da P. I. D. E., que não têm outro propósito, ao empurrá-los para as greves inoportunas neste momento, e para as reivindicações desmedidas, que não seja o de criar graves dificuldades a um regime e a um Governo que, pela primeira vez, depois de meio século de fascismo, aceita a representação dos trabalhadores, através dos partidos e dos seus órgãos sindicais na governação.

Alerta, trabalhadores, contra os agentes do fascismo e da C. I. A. que, infiltrados entre nós, querem fazer da nossa classe o elemento da perturbação da vida do nosso povo e de um Governo que a ele nos chama.»



BOA

ÃO



DL 2715

# Pessoal da Carris pede igualdade com o "Metro"

Lisboa acordou hoje sem autocarros e eléctricos, situação completamente nova para a totalidade da população, que se viu a braços com um problema que já se apresenta de resolução difícil nos dias normais.

Logo de manhã a cidade ficou inundada de automóveis, os engarrafamentos sucederam-se e cerca das 10 horas alguns mediam centenas e centenas de metros.

A corrida aos táxis acentuou-se e os estabelecimentos de ensino que utilizavam os serviços da Carris para o trans-

porte dos alunos, como o Liceu Camões, não puderam funcionar normalmente. Entretanto, segundo soubemos em Santo Amaro, o pessoal da Carris está preparado para retomar o trabalho a qualquer momento, se as suas reivindicações forem atendidas. Para já, os trabalhadores querem que lhes sejam concedidas as mesmas regalias obtidas pelo pessoal do Metropolitano de Lisboa, ou seja um salário mínimo de 5.750\$00 e 44 horas de trabalho.

Em qualquer caso, a greve

durará apenas 24 horas, dado que se trata de uma greve de aviso. Assim, na pior das hipóteses, o trabalho será retomado a partir da meia noite de hoje.

A greve foi decidida no sábado, à noite, num comício realizado na estação das Amoreiras, ao qual compareceram cerca de 1.500 trabalhadores. Toda a movimentação é coordenada pelos dirigentes sindicais, em especial pelos representantes dos cinco sindicatos

Continua na pág. 24

## A GREVE DA CARRIS

DL 2715

Continuação da pág. 1.

que representam 96 por cento dos trabalhadores: T. U. L., Motoristas, Electricistas, Empregados de Escritório e Metalúrgicos.

O brigadeiro João Carlos Escúdeiro, administrador da Carris estava esta manhã em Santo Amaro, à espera de ser chamado ao Ministério do Trabalho. Os dirigentes sindicais com quem contactámos têm esperança numa resposta para esta tarde.

— Esperamos que tudo se resolva, não estamos em greve por prazer, disse-nos um dos dirigentes. Se as nossas reivindicações forem atendidas, o pessoal retomará o trabalho logo a seguir. Toda a gente está a cumprir os horários e os carros estão devidamente abastecidos, prontos a sair para a rua. Esta acção não prejudica as negociações de revisão do A. C. T. cujo início está marcado para quarta-feira. Para já, o que queremos é um adiantamento. Todo o pessoal aderiu.



# Carris: greve total

S. 27-5-74

**Ao primeiro minuto do dia de hoje, todos os serviços da Carris («eléctricos» e autocarros) paralisaram a circulação nas ruas de Lisboa. «Estamos perfeitamente conscientes da gravidade do acto que empreendemos, mas o facto é que não nos resta outra alternativa», disse-nos — exactamente um minuto após a meia-noite — um informador dos trabalhadores.**

Não se previa que algo acontecesse na Carris antes das 18 horas de terça-feira, de acordo com os iniciais trabalhos do sindicato, que representa todos os funcionários da empresa. Num comunicado distribuído ainda ontem, o sindicato acalmava a população afirmando: «Os trabalhadores da Carris, conscientes das suas obrigações, só passarão a uma forma de luta que traz inevitavelmente incómodos à população, se verificarem que a mesma é indispensável no prosseguimento desta sua luta».

No entanto, durante o dia de ontem, verificou-se que o tipo de luta utilizado pelo Sindicato fora totalmente ultrapassado pela vontade dos mais de seis mil trabalhadores da Carris, que haviam decidido entrar em confrontação directa com a administração.

É certo que os trabalhadores, logo a 25 de Abril haviam decidido manter o funcionamento normal do serviço, aguardando aumentos para 1 de Julho, conforme acordo estabelecido com a administração, embora — de acordo com o dito comunicado — isso não significasse «que os trabalhadores estivessem satisfeitos com a sua situação», da

qual é significativo o ordenado vulgar de algo que pouco ultrapassa os quatro mil escudos.

Todavia, os trabalhadores do Metropolitano de Lisboa, em muito poucas horas de paralisação de trabalho obtiveram facilmente a solução das suas reivindicações. Foi esse paralelismo (dado que hoje a Carris e o Metropolitano são uma e a mesma empresa com posição maioritária da Câmara de Lisboa) que fez precipitar os acontecimentos na Carris.

As massas de trabalhadores não aceitaram as dilacões propostas pelos corpos administrativos. «Moralmente, não nos consideramos responsáveis pelo acontecimento. Para trabalho igual, soluções iguais. E, se foi possível resolver o problema do Metropolitano, também será possível resolver o nosso.»

«Foi com muito custo com um profundo sentido da responsabilidade e da gravidade do nosso acto, que nos decidimos pela paralisação do trabalho. Não há muitos anos, fizemos uma greve, mas, nessa altura, procuramos não afectar o público. Os carros circulavam e não cobrávamos os bilhetes. Mas, ago-

ra, não queremos «ser gozados», como fomos então. Repito que é dolorosa e conscientemente que fizemos esta opção mas não nos restava outra.»

A automática decisão, que a cidade de Lisboa enfrenta pela primeira vez desde que há memória, foi tomada após longos debates dos sindicatos que estão ligados com o acordo colectivo de trabalho da Carris e o qual se opunha a uma decisão daquela gravidade. No entanto, mostrou-se-lhe superior a vontade dos trabalhadores que, já desde o dia 24, haviam iniciado imediatas diligências junto da administração da empresa e as autoridades competentes, exigindo tratamento paritário ao que fora dispensado aos seus companheiros do Metropolitano.

Para solucionar o assunto estava prevista uma reunião ministerial para o dia de hoje. Os trabalhadores entenderam porém, ter direito a uma solução rápida e que a sua situação deveria ser revista imediatamente.

Assim, a partir das zero horas, Lisboa conta apenas com os táxis e Metropolitano (que, de resto, não funciona durante a noite) para os seus transportes públicos. Tudo pode acontecer e encontrar-se uma solução para o diferendo em período breve, mas o certo é que quase na altura da paralisação dos serviços da Carris, o administrador que tem estado mais em contacto com os trabalhadores, o brigadeiro Escudeiro entendeu ser essa a melhor altura para descansar, recolhendo ao leito reparador.



# Carris: a greve ainda continua

Apesar dos encontros realizados entre os trabalhadores, os representantes da administração e do Ministério do Trabalho, a situação na Carris continua por solucionar.

Como se sabe, os «eléctricos», autocarros e elevadores paralisaram em toda a cidade de Lisboa no primeiro minuto de segunda-feira, ou seja, às 0 horas do dia 27, devido, basicamente, a terem sido atendidas as reivindicações dos funcionários do Metropolitano de Lisboa, após uma greve de cerca de seis horas, recebendo aqueles trabalhadores, praticamente da mesma empresa (na qual é maioritária a Câmara de Lisboa), benefícios que não atingiram os mais de cinco mil trabalhadores da Carris.

Aqueles haviam, inicialmente, pretendido solucionar o problema por via sindical, mas este meio mostrou-se insuficiente, pelo que os trabalhadores decidiram encaminhar-se para a greve total, «embora pedindo desculpa à população da cidade dos transtornos que lhe provocavam».

Recorda-se, ainda, que a Carris, provocara, ainda nos últimos anos de vida de Oliveira Salazar, uma greve com o acordo do Governo, que se destinava basicamente a substituir a administração britânica da empresa. Eufemismo político, a greve e a nacionalização haviam, até mesmo, provocado uma alta na cotação das acções da Carris na Bolsa de Londres. De qualquer maneira, nessa altura, a «greve» dos trabalhadores não

paralisara a cidade, na medida em que os carros haviam continuado a circular, embora sem que a população pagasse os seus bilhetes. Desta vez, o problema é diverso: trata-se de uma paralisação de trabalho, organizada exactamente pelos trabalhadores e não por manobras obscuras do Governo, e, daí, que os seus resultados sejam um tanto diversos.

Embora muitos milhares de pessoas tenham sentido profunda dificuldade em chegarem aos seus locais de trabalho e que o pequeno comércio, especialmente, se tenha ressentido muito seriamente, os trabalhadores da Carris mantiveram durante todo o dia de ontem firmemente a sua luta.

Ontem, um comunicado difundido pelo Ministério do Trabalho, informava:

«Pelas 20 horas de ontem, 27 de Maio, por iniciativa governamental, realizou-se, no Ministério do Trabalho, uma ampla reunião em que participou o ministro do Trabalho, um representante do Ministério da Coordenação Económica, o secretário de Estado dos Transportes e Comunicações, o representante da Junta de Salvação Nacional na Câmara Municipal de Lisboa, representantes da administração da C.C.F.L. e dos sindicatos — T.U.L., Motoristas, Escritórios, Metalúrgicos e Elec-

tricistas, além de diversos técnicos dos departamentos referidos.

O objectivo da reunião era a abertura de negociações entre os sindicatos e a Companhia Carris de Ferro de Lisboa (de cujo capital a Câmara tem 67 por cento), com vista a cessar a greve iniciada às 0 horas de 27/5/74.

«Considerando que o problema em apreço — pelas repercussões que, necessariamente, tem em todo o sector dos transportes — os transcendia, os responsáveis pelos departamentos governamentais interessados manifestaram a necessidade absoluta de submeterem o problema a mais detida e ampla apreciação governamental.

«Nestes termos, foi a negociação interrompida, sendo previsto o seu prosseguimento para hoje.»

Ontem de manhã, entre dezenas de outros, o problema foi analisado pelo Conselho de Ministros, que sobre ele não produziu qualquer comentário.

Durante a tarde, realizaram-se conversações separadas entre representantes do Ministério do Trabalho e a administração da Carris, e dos Trabalhadores.

Mais tarde, iniciaram-se novas conversações directas entre os trabalhadores e a administração.

Cerca das 19 horas, esperavam-se resultados concretos para dentro de breves minutos.

Contudo, à 1 e 30, já de hoje, nada havia ainda a comunicar aos meios de Informação, embora os trabalhadores houvessem anunciado que a paralisação de trabalho terminaria 24 horas antes, fossem quais fossem os resultados nas negociações.

9. 5. 74

9. 29. 74



# HORAS DE EXPECTATIVA PARA TRABALHADORES DA CARRIS



Esta manhã os autocarros e «eléctricos» continuavam imobilizados

Em Cabo Ruivo, tal como em Santo Amaro, Amoreiras e Arco do Cego, a manhã de hoje foi vivida na maior expectativa, visto aguardar-se a todo o momento o comunicado que viria pôr termo à greve dos trabalhadores da Carris.

Afinal, ultrapassadas as 10 horas, inicialmente previstas para a resolução da greve dos trabalhadores dos transportes públicos, a manhã decorreu sem nada transpirar acerca do Conselho de Ministros, que, entretanto, procurava uma plataforma de entendimento.

Na estação de Cabo Ruivo, os ouvidos colavam-se aos transistores. À sombra de dezenas e dezenas de autocarros adormecidos, grupos de trabalhadores da empresa comentavam os acontecimentos das últimas 24 horas, alongando a vista na esperança de ver surgir os dirigentes sindicais que lhes trouxessem as últimas novidades.

Alguns, mais impacientes, vinham para a avenida. A entrada de autocarros, em Cabo Ruivo, continua barrada por um autocarro, onde flutua uma bandeira nacional. Um dístico atado nas janelas diz simplesmente: «Só queremos aquilo a que temos direito.»

— As 2 horas da manhã tivemos as últimas notícias, que referiam apenas estarem as negociações em andamento. Desde aí até agora apenas sabemos o que a Rádio tem anunciado. Quando chegarem os dirigentes sindicais veremos o que nos trazem. Ainda que não seja exactamente o que pretendemos, o que vier será devidamente apreciado e talvez nessa altura façamos uma votação — disse-nos um dos trabalhadores da Carris.

A semelhança do que acontece nas demais estações da empresa, os trabalhadores que se encontram em Cabo Ruivo formaram piquetes durante toda a noite, e muitos deles têm de confeccionar ali as suas próprias refeições. Esta manhã, por volta da hora do almoço, os trabalhadores iam e vinham com sacos de plástico contendo peixe para cozer, batatas, cebolas e alguma fruta.

Por quantas horas estará ainda Lisboa sem transportes públicos?



# Carris: abertas as negociações

Iniciaram-se ontem as conversações entre representantes do Governo e dos trabalhadores da Carris.

As conversações foram abertas pelo secretário de Es-

tado do Planeamento Económico e prosseguiram com a presença dos representantes dos trabalhadores da Carris e de técnicos das duas secretarias de Estado.

Foi acordado como base de trabalho que os aumentos de vencimentos serão retroactivos a partir de 1 de Maio de 1974; o aumento mínimo a estabelecer para as categorias de motoristas de serviço público, guarda-freio, cobrador e pessoal oficinal, bem como para todas as categorias que actualmente se situam no escalão de vencimentos entre 3600 e 4500 escudos, salvo casos especiais a serem considerados no decorrer das negociações, é de 1000\$00.

Aos trabalhadores com vencimentos superiores aos das categorias atrás referidas, até ao limite de 7500\$00, será atribuído um aumento interior a 1000\$00.

Aos restantes trabalhadores será atribuído um aumento de acordo com um salário mínimo a estabelecer e tendo em atenção as diferentes categorias existentes actualmente.

Ficou decidido que os diferentes sindicatos irão elaborar uma proposta de reestruturação das diferentes categorias existentes, a ser apresentada na próxima sessão das negociações que terá lugar hoje, às 9 e 30.





Trabalhadores da Carris esperam, em Cabo Ruivo, resposta às suas reivindicações

# GREVISTAS DA CARRIS SÓ VOLTAM COM MAIS DINHEIRO

LISBOA acordou esta manhã sem autocarros e eléctricos. Mais de 5200 empregados da Carris afirmam que só voltarão ao trabalho depois de serem aceites as suas reivindicações, que se traduzem numa equiparação às condições que passaram a gozar os seus camaradas do Metropolitano. Os autocarros amontoados nas Amoreiras e Cabo Ruivo e os eléctricos, descansando no Arco do Cego e Santo Amaro, enquanto, por sua vez, os táxis se revelaram incapazes de satisfazer os desejos de quantos erguiam o braço nas ruas, criaram em Lisboa uma confusão desde as primeiras horas da manhã. Alguns foram a pé para os empregos, outros esperaram calmamente uma boleia caída do céu e não poucos retomaram o caminho de casa. Não havia nada a fazer. Excepto, como é óbvio, o entendimento entre trabalhadores da Carris, a administração e a Câmara Municipal. (PAGINA 6)

C.  
27-1  
74

VR 1-6-74

## Trabalhadores da Carris avistaram-se com Vieira de Almeida

Entretanto, o ministro da Coordenação Económica, dr. Vasco Vieira de Almeida, e o secretário de Estado do Planeamento Económico, dr. Vítor Constâncio, receberam os representantes sindicais dos trabalhadores da Carris, acompanhados pelos técnicos que participaram nas negociações para o estabelecimento do acordo entre as partes em confronto, no conflito surgido naquela empresa.

O dr. Vieira de Almeida deu a conhecer aos trabalhadores o acordo do Conselho de Ministros à proposta que lhe foi presente e pôs em evidência o agrado com que o Governo Provisório registou o comportamento dos trabalhadores da Carris durante as negociações, «mostrando interpretar inequivocamente o actual momento que o País atravessa».

Aquele Ministério anunciou que estão a afluir numerosos pedidos de auxílio à nova Comissão de Apoio às Pequenas e Médias Empresas, que funciona no mesmo departamento.

Informou ainda que o secretário de Estado da Agricultura, dr. Esteves Belo, teve reuniões com representantes da lavoura do Sul e com os dirigentes da União de Fruticultores de Portugal.



# Regulamentar o direito à greve pretende o Sindicato do Pessoal dos Transportes Colectivos Urbanos

REP  
25  
6

Através do Movimento Democrático Português recebemos o texto da exposição enviada ao Ministro do Trabalho pela direcção do Sindicato do Pessoal dos Transportes Colectivos Urbanos do Distrito de Lisboa, no qual é feita uma análise do movimento reivindicativo dos trabalhadores.

Segundo a exposição, as reivindicações devem ser atendidas em toda a medida das possibilidades, mas «pondo acima de tudo a questão de defesa das conquistas alcançadas em 25 de Abril.

O contacto com as massas trabalhadoras, prossegue, dando à direcção do Sindicato a noção de que o movimento reivindicativo está a ser levantado e caminha a reboque dos provocadores fascistas e ex-

tremistas que não medem as consequências -de actividades reivindicativas sem controlo».

Parece-lhes, por isso, que há a tomar medidas urgentes no sentido de «regulamentar o direito à greve, estabelecendo penas graves para os infractores, regulamentar o despedimento e o encerramento de estabelecimentos; regulamentar as reivindicações salariais, não podendo nenhuma reivindicação ser satisfeita sem ir acompanhada de um estudo económico da Empresa e das possibilidades de adaptação desta ao novo nível salarial reivindicado; previsão de satisfação escalonada de reivindicações; considerar ilegal e criminosa toda a greve tendente a obter vantagens para além das previstas no estudo económico da Empresa; atribuição exclusiva aos sindicatos do direito à formulação de reivindicações e de decretamento da greve, nos termos

da Lei que a venha a regular; imediata criação de empresas pela iniciativa do Estado que será seu accionista. Deverão tais empresas, tanto quanto possível, inicialmente substituir as empresas privadas que estejam a diminuir a sua produção, ou a determinar o seu encerramento. Deverão, também, prever-se para empresas deste tipo, trabalhos públicos realizando as obras de construção de estradas, edifícios públicos e outras, que o fascismo não realizou.»

Propõe para este efeito a utilização do capital da Caixa Geral de Depósitos, Bancos de Portugal, de Fomento, Ultramarino e de Angola, etc.

Diz ainda dispor de uma equipa de trabalho capaz de assumir o encargo do estudo «dos projectos de lei que deverão regular estes assuntos», oferecendo ao ministro do Trabalho para isso os seus serviços.



## Supermercados Celeiro

**Celeiro** CAZ 23/5

Os trabalhadores das firmas Martins & Costa, Lda., Dantas & Vale, Lda. (Supermercados Celeiro) e Estabelecimentos J. Paulino de Almeida, Lda., (Galo d'Ouro), reuniram-se em assembleia geral e através de uma comissão, manifestaram à administração das respectivas empresas o seu caderno de reivindicações. De entre estas salientam-se: descontos a conceder aos trabalhadores nos estabelecimentos das empresas; salário mínimo de 6000\$00; 14.º mês; um mês de férias e subsídio de 100 por cento para todos os trabalhadores.

## Unicervi

**Na Unicervi-Comércio e Representações, Ld.ª**

30/17-5-34

O pessoal de todas as secções da firma Unicervi-Comércio e Representações, Ld.ª, distribuidora no distrito de Setúbal dos produtos da Sociedade Central de Cervejas, S. A. R. L., encontra-se em greve dentro das instalações da firma na sede, em S. Julião-Palmela e no armazém em Grandola, desde as oito horas do dia 15 do corrente mês, depois de terem apresentado ao conselho de gerência da empresa um pedido de reivindicações, decididas em plenário no passado dia 11.



# Charminha

## Vender a produção para garantir o salário

JN  
29  
6/74

Os trabalhadores da Charminha—empresa austríaca de confecção de roupas de senhora, instalada no nosso país há dois anos—decidiram assegurar a gestão da fábrica, começando por vender os artigos de vestuário que produziram para garantia dos próprios salários—foi ontem revelado na sede da firma, na Pontinha, durante uma conferência de Imprensa em que foi exposta a situação caótica da gerência da empresa.

A controvérsia gerou-se a partir de 7 de Maio, motivada pelas reivindicações apresentadas pelos trabalhadores ao gerente austríaco Wilhem Zankl, em que se exigia o despedimento de uma encarregada da fabricação. Em resposta, o mesmo gerente decidiu manter ao serviço aquela funcionária e suspender o chefe da produção. Entretanto, 12 funcionários administrativos foram impedidos por Wilhem Zankl de entrar na fábrica, ao mesmo tempo que outros faziam desaparecer dos escritórios pastas de arquivo, ficheiros e duas máquinas.

Contactada, mais tarde, a administração na Austria, os trabalhadores, que exigem o afastamento definitivo do actual gerente, foram informados de que Wilhem Zankl não seria demitido. Este gerente tinha deixado para pagamento dos salários do pessoal, no mês de Maio, um cheque sem cobertura, facto que levou os trabalhadores a vender a sua produ-

ção para conseguirem receber os respectivos vencimentos.

### Tomada de posição dos trabalhadores

Conscientes da gravidade da situação, a comissão dos trabalhadores reuniu-se com os delegados dos sindicatos que abrangem o pessoal da fábrica, aprovando a seguinte proposta que entregaram nos Ministérios do Trabalho e da Coordenação Económica:

1 — Manutenção da empresa em funcionamento e garantia dos salários a todos os trabalhadores através da venda da produção;

2 — Campanha a nível de opinião pública do país de origem e dos países onde a empresa tem outras unidades industriais e junto dos sindicatos desses países, com o objectivo de se obter o apoio dos respectivos trabalhadores e de atacar o prestígio da firma, como forma de obrigar a empresa a retomar o funcionamento normal em Portugal;

3 — Se tal não se verificar, reivindicar do Governo: a expropriação de todos os bens da firma em território nacional; a nacionalização da empresa e a nomeação de um conselho de gestão para se manter a empresa em funcionamento e garantir o emprego aos trabalhadores; o financiamento necessário deverá ser garantido ou pelo Fundo de Desemprego ou pela Secretaria de Estado da Indústria e Energia.

No decorrer de uma reunião efectuada ontem, a comissão dos trabalhadores propôs a todos os funcionários o seguinte: contactar com o Governo Provisório no sentido de este inquirir dos donos da Charminha, na Austria, o que tencionam fazer da fábrica; enviar ao Governo e aos Ministérios da Coordenação Económica, do Trabalho e dos Assuntos Sociais, uma exposição com o historial do processo, as perspectivas dos trabalhadores para o prosseguimento na luta, e as necessidades económicas para a sobrevivência da empresa.

O pessoal, que está decidido a não abandonar a fábrica nem o respectivo trabalho, aguarda que os Ministérios a quem o assunto foi exposto se pronunciem, evitando um hipotético desemprego para cerca de 100 trabalhadores.

## Charminha

215-6-74  
O despedimento do técnico de confecção da fábrica Charminha, com instalações na Pontinha, esteve na origem dos incidentes que ultimamente se têm vindo a registar naquela firma, encontrando-se agora a maioria dos funcionários numa situação difícil.

De facto, o pessoal reagiu contrariamente ao despedimento do técnico de confecção, Guenter Brum, dado que ele é, na opinião de todos, um profissional de grande competência, e que o despedimento do mesmo, ordenado pelo gerente Wilhem Zankl, não tem qualquer justificação.

O pessoal decidiu então protestar contra a atitude do gerente, pedindo por sua vez a substituição do actual gerente, de nacionalidade austríaca.

No decorrer de uma reunião entre o pessoal e o representante do gerente, os funcionários da fábrica foram por este informados de que o gerente tinha acedido na sua substituição, comprometendo-se no entanto, a pagar todos os vencimentos. Para tal passou um cheque a dois dos empregados. Mas o cheque não teria cobertura e o pessoal da fábrica encontra-se presentemente, e como é lógico, numa situação alarmante.

Entretanto, o gerente Wilhem Zankl ausentou-se para Madrid, donde enviou um telegrama participando que dos seus superiores, na Austria, havia recebido ordens para encerrar a fábrica, suspendendo todas as suas actividades. O pessoal, apesar de tudo, mantém-se no activo.

Na firma trabalham para cima de 100 pessoas e alguns dos funcionários conseguiram recolher alguns fundos para acudir aos seus colegas menos privilegiados.

O caso da firma Charminha — Confecção de Roupas, Lda., já foi comunicado ao Ministério do Trabalho, aguardando os empregados uma solução rápida e urgente para o seu grave problema.



## Chenop

### **Chenop**

9/30-5-74  
Com a garantia de assegurar o funcionamento dos serviços indispensáveis à laboração normal, os trabalhadores da Chenop - Distribuidora de Electricidade, entraram em greve, ocupando as respectivas instalações nas subestações de Gaia, Vilar do Paraíso, Espinho, Amil e Matosinhos.

A decisão, tomada por unanimidade, foi determinada em face da administração da referida empresa não ter aceite as exigências feitas.



## CIDLA

### Cidla

c-23-1-74

Os trabalhadores da Cidla, recentemente reunidos em assembleia geral, aprovaram propostas em que aceitam um aumento geral de ordenados de acordo com as propostas da empresa e o princípio da semana de cinco dias de trabalho para todos e em que preconizam a constituição urgente de uma comissão ampla. Esta comissão, da qual sairá uma comissão delegada com funções de representatividade dos trabalhadores, tratará com prioridade alguns assuntos pendentes, designadamente «o apuramento de responsabilidades de todos os funcionários da Cidla que pertenceram à F. A. C. (Força Anti-Comunista), com vista ao saneamento que daí se tiver como adequado».

Entretanto, a assembleia foi informada acerca do cumprimento das primeiras medidas de saneamento, em consequência das quais o eng.º Duarte do Amaral pediu a demissão e o dr. Martins de Carvalho passou à reforma. Por seu turno, Casal-Ribeiro está impedido, de facto, do exercício das suas funções, encontrando-se em estudo a solução deste caso.

Antes de se iniciar a reunião, o novo presidente do conselho de administração, eng.º Nóbrega da Costa, acompanhado dos administradores Francisco Alvim e dr. Vieira Pinto falou aos trabalhadores sobre os problemas actuais da empresa.



# O afastamento de dirigentes da Cidla

DL  
10/5

Em resposta a uma notícia que publicámos no sábado sobre a assembleia dos trabalhadores da CIDLA, recebemos do sr. dr. Alberto Abrantes Ribeiro a seguinte carta:

1. O signatário, secretário-geral da Cidla, nunca desempenhou qualquer cargo político, de espécie nenhuma, nem jamais esteve filiado em qualquer formação política de do deposto regime, tendo-se

sempre limitado a exercer principalmente a sua profissão de advogado de empresa;

2. Quaisquer pretensas responsabilidades que lhe atribuem — profissionais ou de outra natureza — só poderão ser apuradas pelas autoridades competentes, e só a decisão destas o signatário acatará;

3. As reconhecidas convicções liberais do signatário — de que jamais abdicou ou abdicará — dão-lhe a certeza de que as forças democráticas do País estão conscientes de que a liberdade inclui: — como essência vital — o respeito pelo nome, pela dignidade e pelo trabalho de todo o cidadão;

4. O signatário chama a atenção da opinião pública para o facto de não pertencer à categoria dos denominados «democratas instantâneos».



# OITOCENTOS TRABALHADORES DA CIDLA TOMAM POSIÇÃO

**C**ERCA de 800 trabalhadores da Cidla reuniram-se ontem nas instalações do Sindicato Nacional dos Profissionais de Escritório para tomarem posição face ao presente momento político.

Decidiram os trabalhadores «expressar firme adesão ao programa político social e económico anunciado pela Junta de Salvação Nacional». Por outro lado, deliberaram, em atenção ao facto da Cidla pertencer ao grupo Sabor, onde o Estado detém posição importante, pedir à Junta no sentido de afastar alguns dirigentes da empresa comprometidos com o anterior regime, designadamente os administradores Casal-Ribeiro, Duarte Amaral e Martins de Carvalho, bem como o secretário-geral, Abrantes Ribeiro.

Consideram que a actuação destes dirigentes de empresa se processou sem ter em conta os interesses dos trabalhadores.

Decidiram, por outro lado, os empregados da Cidla aprovar, por maioria, um voto de confiança aos administradores dr. Manuel Vieira Pinto e Castelino Alvim.

Solicitaram também a nomeação de uma comissão de inquérito para investigar os actos praticados pelos quatro dirigentes primeiro referidos; a mesma comissão definiria também as culpas de alguns elementos pretensamente classificados como empregados da Cidla mas cuja missão consistia em espiar os seus camaradas de trabalho, nomeadamente nas reuniões sindicais, cujas decisões, deste modo, pretendiam influenciar.

Pretendem ainda os empregados que a empresa seja obrigada a compensar os prejuízos causados aos trabalhadores pelas manobras dilatórias quando da negociação do acordo de traba-

lho. Esse acordo foi contestado por 30 dos 43 sindicatos nele envolvidos.

CAP 4



# Cimenteiras

## OS TRABALHADORES DA EMPRESA CIMENTOS DE LEIRIA

LEIRIA, 13. — A assembleia dos trabalhadores da Empresa Cimentos de Leiria, pertencente ao grupo Champalimaud, realizou-se na casa do pessoal da mesma empresa, em Macieira, Liz. Estiveram presentes, como delegados da Junta de Salvação Nacional, e em representação do comandante do Regimento de Infantaria 7, desta cidade, o capitão Acácio Manuel Pimenta Bação e o alferes Luis Pereira Francisco.

Apresentada uma série de considerandos e reivindicações, foi aprovado o seguinte:

### APRESENTARAM UMA LISTA DE REIVINDICAÇÕES

demissão imediata do director da fábrica, eng.º Mário Dinis Galvão; extinção da actual secção de pessoal, a substituir por um serviço de pessoal estruturado e documentado para resolver com justiça os direitos e deveres dos trabalhadores, sob fiscalização de uma comissão de delegados sindicais, a constituir; readmissão nos quadros da empresa, do pessoal reformado coercivamente e que assim o deseje; reintegrar nas suas antigas funções as pessoas deslocadas (ao que nos informam, cerca de 400) e que ainda nesta altura tenham os seus lugares preenchidos por eventuais.

Os trabalhadores reivindicam também: aumento geral de 1500\$00 ao pessoal com vencimentos até 8000\$00; e aumento de 1000\$00 para os

que ganham de 8000\$00 a 13 000\$00, bem como o salário mínimo de 6000\$00, provisoriamente, até à eventual saída de novo contrato de trabalho; concessão de 24 dias úteis de férias, com subsídio

de 100 por cento, e participação nos lucros da empresa em condições a estabelecer com o sr. António Champalimaud; estabelecimento de promoções, tabelas de vencimentos e diuturnidades; concessão de subsídios de renda de casa e valorização das casas cedidas pela empresa; enquadramento, no ornigrama da fábrica, do funcionalismo da Casa do Pessoal; construção de um refeitório, com fornecimento de refeições a preços reduzidos; destruição do registo tipo Pide actualmente existente na secção de pessoal.

Os trabalhadores da empresa deliberaram, finalmente, aguardar uma resposta até ao dia 20 do corrente, data a partir da qual, e em caso de não serem aceites as suas reivindicações, interromperão a produção e tomarão as medidas que julgarem convenientes.

**EMPRESA DE CIMENTOS DE LEIRIA** — Na Casa do Pessoal da Empresa de Cimentos de Leiria, em Macieira-Liz, realizou-se a terceira reunião magna do corrente mês em que participaram os trabalhadores no activo e reformados daquela empresa, encontrando-se também presentes representantes da Junta de Salvação Nacional.

A comissão representativa dos trabalhadores havia apresentado nas reuniões anteriores algumas reivindicações, parte das quais foram satisfeitas pela entidade patronal e aceites pela classe trabalhadora, ficando deliberado por aclamação renovar imediatamente a administração da empresa e os pontos que não foram satisfeitos na integra, tendo ficado assente que uma resposta deveria ser dada até ao primeiro dia de Junho próximo.

As concessões satisfeitas foram: aumento de 1500\$00 (excepto para os engenheiros) a todo o pessoal; no caso de doença ou sinistro, serem pagos na totalidade os salários, como se estivessem ao serviço; demissão do director da fábrica, que aliás, já tinha pedido a sua exoneração.

A administração da empresa designou para o desempenho das funções de director interino um outro engenheiro. A assembleia dos trabalhadores, ao tomar conhecimento do facto, rejeitou tal nomeação, pedindo que a direcção interina seja entregue ao actual corpo técnico. Sobre estas reivindicações, a administração sugeriu que se constituíssem comissões de trabalhadores para estudo das mes-

### REUNIÃO DE TRABALHADORES DA FÁBRICA LIS

MACEIRA LIS — Com a representação da Junta de Salvação Nacional, efectuou-se na Casa do Pessoal da Fábrica Lis, uma reunião de trabalhadores da empresa. Foi tornado publico um programa de saneamento e uma lista de reivindicações que vão ser apresentadas á administração e comunicadas á J. S. N. O salão não chegou para comportar todos os interessados. Foram vivamente aclamadas as Forças Armadas e a Junta de Salvação Nacional e entoados cantos patrióticos. Todos os pontos apresentados pela comissão foram aprovados por unanimidade e alguns por aclamação. Salientam-se os da demissão imediata do director da fábrica e o da reorganização de alguns serviços da mesma, no que se refere principalmente á secção de pessoal, reformados, pessoal deslocado das suas iniciais funções, salários, subsídios de renda de casa, diuturnidades, acordo colectivo de trabalho, parte social (muito especialmente na parte do serviço médico), habitação, registo cadastral, organica da Caixa de Previdência e Casa do Pessoal.

A assembleia encerrou com vias á Portugal e á J. S. N. e entou o hino nacional.

**NA EMPRESA DE CIMENTOS SECIL** — O pessoal da Companhia de Cimentos Secil reuniu-se em assembleia no salão *Stella Maris*. Os trabalhadores discutiram uma proposta da administração em resposta a reivindicações que haviam manifestado. A administração da empresa propôs um aumento de salário, criando o salário mínimo de 6000\$00 e concedendo melhorias em folgas e algumas regalias sociais. Os trabalhadores esforçam-se também por diminuir o leque salarial, beneficiando os de menor remuneração e cancelando os aumentos a partir de certo quantitativo mais vultuoso (12 000\$00). Foi pedida também a criação de uma comissão de empresa como órgão de dialogo trabalhadores-entidade patronal, resolvendo desde já os trabalhadores que os delegados eleitos continuassem em exercicio provisoriamente.

**CIMENTOS TEJO** — Aceites já pela administração da Companhia de Cimentos Tejo algumas das reivindicações apresentadas pelos trabalhadores, prosseguem ainda negociações sobre alguns outros pontos, férias de 24 dias úteis, com subsídio a 100 por cento e referentes a 1973, o estudo do acesso dos trabalhadores á participação nos lucros da empresa. As respostas da administração deverão ser entregues até segunda-feira.

**Plenário dos trabalhadores da Fábrica Cimento Tejo** — Por não terem sido satisfeitas pela administração as reivindicações apresentadas pelos trabalhadores da Fábrica de Cimento Tejo, reuniram-se estes, em plenário, para definir a linha de acção a seguir. Das pretensões, salientam-se o ordenado mínimo de seis mil escudos, direito a 24 dias úteis de férias, com subsídio a 100 por cento, e aumento geral de mil e quinhentos escudos, a ser auferido já na remuneração do corrente mês de Maio.

**Dos trabalhadores da Fábrica Cimento Tejo** — Reunidos em plenário, os trabalhadores da Fábrica Cimento Tejo enviaram um telegrama á Junta de Salvação Nacional, afirmando que apoiaram, por aclamação, o programa oportunamente anunciado pela Junta e que apresentaram á direcção da empresa um conjunto de reivindicações, entre as quais o pedido de aumento geral de 1500\$00 mensais, o ordenado mínimo de 6000\$00, a concessão de 24 dias úteis de férias, com direito a um subsídio de 100 por cento do valor do salário, e a participação nos lucros da firma.



## Cinemas e distribuidoras de filmes

**Novos salários** <sup>S-1.6</sup>  
<sub>74</sub>  
**nas distribuidoras  
e exibidoras de filmes**

Foram homologadas, pelo ministro do Trabalho, a acta de conciliação e a decisão arbitral dela decorrente, resultantes da revisão salarial do contrato colectivo celebrado entre o Grémio das Empresas de Cinema e o Sindicato dos Profissionais de Escritório do Distrito de Lisboa e outros.

A revisão contempla os referidos profissionais ao serviço das empresas de distribuição e de exibição de filmes, tendo conduzido à fixação de nova tabela de remunerações mínimas, com aplicação retroactiva a partir de 1 de Fevereiro último.

Os aumentos vão de 30,7 por cento para as categorias de chefe de serviço e de guarda-livros até 53,1 por cento para os serventes, revelando, assim, a preocupação de proporcionar mais acentuada melhoria ao pessoal das categorias mais modestas e, portanto, de menor resistência ao alto índice do custo de vida.

O subsídio de Natal passa a ser de 100 por cento da remuneração vencida por todos os elementos dos quadros, recebendo os empregados em regime experimental, com menos de um ano de serviço, subsídio proporcional aos meses de trabalho na empresa.

A acta e a decisão arbitral incluem a definição do regime de trabalho e fixação de salários mínimos dos tradutores em regime livre e do pessoal com funções de fiscalização.



# Cintideal

## UMA CERTA EMPRESA SUECA...

# CARTÕES DE CONTROLE PARA IR AOS SANITÁRIOS

32  
20  
5

As operárias da Fábrica Cintideal, empresa sueca localizada em Alhandra, encontram-se em greve desde 15 do corrente, «após terem esgotado todas as formas possíveis de negociações com o patronato,

às quais assistiram elementos da Marinhá de Vila Franca de Xira.»

Devido à situação de pessoas que «se encontram a ganhar 44\$00 diários excluindo domingos, aos despedimentos sob a acusação de «revo-

lucionárias», às ameaças com a ex-PIDE/DGS pelo gerente Rogério Mendes e de pancada e insultos pelo chefe António Fortes que jurou vingar-se da situação de greve, as operárias da Cintideal reivindicam:

Salários mínimos que vão de 3150\$00 a 4500\$00; almoço diário (completo); 13.º mês e subsídio integral de férias; fim do descanso de horas de trabalho por picar o cartão um minuto depois da hora de entrada; e abolição dos cartões de controlo das idas aos sanitários».

### Cintideal CAP 20/5

Mantêm-se em greve, desde a passada quarta-feira, as operárias da fábrica sueca Cintideal visto não terem ainda entrado em acordo com a administração quanto à satisfação das suas reivindicações.

### Cintideal CAP 22/5

Continua paralisada a fábrica sueca Cintideal, de Alhandra, aguardando-se a chegada, prevista

para depois de amanhã, do administrador Engblot, com o qual serão entabuladas negociações. Os 180 trabalhadores daquela fábrica de cintas e «soutiens», na sua quase totalidade mulheres, recusaram-se a esperar pelo dia 24 para que fossem satisfeitas algumas das suas reivindicações mais urgentes, como a abolição dos cartões de controlo das idas aos sanitários, entrando em greve no passado dia 15.

### Conversações na Cintideal

Mantendo-se a situação de greve por parte das operárias da fábrica Cintideal, empresa com capitais suecos, com sede em Alhandra, encara-se como provável que, hoje mesmo, se verifique a evolução do caso em termos de recomeço do trabalho, pois que se aguardava, esta tarde, a chegada de um delegado da Junta de Salvação Nacional, ou do Ministério do Trabalho, para arbitrar as conversações.

Entretanto, o gerente da firma, sr. Rogério Mendes, dirigiu-nos uma carta relutando as acusações que contra ele e contra o chefe de serviços António Fortes haviam sido formuladas num comunicado das operárias. Nessa carta, informava-nos, também, dos vencimentos aprovados pelo respectivo Sindicato, antes do 25 de Abril, e aqueles que estavam a ser praticados na empresa — verificando-se, a favor das operárias da Cintideal, diferenças que vão de 1\$00 a 14\$00 por dia...

Ainda a propósito dessa mesma carta, uma representante das operárias, que desse documento tiveram conhecimento, entrou

em contacto com a nossa Redacção confirmando quanto haviam declarado no seu comunicado.

### Greve noutra empresa sueca DP 19/5

Igualmente as operárias da fábrica Cintideal, empresa sueca, situada em Alhandra, entraram em greve após considerarem esgotadas todas as formas possíveis de negociações com a entidade patronal, assistidas por elementos das Forças Armadas.

No seu comunicado, as operárias afirmam:

«Devido à situação de pessoas que se encontram a ganhar 44\$00 diários, excluindo domingos, aos despedimentos sob a acusação de «revolucionários» às ameaças com a ex-P. I.

D. E./D. G. S. pelo gerente Rogério Mendes e de pancada e insultos pelo chefe António Fortes que jurou vingar-se da situação de greve, as operárias da Cintideal reivindicaram:

Salários mínimos que vão de 3150\$00 a 4500\$00; almoço diário (completo); 13.º mês e subsídio integral de férias; fim do desconto de horas de trabalho por picar o cartão um mínimo depois da hora de entrada e abolição dos cartões de controlo das idas aos sanitários.»



# COMPAL

## Compal *ERC 20/8*

Termina no próximo dia 23 o prazo concedido pelos trabalhadores da Compal, respectiva administração, no sentido de serem cumpridas as suas reivindicações imediatas, que consistem, essencialmente, no seguinte: transporte eficiente do pessoal, em particular no caso de Almeirim; criação de um posto de enfermagem, a cobrir o funcionamento da fábrica e com transporte de urgência assegurado; aumento do subsídio de almoço de 10\$00 para 25\$00; um mês de férias para todo o pessoal da empresa com mais de um ano de serviço; readmissão imediata dos sete operários demitidos; aumento equitativo dos salários para todas as categorias vigentes na empresa; participação nos lucros da empresa no fim de cada ano de exercício para todo o pessoal que tenha, pelo menos, um ano de serviço efectivo e ajudas de

custo aos viajantes, que passarão a ter direito a uma diária de 200\$00 e 60\$00 para o almoço.

## Na Compal *DM 6*

Reuniu-se a comissão efectiva dos trabalhadores da Compal, composta por 12 elementos, eleitos unanimemente na reunião da classe trabalhadora do dia 12 de Maio, onde foram discutidos os prazos de cumprimento das reivindicações dos mesmos trabalhadores.

Foi deliberado que, para o cumprimento daquelas reivindicações, se estabeleçam os seguintes prazos: imediato, 10 dias; curto prazo, 60 dias; médio prazo, 150 dias; longo prazo, 330 dias.

Estes prazos entendem-se e contam para o início das reivindicações a partir da data da apresentação à administração da companhia.

São as seguintes algumas das reivindicações mais prementes: transporte eficiente para o pessoal, caso particular de Almeirim criação de um posto de enfermagem, a cobrir o funcionamento da fábrica e com transporte de urgência assegurado; aumento do subsídio de almoço de 10\$00 para 25\$00 e extensivo ao pessoal do armazém de Lisboa e Porto; um mês de férias para todo o pessoal da empresa com mais de um ano de serviço (o subsídio será correspondente, consequentemente, ao vencimento de um mês); readmissão imediata dos sete operários demitidos; aumento de ordenados e salários equitativamente, para todas as categorias vigentes na empresa; participação nos lucros da empresa no fim de cada ano de exercício para todo o pessoal que tenha, pelo menos, um ano de serviço efectivo; ajudas de custo aos viajantes (vendedores da empresa), que a isso tenham direito de uma diária de 200\$00 por dia e refeição (almoço) de 60\$00; justificação, para os casos não esclarecidos, sobre a situação dos empregados que só começaram a auferir aumentos a partir de Abril e não em Março, como os restantes; reconhecimento de uma comissão de trabalhadores eleita pelos mesmos, com o prazo de duração de dois anos, composta por 12 elementos e dos quais quatro actuarão directamente com a administração da empresa.

Aos elementos da comissão será garantida a inexistência de qualquer tipo de coacção, tendo como principais direitos salvaguardar os interesses dos trabalhadores, nomeadamente nas admissões e demissões, transferências e promoções, aspectos disciplinares, revisão da política salarial da empresa, saneamento da mesma e de um modo geral todos os assuntos relacionados com esses mesmos trabalhadores.

Foi ainda deliberado, por aclamação, em reunião efectuada em Almeirim, no cine-teatro, no dia 12 de Maio, o afastamento imediato dos quadros da empresa dos srs. Vasco Gomes dos Santos, eng.º D. José R. C. Mello e Castro, Aires de Carvalho Leal, Maria Emília Bento Correia e Maria Manuela Teixeira Cardita.

## Compal *27-5-74*

Em assembleia geral que teve lugar no passado sábado trabalhadores e administração da Compal, chegaram a um acordo sobre as reivindicações, sendo estas aceites na sua quase totalidade. Entre as regalias obtidas salientam-se: um aumento de salários e ordenados na ordem dos 500\$00, equitativamente, para todas as categorias vigentes da empresa, a criação de um posto de enfermagem a cobrir o funcionamento da fábrica e com transporte de urgência assegurado, ou transporte de pessoal eficiente no caso particular da fábrica de Almeirim, um mês de férias para todo o pessoal com mais de um ano de serviço, a readmissão imediata de sete operários demitidos, aumento da senha de almoço de 10\$00 para 25\$00, ajudas de custo a viajantes e o reconhecimento por parte da administração da empresa, de uma comissão composta por 12 elementos, quatro dos quais vão actuar directamente com a administração em defesa dos interesses dos trabalhadores.

Ficou ainda em estudo uma divisão de lucros sobre a qual a administração não se pôde ainda pronunciar.



## Companhia Nacional de Navegação

**Companhia Nacional de Navegação**

*2/5-6-74*

A resposta da administração da Companhia Nacional de Navegação foi de total recusa dos pontos apresentados pelos trabalhadores, pelo que estes, em reunião plenária, decidiram a cessação imediata de todas as negociações e o envio do caderno de reivindicações ao Ministério do Trabalho. Mais decidiram denunciar o propósito da administração obrigar os trabalhadores a posições extremas e a considerar a greve, o que nunca antes estivera no seu espírito.

E propuseram também que a comissão de pessoal solicite à Secretaria de Estado da Marinha Mercante que a empresa seja nacionalizada e sustente esta posição dos trabalhadores inclusivamente como forma de resolver os actuais conflitos com a administração. Também ficou determinado enviar tele- xes e telegramas aos navios da empresa, informando-os da situação e consultando-os sobre propostas aprovadas pelo pessoal de terra.



# COVINA

## TRABALHADORES DA COVINA EXIGEM NOVA ESTRUTURA

cap 10/5

**O**S trabalhadores da Covina, reunidos em assembleia, concluíram que a actual estrutura orgânica da empresa precisa urgentemente de ser modificada. Como actuação imediata, aprovaram que se leve a cabo um saneamento imediato dos quadros, exigindo a demissão de pessoas cujas responsabilidades e actuações comprometam e consideram desafectas às suas pretensões, outras comprometidas com o regime fascista derrubado, outras ainda colocadas em lugares abusivamente privilegiados e para os quais não lhes reconhecem a devida competência. Quanto à administração, os trabalhadores não vêem nela o dinamismo e poder de decisão que possa fazer sair do impasse em que se encontra a empresa, no sentido de activar a obra de expansão para que sejam criados novos meios de riqueza a serem de futuro repartidos mais equitativamente por todos.

A administração é feito um apelo firme para que se abstenha de declarações públicas. Os trabalhadores concluíram ainda que a greve é um direito inalienável, mas consideraram que o recurso à mesma, neste momento, só pode favorecer objectivos contrários aos seus interesses.

Finalmente, e como reivindicações imediatas, os trabalhadores da Covina exigem: passagem de todos os assalariados a mensais, salário mínimo de seis mil e cudos, 40 horas de trabalho semanal em cinco dias, subsídio de férias de um mês de ordenado 13.º mês de gratificação de Natal e diminuição do limite de idade de reforma para os 55 anos

### Ultimato na Covina

10/5

Uma comissão de trabalhadores da Covina, depois de um trabalho efectuado há tres dias, elaborou um caderno de reivindicações, sem o cumprimento integral das quais responsabiliza a Administração da empresa por uma paralização eminente de trabalho a partir de hoje ao fim da tarde.

São as seguintes as reivindicações dos trabalhadores:

Passagem de todos os assalariados a mensais, estabelecimento de um ordenado mínimo de 6.000\$00, a todos os trabalhadores, subsídio de férias de um mês de ordenado e 13.º mês de gratificação de Natal; efectivação de um saneamento de pessoal a todos os níveis, quer por cessação das funções actuais quer por suspensão até inquirito; e estabelecimento de um horário de 40 horas de trabalho semanal em 5 dias.

A comissão convocou ainda uma assembleia de trabalhadores para as 18.30 horas, de hoje, a fim de dar conhecimento da decisão da Administração e agir em conformidade.

## TRABALHADORES DA COVINA PRETENDEM A PASSAGEM DE TODOS OS ASSALARIADOS A MENSAIS SALÁRIO MÍNIMO DE SEIS CONTOS E 40 HORAS SEMANAIS

10.5 / 74

Do pessoal trabalhador da Covina, recebemos o seguinte comunicado:

«Reunidos em assembleia no dia 7, os trabalhadores da Covina, mercê da liberdade conquistada pelo Movimento das Forças Armadas, expuseram de livre vontade os seus anseios, as suas reivindicações, tendo em vista a aplicação de uma política empresarial que se deseja estruturada e democrática.

Acordam inicialmente, com grande fervor patriótico, dar todo o seu apoio ao Movimento das Forças Armadas e à Junta de Salvação Nacional que trouxe a todos os trabalhadores a possibilidade de concretização das exigências há 48 anos pedidas e pelas quais sempre se bateram, mesmo à custa de muitos sacrifícios. Em debate dos problemas que mais afectam as classes trabalhadoras da Covina concluíram:

Que a actual estrutura organica da empresa precisa urgentemente de ser modificada. Como actuação imediata, aprovaram que se leve a cabo um saneamento imediato de quadros, exigindo a demissão de pessoas cujas responsabilidades e actuações comprometam e consideram desafectas às suas pretensões, outras comprometidas com o regime fascista derrubado, outras ainda colocadas em lugares ab-

um clima de aceitação e boa vontade nas suas relações com a comissão, a qual representa a vontade dos trabalhadores da Covina, estarão na disposição de não fazer intervir directamente a Junta de Salvação Nacional na vida interna da empresa;

Finalmente, e como reivindicações imediatas, exigem da administração:

- A passagem de todos os assalariados a mensais;
- Salário mínimo de 6.000\$00;
- 40 horas de trabalho semanal, em 5 dias.
- Subsídio de férias de um mês de ordenado,
- 13.º mês de gratificação de Natal;
- Diminuição do limite de idade de reforma para os 55 anos.

## Reivindicações na Covina

S/16-5-74

A comissão de trabalhadores da Covina — Companhia Vidreira Nacional, S. A. R. L. — apresentou ao conselho de administração um comunicado segundo o qual está iminente uma paralização do trabalho se não for aceite, até às 18 horas de hoje, o cumprimento integral das suas reivindicações.



### Reunião dos trabalhadores da Covina 27.2.15

Reunidos em assembleia, os trabalhadores da Covina expuseram os seus anseios e reivindicações, tendo em vista a aplicação de uma política empresarial estruturada e democrática.

No debate dos problemas que mais afectam as classes trabalhadoras da Covina concluíram que a actual estrutura orgânica da empresa precisa, urgentemente, de ser modificada. Como acção imediata, aprovaram que se leve a cabo um saneamento urgente de quadros, exigindo a demissão de pessoas cujas responsabilidades e actuações contestam e consideram desafectas às suas pretensões, outras comprometidas com o regime fascista derrubado, outras ainda colocadas em lugares abusivamente privilegiados e às quais não se reconhece a devida competência.

Quanto à Administração, independentemente de qualquer atitude a tomar futuramente, não vêem nela o dinamismo e poder de decisão que possa fazer sair do impasse em que se encontra a empresa. No sentido de activar a obra de expansão e para que sejam criados novos meios de riqueza a serem, de futuro, repartidos, mais equitativamente, por todos os trabalhadores.

Desde já, no entanto, fazem um apelo firme a todos os elementos da Administração de que se abstenham de declarações públicas como as que já foram feitas, consideradas menos exactas e de carácter demagógico e outras ainda ofensivas para a dignidade das classes trabalhadoras.

Os trabalhadores da Covina consideram ainda, que só a existência de uma organização sindical bem estruturada pode conduzir ao bom termo de todas as reivindicações futuras, devendo iniciar-se desde já esse trabalho de organização sindical e reconhecem que a greve é um direito inalienável dos trabalhadores, mas consideram que o recurso à mesma, neste momento, só pode favorecer objectivos contrários aos seus interesses.

Entretanto, foi nomeada uma comissão de trabalhadores que, como primeira medida de democratização do sistema de funcionamento da empresa, assegure a defesa dos seus interesses junto da Administração.

Decidiram ainda que, enquanto se verificar por parte da Administração um clima de aceitação e boa vontade nas suas relações com a comissão, a qual representa a vontade dos trabalhadores da Covina, estarão na disposição de não fazer intervir directamente a Junta de Salvação Nacional na vida interna da empresa.

### A situação na Covina 27.2.15

A comissão de trabalhadores da Covina divulgou ontem o seu comunicado n.º 5 que a seguir transcrevemos:

«Depois das reuniões de trabalhadores nos dias 7 e 8 de Maio, foi apresentado pela comissão uma lista comunicada à administração, em que se expunham, lado a lado com as reivindicações salariais outros objectivos imediatos que consideramos absolutamente necessários para criar dentro da empresa um clima de confiança e de boas relações, bem assim como tentar conduzir a empresa a uma reorganização necessária.

O primeiro contacto com a comissão deu-se no dia 13 de Maio e aí foi imediatamente contestada a presença de três delegados, o que contrariava o pedido de dois por parte da comissão. Durante toda a reunião e depois de reconhecida a comissão por esses três delegados, a qual deram plena liberdade de trabalho, concedendo mesmo um local de reunião, houve uma tentativa de alijamento para que a comissão de trabalhadores deixasse um trabalho com quantos fossem fornecidos pela administração, que conduziria a uma situação de impasse, a que os trabalhadores se recusaram.

Não só por este facto como por outras atitudes assumidas por um dos delegados da administração — no caso o próprio presidente do conselho — e ainda por não se ter dado imediato seguimento ao saneamento proposto pela comissão de trabalhadores, iniciou-se um processo que conduziria a um ou várias paralizações nas fabricas, situação a que a comissão desde o primeiro momento se manifestou contrária.

Assim, no dia 15 de Maio, foi presente um ultimato à administração, em que não só se requeria a presença do seu presidente na comissão de delegados da administração bem como se fixava um prazo de 24 horas para que fosse dada satisfação integral às reivindicações mínimas apresentadas. Caso o não fossem, tornámo-nos responsáveis por possíveis paralizações e mesmo por uma situação de greve, que os trabalhadores nunca desejaram. perante esta posição assumida pelos trabalhadores, cedeu a administração, a 16 de Maio, em todos os pontos reivindicados, salvo no que respeita às 40 horas pedidas, em que houve uma contraproposta de 43 horas, que foi aceite pelos trabalhadores.

Começou a comissão a trabalhar nas bases previamente aceites pela administração, apresentando à mesma soluções possíveis, construtivas e válidas para a vida da empresa. Eis que, com verdadeira surpresa da comissão, foram proibidas, no dia 20, pelo administrador-delegado sr. João Hedefonso Bordoal, todas as reuniões da mesma, dando-se inflexão a um processo de guerra psicológica, tendente a destruir a unidade da comissão e dos trabalhadores.

Vimos assim a público denunciar estas impositões arbitrarias, autênticas manobras de intimidação, as quais só podem servir os grandes interesses económicos e não o vido na Covina e, daqui apelamos para o Governo Provisório, para que tome medidas concretas e urgentes no sentido de controlar todos os grandes grupos económicos e, em especial, este monopólio de facto, a que pertencemos, cujos elementos da administração tanto escândalo publico recentemente provocaram.

Só assim o Governo Provisório adquirirá uma autoridade moral absolutamente necessária para pedir aos trabalhadores sacrificios que a reconstrução do País exigirá necessariamente.»

### Na Covina

## Proibidas as reuniões da comissão de trabalhadores

O administrador-delegado da Covina proibiu, na segunda-feira, as reuniões da comissão dos trabalhadores da empresa — afirma esta, num comunicado que divulgou.

Esta atitude da administração da Covina, ainda segundo o referido comunicado, surge depois de patrões e trabalhadores terem chegado a acordo sobre todos os pontos reivindicados por estes.

COVINA — O conselho de administração da Covina decidiu apreciar o primeiro caderno de reivindicações elaborado pela comissão de trabalhadores. A tarde, os administradores-delegados João Hedefonso Bordoal e dr. Artur Cunha Leal, reuniram-se com a referida comissão à qual comunicaram a aceitação das pretensões dos trabalhadores, entre as quais figuravam a passagem de todos os assalariados a mensais; estabelecimento de um ordenado mínimo de 8000\$00 a todos os trabalhadores; subsídio de férias de um mês de ordenado; 13.º mês de gratificação de Natal; horário de 43 horas de trabalho semanal, distribuídas, em cinco dias, etc. 5.12.15

## TRABALHADORES DA COVINA INTERROGAM-SE SOBRE O SEU FUTURO

A instalação de uma nova linha de fabrico de vidros conhecida em inglês pelo termo «float» e a necessidade de, em consequência, ser elevado de 400 mil para 500 mil contos o capital social da empresa constituiu um dos motivos centrais da realização, esta manhã, de uma assembleia geral de accionistas da Covina.

Ao abrigo de cláusulas ligadas ao próprio estatuto da empresa, não foi autorizada a participação de representantes dos trabalhadores, facto que, logo no início da sessão, mereceu um reparo de certo modo violento da parte do administrador, dr. Artur Cunha Leal, que referiu que, numa altura em que se pretende facultar aos trabalhadores do País a possibilidade de intervir na definição das linhas de rumo das firmas em que labutam, tal decisão lhe parecia descabida. A sua atitude, no entanto, apenas foi apoiada por um número bastante restrito de presentes, segundo se pôde ver pela votação da assembleia, chamada a pronunciar-se a propósito do voto de confiança que havia sido pedido pelo presidente da mesa, devido à referida crítica.

Além da instalação da «float» foram também analisados aspectos relacionados com a assembleia geral de 1 de Agosto do ano passado, nomeadamente, os referentes à deliberação sobre a subsistência ou não das deliberações então tomadas.

A margem desta assembleia geral de accionistas, contactámos os representantes dos trabalhadores que nos manifestaram a sua preocupação, face à instalação da nova unidade fa-

bril, cuja capacidade de produção anual é da ordem dos trinta milhões de m<sup>2</sup>, enquanto que, actualmente, esta não excede os sete milhões, dos quais três são destinados à exportação. As dúvidas quanto à colocação nos mercados de todo o material que vier a ser produzido, partindo, é claro, dos dados actuais, inspira sérios receios aos trabalhadores. A circunstância de para a laboração da «float» serem apenas necessários entre duzentos e trezentos operários constitui também um motivo de apreensão da comissão de trabalhadores, que se interroga quanto ao futuro do restante pessoal presente ao serviço, no caso de a montagem daquela unidade se concretizar. Refira-se, a propósito que a Covina tem, agora, a trabalhar nas suas instalações em Santa Iria de Azóia perto de mil e duzentos operários.

A inclusão do dr. Manuel João da Palma Carlos no conselho de administração da empresa não deixou de ser encarada como uma lufada de ar fresco, cujas consequências poderão vir a revelar-se benéficas, mas o facto de todo o elenco administrativo ser constituído por advogados merece compreensíveis reparos dos trabalhadores. Um dos seus representantes, afirmou-nos, esta manhã, quando com ele falámos, que presentemente as relações entre ambas as partes eram de verdadeiro divórcio.



# A GREVE É UM DIREITO MAS UTILIZÁ-LA AGORA NÃO SERIA OPORTUNO

## -AFIRMAM OS OPERÁRIOS DA COVINA

Os trabalhadores da Covina reuniram-se para, à luz das novas condições de liberdade e participação instauradas no País, debaterem os seus anseios e reivindicações. Além da adesão ao Movimento das Forças Armadas e à Junta de Salvação Nacional, os presentes tomaram as seguintes decisões:

1.º Que a actual estrutura orgânica da empresa precisa urgentemente de ser modificada. Como actuação imediata, aprovaram que se leve a cabo um saneamento imediato de quadros, exigindo a demissão de pessoas cujas responsabilidades e actuações contestam e conside-

ram desafectas às suas pretensões, outras comprometidas com o regime fascista derrubado, outras ainda colocadas em lugares abusivamente privilegiados e, para os quais não lhes reconhecem a devida competência. Consideram essas demissões, e para isso exigem a maior atenção, como absolutamente necessárias para se criar um clima de bom e são entendimento na empresa, considerando mais que a sua continuação nos postos que ocupam podem sabotar todo o processo em curso agora iniciado;

2.º QUANTO A ADMINISTRAÇÃO, independentemente de qualquer

atitude a tomar futuramente, não vêem nela o dinamismo e poder de decisão que possa fazer sair do impasse em que se encontra a empresa, no sentido de activar a obra de expansão para que sejam criados novos meios de riqueza a serem de futuro repartidos, mais equitativamente, por todos os trabalhadores.

Desde já, no entanto, fazem um apelo firme a todos os elementos da Administração de que se abstenham de declarações públicas como as que já foram feitas, consideradas menos exactas e de carácter demagógico e outras ainda ofensivas para a dignidade das classes trabalhadoras;

3.º Que só a existência de uma organização sindical bem estruturada e lúcida, pode conduzir a bom termo de todas as reivindicações futuras, devendo iniciar-se desde já esse trabalho de organização sindical;

4.º A greve é um direito inalienável dos trabalhadores, mas considera que o recurso à mesma, neste momento, só pode favorecer objectivos contrários aos seus interesses;

5.º Dado que o momento que atravessamos pode favorecer o oportunismo, pede-se a todos os trabalhadores a maior vigilância para que não permitam, no seu seio, infiltrações de oportunistas

DL 1015 e provocadores;

6.º Decidiram nomear uma COMISSÃO de trabalhadores que, como primeira medida de democratização do sistema de funcionamento da empresa, assegure a defesa dos seus interesses junto da ADMINISTRAÇÃO, respeitando na integralidade o programa da JUNTA DE SALVAÇÃO NACIONAL. Esta Comissão é soberana da vontade dos trabalhadores e só com ela ou através dos seus representantes, deverá contactar a ADMINISTRAÇÃO, a qual nomeará um seu delegado que seja aceite pela maioria dos trabalhadores;

7.º Decidiram ainda que, enquanto se verificar por parte da ADMINISTRAÇÃO um clima de aceitação e boa vontade nas suas relações com a COMISSÃO, a qual representa a vontade dos trabalhadores da COVINA, estarão na disposição de não fazer intervir directamente a JUNTA DE SALVAÇÃO NACIONAL na vida interna da empresa;

8.º Finalmente, e como reivindicações imediatas, exigem da ADMINISTRAÇÃO:

- a) — A passagem de todos os assalariados a mensais.
- b) — Salário mínimo de Esc. 6.000\$00.
- c) — 40 horas de trabalho semanal, em 5 dias.
- d) — Subsídio de férias de um mês de ordenado.
- e) — 13.º mês de gratificação de Natal.
- f) — Diminuição do limite de idade de reforma para os 55 anos.

## COVINA

### "Controlo dos grupos económicos"

A Covina, através do administrador delegado João Ildelfonso Bordalo, está a pôr em risco o difícil equilíbrio obtido entre as duas partes em litígio nas recentes negociações laborais do grupo, porque segundo comunicado da Comissão de Trabalhadores, deu início a um «processo de guerra psicológica tendente a destruir a unidade da Comissão e dos trabalhadores».

O processo começou com a apresentação nos dias 7 e 8 de Maio das reivindicações salariais (juntamente com outras exigências imediatas) para se criar dentro da empresa um clima de confiança e boas relações. Tentativas de alijamento e o facto de não se dar andamento ao saneamento proposto, levou a um processo que conduziria a uma várias paralisações nas fábricas, situação que a Comissão desde o pri-

meiro momento se manifestou contrária, segundo acentua o comunicado ora distribuído.

Após o ultimato de 15 de Maio, a Administração cedeu, em todos os pontos reivindicados, salvo no respeitante às 40 horas pedidas. Houve uma contraproposta de 43 horas aceite pelos trabalhadores.

Tudo parecia bem encaminhado até que com verdadeira surpresa da Comissão foram proibidas no dia 20 pelo administrador delegado, João Ildelfonso Bordalo, todas as reuniões, dando-se início ao tal processo de guerra psicológica denunciada pela Comissão.

Os trabalhadores da Covina, através do comunicado da sua Comissão, apelam para o Governo Provisório para que tome medidas concretas e urgentes no sentido de controlar todos os grupos económicos.

DL 23/5

### A Covina satisfaz as reivindicações dos trabalhadores

O conselho de administração da Covina, reunido ontem de manhã, decidiu apreciar o primeiro caderno de reivindicações elaborado pela comissão dos trabalhadores. A tarde, os administradores-delegados João Ildelfonso Bordalo e dr. Arthur Cunha Leal reuniram-se com a citada comissão e comunicaram a aceitação das pretensões dos trabalhadores, que eram as seguintes: passagem de todos os assalariados a mensais; estabelecimento de um ordenado mínimo de 6.000\$00, a todos os trabalhadores (incluindo as mulheres); subsídio de férias de um mês de ordenado e 13.º mês de gratificação de Natal; efectivação de um saneamento de pessoal a todos os escalões, quer por cessação das funções actuais, quer por suspensão até inquérito; e estabelecimento de um horário de 43 horas de trabalho semanal em 5 dias.

Todos os trabalhadores, ao fim da tarde, tiveram conhecimento, em assembleia, das bem sucedidas diligências da comissão de trabalhadores.

ES RES tra- sãõ r a dos



**COVINA**

22  
23/5

## “Controlo dos grupos económicos”

A Covina, através do administrador delegado João Ildelfonso Bordalo, está a pôr em risco o difícil equilíbrio obtido entre as duas partes em litígio nas recentes negociações laborais do grupo, porque segundo comunicado da Comissão de Trabalhadores, deu início a um «processo de guerra psicológica tendente a destruir a unidade da Comissão e dos Trabalhadores».

O processo começou com a apresentação nos dias 7 e 8 de Maio das reivindicações salariais (juntamente com outras exigências imediatas) para se criar dentro da empresa um clima de confiança e boas relações. Tentativas de aliciamento e o facto de não se dar andamento ao saneamento proposto, levou a um processo que conduziria a uma várias paralisações nas fábricas, **situação a que a Comissão desde o pri-**

**meiro momento se manifestou contrária**, segundo acentua o comunicado ora distribuído.

Após o ultimato de 15 de Maio, a Administração cedeu, em todos os pontos reivindicados, salvo no respeitante às 40 horas pedidas. Houve uma contraproposta de 43 horas aceite pelos trabalhadores.

Tudo parecia bem encaminhado até que **com verdadeira surpresa da Comissão foram proibidas no dia 20 pelo administrador delegado, João Ildelfonso Bordalo, todas as reuniões, dando-se início ao tal processo de guerra psicológica denunciada pela Comissão.**

Os trabalhadores da Covina, através do comunicado da sua Comissão, apelam **para o Governo Provisório para que tome medidas concretas e urgentes no sentido de controlar todos os grupos económicos.**



CP

## Despedidos da C. P. avistam- -se com dele- gado da J. S. N.

**U**M grupo de ferroviários despedidos pelo conselho de administração da C.P. acompanhados pelo seu advogado, dr. José Vasconcelos Abreu, foram recebidos pelo tenente-coronel Santos Silva, representante da Junta de Salvação Nacional junto daquela empresa, a fim de resolverem a sua situação criada por um despedimento injusto da administração.

## C. P.: demitida a administração

Um comunicado emanado da reunião de sindicatos da C. P. informa que todos os elementos do conselho de administração daquela companhia são demitidos das suas funções, a partir de hoje, de acordo com uma informação do secretário de Estado das Comunicações, transmitida ontem, à noite, para o Sindicato do Centro.

Segundo a mesma fonte, foram designados dois dos representantes eleitos pelos trabalhadores — o eng. Almeida e Castro e o dr. Rodrigues Coelho — para assegurarem o funcionamento da administração.

Os contactos entre a comissão sindical, o delegado da J. S. N. e o secretário de Estado das Comunicações, prosseguem depois de amanhã.



S. 31. J. 74

## Ferrovíários: «firme intenção de não participarem em aventuras»

*Para efeitos de publicação, recebemos dos sete sindicatos ferroviários — que abrangem dezenas de milhares de trabalhadores — o seguinte comunicado:*

*«Certos indivíduos têm assediado nestes últimos dias os ferroviários, perguntando-lhes se estão em greve, quando vão para a greve, chegando mesmo a anunciar que os ferroviários estão em greve.*

*Qual será a intenção dessas aves agourentas? Uma coisa é certa: Não visa, evidentemente, os interesses dos ferroviários.*

*Pois bem, a essas pessoas ou a outras interessadas em navegar em águas turvas, os Sindicatos Ferroviários asseguram a sua firme intenção de não participarem em aventuras que consideram neste momento extremamente perigosas para a consolidação da liberdade tão arduamente conquistada e para os interesses dos trabalhadores.*

*Os ferroviários sabem quando é preciso fazer greve e quando é necessário negociar serenamente. Os ferroviários sabem que o Governo Provisório não pode resolver em poucos dias o que o fascismo não conseguiu nem quis fazer em meio século.*

*Os ferroviários fizeram greve contra o fascismo, mas não fazem greves que possam impedir o Governo Provisório de lançar as estruturas democráticas de que o País necessita.*

**OS FERROVIÁRIOS NESTE MOMENTO DIZEM NÃO À GREVE.»**



C. 4-6-74

# Ferroviários do Norte dizem «não» à greve

«**E**STAMOS aqui somente para desmentir que nós pretendemos a greve. Pretendemos sim fazer sentir ao povo que isso levava à paralisação de todo o País, no que não estamos interessados» — afirmou ontem, à tarde, durante uma manifestação diante do Quartel-General do Porto, um dos ferroviários da região Norte que ali se deslocaram para repudiar a greve não autorizada pelo seu sindicato.

Uma comissão de ferroviários foi ouvida pelo brigadeiro Passos Esmeriz, comandante da Região Militar. Junto dele insistiram em que «os ferroviários não querem greve, pois iam causar um problema a todo o País; há milhares e milhares de passageiros todos os dias». Mas reforçaram o seu ponto de vista segundo o qual é um insulto «andarem para aí a dizer que os inspectores é que não deixam haver greve».

Entretanto, reivindicaram outras regalias: nove horas de repouso nas 48 obrigatórias semanais; concretização imediata de um salário de 5000\$00; revisão de casos parados (agulheiros de 2.º

há mais de 30 anos sem promoção, serventes na categoria desde 1949 por causa das «ideias perigosas», condutores atirados para revisores de 2.º etc.).



# 2.5.6.4 FERROVIÁRIOS VOLTAM

# AO TRABALHO

**B**EIRA, 5 (R. e ANI) — Terminou ontem a greve de 400 empregados brancos do caminho-de-ferro transzambesiano, que durante três dias provocou uma enorme acumulação de mercadorias destinadas ao Malawi e à Zâmbia.

A direcção do caminho-de-ferro e os dirigentes da greve deram por findas esta manhã as prolongadas negociações que travavam e anunciaram um acordo estipulando aumentos salariais que, em alguns casos, atingem os 100 por cento. Anteriormente, os grevistas tinham rejeitado ofertas de 30 por cento.

A greve deixou mais de mil negros sem trabalho e receava-se que os fornecimentos para a barragem de Cabora Bassa fossem afectados se continuasse por mais tempo.

Calcula-se em 10 000 toneladas as mercadorias immobilizadas na Beira pela paralisação do transzambesiano.

Entretanto, fontes militares anunciam que um comboio que seguia em sentido descendente fez detonar uma mina perto de Nagagade, a cerca de 65 quilómetros ao sul da fronteira com o Malawi.

Os estragos foram ligeiros, não tendo sido afectado o tráfego na linha.

Entretanto, os operários da Companhia de Cimentos Lusailite, ao tomarem conhecimento dos salários pagos, mostraram-se insatisfeitos com a base mínima de 1500 escudos mensais. Em princípio, o aumento exigido é de cerca de 100 por cento.

Tendo sido contactados pelo administrador-delegado, dr. Manuel Abecassis, foi prometido aos grevistas que até à próxima sexta-feira seriam de novo revistos os vencimentos, tendo-se comprometido os trabalhadores a pegar no trabalho ontem de manhã.

... é certo que...



## O caso dos maquinistas da C. P. <sup>DN</sup><sub>2116</sub> Região Sul

Da comissão de saneamento da União dos Sindicatos dos Ferroviários recebemos a seguinte nota: «Acompanhada pelo seu dirigente sindical, uma larga representação dos maquinistas da CP (Região Sul) acaba de se reunir com a comissão de saneamento da Companhia dos Caminhos de Ferro Portugueses, designada no princípio deste mês pelos Sindicatos Livres dos Ferroviários e posteriormente homologada pela empresa.

Foram debatidos problemas relativos ao mau ambiente de trabalho existente entre aqueles ferroviários e determinados elementos do pessoal dirigente dessa região, problemas esses que estiveram na origem de uma notícia divulgada pelos órgãos de informação e que referia uma eventual paralização dos comboios da Região Sul no próximo dia 23.

A troca de impressões decorreu num clima de total entendimento, tendo a comissão de saneamento assumido o compromisso de entregar aos sindicatos, dentro de cerca de quinze dias e após uma análise profunda dos factos, um relatório fundamentado sobre este caso.

Os referidos maquinista expressaram o seu repúdio por qualquer ideia de greve, manifestando simultaneamente a sua adesão ao Governo Provisório.»



C.R.G.E.

# DENUNCIADO DOMÍNIO ESTRANGEIRO EM ASSEMBLEIA DE TRABALHADORES DAS C. R. G. E.

A assembleia magna dos trabalhadores das Companhias Reunidas Gás e Electricidade foi um exercício de liberdade de expressão que durou duas horas e meia e conduziu à eleição de uma comissão provisória que se encarregará de constituir um conselho geral de funcionários da empresa, o qual estudará todos os problemas que afectam ou venham a afectar os referidos trabalhadores.

A decisão dos cerca de mil funcionários das C. R. G. E. reunidos no salão de «A Voz do Operário» foi tomada após algumas dificuldades para alinhar ideias sobre os objectivos da reunião na presença de um delegado da Junta de Salvação Nacional que, no início dos trabalhos afirmou: «O bem-estar por que todos nós ansiamos exige que por ele trabalhem; não pode distribuir-se a riqueza sem que ela exista ou seja produzida.»

Cerca de duas dezenas de trabalhadores usaram da palavra para fazer sugestões, apresentar reivindicações e, finalmente, discutir a proposta da comissão «ad hoc» para eleição da comissão provisória e criação do conselho geral. Entre os participantes um conseguiu resumir o ambiente em que os trabalhos decorriam com uma simples frase: «Estou disposto a acatar todas as instruções para a minha politização porque nasci num regime que não me deixou ver absolutamente nada.» Depois dele, mais oito camaradas usaram da palavra e, após a apresentação e eleição da comissão provisória, que se seguiu à leitura de uma proposta, um milhar de trabalhadores aplaudiu, de pé, o grupo de colegas que os vai representar numa primeira fase dos trabalhos. O «slogan» Povo unido, jamais será vencido entoado por todos, assinalou a vitória de cada um sobre si próprio ao conseguir concluir o seu primeiro exercício de liberdade de expressão e contribuir para uma decisão tomada colectivamente.

Usando da palavra durante a assembleia magna, o trabalhador das C. R. G. E., Morgado Pinto, apresentou um documento no qual, além de fazer algumas perguntas em cujas respostas «estão contidas algumas das razões do descontentamento geral do pessoal», no qual, apreciou entre a situação daquele e aspectos de carácter social.

Entre as perguntas feitas salientam-se aquelas em que o trabalhador das C. R. G. E. interroga: «Será verdadeira a afirmação da B. B. C. de que os lucros reais da empresa foram largamente superiores aos declarados, escapando-se ilegalmente do País uma boa parte do excedente?»; «Será verdade que o nosso corpo técnico é tão incompetente que a companhia necessita utilizar para estudos e assistência técnica uma empresa belga paga principescamente, a qual confia os trabalhos a empreiteiros escolhidos e pagos do mesmo modo?»; «Será prova de incompetência nacional o facto de entre 12 administradores, apenas um, o estrangeiro, tomar todas as decisões?»

Aludindo à situação do pessoal, Morgado Pinto salientou a má qualificação de funções; impossibilidade de acesso a lugares de melhor remuneração, os quais quase sempre são atribuídos indevidamente (a cunha impera escandalosamente), desprezo pela capacidade e aptidão profissional dos indivíduos e coacção médica para aposentação dos empregados tentando libertar a empresa de encargos sociais.

Por fim, e a propósito da «situação social», aquele trabalhador das C. R. G. E. referiu, entre outros, os aspectos seguintes: «corte nos vencimentos e gratificações em casos de doença prolongada; cancelamento de despesas com telefones, abolição da retribuição de quilómetros, extinção da mercearia e consequentes benefícios, abolição da assistência gratuita de piquetes, extinção do salão de vendas onde os empregados auferiam descontos e facilidades de pagamento, cancelamento da concessão de energia a quem reside no concelho de Loures, as pseudo obras sociais que mais não são que uma linha de fuga para avultadas somas anuais também sofreram alterações visando diminuição de verbas através de privações aos trabalhadores. Assim: aumentaram os preços das refeições servidas nos refeitórios que, explorados pela I. T. A. U., convertem os trabalhadores das C. R. G. E. em subalimentados, as consultas médicas tomaram o tipo relâmpago (20 em meia hora), as consultas em especialidades médicas demoram sempre mais de 60 dias, o receituário médico é feito em função do preço dos medicamentos e não das necessidades dos doentes, face ao problema da habitação, a companhia prefere dar as casas aos ratos que atribui-las aos trabalhadores e respira-se por toda a companhia um ambiente de indolência, de vida sem objectividade, de insatisfação geral; os motoristas vêem as empresas particulares efectuarem o trabalho que lhes pertence enquanto eles têm de matar o tempo inutilmente. O mesmo sucede aos técnicos de todos os sectores. As pessoas que trabalham com os números verificam a exorbitância que as empresas estrangeiras sacam e que, com outra gestão, poderiam constituir o bem-estar de todos os trabalhadores das C. R. G. E.»

Estas reivindicações fazem parte do programa que os trabalha-

dores das C. R. G. E. pretendem apresentar após a sua organização iniciada com a assembleia magna de ontem.

## AUMENTO GERAL DE MIL ESCUDOS VENCIMENTO MÍNIMO DE 6500\$00 CONQUISTADOS PELOS TRABALHADORES DAS COMPANHIAS REUNIDAS GÁS E ELECTRICIDADE

Durou seis horas e meia uma importante reunião entre a comissão dos trabalhadores das Companhias Reunidas Gás e Electricidade e a comissão executiva do conselho de administração, constituída por dois administradores belgas, representantes dos capitais da Sofina, e três portugueses, e a que assistiu o delegado da Junta de Salvação Nacional, tenente-coronel Garcia dos Santos.

A reunião teve início às 18 horas, na sede da empresa, à Rua Camilo Castelo Branco, n.º 43, terminando pouco depois da meia-noite.

Entretanto, os trabalhadores aguardavam na sala de convívio do 8.º andar o desenrolar das conversações, em a determinação segura de não abandonar o edifício sem que se tivesse chegado a acordo satisfatório. Também os seus camaradas da Boavista, Central Tejo e da Matilha se mantiveram no respectivo local de trabalho, immanados em semelhante determinação.

O tempo passava. Fizera-se turnos para jantar. Cantou-se «Grândola, vila morena», balada decididamente lançada na história como o sinal de arranque para a liberdade. Conversou-se. Discutiui-se a situação. Um autêntico convívio de trabalhadores, firmes na decisão de se manterem unidos até ao fim, certos da justiça que as suas reivindicações representava.

Após ter sido eleita, em reunião magna realizada no passado dia 8, na Voz do Operário, a comissão provisória dos trabalhadores apreciou as diversas propostas de reivindicação tendo considerado mais pertinente a apresentação urgente à administração, com pedido de resolução imediata, as seguintes questões, que foram ontem apreciadas no referido encontro:

Relativamente ao saneamento do mal-estar existente na empresa: demissão do coronel Mota Carmo; entrega dos documentos de carácter político relativos a pessoal e em poder do mesmo indivíduo à comissão, afastamento de elementos ligados ao antigo regime; predomínio da administração portuguesa na decisão e na gestão empresarial; pedir à Sofina

a substituição do seu representante na administração, sr. eng. Roger Wyckman, solicitando a intervenção da administração portuguesa em apoio desta reivindicação, de modo a que ela se concretize no mais curto espaço de tempo; e o fim do subemprego.

Sobre os primeiros e segundo pontos esclareceu-se que o coronel Mota Carmo, coordenador da segurança, já havia sido afastado e que os respectivos documentos, selados, no seu gabinete, vão ser entregues ao Governo Provisório. Em relação aos restantes, foi prometido um rápido estudo no interesse de todos, salientando que sempre tem havido predomínio da administração portuguesa.

Relativamente ao saneamento da política salarial, reivindicava-se fundamentalmente um aumento geral de 1500 escudos e um vencimento mínimo de 7000\$; início da revisão do esquema de vencimentos; pagamento das horas suplementares que excedam as 40 horas semanais; pagamento de 2 horas suplementares por cada período de 8, aos trabalhadores em regime de apoio domiciliário.

Neste capítulo foi aprovado um aumento geral de 1000 escudos e um vencimento mínimo de 6500\$00. Foi, ainda, decidido pagar 15 por cento por cada hora das 8 que ultrapassem as quarenta semanais. As restantes, a partir das 48, entram na classificação de horas extraordinárias. Também foi aprovado o pagamento de três horas por cada dia de apoio domiciliário. Por outro lado, em mais seis pontos deste capítulo foram tomadas medidas que satisfizeram a comissão.

O terceiro capítulo das reivindicações dizia respeito à assistência médica, não tendo todavia, sido apreciados, aguardando-se que os 59 médicos que constituem o corpo clínico da empresa tomem a sua posição em reunião a efectuar amanhã.

Atingiu-se, assim, uma salutar plataforma de entendimento entre trabalhadores e entidade patronal, ficando afastada a hipótese de um corte de corrente que poderia ter correspondido à não satisfação dos pontos principais, como constava já em determinados sectores da cidade.



## C. SANTOS – A. M. de Almeida





# CTT-TLP

## Trabalhadores dos CTT denunciam administradores

DA  
15

Exigindo que fosse imediatamente o Correio-Mor e o conselho de administração dos C.T.T., mais de mil carteiros e outros tantos empregados dos Correios invadiram ontem o edifício da Administração na Rua de S. José, e, depois de obterem a adesão de todos os serviços dos Restauradores, Terreiro do Paço, D. Luis, 24 de Julho e Conde de Obidos, dirigiram-se em cortejo à Cova da Moura, para significarem o seu apoio ao Movimento das Forças Armadas. Detidos pelos trabalhadores num gabinete, o correio-mor eng.º Carlos Ribeiro e os administradores drs. Luis de Athayde e Valle de Guimarães, foram depois conduzidos sob custódia militar à Defesa Nacional.

No momento em que os trabalhadores se concentraram, a administração mandou encerrar os portões de ferro, mas estes foram abertos por dentro por alguns manifestantes que escalarão o gradeamento.

Os trabalhadores dos C.T.T., embora sujeitos a salários muito baixos, apenas fazem reivindicações de carácter sindical e político. O documento emitido manifesta o apoio dos trabalhadores ao programa do Movimento das F. A. e denúncia a existência de **inúmeras irregula-**

**ridades na empresa que visam minar todo o esforço do Movimento**, designadamente a rede montada pelo regime derrubado **de apertado controlo a toda a espécie de correspondência, não só quebrando o seu sigilo mas também extraviando-a.**

(Advertimos, todavia, que, segundo um comunicado ontem distribuído pela Junta, as interferências na correspondência eram praticadas directamente pela ex-D.G.S. e não por pessoal dos C.T.T.).

Os trabalhadores oferecem-se para colaborar com o «Movimento» na instauração de uma verdadeira democracia em Portugal e, neste sentido, pedem à Junta que reconheça à comissão pró-sindicato poderes para fiscalizar «as manobras para-fascistas da Administração».

Na Defesa Nacional, o pessoal dos C.T.T. apresentou as suas principais reivindicações: imediata demissão de todos os administradores (e também dos directores das obras sociais, ficando estas geridas por uma comissão de trabalhadores a eleger); nomeação pela Junta de uma comissão gestora dos C.T.T.; sindicalização de todos os funcionários.

Alguns dos manifestantes declararam-nos que iriam denunciar à Junta de Salvação Nacio-

nal a resistência da Administração aos princípios do Movimento e sobretudo a ordem dada pelo engenheiro-chefe dos Serviços Rádioeléctricos, no próprio dia 25, para interferências nas emissões do «Movimento» do Rádio Clube Português e para o corte (não efectuado) dos cabos telefónicos desta emissora e da Emissora Nacional.

São os seguintes, além dos já referidos, os administradores cuja demissão se exige:

**Da Administração:** Santos Silva, Francisco José Rodrigues e João de Almeida Rodrigues Gonçalves.

**Do Secretariado da Administração:** Juvenal de Oliveira Coutinho, Carlos Augusto de Melo, Humberto Pimenta Outeiro, Jaime dos Reis Chagas e Fernando Eloy Borges.

Também se pede a demissão dos seguintes directores de serviços: Aleixo de Melo Vaz Pinto (dos Correios), Raul Fernandes Martins (dos Edifícios), Jorge Braga (dos Serviços Financeiros), Manuel Gagliardini Graça (S. Industriais), Mário José de Matos Valadas (Informática), Eduardo Nunes dos Santos e Alcino Lopes Tereso (S. de Pessoal) e muito especialmente José Duarte Pedroso da Cruz Filipe (S. Rádioeléctricos).



Foto Eduardo Gageiro

O eng. Carlos Ribeiro abandona as instalações dos C. T. T., protegido por um oficial do Exército



# Exigida a demissão da administração dos C. T. T.

A demissão do correio-mór, eng. Carlos Ribeiro, e dos membros do conselho de administração dos C.T.T., escolhidos pelo regime deposto, foi exigida durante uma grandê manifestação do pessoal de todos os serviços e categorias daquele organismo.

O correio-mor pretendia promover uma manifestação de apoio à administração dos

C.T.T., tendo mandado imprimir e distribuir uma circular naquele sentido. Porém, a tentativa do antigo ministro das Comunicações gorou-se, pois ontem, de manhã, antes de receberem a circular convocatória, tinham resolvido exigir da Junta de Salvação Nacional a demissão dos seus dirigentes.

Muitas centenas de funcionários de todas as categorias e serviços concentraram-se defronte do edificio da administração, na Rua de S. José, ostentando cartazes alusivos as suas reivindicações, das quais se salientam: salários mínimos, conhecimento geral das folhas de vencimentos até agora secretas e organização sindical.

A manifestação em frente da administração dos Correios, se bem que ordeira, era ruidosa. Os manifestantes exigiam a saída imediata dos corpos administrativos. Estes, apavorados, pediram a intervenção das Forças Armadas e foi escoltados por soldados que abandonaram o edificio, mas sempre entre apupos dos funcionários. Assim, guardados por militares, saíram dos C.T.T. o correio-mor, eng. Carlos Ribeiro; os administradores-delegados dr. Lufs de Ataíde e eng. Henrique Pereira, e o secretário Juvenal Coutinho.

Entretanto, os funcionários dos C.T.T. tinham enviado um telegrama à J.S.N. expressando o seu apoio ao Movimento das Forças Armadas e pedindo a organização de um sindicato (sempre negada) e o saneamento dos quadros directivos da empresa.

Defronte do Palácio de Belém, realizou-se, à tarde, uma manifestação de funcionários da Empresa, apoiando as reivindicações acima mencionadas.

No SECULO, fora também recebido um telegrama de um grupo de funcionários dos C.T.T., de Sacavém, em que se expressavam as mesmas reivindicações.

realiza-se uma reunião magna, a nível nacional, dos empregados dos C. T. T., cuja ordem de trabalhos é a seguinte:

1.º Saudar os bravos militares que tornaram possível o Movimento das Forças Armadas de Libertação Nacional e apoiar os princípios e objectivos consignados no seu programa;

2.º Participar activamente na aplicação desses princípios e objectivos, sua consolidação e defesa, no saneamento e reestruturação da empresa;

3.º Discutir assuntos dos empregados e suas relações com a empresa, perante as novas exigências da política nacional.

competitória, r...  
lucrosas p...  
riedade que vai di...  
Di...  
Di...



## PROSSEGUE A GREVE DOS C.T.T.

# A Comissão Pró-Sindicato nega ter feito nova proposta

Em novo comunicado, divulgado esta manhã, a Comissão Pró-Sindicato dos C.T.T. afirma não ter feito qualquer nova proposta de reivindicações, considerando que o facto de ter sido tomada como tal a base em que estaria disposta a negociar **não corresponde aos factos e é tendenciosa**. Acrescenta que, com isso, se pretende comprometer a Comissão perante os trabalhadores.

Ao mesmo tempo que a greve prossegue em todo o País — à excepção do Funchal, onde o pessoal a abandonou após se manter solidário nas primeiras 24 horas —, o comunicado surge como resposta ao comunicado do Governo Provisório, esta manhã divulgado após longa apreciação do assunto pelo Conselho de Ministros, terminada ontem cerca das 23 horas.

Aforma o comunicado da Co-

missão Pró-Sindicato dos C.T.T.:

Com vista ao esclarecimento da opinião pública, a quem o comunicado da Secretaria de Estado dos Transportes e Comunicações, hoje defendido, expressamente se destina, a Comissão Pró-Sindicato sente-se na obrigação de observar em relação a cada um dos dois pontos que do mesmo comunicado constam, o seguinte:

1.º — A data de início das conversações, 27/5/74, é bem reveladora da morosidade que as tem caracterizado e, só por si, justifica a situação actual.

De resto, entramos já no segundo dia de greve sem que o Governo tenha resolvido o problema.

2.º — A Comissão Pró-Sindicato na reunião das 21 horas de sábado, não apresentou nenhuma nova proposta.

Estaria disposta, como sempre, a aceitar negociações baseadas em qualquer outra contra-proposta elaborada em termos aceitáveis, mas que se aproximassem dos valores constantes do nosso caderno de reivindicações que já considerava as disponibilidades da empresa que «recentemente aumentou as taxas dos seus serviços», como é sabido.

Como prova da sua boa vontade e do seu indesmentível desejo de abreviar o processo das negociações, a Comissão Pró-Sindicato não fez segredo

Continua na pág. 2



# Continua a greve dos C.T.T.

Continuação da pág. 1

DL 18.6.74

das bases em que estaria disposta a negociar, mediante consulta prévia aos trabalhadores. Esta inconfiência poderia, eventualmente, servir como sugestão para uma nova contraproposta da Secretaria de Estado.

Tomá-la como nova proposta não corresponde aos factos e é tendenciosa na medida em que pretende comprometer esta Comissão perante os trabalhadores, ao negociar novos salários sem o voto dos interessados.

A verdade é que a única proposta é o nosso caderno de reivindicações, salário mínimo 6.000\$00, e a única contraproposta a que da Secretaria de Estado dos Transportes e Comunicações nos chegou, por intermédio do Conselho de Gerência, com base no salário mínimo de 4.300\$00, que tão valorizada está a ser com indicações de percentagens relativos até a aumentos de salários anteriores a esta negociação, que podem, porventura, desnothear o grande público mas não convencem, mesmo nada, os interessados, porque não será com estas percentagens que poderão adquirir os géneros no mercado.

Os trabalhadores dos C.T.T. contestaram assim o comunicado da Secretaria de Estado dos Transportes e Comunicações, divulgado pelos matutinos de hoje, e que era do seguinte teor:

Para esclarecimento da opinião pública informa-se:

1. As negociações entre a comissão pró-sindicato dos C.T.T. e o Conselho de Gerência da mesma empresa, foram encetadas em 27 de Maio p.p. com a apresentação de um caderno de reivindicações que incluía:

1.º — Subsídio de férias a 100 por cento. Esta pretensão foi aceite.

2.º — Horas extraordinárias remuneradas com acréscimo de 100 por cento dos dias úteis e 200 por cento nos domingos e feriados. Foi contraproposto a sujeição dos trabalhadores dos C.T.T. ao regime da lei geral em vigor relativo ao pa-

gamento de horas extraordinárias no sector privado.

3.º — Obrigatoriedade de um dia de folga semanal. Também foi aceite esta reivindicação.

4.º — 35 horas semanais em cinco dias. Esta pretensão não pode ser considerada.

5.º — Promoções automáticas para trabalhadores com mais de 5 anos na mesma categoria e revisões de carreira para aqueles que tenham estado mais de 7 anos numa categoria. Esta pretensão não poderia ser satisfeita imediatamente, só sendo possível inseri-la numa revisão da política de carreiras do pessoal da empresa, cujos estudos poderão começar de imediato.

6.º — Um aumento de ordenados, com o valor mínimo de 6.000\$00, o que implicaria um acréscimo de despesa para os C.T.T. superior a 1 milhão de contos. Foi contraproposta uma tabela salarial segundo a qual o salário mínimo de 3.000\$00 passaria a 4.300\$00, isto é, um acréscimo de 43 por cento, decrescendo progressivamente este valor até ao salário de 7.500\$00, correspondente ao limite decretado pelo congelamento de salários. A tabela proposta implica um acréscimo anual de despesa superior a 400 000 contos. Se for também considerado o anterior aumento de salários tem-se no período decorrido desde Abril de 1973 o aumento médio de salário seria de cerca de 37 por cento, verificando-se ainda que 25 por cento dos trabalhadores seriam aumentados mais de 50 por cento; 47 por cento mais 40 por cento; 52 por cento mais 34 por cento; e finalmente 80 por cento deles seriam aumentados mais de 25 por cento. Esta contraproposta de salários não teve o acordo da comissão pró-Sindicato.

2. Em reunião efectuada às 21 horas de sábado passado, dia 15, aquela comissão apresentou verbalmente uma nova proposta, a qual significaria um aumento de encargos da ordem dos 650 000 contos anuais, em vez dos 400 000 acima referidos.

A reunião foi interrompida de

madrugada, tendo a comissão pró-Sindicato sido informada de que se reuniriam na segunda-feira seguinte, dia 17, os ministros directamente interessados, para exame da situação.

Ontem à noite, enquanto os trabalhadores e os seus representantes aguardavam que lhes fosse apresentada qualquer nova contraproposta, entraram em contacto com a Comissão pró-Sindicato um representante do Movimento das Forças Armadas, capitão Figueira, e um representante do Ministério do Trabalho, o dr. Eugénio Rosa. Pretendendo apenas trocar impressões sobre a situação, eram acompanhados por José Magro, do Partido Comunista Português que quis também participar no encontro, a título de colaboração, invocando a larga experiência política do P.C. e o seu profundo conhecimento dos problemas dos trabalhadores.

Todavia, os trabalhadores entenderam que, dado a sua luta ser unitária e não partidária, não haveria razão para que o representante de um partido político tomasse parte activa, a esse título, em qualquer reunião com o carácter da que era proposta. Desta forma, o representante do P.C.P. acabou por se retirar.

No decorrer da reunião, os representantes do M.F.A. e do Ministério do Trabalho manifestaram a vontade de auscultar os trabalhadores da empresa, a que a Comissão pró-Sindicato não se opôs, mas aduzindo razões sobre a sua inconveniência, nomeadamente o carácter forçosamente parcelar dessa diligência.

## T.L.P. DO PORTO

— segundo uma circular divulgada ontem, pelas 20 horas, a Comissão do Sindicato Livre dos Telefonistas do Porto — que engloba telefonistas, mecânicos, guarda-fios, guarda-cabos, porteiros, contínuos e outras actividades — torna público que, devido à grande pressão da classe, estipula o prazo de 48 horas a partir das zero horas de hoje para uma solução que vise a satisfação das suas reivindicações: nova tabela de vencimentos (salário mínimo de 5 contos) e saneamento pretendido pela classe.

Contactámos aquele Sindicato esta manhã e foi-nos dito que só paralisarão o trabalho quando estiverem esgotados todos os recursos. Informaram-nos também que uma comissão daquele Sindicato partiu hoje ao fim da manhã para Lisboa a fim de pôr ao corrente o conselho de gerência dos problemas do Porto e da impaciência da classe.



## ÀS 2 HORAS

# NÃO SE CHEGOU A ACORDO QUANTO ÀS REIVINDICAÇÕES DOS TRABALHADORES DOS CTT

Após de mais cinco horas de negociações entre os três membros do Conselho de Gerência dos CTT e os representantes dos trabalhadores, nas quais participaram elementos do Ministério do Trabalho, do Ministério da Coordenação Económica e da Secretaria de Estado dos Transportes e Comunicações, não se chegou a qualquer acordo concreto sobre as reivindicações apresentadas pelos funcionários da empresa.

A reunião iniciou-se cerca das 19.30, nas instalações da administração dos CTT, e, às 22.15, era interrompida. «Não temos nada a declarar. Vamos falar com os trabalhadores e às 23.30 estaremos aqui de novo» declarou-nos, então, um dos elementos da Comissão Pró-Sindical que representa os trabalhadores, enquanto outro, instado sobre se alguma coisa se resolveria

depois, se limitou a dizer: «Podemos resolver-se e pode não se resolver.»

«Mas vão fazer consultas?», insistimos. «Nós não vamos fazer nada em concreto», disse-nos um deles enquanto outro declarava: «Vamos agora reunir-nos, para dentro de uma hora aqui estarmos de novo.»

Soubemos, entretanto, que, de facto, naquele lapso de tempo tinham estado em reunião no Centro de Desporto, Cultura e Recreio da empresa, também na Rua de S. José 164.

O eng. Cunha e Serra, presidente do Conselho de Gerência da empresa, foi o último a sair, acompanhado pelos drs. Fernandes de Almeida e Pedro Lomelino, restantes membros do mesmo conselho. Abordado pelo reporter do «Diário de Notícias» declarou que não havia nada de concreto. «Há propostas, contrapropostas, novas propostas, e nós, enfim, estamos esperancados de que saíamos desta situação.»

«Mas sair hoje?», perguntámos-lhe agora, meu caro amigo, não posso ser tão peremptório...» «Podem dizer em que consiste a última proposta apresentada?» «Não posso. Eu não queria dizer isso, porque eles ainda vão considerá-la. Nós fizemos novas consultas ao Governo sobre um hipótese que elaborámos, embora mais cara, do que inicialmente posta, o Governo achou aceitável. Agora depende de que a Comissão Pró-Sindical se pronunciar.»

Se for favorável, tenho a impressão de que teremos o problema resolvido.

Todavia, tudo leva a crer que os representantes dos trabalhadores não consideraram a referida hipótese como favorável e, cerca de 1 hora da madrugada, as conversações terminavam. «Não há declarações à imprensa! Não há declarações à imprensa!», limitaram-se a dizer os mesmos elementos, que se dirigiram, de novo para o Centro de Desporto, Cultura e Recreio, onde estiveram reunidos, impenetravelmente, pois ainda tentámos falar com eles telefonicamente, mas o aparelho limitava-se a chamar...

### A greve e a impopularidade

A saída do eng. Cunha e Serra este declarou-nos que, tal como os trabalhadores, não tinha algo a declarar, adiantando, no entanto, «que neste momento ainda não há uma solução. Se a greve continua ou não, isso depende deles». O Governo apresentou uma única contraproposta? «Não. Houve duas modalidades. Mas depois do que lhe disse há pouco não houve mais nada da parte do Governo.» «Quer dizer, portanto, que esta última parte da reunião serviu somente para apreciar a resposta da Comissão Pró-Sindical, não é?» «Exacto.»

Perguntámos, depois ao presidente do Conselho de Gerência dos C.T.T., se este não era de opinião de que os trabalhadores da empresa estavam a incorrer na possibilidade de se tornarem impopulares, não tendo nós obtido uma resposta objectiva a esse respeito. Indagámos também se, por outro lado, não haverá o risco de tornar impopular o próprio Governo Provisório, tendo-nos respondido: «Também não creio que os perigos sejam dessa natureza. Poderá o pessoal, enfim, de algum modo sofrer um pouco com isso, mas o Governo Provisório não julgo que esteja em perigo, sobretudo desde que tomou uma posição clara relativamente à greve, desaprovando-a.»



## Trabalhadores dos C. T. T.

Recebemos da Comissão Pró-Sindicato dos Trabalhadores dos C. T. T., os seguintes comunicados:

Com vista ao esclarecimento da opinião pública, a quem o comunicado da Secretaria de Estado dos Transportes e Comunicações, hoje difundido, expressamente se destina, a Comissão Pró-Sindicato sente-se na obrigação de observar em relação a cada um dos dois pontos que do mesmo comunicado constam, o seguinte:

1.º — A data de início das conversações, 27-5-74, é bem reveladora da morosidade que as tem caracterizado e, só por si, justifica a situação actual. De resto, entramos já no segundo dia de greve sem que o Governo tenha resolvido o problema.

2.º — A Comissão Pró-Sindicato na reunião das 21 horas de sábado, não apresentou nenhuma nova proposta. Estaria, disposta, como sempre, a acelar negociações baseadas em qualquer outra contraproposta elaborada em termos aceitáveis, mas que se aproximassem dos valores constantes do nosso caderno de reivindicações que já considerava as disponibilidades da Empresa que recentemente aumentou as taxas dos seus serviços, como é sabido.

Como prova da sua boa vontade e do seu indelével desejo de abreviar o processo das negociações, a Comissão Pró-Sindicato não fez segredo das bases em que estaria disposta a negociar mediante consulta prévia aos trabalhadores. Esta inconfidência poderia, eventualmente, servir como sugestão para uma nova contraproposta da Secretaria de Estado.

Tomá-la como nova proposta não corresponde aos factos e é tendenciosa na medida em que pretende comprometer esta Comissão perante os trabalhadores, ao negociar novos salários sem o voto dos interessados.

A verdade é que a única proposta é o nosso caderno de reivindicações, salário mínimo de 6000\$00, e a única contraproposta a que da Secretaria de Estado dos Transportes e Comunicações nos chegou, por intermédio do Conselho de Gerência, com base no salário mínimo de 4300\$00, que tão valorizada está a ser com indicações de percentagens relativas até a aumentos de salários anteriores a esta negociação, que podem, porventura, desnortear o grande público mas não convencem, mesmo nada, os interessados, porque não será com estas percentagens que poderão adquirir os nerros no mercado.

\*

Os trabalhadores dos C. T. T. ao longo de todo o País têm mantido firme a sua posição. Podemos afirmar que a paralisação do trabalho tal como tinha sido decretada é praticamente total e geral. Esperemos pois, que esteja agora bem claro que ninguém nos poderá dividir, que ninguém nos conseguirá enfraquecer na nossa determinação de obter a satisfação das nossas reivindicações.

Continuamos porém abertos a todas as negociações na base dos princípios definidos pelos nossos anteriores comunicados.

Mais uma vez apelamos para que o público compreenda a nossa luta e nos apoie activamente, como o tem feito até agora. Pela nossa parte, continuaremos, como até aqui, a atender os casos verdadeiramente urgentes que nos surjam.

COIMBRA — A presença dos representantes dos órgãos de informação, foi ontem solicitada para o edifício dos C. T. T., frente ao mercado D. Pedro V, tendo sido recebidos por alguns representantes de cerca de onze sectores daqueles serviços, tais como: dr. Barbosa Tavares dos Reis, chefe dos C. C. C.; Elisa Barbosa, chefe da estação telefónica; Estela Sampaio e Isabel Gonçalves, telefonistas; e Salvador Roxo e Arlindo Matos, técnicos de telecomunicações. O dr. Barbosa Tavares dos Reis, na sua qualidade de chefe informou os jornalistas que haviam ali sido chamados, principalmente, para lhes serem reveladas as razões da não aderência à greve, a qual, como se sabe, se iniciara à meia-noite do passado domingo.

Essas duas razões, tidas como fundamentais, substanciam-se na oportunidade da greve, no momento actual do País e no não reconhecimento da representatividade da comissão pró-sindical, embora também fosse reconhecida a validade de algumas cláusulas do caderno reivindicativo então apresentado.

Após várias considerações e dado que foi verificado pelo próprio chefe, dr. Barbosa que ali não estavam representados todos os sectores, os representantes dos órgãos de informação passaram à estação telefónica, onde se encontravam cerca de trinta telefonistas das cento e vinte e sete que compõem aquele sector. Sete dessas trinta telefonistas haviam aderido à greve, mantendo-se nos seus postos, mas de auscultadores colocados em cima das respectivas bancas de operação.

As trabalhadoras da secção de assistência telefónica foram unânimes em afirmar que dado o momento actual eram inoportunas as greves, muito embora também reconhecessem a validade de algumas justas reivindicações, sobretudo, no que diz respeito ao assunto dos salários. Acrescentaram também que, se através do plenário realizado no Pavilhão Gimnodesportivo do Estádio Municipal, no passado dia 27 de Maio, fora pedida a cisão das telecomunicações com a parte postal, ora em greve, não seria coerente aderirem ao movimento grevista.

## Perturbações em Viseu

VISEU — Como habitualmente sucede todas as terças-feiras, realizou-se ontem o mercado semanal, que, segundo a opinião de alguns comerciantes, foi afectado pela greve dos C. T. T., pois além das duas estações da cidade se encontrarem encerradas mas ocupadas pelo pessoal, não houve também serviço de distribuição postal. Esta greve, na região centro do País, de que Viseu é entroncamento de relevancia, tem causado prejuizos em todos os sectores. Houve doentes de vilas do distrito que se viram compelidos a vir a Viseu buscar os resultados de análises clínicas dado que os laboratórios estavam impedidos de enviar por correio. Em consequência da greve, reina em toda a região um acentuado mal-estar, embora haja a esperança de que tudo volte rapidamente à normalidade.



# C.T.T.: CERCA DE 35 MIL TRABALHADORES EM GREVE

DL  
17/6

Cerca de trinta e cinco mil trabalhadores dos C.T.T. estão em greve. A partir das 0 horas de hoje, a adesão foi quase total, registando-se apenas alguns focos de reacção à decisão. Em Castelo Branco, Santarém, Coimbra e Porto, houve vários incidentes, quando elementos da parte técnica dos C.T.T. tentavam coagir os trabalhadores a não aderirem à greve. Em Santarém, um engenheiro dos serviços técnicos foi impedido pelo piquete de entrar nas instalações e em Coimbra, embora se tenha verificado a intervenção do eng.º Mota Lopes, (exceptuando os das secções de telecomunicações e guarda-fios), solidarizaram-se com os seus companheiros do resto do País.

«A greve significa paralisação de trabalho, não significa paralisação de discussões constantes nos locais de trabalho», começa por afirmar-se num texto de apoio à greve, divulgado pela Comissão Pró-Sindicato, o qual prossegue:

«Deve também ser preocupação esclarecer e discutir as nossas reivindicações com o público, sendo a sua solidariedade importante para que a greve seja mais curta, para que a nossa vitória seja alcançada mais cedo. E quaisquer in-

divíduos pertencentes a uma minoria discordante, que a coberto de um falso conceito de democracia que não subordina as ideias de uns poucos à vontade da maioria, tentem boicotar a nossa luta, só contribuirão para prolongar a greve e só se prejudicarão.»

«A empresa pode muito bem satisfazer as nossas reivindicações, pôr termo aos salários de fome que muitos de nós ganham» — afirmou ao «Diário de Lisboa» um dos elementos da Comissão Pró-Sindicato. (Mais noticiário na pág. 20).





## A GREVE NOS C.T.T.

# O GOVERNO NÃO ULTRAPASSARÁ OS LIMITES DA CONTRAPROPOSTA

-afirmou o ministro Pereira de Moura

DL 19/6

Enquanto a greve dos C.T.T. se mantém num impasse, com a Comissão Pró-Sindicato a aguardar uma nova contraproposta do Governo Provisório e do conselho de gerência que não surge e sectores da empresa a manifestarem-se contrários à greve, o ministro sem pasta Pereira de Moura afirmou ontem à noite, no decorrer de uma entrevista na TV, que o Governo está decidido a não ultrapassar os limites salariais contidos na contraproposta, por manifesta impossibilidade.

*O Governo fez uma contraproposta, creio que da ordem dos 370 mil contos. Do ponto de vista financeiro, é o máximo que se pode atingir, frisou o ministro.*

Depois de salientar que o recente aumento das tarifas foi em parte para resolver problemas até de pagamento ao pessoal da empresa e também para haver fundos para a empresa o ministro afirmou: *Tenho a impressão de que temos de dizer aos trabalhadores dos Correios que pensem connosco e vejam que o esforço que o Governo está a fazer — e não é o Governo directamente, mas sim uma empresa pública — acaba por cair nas finanças públicas. Assim, o Governo*

*tem de dar uma palavra fundamental sobre isto. Quer dizer, daqui não se passa! Tem de ser a determinante do Governo, sob pena de deixar de haver um mínimo de organização.*

### OS SECTORES NÃO ADERENTES

Entretanto, os sectores de Telecomunicações dos C.T.T. mantêm-se à margem da greve, continuando em funcionamento os centros de comando de todo o País, à excepção de parte do pessoal dos de Lisboa e Vila Franca de Xira. Os delegados dos trabalhadores dos Serviços Centrais de Telecomunicações junto da Comissão Pró-Sindicato divulgaram um comunicado em que depois de afirmarem que se recusaram a aceitar a determinação da Comissão Pró-Sindicato para que, entre si, constituíssem imediatamente um comité de greve e os respectivos piquetes, terminaram dizendo que a greve concretizada na Direcção dos Serviços de Telecomunicações só foi possível, portanto, por um acto de coacção exterior e não derivou da adesão livre da maioria dos seus trabalhadores.

Por outro lado, os trabalhadores de Telecomunicações de Coimbra distribuíram também um comunicado informando que com excepção de uma insignificante minoria de telefonistas, todo o pessoal — cerca de oitocentos funcionários — da Circunscrição Técnica de Telecomunicações de Coimbra se encontra ao serviço nos seus centros de trabalho, não só na cidade mas também na área da sua jurisdição — Leiria, Figueira da Foz, Pombal, Arganil e Mealhada. Um delegado dos trabalhadores explicou que a não aderência daquele pessoal se deve ao facto de, numa assembleia plenária efectuada em 26 de Maio, haver sido negada representatividade à Comissão Pró-Sindicato dos C.T.T. e o sector não concordar com algumas das reivindicações constantes da proposta apresentada.

### COMUNICADO DA INTERSINDICAL

Após tomar conhecimento de um comunicado da Comissão Pró-Sindicato, a Intersindical divulgou o seguinte documento:

1 — A Intersindical repudia todas as referências caluniosas que lhe são dirigidas e que

*considera servirem unicamente os tradicionais inimigos dos trabalhadores.*

2 — A Intersindical denuncia a celeridade com que o referido comunicado foi divulgado, mesmo antes dos responsáveis se terem inteirado da veracidade dos factos apontados.

3 — Nenhum membro do Secretariado da Intersindical interveio no conflito dos C.T.T.

4 — A Intersindical só interveio em conflitos de trabalho em defesa dos trabalhadores a seu pedido expresso ou dos organismos que os representam o que no caso dos C.T.T. não se verificou.

5 — Aproveita-se a oportunidade para declinar toda a responsabilidade pelas presumíveis declarações feitas por pessoa ou pessoas em nome da Intersindical sem que estejam devidamente credenciados para esse fim.

O comunicado da Comissão Pró-Sindicato a que se refere a Intersindical é o seguinte:

*Os trabalhadores dos C.T.T. repudiam por completo as manobras tendenciosas e divisionistas, levadas a efeito por elementos da Intersindical, que através do Sul do País têm ido a certos locais de trabalho dos C.T.T. tentando coagir os trabalhadores a romperem a greve, e a estarem solidários com alguns técnicos de Telecomunicações que não aderiram à mesma.*

*Ora como «dividir para reinar» era comum no anterior regime, os elementos da Intersindical mostram-se na sua verdadeira dimensão e utilizadores dos processos tão do agrado ao anterior regime deposto.*

*Alerta-se para isso todos os trabalhadores para que respondam da mesma maneira que os seus colegas de Setúbal, que pura e simplesmente expulsaram os ditos elementos reaccionários da Intersindical.*



# ESCLARECIMENTO DO PRESIDENTE DO CONSELHO DE GERÊNCIA DOS CTT

REB 26/6

*Acerca da greve nos C. T. T. e de determinados acontecimentos que a antecederam e se lhe seguiram, recebemos do presidente do conselho de gerência daquela empresa pública, eng. Cunha Serra, o seguinte esclarecimento:*

«Tem o presidente do conselho de gerência dos C. T. T. e T. L. P. procurado manter uma posição de rigorosa imparcialidade no conflito de trabalho que se tem verificado na primeira daquelas empresas. Atitude relativamente fácil para quem julgava ter a confiança do pessoal e do Governo, permitiu-lhe defender os interesses do primeiro perante o segundo e ser intérprete, junto daquele, das exigências que o momento político impõem ao último. Parecia-lhe, por outro lado, que, não tomando parte na controvérsia a respeito do assunto, preservaria a sua disponibilidade para actuar sempre no melhor sentido.

Infelizmente, a comissão pró-sindicato parece não ter entendido as vantagens que nisto havia e desferiu, no seu comunicado n.º 23, de 22 do corrente, um ataque despropositado contra o conselho de gerência, o que não permite mais o silêncio do seu presidente que procurará, todavia, conservar a sua imparcialidade, não só na sua acção como no que se segue.

Assim:

1—Contesta-se que a divulgação da comunicação do primeiro-ministro a todos os serviços tenha sido uma manobra do conselho de gerência que, no caso, se limitou a cumprir instruções superiores e cujo presidente teve o cuidado de ir, pessoalmente entregar um exemplar à comissão: a divulgação foi, aliás, feita com o conhecimento prévio desta.

Repele-se, firmemente, a acusação de tentar enganar os trabalhadores e declara-se falsa a afirmação da exigência de as propostas serem assinadas, pois nem sequer foi pedida qualquer resposta,

como se prova pela nota que acompanhou a simples reprodução da comunicação do Governo.

2—Esclarece-se que a comissão pró-sindical recusou, no dia 19, a contraproposta que dava aos quatro primir níveis de salários (abrangendo cerca de 5600 trabalhadores, incluídos os carteiros e telefonistas mais desfavorecidos) valores pouco diferentes dos agora pretendidos e que disso não informou os trabalhadores nos comunicados n.º 19 e 20 que trataram do assunto e apresentaram outras.

3—Comenta-se, em face disto e doutros factos, que a greve terminada no dia 20 e a de zelo, que se lhe sucedeu na Estação Central dos Correios de Lisboa, correm o risco de serem consideradas mais greves políticas do que económicas, com que alguns pretendem criar embaraços ao Governo e obrigá-lo a uma intervenção que permita clamar que o fascismo continua, sem nenhum respeito pelas vítimas deste nem pelos interesses da economia nacional, especialmente no que toca aos outros trabalhadores portugueses.

4—Reafirma-se, contudo, que se continuará a velar pela melhoria das condições de vida de todos os trabalhadores dos C. T. T. dentro das possibilidades da empresa e respeitando as directivas governamentais, sem receio das calúnias, nem das graves ameaças recebidas.

5—Espera-se que, regressada a serenidade aos espíritos e terminada a provação que para todos têm sido as greves e suas consequências, a eficiência dos C. T. T. seja retomada e aperfeiçoada, no interesse do público que todos servimos e no dos próprios trabalhadores da empresa, cujo prestígio procuraremos restaurar.

6—Tranquilamente, indiferente a todas as acusações de pessoas com cujo passado não receia confronto em campo nenhum, o presidente

do Conselho de Gerência dos C. C. T. confia na próxima normalização da situação.»



# FORAM PRESOS DOIS OFICIAIS MILICIANOS

REP  
ZF  
6  
74

Na tarde de terça-feira passada foram presos os aspirantes a oficiais-milicianos Carlos Marvão e João Anjos, que prestam serviço militar no 2.º Grupo da Companhia de Administração Militar (Campo Grande). A prisão deve-se a terem recusado co-

mandar uma força para intervenção na greve dos CTT. Entretanto, foi convocada uma manifestação para amanhã, às 18.30, no Campo Grande, em frente da estátua do marechal Carmona, com o objectivo de reivindicar a libertação daqueles oficiais.

# O pessoal dos CTT vai apresentar novas reivindicações

DN  
17

A Comissão Pró-Sindicato dos Trabalhadores dos C. T. T., sentindo-se atingida num comunicado da Direcção da Organização Regional de Lisboa, do P.C.P., a que em 29 de Junho ultimo fizemos referência e de que reproduzimos alguns fragmentos, manifesta-nos o seu desejo de responder a esse documento, que considera de expressão deturpada de factos e intenções. Assegura que diariamente recebe centenas de adesões de todo o País e contesta a posição assumida pelo P.C.P. quanto aos seguintes pontos: sobre a constituição da comissão pró-sindicato, que considera democraticamente eleita; que a referida comissão não decidiu a greve mas se limitou a organizá-la depois de decidida pelos trabalhadores numa ampla reunião de delegados; a insanidade de acusações de ligação com o fascismo a varios componentes do pessoal dos C.T.T., e ainda que «na esmagadora maioria dos locais de trabalho se realizavam já amplas reuniões de trabalhadores em que a proposta do Governo foi rejeitada em massa. Entretanto, os mesmos trabalhadores, aprovaram novo caderno reivindicativo, que já foi entregue».





Os trabalhadores dos CTT manifestando-se diante do edifício da Administração no momento da entrega do caderno reivindicativo

## Quem compõe a comissão Pró-Sindicato dos C.T.T.

*DL. 2. 7. 74*

A Comissão Pró-Sindicato dos Correios Telégrafos e Telefones tem aparecido ultimamente, com certa frequência, nos principais órgãos da Informação, ora assinando cadernos reivindicativos dos trabalhadores da empresa ora subscrevendo comunicados a esclarecer posições.

Contudo, o grande público embora sabendo que a Comissão Pró-Sindicato existe, desconhece por completo quem a constitui, que sectores dos CTT foram eleitos para aqueles cargos.

Por isso, descriminamos aqui os vinte e um elementos que compõem a Comissão Pró-Sindical, aos quais se acrescenta a sua categoria profissional.

São, respectivamente, Fernando Veiga Pinto de Carvalho, engenheiro estagiário; João Vítor Gouveia da Costa, electro-técnico; Gil Pinto Nogueira, técnico de exploração principal; João de Jesus Freitas, técnico de telecomunicações; Joaquim Tavares Campante Ortiz, carteiro central; Armando Alves Ferreira da Silva, operador de exploração; Alva Gomes dos Santos, operador de exploração; Luís Eurico Calado Nogueira Pinto, técnico de exploração principal; Libertário da Silva Lopes Louro, agente de métodos; Aníbal de Azevedo Boavida, técnico de exploração; António José Flor da Rosa Gonçalves, programador adjunto; Joaquim Manuel de Sousa Moedas, técnico de telecomunicações; Teófilo Manuel Leal Fernandes, agente de métodos; Alberto Garcia, carteiro central; Rogério dos Santos Serra, electrotécnico; Manuel Lourinho de Matos, engenheiro assistente; António Henrique Gomes Pereira, motorista; Diamantino Filipe Raimundo, operador de exploração; Fernando Carvalho Pereira, técnico de informática; Guilherme Marques da Silva Pereira, economista; António Mendes Soares, carteiro central monitor; e Manuel Pereira Marouco, técnico de administração (relações públicas) que desistiu de participar na referida Comissão.

Destes elementos, apenas um auferem um ordenado de 3 300\$00; superiores a quatro contos existem três elementos; depois seguem-se ordenados na casa dos seis, sete, oito e nove contos, chegando quatro deles a ultrapassar largamente a dezena. Aliás o mais elevado atinge 15.130\$00.



## CUF Companhia União Fabril

### Trabalhadores exigem saneamento

**A** demissão de sete funcionários superiores e a exigência de estabelecimento de um ordenado mínimo de 6000\$00 foram duas das reivindicações apresentadas numa assembleia de trabalhadores da C. U. F. de Lisboa, na qual foram também denunciadas «as arbitrariedades e irregularidades que a administração daquela empresa tem vindo a cometer, além da protecção e cumplicidade que usufruiu pelo regime de posto e do qual foi principal sustentáculo e o seu mais directo beneficiário».

Na reunião foi também apresentada como reivindicação a readmissão do pessoal despedido

da C. U. F. *ep/4-5-74*

por motivos políticos e feita a denúncia dos vigilantes e das visitas nocturnas por indivíduos estranhos à empresa acompanhados de cães-polícias e da violação das gavetas das secretárias dos trabalhadores. Aprovada a extinção da Comissão Interna da Empresa, «foi votada uma Comissão de Unidade de Trabalhadores, eleitos por aclamação e que, em cujos membros propostos foram conjunto com colegas do Barreiro, a eleger em plenário, representarão todos os trabalhadores da Companhia União Fabril».



# OS OPERÁRIOS DA C.U.F. OBTIVERAM NOVOS SALÁRIOS MÍNIMOS

DP. 15.5.74

BARREIRO, 15 — Ontem, à tarde, reuniram-se em frente do edifício da direcção da C. U. F., no interior das fábricas, centenas de operários de ambos os sexos da zona têxtil para apresentarem aos administradores eng.<sup>os</sup> Rola Pereira e Mota Guedes as suas reivindicações salariais.

Mais tarde, juntaram-se a esses trabalhadores muitos outros que acabavam os seus turnos nos diversos sectores da empresa. Chegaram a estar presentes mais de dois mil, que apresentaram, na melhor ordem, diversas reivindicações.

A reunião prolongou-se durante a madrugada e pelas 5 horas de hoje compareceram dois delegados da Junta de Salvação Nacional para, juntamente com os administradores da C. U. F., ouvirem alguns tra-

balhadores em representação dos camaradas.

Cerca das 7 horas terminou a reunião e ficou resolvido que o salário mínimo mensal para os homens passe a ser de seis contos. Quanto às mulheres que pretendiam o mesmo salário mínimo, não se sabe ainda quanto será estabelecido, mas fala-se em cinco contos. Amanhã, à tarde, a administração da C. U. F. dará uma resposta aos trabalhadores de ambos os sexos quanto ao conjunto das reivindicações, das quais também constam a sua participação nos lucros da empresa, subsídios de férias, etc.



# Exigida no plenário da C. U. F. a demissão de vários directores

5-15-34

Cerca de 600 trabalhadores da C.U.F. de Lisboa, reunidos em plenário, no dia 10, no Sindicato dos Empregados de Escritório de Lisboa, denunciaram «vivamente todas as arbitrariedades e irregularidades que a administração daquela empresa tem vindo a cometer, além da protecção e cumplicidade que usufruiu pelo regime de posto e do qual foi o principal sustentáculo e o mais directo beneficiário».

No plenário foram aprovadas uma série de reivindicações, entre as quais a suspensão imediata dos engs. Rola Pereira, administrador do pessoal, António Andrade e Sousa e Manso de Azevedo, e dr. Santana e Drago, todos do pelouro do pessoal, e ainda as dos dr. Boletto, director do serviço de secretaria, eng. Neves Ferro, director da fábrica União, já suspenso, e D. Ana Ascensão Páscoa, gerente do «self-service».

A exigência do ordenado mínimo de 6000 escudos, a readmissão de pessoal demitido por motivos políticos e a denúncia dos vigilantes encontram-se entre as medidas aprovadas. No final foi eleita uma Comissão de Unidade

dos Trabalhadores, que substitui a antiga Comissão Interna da empresa, acusada de manifestar as justas aspirações do pessoal, de colaboração com o patronato.



## Na Companhia União Fabril

BARREIRO — Desde anteontem á tarde, muitas centenas de operários de ambos os sexos da zona textil da C. U. F. juntaram em frente ás da C. F. juntaram-se em frente ás instalações da direcção das fábricas, para apresentarem as suas reivindicações salariais aos administradores presentes, eng. Mota Guedes e Roja Pareilha.

O numero de trabalhadores oufistas ali presentes foi aumentando gradualmente, tendo-se-lhes juntado o pessoal que saia dos turnos das diversas fábricas em laboração. Assim, durante a noite reuniram-se ali mais de dois milhares de operários, observando todos a melhor ordem na reclamação que se processava. Já de madrugada, cerca das 5 horas, chegaram ao local dois delegados da Junta de Salvação Nacional ue, juntamente com a administração oufista, receberam uma representação dos operários, a qual expôs as suas reivindicações. A entrevista prolongou-se até ás 7 horas, altura em que foi dado a conhecer a resolução da gerência da C. U. F. de passar os salários mínimos dos homens para 6000\$00.

Ficou por decidir o salário das operárias, que pretendiam igualdade com os homens. Este assunto vai ser objecto de estudo, constando, todavia, que o salário mínimo para as mulheres será de 5000\$00. Como existem ainda outras reivindicações do pessoal, no que se refere á participação nos lucros da empresa, subsídio de férias, diuturnidades etc., a administração, dará, hoje, á tarde, uma resposta ao seu pessoal quanto á melhor solução para todos os casos.



TAL SEXTA-FEIRA, 17 DE MAIO DE 1974 7

## Trabalhadores da C. U. F. apresentam reivindicações

A readmissão imediata de todos os trabalhadores despedidos por motivos políticos, o esclarecimento da situação dos vigilantes suspeitos de estarem ligados à P.I.D.E., a demissão de nove dirigentes da empresa, o salário mínimo de 6000 escudos e aumento de 2000\$00 para todos os trabalhadores, até ao limite de 10 000\$00, são os pontos fundamentais do caderno de reivindicações apresentado ontem à comissão executiva da C.U.F. pelos trabalhadores da empresa, com excepção dos operários fabris do Barreiro, que apresentaram as suas reivindicações em separado.

Depois de ser recebida pelo delegado da Junta de Salvação Nacional, a comissão de trabalhadores apresentou ontem o caderno reivindicativo à comissão executiva da empresa e avistouse com o dr. Jorge de Melo, a pedido deste. O prazo para a satisfação das reivindicações finda no próximo dia 20.

Entre os 26 pontos do caderno reivindicativo do pessoal destacam-se ainda o repúdio da antecipação da tabela acordada para vigorar a partir de 1 de Janeiro de 1975, actualização das pensões de reforma pagas pela empresa, um mês de férias, subsídios de férias, de Natal e de Páscoa, equivalentes a um mês de salário, pagamento do salário inteiro em caso de doença ou sinistro, e horário máximo de 40 horas por semana.

## Atribuídos salários mínimos no Barreiro

A administração da C.U.F. atendeu, ontem, as reivindicações salariais dos empregados dos sectores fabris do Barreiro, ficando estabelecido um salário mínimo, para os homens, de 6000\$00 e de 5500\$00 para as mulheres. Para todos os empregados da parte fabril foi, ainda, estipulado um aumento geral de 2000\$00.

## Reajustamento de salários do pessoal feminino da C. U. F.

DIV 18.5.74

BARREIRO — A direcção das fábricas da C. U. F. fez distribuir aos representantes da Imprensa o seguinte comunicado: «Segundo a reunião, de 16 de Maio, na sequência das negociações em curso, entre os representantes do pessoal fabril do complexo do Barreiro e a administração da C. U. F., foi atendido o pedido de integração dos prémios, actualmente em vigor, a todo o pessoal fabril, do que resultou um reajustamento de salários do pessoal feminino.»

## Reajustamento de salários do pessoal feminino da C. U. F.

DIV 18.5.74

BARREIRO — A direcção das fábricas da C. U. F. fez distribuir aos representantes da Imprensa o seguinte comunicado: «Segundo a reunião, de 16 de Maio, na sequência das negociações em curso, entre os representantes do pessoal fabril do complexo do Barreiro e a administração da C. U. F., foi atendido o pedido de integração dos prémios, actualmente em vigor, a todo o pessoal fabril, do que resultou um reajustamento de salários do pessoal feminino.»



# Saneamento na C. U. F.

5.18.57

## adiaz negociações ✓

A comissão representante dos trabalhadores de Sacavém, Fábrica União, Fábrica Sol, Fábrica de Ansião, U.F.A., «self-service», refeitórios, delegações comerciais e empregados administrativos da C.U.F. do Barreiro e de Lisboa, avistou-se ontem, à tarde, com a administração da C.U.F. a quem deu conta do seu caderno de reivindicações, que consta do seguinte:

Extinção imediata da comissão interna da empresa e eleição democrática para actuação futura de uma comissão de trabalhadores; demissão imediata da direcção da Caixa de Previdência da C. U. F. e empresas associadas e a criação de uma comissão de colaboração e fiscalização a eleger democraticamente; repúdio à antecipação da tabela de ordenados acordada para vigorar a partir de 1 de Janeiro de 1975 e igual repúdio ao anunciado aos restantes trabalhadores; ordenado mínimo de 6000\$00 a partir de 1 de Maio de 1974; aplicação dos vencimentos ao pessoal abrangido pelo contrato de trabalho (produtos químicos): chefe de secção, 12 000\$00; subchefe de secção, 11 000\$00; 1.º escriptorário, 10 000\$00; 2.º escriptorário, 9000\$00; 3.º escriptorário, 8000\$00, e aspirantes, dactilógrafo, telefonista, contínuo, porteiro e guarda, 7000\$00 e aumento geral de 2000\$00 para os restantes trabalhadores até ao limite de 10 000\$00; actualização de pensões; férias de um mês; subsídio de férias, Natal e Páscoa; comparticipação equitativa nos lucros da empresa; vencimento ou salário inteiro na doença ou no sinistro; diuturnidade anual de 10 por cento; 40 horas de trabalho; subsídio para falhas dos pagadores e cobradores, caixas e tesoureiros; cumprimento integral do contrato de trabalho dos produtos químicos para a agricultura e indústria; eliminação de categorias profissionais; reclassificação dos caixeiros; read-

missão de todos os trabalhadores despedidos por motivos políticos, etc.

A administração, a que preside o dr. Jorge de Melo, não concordou com a alínea 25.º (suspensão imediata dos seguintes dirigentes da empresa: engs. Rola Pereira, Manso de Azevedo e António Andrade e Sousa; drs. Francisco Santana Jr. e Carlos Drago, todos do pelouro do pessoal; e eng. Neves Ferro, da Fábrica União; dr. Cunha Boletto, da secretaria-geral; D. Maria Ascensão Páscoa, do «self-service», e Portero, da Fábrica União, que seriam impedidos de desempenhar idênticas funções em qualquer empresa do Grupo C. U. F.), informando a comissão de trabalhadores de que só a anulação dessa reivindicação possibilita o prosseguimento das negociações.

A reunião terminou pouco depois, realizando-se, na segunda-feira, às 18 e 30, na Fábrica Sol, um plenário do pessoal daquelas empresas do Grupo C. U. F., a fim de ser exposto o problema.



**C. U. F.** e-21.5.74

Em reunião que se realizou ontem, os trabalhadores da C.U.F. decidiram retirar uma das suas reivindicações, na qual pediam a saída de vários dirigentes da empresa. Nesse sentido resolveu-se, de comum acordo, formar um grupo misto de trabalhadores e administradores para trabalharem nos processos de culpabilidade dessas pessoas. Entretanto, está marcado para esta tarde um diálogo com a comissão executiva da companhia.

5-21-5-74

## Plenário de trabalhadores da C. U. F.

Nas instalações da Fábrica Sol, em Alcântara, reuniram-se ontem à noite, cerca de 1000 trabalhadores da C.U.F. em Lisboa, num plenário com a seguinte ordem de trabalhos: informações, representatividade e saneamento.

Os dois primeiros casos, que tiveram soluções rápidas, foram aceites pela assembleia.

Quanto ao saneamento, principal obstáculo nas negociações, os trabalhadores resolveram, após exaustivos debates, retirar este ponto do «caderno» não sem que na proposta apresentada deixasse de constar: «Os trabalhadores desta empresa reservam-se o direito de, mais tarde, apresentar ao presidente do conselho de administração uma exposição detalhada sobre as actividades dos já focados dirigentes, bem como de outros entretanto ventilados.»



## Reunião de trabalhadores da C. U. F. de Lisboa

DN 21/5

Efectuou-se ontem, pelas 18.30, no «self-service» da C. U. F., sito na Fábrica Sol, na Avenida 24 de Julho, um plenário dos trabalhadores da C. U. F. de Lisboa, com a seguinte ordem de trabalhos: 1.º, informações; 2.º, representatividade; 3.º, ponto 25.º do caderno reivindicativo.

No 1.º ponto foram prestadas informações sobre duas reuniões já efectuadas com a comissão executiva e uma com o presidente do conselho de administração, dr. Jorge de Melo. No 2.º ponto, como se levantou um problema com a representatividade da comissão de trabalhadores no tocante aos operários da Fábrica União, foi posto á assembleia se reconhecia a legitimidade da comissão de trabalhadores. A assembleia pronunciou-se com um sim, por unanimidade. No 3.º ponto, chamado «ponto quente», que era o n.º 25 do caderno reivindicativo e tratava do saneamento do pessoal superior, foi este assunto debatido até á exaustão, chegando os trabalhadores á conclusão de que para que se possa avançar, teria de ser retirado o ponto 25 do caderno de reivindicações, o qual é composto de 26 pontos, pois a administração não concordava com aquele ponto e apresentava como condição para o começo das negociações a referida retirada. Mostrando a sua boa vontade, os trabalhadores retiraram o ponto 25, não sem que, na proposta que apresentou o retirar desse se tivesse dito em duas alíneas; numa, «reservamos o direito de apresentar ao sr. presidente do conselho de administração da empresa uma exposição pormenorizada sobre as actividades daqueles dirigentes e outros entretanto ventilados», noutra, «reiteramos a confiança nos membros da comissão escolhida pelo pessoal».

Foi ainda pedida á assembleia plenos poderes para que a comissão de trabalhadores pudesse negociar os restantes 25 pontos do caderno. Por aclamação, é certo, mas com dois votos contra, a assembleia de cerca de mil trabalhadores pronunciou-se a favor de plenos poderes á comissão de trabalhadores.



## Antigos operários da C.U.F. pedem reintegração nos seus empregos <sup>DN 22-5</sup>

Escreve-nos o sr. José de Oliveira, que foi despedido, como outros colegas, da fábrica da C. U. F. do Barreiro, em 1943, a pedir-nos a publicação do seguinte aviso:

«Convocam-se todos os operários e funcionários desta empresa que foram afastados dos seus serviços, vítimas da repressão política salazarista, a comparecerem no centro do Parque Catarina Eufémia, ex-Parque Oliveira Salazar, no dia 2 de Junho, às 17 horas. E' a seguinte a ordem de trabalhos: Exigir junto da direcção da C. U. F. ou junto do ministro do Trabalho uma indemnização pelos prejuízos materiais e morais causados pela prepotência da direcção da C. U. F.

A indemnização a pedir será a contagem do tempo total de casa, anterior á greve, acrescido de 1943 para cá, para efeitos de reforma pela Caixa da C. U. F. conforme as categorias exercidas presentemente em outras empresas onde estão empregados estes operários.»



5.22.5.24

# **Despedidos** **(por greve em 43)** **pretendem** **indenizações**

Os trabalhadores da empresa C.U.F. que foram afastados da sua actividade profissional, por terem participado na greve de 1943, reúnem-se, no dia 2 de Junho, às 17 horas, no Centro do Parque de Catarina Eufémia no Barreiro.

Pretendem estes trabalhadores, e isso será decidido em reunião, apresentar-se junto da direcção da C.U.F. ou do ministro do Trabalho, exigindo uma indemnização pelos prejuízos materiais e morais causados com a destituição dos empregos, em consequência daquela greve. A indemnização a pedir será calculada com base no tempo total de casa, antes da greve, acrescido do tempo que mediou dos acontecimentos até agora, para efeitos de reforma pela Caixa da C.U.F. conforme as categorias exercidas, presentemente, noutras empresas onde estão empregados.



e/31-5-74

# **TRABALHADORES**

**O**s trabalhadores da Construtora Moderna, que no passado dia 14 realizaram uma paralisação de trabalho, durante 4 horas, pretendem compensá-las no próximo sábado, entre as 8 e as 12 horas, tentando assim contribuir para a diminuição do prejuízo que para a economia nacional resulta das paralisações de trabalho.

# **COMPENSAM**

# **TEMPO**

# **PERDIDO**

# **EM GREVE**



## Profabril – Grupo CUF

# REIVINDICAÇÕES DOS TRABALHADORES DA PROFABRIL

D.P. 1915

Na Profabril (Grupo C.U.F.), os trabalhadores reunidos em plenário, vendo goradas algumas das principais reivindicações apresentadas à administração da empresa, decidiram apresentar a seguinte proposta:

Ministério do Trabalho, Ministério representativo dos trabalhadores da nossa proposta e da contraproposta da empresa;

d) Que a Administração venha dar a resposta às 17 horas de amanhã (segunda-feira) em plenário perante todos os trabalhadores.»

«1 — Considerando que a greve é uma forma superior de luta que só deve ser usada quando outras formas estão esgotadas;

2 — Considerando que a greve pela greve só serve às forças da reacção que estão interessadas no caos económico;

3 — Considerando que os contactos ainda não foram interrompidos;

Propõe-se:

a) Que às 9 horas de amanhã (dia 20), se comunique à Administração que a proposta desta foi rejeitada e considerada uma afronta, como prova o conjunto de propostas apresentadas no Plenário de Trabalhadores à mesa;

b) Que perante a gravidade da situação se responsabilize desde já a Administração pelas atitudes que os trabalhadores possam vir a tomar no futuro;

c) Se dê conhecimento ao



## Profafabril

e/37-5-74

Em resposta a uma notícia publicada no nosso jornal, no passado dia 28, os trabalhadores da Profafabril enviaram-nos o seguinte esclarecimento: 1.º — Os trabalhadores da Profafabril nunca entraram em greve; 2.º — As condições agora acordadas foram obtidas por negociação entre uma comissão de trabalhadores e a administração da empresa.

## D.S. Electrónica

### TRABALHADORAS DA D. S. ELECTRÓNICA LEVANTAM A LEBRE (AMERICANA)

REP  
4/12

Em comunicado distribuído aos órgãos de Informação, as trabalhadoras da D.S. Electrónica, sentindo-se «lesadas nos seus direitos mais elementares», denunciam manobras efectuadas pela administração americana da empresa, no sentido de «sabotar os objectivos do Movimento das Forças Armadas gerando um clima de descontentamento da parte dos trabalhadores despedidos que podem atingir os 50 000 operários do sector e de outros que para ele trabalham e tentando assim desacreditar o Governo perante os trabalhadores».

Segundo o comunicado, esta sabotagem começou naquela fábrica com a saída de 20 máquinas para

Hong-Kong, «tornando maior amplitude com o despedimento de 19» das empregadas e «ameaça de violência por parte da administração para com o piquete de trabalhadoras que havia permanecido pacificamente nas instalações da fábrica para evitar mais desvios de material». Neste comunicado salientam igualmente a sua convicção de que o processo de sabotagem não se dará somente na D.S. Electrónica, uma vez que o despedimento de 33 operários na fábrica Creator, tentativas de despedimento de 10 operários na Gril; dois na Standard Electric e ameaça de 120 na Applied com posterior encerramento da fábrica, ajuntando-se a incerta si-

tuação de 300 operárias da secção de matrizes da Automática Eléctrica, levam a crer que «esta grave situação se alargará a outras empresas do ramo electrónico que empregam no total cerca de 30 000 operários». E o comunicado termina:

«As operárias da D.S. Electrónica alertam o Governo e a população em geral para esta grave situação provocada pelas administrações interessadas em continuar a desenfreada exploração dos trabalhadores portugueses e simultaneamente exigem medidas urgentes a tomar por parte do Governo no sentido de resolver tão magno problema, enquanto é possível resolvê-lo.»



## Dega

**Dega** 27.5.74

Por não ter sido dada resposta às suas reivindicações, encontram-se em greve com ocupação das respectivas instalações os trabalhadores da firma Técnica e Dega-Equipamentos Caloríferos, Lda., em Sacavém. Na verdade, no passado dia 23, os 40 trabalhadores apresentaram ao administrador, eng.º José Coelho da Silva Gil, um caderno de reivindicações com os seguintes pontos: 1500\$00 de aumento mensal; 30 dias de férias; 45 dias de subsídio; pagamento do 13.º mês e semana de 40 horas semanais.

Como o representante da entidade patronal se ausentou, deixando os trabalhadores sem qualquer resposta, estão estes na disposição de continuar a ocupar o local de trabalho e prolongar a greve enquanto não virem satisfeitas as suas reivindicações.

## Dialap - Soc. Portuguesa Lapidação Diamantes

**Trabalhadores lutam em várias frentes**

e/14-5-74

**A**OS 45 horas de negociações (os trabalhadores tinham concedido um prazo de 48) a administração da Dialap decidiu satisfazer todas as reivindicações apresentadas pelo seu pessoal, eliminando, deste modo, a possibilidade imediata de greve que chegou a pairar sobre a empresa. De entre as conquistas agora alcançadas pelos trabalhadores daquela lapidadora de diamantes salienta-se o salário mínimo de 5000\$00 para todos os empregados com mais de 18 anos; 40 horas de serviço semanais; 30 dias de férias pagas; e nomeação de comissões que participarão na administração da empresa, na gestão do pessoal e na solução dos problemas deste.



### Dialap

2015

**A** administração da Dialap, Sociedade Portuguesa de Lapidagem de Diamantes, S. A. R. L., aceitou, esta manhã, as principais reivindicações dos trabalhadores da empresa, cerca de 500, que lhe haviam sido expostas quarta-feira, num documento entregue pelos 11 delegados eleitos pelos operários.

Entre as reivindicações apresentadas, e satisfeitas, contavam-se a semana de 40 horas de trabalho e a entrada em vigor de um salário mínimo de 5000\$00.

**A** PÓS 45 horas de negociações (os trabalhadores tinham concedido um prazo de 48) a administração da Dialap decidiu satisfazer todas as reivindicações apresentadas pelo seu pessoal, eliminando, deste modo, a possibilidade imediata de greve que chegou a pairar sobre a empresa. De entre as conquistas agora alcançadas pelos trabalhadores daquela lapidadora de diamantes salienta-se o salário mínimo de 5000\$00 para todos os empregados com mais de 18 anos; 40 horas de serviço semanais; 30 dias de férias pagas; e nomeação de comissões que participarão na administração da empresa, na gestão do pessoal e na solução dos problemas deste.

## Dialap Sociedade Portuguesa Lapidagem de Diamantes

### Sociedade Portuguesa de Lapidagem de Diamantes

Os trabalhadores da Dialap (Sociedade Portuguesa de Lapidagem de Diamantes, S. A. R. L.) reunidos em assembleia magna, aprovaram um documento em que dirigiram à Administração da empresa as seguintes reivindicações:

«Limite máximo de 40 horas de trabalho semanal para todos os trabalhadores da Dialap,

de segunda a sexta-feira; igualdade de tratamento, em todas as circunstâncias, para trabalhadores portugueses e estrangeiros; imediata entrada em vigor de um salário mínimo de valor igual a 5000\$00; abolição imediata e definitiva de qualquer modalidade de trabalho a prémio; 30 dias de férias como limite mínimo para todos os trabalhadores ao serviço da Dialap; proibição do despedimento sem justa causa; em caso de despedimentos, instauração de competente processo disciplinar com a participação efectiva de representantes dos trabalhadores; participação de representantes dos trabalhadores na futura Administração a constituir; participação de representantes dos trabalhadores na gestão do departamento do pessoal; criação de uma comissão de inquérito para avaliação das responsabilidades dos trabalhadores convintes ou comprometidos com a empresa ou com o regime corporativo fascista de depósito; criação de uma comissão de trabalhadores para tutelar discussão e resolução de outros problemas relevantes; uma hora para almoço, para todos os trabalhadores ao serviço da Dialap; confirmação do direito já adquirido ao 13.º, 14.º e 15.º meses.»

Entretanto, representantes dos trabalhadores da Dialap entregaram à Junta de Salvação Nacional um documento reivindicando o saneamento dos quadros superiores da empresa.

«Repugna aos trabalhadores de Dialap — diz-se no referido documento — constatar que uma empresa cuja actividade deveria estar inserida no sector público, pelo valor estratégico da sua actividade, se encontra controlada pela Banca que, por sua vez, injectou nos corpos gerentes figuras da nossa alta burguesia, manifestamente comprometidas com o regime de depósito e que, talvez já tenham passado pela Cova da Moura ou pelo Palácio de Belém a oferecer a sua colaboração à Junta de Salvação Nacional, e, eventualmente, garantindo a sua fidelidade aos princípios do Movimento das Forças Armadas.»

As pessoas mencionadas pelos trabalhadores da Dialap como não merecedoras da sua confiança, são as seguintes:

Conselho de Administração — presidente, eng.º Carlos Kruss Abecassis (em representação da Diamang); vice-presidente Henrique Belford Correia da Silva (em representação do Banco de Angola); conde de Paço de Arcos; D. Miguel Bernard Bragança (em representação do Banco Fontecas & Burnay); dr. Bandeira Guimarães (em representação do Banco Totta & Açores); Vasco Luís de Castro; conde de Nova Goa (em nome individual); dr. Braga Paixão (administrador por parte do Estado); Sr. Philip Oppeheimer (em representação da Diamond Corporation); general José Augusto da Costa Almeida (delegado do Governo).

Conselho Fiscal — presidente, dr. Francisco Alves Salles (director do Banco Fontecas & Burnay); eng.º José Amaral Tevaris de Carvalho (em representação da Companhia Agrícola Ultramarina); dr. Júlio César da Silva Gonçal-

ves (como accionista) e ainda João Leite de Castro, substituto do eng.º Carlos Krus Abecassis, e dr. Morgado, substituto do conde de Paço de Arcos.

A terminar, os trabalhadores da Dialap afirmam, no documento entregue à Junta de Salvação Nacional:

«Permitimo-nos chamar a atenção de VV. Ex.ªs para o facto de que a simples substituição dos elementos referidos (da Administração e Conselho Fiscal da Dialap) por parte dos bancos envolvidos, repetimos, a simples substituição não resolve o caso»

A desejada substituição deverá efectivar-se sob proposta da Banca envolvida, mas com o rigoroso «contrôle» da Junta de Salvação Nacional e respeito pelos princípios do Movimento das Forças Armadas, se entre tanto não for definida a sua nacionalização.

Finalmente, reafirmamos que não nos movem, nesta tomada de posição, quaisquer intuítos de hostilização avulsa e oportunista de pessoas, mas sim a necessidade que sentimos e a urgência que se impõe em controlar uma empresa de estratégico interesse nacional por entidades politicamente idóneas.»



## Fábrica de Condutores Eléctricos Diogo D'Ávila

# TRABALHADORES DA DIOGO D'ÁVILA REVÊEM CONDIÇÕES DE TRABALHO

**O**s trabalhadores da Fábrica de Condutores Eléctricos Diogo d'Ávila, Lda., estiveram, esta manhã, reunidos em assembleia magna no restaurante do Estádio da Luz para prosseguimento da revisão das suas condições de trabalho.

Das propostas apresentadas, os trabalhadores aprovaram por unanimidade que fosse dado conhecimento à administração das suas pretensões de serem aplicado a todos os trabalhadores da empresa, seja qual for o tipo de trabalho e o local em que é exercido, o regime de vencimento mensal e que, dentro deste princípio, é inadmissível o desconto de qualquer dia de trabalho ou descanso além daqueles em que efectivamente se faltou. Tais reivindicações têm por fim evitar discriminações de classes em função do regime de vencimentos e ainda precaver certos processos abusivos de desconto dos mesmos em dias destinados a descanso.



## DOCAPESCA

«ARRASTAS»  
C-21-5-74

# DA DOCAPESCA

**-F** AZEMOS aqui um dos trabalhos mais duros da Docapesca, uma tarefa indispensável ao comprador de peixe e não temos a mais pequena regalia — disse-nos Manuel Francisco Nunes, um dos 80 «arrastas» que trabalham naquela empresa.

— Não temos ordenado fixo, uma vez que esse depende do número de caixas que arrastamos. Ora, os descarregadores de peixe resolveram entrar em greve e embora nós, os «arrastas», nos tivéssemos apresentado ao trabalho, ficámos sem trabalhar e ganhar, uma vez que não há peixe para transportar.

— Além disso — prosseguiu Manuel Francisco Nunes — pagamos todos os dias 10 escudos pelo carro e nem sequer sabemos para onde vai esse dinheiro. Estamos assim depen-

# PAGAM PARA TRABALHAR



**-F**AZEMOS aqui um dos trabalhos mais duros da Docapesca, uma tarefa indispensável ao comprador de peixe e não temos a mais pequena regalia — disse-nos Manuel Francisco Nunes, um dos 80 «arrastas» que trabalham naquela empresa.

— Não temos ordenado fixo, uma vez que esse depende do número de caixas que arrastamos. Ora, os descarregadores de peixe resolveram entrar em greve e embora nós, os «arrastas», nos tivéssemos apresentado ao trabalho, ficámos sem trabalhar e ganhar, uma vez que não há peixe para transportar.

— Além disso — prosseguiu Manuel Francisco Nunes — pagamos todos os dias 10 escudos pelo carro e nem sequer sabemos para onde vai esse dinheiro. Estamos assim dependentes dos compradores de peixe que nos pagam 3\$50 por cada caixa que arrastamos. Não temos caixa, nem sindicato, nem seguro nem tão-pouco um ordenado fixo. Pergunto agora o que é que vou dar aos meus sete filhos nestes dias que estou sem ganhar.

David Pereira, um outro «arrasta» que trabalha na Docapesca e que tem também seis filhos para sustentar, dirigiu-se ao empregado que todos os dias cobra os 10 escudos pelo carro, perguntando-lhe para onde ia esse dinheiro.

A resposta daquele funcionário foi pronta: para a reparação dos carros, como é lógico. E então os que têm carro próprio, que fazem as suas próprias reparações e que mesmo assim têm de pagar cinco escudos todos os dias?

— Esses 5 escudos — respondeu — são para guardar o carro na «garagem».

O arrasta Vítor Assis foi mesmo mais longe dizendo ao empregado que cobra as taxas que queria trabalhar mas que se recusava a pagar os 10 escudos.

— Se não pagares, não trabalhas — foi a resposta que ele ouviu.

— O nosso trabalho, além de ser extremamente duro, é um trabalho de «ganância» pois quanto mais depressa despacharmos um freguês mais depressa arranjamos outro. É claro que assim o trabalho transforma-se num «salve-se quem puder», e cada um procura correr mais que o outro, não pensando sequer em nos ajudar-mos mutuamente.

— Não tenho pai nem mãe e vivo com o meu avô de 74 anos a quem tenho que sustentar. Como não ganhei nada nestes dias, só pergunto o que é que vou dar ao velhote? A greve é uma coisa a que não nos podemos dar ao luxo, pois não temos posses para isso.

Também Domingos Silva, um dos mais jovens arrastas da Docapesca, recentemente chegado de Angola onde cumpriu o serviço militar durante 29 meses tem a seu cargo a mãe e o pai, já de uma certa idade. É ele que tem de trabalhar para toda a família e, tal como nos afirmou, vive numa preocupação constante só de pensar que um dia adoecer e que a família fica sem comer.

— Além disso, este trabalho obriga-nos a um desgaste físico tremendo e estamos continuamente sujeitos aos maiores riscos. De manhã, o chão aqui da lota mais parece um ringue de patinagem e a todo o momento podemos partir uma perna. Há uns tempos, um colega nosso que decidiu falar no caso à antiga administração foi castigado durante 19 dias, ficando portanto sem receber um tostão — acrescentou.

Finalmente João Pereira, que trabalha na Docapesca há já 30 anos, adoeceu e viu-se obrigado a permanecer 18 meses internado num sanatório.

— Se não fossem os meus colegas que, do pouco que ganham, se quotizaram todos para sustentar a minha família, não sei o que aconteceria. O que nos vai valendo é o nosso espírito de solidariedade e compreensão. Somos to-

# PAGAM PARA TRABALHAR

dos grandes amigos e quando algum de nós adoecer quotizamo-nos todos para lhe fazermos a féria. Presentemente até temos um caso desses.

— A nossa situação é de facto aflitiva — disse Manuel Francisco Nunes. Não temos Caixa para quando adoecemos, não temos um sindicato que zele pelos nossos interesses, não temos qualquer espécie de seguro que nos pague os prejuízos causados pelos acidentes e, o que é mais grave, não temos um ordenado fixo. Arrastamos apenas o peixe para os mercados e para o pessoal da rua. O peixe destinado à exportação e levado pelos próprios empregados dos compradores. Se temos dias, raros, em que fazemos 130, 140 escudos, na maior parte das vezes levamos para casa, entre 30 a 80 escudos apenas. Vivemos numa constante afilção a pensar como havemos de sustentar a família. E, o que todos consideramos uma verdadeira injustiça, é o facto de sermos obrigados a pagar para fazermos o nosso trabalho...

## Pescadores nortenhos contra distribuição de percentagens

«...Nota-se um acentuado desequilíbrio no que respeita à pesca de arrasto, pois que o armador despende 23 por cento do produto das pescas para os tripulantes, ficando com 77 por cento. Também a distribuição da referida percentagem não é feita com o devido equilíbrio porque ao mestre cabem sete por cento — embora no contrato constem apenas quatro por cento — enquanto o 1.º motorista recebe 1,7 por cento, o 2.º motorista 1,3, os ajudantes 1,2, os marinheiros 1,1 e o contra-mestre e mestre de redes 1,7 por cento». Lê-se numa exposição do Sindicato Nacional dos Maquinistas, Motoristas e Ajudantes Marítimos e Fluviais do Distrito do Porto dirigida ao representante da Junta de Salvação Nacional.

No que respeita à pesca da sardinha, os responsáveis pela exposição acentuam que devem ser anuladas as anomalias do contrato, situação causada «pela actuação perniciososa do dr. Edison de Magalhães como presidente do respectivo grémio, porque, mercê de influências da protecção de Henrique Tenreiro, conseguiu que por norma emanada do Ministério da Marinha, anular uma cláusula do contrato em vigor, para que fosse dispensado em cada barco um ajudante de motorista, lançando no desemprego, na emigração e na dispersão mais de 100 trabalhadores.»

## Pescadores de Aveiro apresentam reivindicações

O Grémio dos Pescadores de Aveiro escolheu a comissão directiva que convocará, em breve, a assembleia geral. Os representantes das pescas de arrasto, artesanal, sardinha e bacalhau, apresentaram diversas reivindicações.

Entre aquelas reivindicações destacam-se: actualização das pensões de reforma; estudo da posição dos pescadores da Murtosa; pensão de sobrevivência para as viúvas; actualização do subsídio de doença; reforma aos 55 anos; assistência igual para todos os associados; reestruturação do serviço de venda na lota de Aveiro; estudar a possibilidade da montagem de uma fábrica.



EDVANZ LEHAK

**V DOCAPESCA** 5-16-5-74 Os profissionais da descarga e escolha de pescado dos navios costeiros, na Docapesca, reivindicam o horário de trabalho de oito horas por dia, com ordenado fixo de 320\$00 diários, com a garantia de sete dias para o pessoal de escolha, convés e balanças, e 340\$00 para o pessoal do porão.

A não cedência a esta reivindicação implicará a paralisação de trabalho, a partir de hoje.

Os mesmos trabalhadores também exigem «solução imediata para a demissão dos corpos gerentes do seu sindicato na Rua da Esperança, n.º 37, 1.º, em Lisboa, ou autorização para a integração num sindicato livre que nos liberte deste».

**A situação na Docapesca** 24-5-74  
 Continuam as reuniões para resolução da situação da Docapesca, tendo sido marcado para hoje, à hora a que o nosso jornal entra na máquina, um encontro entre uma comissão de armadores e a directão do Sindicato de Apanhadores e Escolhedores de Peixe, do Distrito e Porto de Lisboa, estando também presente um delegado da J. S. N., para arbitragem das decisões a discutir.

**Docapesca** c-25-5-74 V  
 Os trabalhadores da Docapesca, tendo entrado ontem em negociações com o Ministério do Trabalho, conseguiram, por fim, chegar a um acordo sobre as suas reivindicações. Obtiveram, aos domingos, um aumento de 50 por cento sobre o ordenado diário; uma actualização do período de férias, que consiste, em quinze dias e 50 por cento de subsídio até três anos e 30 dias e 100 por cento de subsídio com mais de três anos; o 13.º mês para todos os trabalhadores sem qualquer excepção; e os feriados pagos a 100 por cento, com direito a uma folga. Anteriormente, tinha já sido conseguido um aumento geral de ordenado na ordem dos 50 por cento.



## EFACEC

### Os trabalhadores das empresas Efacec / Inel ainda não chegaram a acordo com a administração

*DN 28/6/74*

«Ao ter sido levantada a questão concreta de como abordar cada ponto do caderno reivindicativo para efeitos de negociação, a administração informou não desejar negociar os pontos que se referem a horário semanal, horas extraordinárias, subsídio de alimentação, subsídio de deslocação, ajudas de custo, férias de obra, 14.º mês e complemento do subsídio da Previdência» — referem os elementos da Comissão de Defesa e Direito dos Trabalhadores das empresas Efacec/Inel, num comunicado que nos chegou ontem.

Mais adiante, afirma-se: «Concluindo: a administração marca uma reunião de negociação, perdem-se três horas a discutir um método, e no fim informa que não pretende negociar aquilo que para os trabalhadores é fundamental. Em face do exposto, a C.D.D.T. considera que os trabalhadores estão a ser enganados pela administração, que assim tenta adiar uma tomada de posição, parecendo jogar numa possibilidade de viragem da actual situação política, que venha novamente a favorecer os interesses dos capitalistas e outros exploradores, e contra os trabalhadores».

Entretanto, o problema vai ser debatido amanhã, às 9.30 na Sociedade «Voz do Operário», durante um plenário dos trabalhadores daquelas empresas, tendo a C.D.D.T. contactado com a administração no sentido de esta estar presente.



# PLENÁRIO DOS TRABALHADORES NA VOZ *de* DO OPERÁRIO *21/7/48*

Sob o título «Efacec-Inel, Plenário dos Trabalhadores na Voz do Operário», inseriu o nosso jornal uma notícia no passado dia 28, na qual se dizia que o representante da administração da empresa, nas conversações tidas com os trabalhadores, eng.º Botelho de Sousa, era «director comercial da Efacec, accionista e presidente do conselho de administração da Inel, presidente da Associação Industrial Portuguesa, accionista de Neloux, FONSECAS e Burnay e Bebe-Johnson».

Porque tal afirmação não representa a verdade dos factos confirmados e foi inserta na notícia por lapso, rectificamos que o eng.º Botelho de Sousa é director geral adjunto e director comercial da Efacec, administrador da Inel e tem posição na empresa Nelux.



CONTINUAM EM GREVE REP 10/7/41  
**OS TRABALHADORES AO SERVIÇO  
 DAS EMPRESAS EFACEC E I. N. E. L.**

Está ainda por resolver o conflito de trabalho que opõe os trabalhadores de Lisboa das empresas E. F. A. C. E. C. e I. N. E. L. e a respectiva administração.

Com efeito, os referidos trabalhadores estão ainda em greve, tendo um membro da sua comissão representativa declarado aos jornalistas que a situação «pode manter-se por alguns dias apenas ou durar um mês ou mais tempo até». Ainda segundo o mesmo porta-voz, «serão os trabalhadores quem decidirão

o processo a levar a cabo na luta pela conquista daquilo que julgamos justo». Para este efeito, está já marcada uma reunião magna dos trabalhadores, que se realizará amanhã.

O conflito de trabalho, latente já durante o tempo de vigência do regime fascista, iniciou-se, nesta última fase, quando os trabalhadores entregaram à administração uma nota reivindicativa.

Durante as negociações que se seguiram, ambas as partes cederam em alguns pontos,

relativamente às posições que assumiam no início do processo. No entanto, segundo a comissão de trabalhadores, não foi possível ainda um acordo no ponto ao qual eles atribuem maior importância, ou seja, os vencimentos.

Deste modo, apenas houve acordo no que respeita a férias (26 dias úteis com subsídio correspondente a um mês de vencimento) e horário de trabalho, que passa a ser de 44 horas semanais. Porém, informa ainda a comissão de trabalhadores, a administração recusa-se a assinar qualquer compromisso quanto à matéria acordada enquanto os trabalhadores não aceitarem as suas propostas quanto aos outros pontos em discussão.

**OS TRABALHADORES  
 DO PORTO  
 SÃO ALHEIOS  
 AO CONFLITO**

Entretanto, num esclarecimento que ontem tornaram público, os trabalhadores do Norte das empresas em questão, declaram estar alheios ao conflito, acrescentando que apenas tomaram conhecimento das posições assumidas pelos seus camaradas de Lisboa através dos órgãos da Informação.

Ao que nos informam em Lisboa, os trabalhadores do Norte da EFACEC e da I. N. E. L. não elaboraram ainda qualquer caderno reivindicativo.

**A POSIÇÃO  
 DA ADMINISTRAÇÃO**

Por outro lado, a administração das empresas difundiu também um comunicado que «tem por objectivo fornecer-lhes a mais completa informação sobre os problemas em discussão, a fim de que todos fiquem habilitados a julgar com pleno conhecimento».

«Solicita-se aos trabalhadores — continua o documento — a sua maior atenção para o caso, porquanto o que está posto em causa é a viabilidade económica das empresas e, portanto, em primeiro lugar, o próprio emprego.»

Constituída por representantes do Ministério do Trabalho, de administração das empresas e dos trabalhadores, foi já formada uma comissão para averiguar das possibilidades das empresas de satisfazer as reivindicações apresentadas.



# Continua a greve na Efacec-Inel

DN 12/7

«O prosseguimento da greve, com ocupação dos locais de trabalho durante as horas de funcionamento», faz parte duma proposta aprovada, ontem, à tarde, durante um plenário de cerca de 700 trabalhadores da EFACEC/INEL (divisão sul).

O encontro, a que presidiu Rui Paisana, realizou-se devido ao facto de, desde sábado, início daquele movimento grevista, a situação não se ter modificado.

No início dos trabalhos a mesa informou a assembleia de que, a respeito de um documento que a Liga Comunista Internacionalista fizera distribuir, à entrada, as posições ali expressas não se identificavam totalmente com as dos trabalhadores.

Em seguida, deu-se conhecimento do trabalho desenvolvido pela Comissão de Defesa dos Direitos dos Trabalhadores da empresa, aludindo-se, nomeadamente, a um encontro com representantes do Ministério do Trabalho que, na segunda-feira, à tarde, lhes comunicaram a formação de uma comissão de peritagem à situação financeira da EFACEC/INEL, com elementos representativos dos trabalhadores, do patronato e daquele departamento governamental.

Foi anunciado que a C.D.D.T. fez, ontem, de manhã, um telefonema para o Ministério do Trabalho, tendo o dr. Eugénio Rosa, daquele departamento, declarado que contactara com o eng. Nobre da Costa, presidente do conselho de administração da empresa, que, por sua vez, lhe dissera que mantinha a posição dos outros administradores: não tinha poderes para deliberar sobre a comissão de peritagem.

Após salientar-se que os órgãos de Informação têm sido extraordinários na forma como vêm tratando da questão da greve, falou-se dos contactos com o Conselho Fabril do Norte,

tendo um dos participantes perguntado qual o grau de representatividade dos elementos que, em nome dos trabalhadores desta última zona, assistiam ao plenário.

Depois da leitura de um comunicado daqueles trabalhadores, em que se apeia, nomeadamente, para que os seus companheiros da Divisão Sul terminem a greve, gerou-se certo burburinho, no momento em que se anunciava a constituição da comissão representativa dos elementos da Divisão Comercial do Norte, e das fábricas da Maia e de Arroiteia, num total de trinta trabalhadores.

Após mais de duas horas de trabalhos, entrou-se na análise da situação, tendo havido intervenções a propósito das «manobras da reacção, que se diz ao lado dos trabalhadores mas que, no fundo, procura traí-los». Afirmou-se, em dado passo: «A classe operária vencerá. Venceu sempre ao longo da História.»

«Depois do 25 de Abril, passámos de uma situação de fome para uma situação em que podemos dizer que temos fome. Quem tem poderes para resolver os problemas são os trabalhadores», afirmou outro elemento, acrescentando que os operários da Divisão Sul não estavam em oposição aos companheiros do Norte, nem estes relativamente áqueles. «Mas nós temos o direito de escolher as nossas formas de luta», disse-se.

Um trabalhador pôs, entretanto, uma boa parte do seu ordenado à disposição de um «fundo de greve», revelando ainda existir já um movimento de alguns empregados dos serviços administrativos no sentido de colocar à disposição daquele fundo o produto das indemnizações que têm a perceber por força de um Contrato Colectivo de Trabalho, estabelecido em 1971.

Seguidamente, deram entrada na mesa nove propostas, sobre as quais a assembleia se debruçou. Os trabalhadores rejeitaram uma que defendia o sistema de voto secreto sobre a continuação ou fim da greve, tendo sido aprovada outra proposta com vista a afastar das instalações os que não concordam com a ocupação, «para se evitarem intrigas de corredor e outros factos nocivos».



## Electrolux

### **Electrolux, Lda.**

*5.30.5.24*  
O pessoal da Electrolux, que se encontrava em greve desde o passado dia 28, reconhecendo que tal situação é altamente prejudicial ao País e por solidariedade com o Governo, resolveram retomar o trabalho, prestando neste momento toda a assistência ao público. No entanto continua parada a venda directa. Esta situação de impasse é motivada por um desacordo entre os trabalhadores e a direcção quanto às reivindicações apresentadas. Entretanto, esta manhã, trabalhadores e administração reuniram-se para tentarem solucionar o problema.

### **Electrolux:**

*5.30.5.24*  
fim da greve

«por solidariedade  
com o Governo»

Num comunicado distribuído à Imprensa, o pessoal da Electrolux declara que «por solidariedade com o Governo e reconhecendo que tal situação é altamente prejudicial ao País» foi levantada a greve que há dois dias havia sido declarada.

No seu comunicado, os empregados afirmam endossar à direcção da empresa «toda a responsabilidade pela situação de impasse imposta pela falta de lealdade nas negociações das justas reivindicações dos trabalhadores ao seu serviço».



## EMINCO

**EMINCO - C. SANTOS** — A comissão «ad hoc», representativa dos trabalhadores, decidiu manter a última proposta apresentada à consideração da administração; evitar o agravamento da actual situação; e solicitar à administração que reveja a posição assumida. 5-25-34

## Empresa Fabril do Norte

### Na Empresa Fabril do Norte

SN 16.5.34  
PORTO — Reivindicando aumento salarial e protestando contra a administração, mais de dois mil trabalhadores de todos os sectores da Empresa Fabril do Norte, na Senhora da Hora, entraram em greve.

Aquela importante unidade fabril não funcionou ontem, mantendo-se ali todos os trabalhadores, numa paralisação total.

Comportando vários turnos, o pessoal foi-se rendendo, mas apesar das tentativas feitas, os trabalhadores afirmaram só retomarem o trabalho quando lhes forem dadas garantias de aumento dos salários.



## Estaleiros Navais de Viana do Castelo

# 1800 OPERÁRIOS EM GREVE EM VIANA DO CASTELO

**C**ERCA de 1800 operários dos estaleiros navais de Viana do Castelo, entraram esta manhã no seu segundo dia de greve, uma vez que as reivindicações que apresentaram há uma semana ainda não foram atendidas.

«Todos os operários aderiram ao movimento, estamos dispostos a levar até fim as nossas pretensões, uma vez que nos sentimos lesados nos nossos direitos», disse-nos esta manhã um dos trabalhadores.

Entre outras reivindicações, os trabalhadores navais exigem um salário mínimo de seis mil escudos.

Ontem esteve ali um representante da J.S.N. para se inteirar da situação. A meio da manhã de hoje, aguardava-se a chegada, vinda de Lisboa, de um administrador da empresa, o eng.º Eugénio Martins, a fim de serem iniciadas as negociações entre ambas as partes.

Entretanto, é disposição firme dos trabalhadores continuarem a greve, até êxito final dos seus pontos de vista.

**A** PÓS seis dias de greve, que se manteve até as reivindicações exigidas serem aceites, na sua quase totalidade, os 1800 trabalhadores dos Estaleiros Navais de Viana do Castelo retomaram já o trabalho. O acordo entre os representantes dos operários e a administração da empresa, que para o efeito fez ali deslocar de Lisboa um dos seus responsáveis, o eng.º Eugénio Martins, foi firmado ontem a meio da tarde, tendo acto imediato os trabalhadores que ali se encontravam retomado o serviço no turno das 19 e 30.

O pedido inicial de um ordenado mínimo de 6000\$00, que mais tarde foi baixado para 5000\$00 mensais, foi aceite pela empresa, assim como satisfeitas outras exigências.

«Vitória para ambas as partes. Todos nós estamos satisfeitos» — disseram-nos esta manhã quando nos confirmaram o fim da greve.



# LUSO-BELGA



**Luso-Belga**  
 15-6-74  
 Os trabalhadores da Fábrica de Borracha Luso-Belga, que atingem quatro centenas entre empregados e operários, decidiram pedir providências e a urgente intervenção do Ministério da Coordenação Económica.  
 Efectivamente, os contactos inicialmente estabelecidos com a administração daquela unidade fabril não foram coroados de êxito, o que levou o pessoal a ocupar as instalações, ali permanecendo ainda por não terem sido satisfeitas as suas reivindicações.

Dada a situação económica insustentável, a fábrica de borracha Luso-Belga, declarou falência. No entanto, os 400 trabalhadores mantêm-se nos seus postos solicitando um enviado do Governo que os ajude na resolução do grave problema

## OPERÁRIOS MANIFESTAM-SE CONTRA FECHO DE FÁBRICA

—A fábrica era muito mal administrada pelo senhor doutor, que não percebia nada daquilo e fazia tudo ao contrário, sem ligar aos conselhos dos operários mais competentes. E agora quem se trama somos nós — disse-nos uma operária da Fábrica de Borracha Luso-Belga, sita na Rua do Açúcar, ao Poço do Bispo, que ontem se deslocou, com mais de 400 colegas, ao Ministério do Trabalho, para pedirem que se impeça o proprietário de levar por diante a sua decisão de encerrar aquela unidade fabril.

É o dr. Pedro Roque Pinho Reis, licenciado em Direito e com 33 anos, quem dirige a fábrica em questão, da qual é o principal proprietário, segundo nos dizem as operárias com quem falámos durante a manifestação na Praça de Londres. Não vamos reproduzir aqui o que nos disseram os trabalhadores da aquele dirigente fabril, porque tudo se traduz na expressão de uma das operárias: «É um Hitler.»

A fábrica tinha cerca de 420 empregados, entre operários e escriturários. Com 78 anos de existência, deu fabulosos lucros aos seus proprietários, lucros que foram servindo para engrossar as suas fortunas pessoais, mas que não chegaram para actualizar os processos de fabrico e garantir o desenvolvimento da

produção. Hoje está reduzida a uma fábrica obsoleta, que nos últimos três anos perdeu, segundo o director afirma ao pessoal, cerca de 15 mil contos. Os salários eram neste momento, porque a fábrica está encerrada desde o dia 1, de 950\$00, 1650\$00, 2200\$00, 3000\$00 e 3400\$00 por mês. Para apoiarem a sua reivindicação de aumento de 1000\$00 por mês (o que ficava muito abaixo do salário mínimo) o pessoal fez greve durante dia e meio. E o proprietário e director da fábrica decidiu encerrar, pura e simplesmente, a unidade fabril. Este o motivo da presença dos trabalhadores na Praça de Londres, onde foram pedir ao Governo que não deixe fechar a fábrica. Para tal, dispõem-se a ganhar o mesmo que ganhavam, porque, como nos disse uma

viúva que tem filhos a sustentar, «entre o pouco e o nada escolhemos o primeiro».

Graves acusações, que o Governo terá de investigar são feitas ao referido director da fábrica, nomeadamente no que respeita à destruição sistemática de milhares de peças da produção, ao despedimento dos operários mais competentes e entre os quais se encontra um deficiente físico, com 28 anos e que vive numa barraca com a mulher e quatro filhos.

Segundo nos disseram os operários, que apresentaram uma exposição no Ministério do Trabalho, a fábrica está a abarrotar de encomendas, mas precisa de ser bem orientada, por gente séria e competente. No Ministério foi prometido à comissão de trabalhadores

que tudo iria ser feito no sentido de se tentar solucionar o grave problema.



## Fábrica de Rendas e Bordados Primor

*e/23-574*

# FABRICA DE RENDAS ENTRA EM GREVE

A reintegração imediata de duas operárias despedidas por reivindicarem os seus direitos é uma das cláusulas exigidas pelos 350 trabalhadores da Fábrica de Rendas e Bordados Primor, no Porto, que entraram em greve, depois de, durante oito dias, terem aguardado, em vão, uma resposta às suas solicitações.

Depois de várias vezes terem tentado o diálogo com a administração da empresa, duas representantes daqueles trabalhadores, as operárias Maria Olinda, de 34 anos (há 20 a exercer actividade na empresa) e Maria Teresa Rodrigues, de 19 (delegada sindical) receberam ordem de demissão.

A partir de então, o movimento grevista começou a manifestar-se. Ocupando os locais de trabalho ontem de manhã, os operários exigem o salário mínimo de 4000\$000 para as operárias e de 6000\$000 para as encarregadas, além de um subsídio correspondente ao 13.º mês e 30 dias de férias remuneradas.

Até esta manhã, mantinha-se a paralisação do trabalho nas instalações fabris.

## Fábrica de Tintas da Torre (Alvamar)

*e/6-6-74*

### da Torre

Os trabalhadores da Fábrica de Tintas da Torre mantêm-se descontentes, visto a administração não ter ainda concordado com a entrada em vigor do contrato colectivo de trabalho de 1973. Entretanto, em reunião que teve lugar ontem com delegados sindicais, a administração recusou-se a reconhecer a comissão de trabalhadores que, segundo nos informaram, pretende interferir nos mapas do pessoal e também tomar posições quando hajam despedimentos sem justa causa.

### Paralisação de serviços numa fábrica de tintas

*DN 2716*

Os trabalhadores da Fábrica de Tintas da Torre (Alvamar), decidiram, em reunião plenária, manter paralisações de serviços nos locais de trabalho, iniciadas nessa tarde, como reacção á ordem de suspensão, por parte da empresa, de três colegas de trabalho e iminente suspensão de mais alguns.

Entre outras deliberações contam-se também a de exigir a abolição imediata dos inquéritos instaurados e o reconhecimento de uma comissão de trabalhadores eleita democraticamente actuando em estreita ligação com a administração da empresa e cujos elementos estejam livres de qualquer coacção por parte da empresa.



## Fábrica Nacional de Margarina

### Intomou o trabalho o pessoal da Fábrica Nacional de Margarina

*DN 23.5.74*  
A comissão dos trabalhadores da Fábrica Nacional de Margarina recebeu o seguinte comunicado: «Os trabalhadores da F.N.M. decidiram abandonar o trabalho às 20 horas do dia 20, apesar de não terem sido satisfeitas todas as reivindicações apresentadas, devido à actual situação económica da empresa.

Ficou decidido que em futuras negociações entre a C.T. e a direcção seriam debatidas todas as outras reivindicações apresentadas.

A C.T. manifestou o seu total apoio e confiança à direcção, assim como ao Governo Provisório, a fim de assegurar um «Portugal livre e igual para todos».

### Trabalhadores da Fábrica Nacional de Margarina

*DN 28.6*  
A Comissão de Trabalho da Fábrica Nacional de Margarina, eleita por todos os trabalhadores e reconhecida pelo respectivo Director Geral, enviou-nos, com o pedido de publicação, um comunicado em que se afirmava que «na sequência de todo o trabalho com vista à defesa dos mais legítimos e justos interesses dos trabalhadores, e tendo em conta a maneira como têm sido tentadas «manobras» reaccionárias por parte da administração, pretendendo despedimentos em massa, no intuito de provocar o caos económico e a repressão sobre a classe trabalhadora, a C.T. decidiu dar conhecimento ao Ministério do Trabalho e à Intersindical da posição dos trabalhadores face a essas «manobras». Deste modo, prossegue o comunicado, foi pedido pelo delegado do Ministério do Trabalho, dr. Vieira Mesquita, que fosse convocada a administração, a fim de se debater e esclarecer a posição da F. N. M. e dos trabalhadores.»

Na sequência das conversações, ficou marcada uma reunião, no 3.º andar do Ministério do Trabalho, à Praça de Londres, no próximo dia 1, às 11 horas.

## Fábrica Progresso Mecânico

**FABRICA PROGRESSO MECANICO** — Os trabalhadores aprovaram por unanimidade que se desconte um dia por ano nos respectivos trabalhos, em benefício do soldado português. A importância reverterá «para auxílio de transportes, visto que até à data não beneficiam de qualquer regalia em transportes públicos, ferroviários e fluviais». Apela para todos os trabalhadores para que apoiem a iniciativa. *5.25.74*



## Fábrica de Malhas Simões

**TÉXTEIS** — Desde terça-feira que os empregados da firma Simões e Cia. de Lisboa, se encontram em greve devido à administração ter ignorado as suas propostas de revisão salarial. Não receberam igualmente qualquer resposta da empresa no que diz respeito ao saneamento da firma, que deveria incluir, na sua opinião, o director de produção, elementos estrangeiros ao serviço da empresa, o chefe de vendas e o da gestão de pessoal. 5-18-74

### Mil e duzentos trabalhadores da Fábrica de Malhas Simões & C. entraram no décimo dia de greve

*D N. 23-5-74*  
Entrou ontem no seu décimo dia consecutivo a greve dos mil e duzentos trabalhadores da Fábrica de Malhas Simões & C., situada na Aven. Gomes Pereira, em Benfica.

Na base do litígio, que opõe a administração e os operários, a maioria dos quais são do sexo feminino, situa-se uma revisão salarial e uma proposta de saneamento de quadros superiores da empresa.

Segundo informações que nos foram prestadas, os ordenados que ali se praticam, a nível de operárias, situam-se entre menos de dois mil e cerca de três mil escudos. Entre as pessoas visadas pela proposta de saneamento figuram dois indivíduos estrangeiros, um dos quais, também segundo declarações de trabalhadores, chega a chamar nomes às mulheres e a vigiá-las atentamente.

O ordenado mínimo que os trabalhadores reivindicam é de 3400\$00 e três administradores, com quem conversámos, reconheceram que «os salários são baixos, estamos de acordo». «Queríamos aumentar os nossos empregados, mas não podemos fazê-lo sózinhos» — disseram, referindo-se, particularmente, ao factor concorrencial e declarando que o custo das matérias-primas lhes não permite fazer aumentos.

Ainda segundo declarações dos mesmos administradores, o problema encontra-se em discussão, nas instalações de uma associação livre que reúne diversas empresas do ramo, no Porto, esperando-se que o mesmo seja solucionado dentro de relativamente pouco tempo.



## Têxtil Simões & C.<sup>a</sup>

*C. 24-5-74*  
Os 1200 trabalhadores da firma têxtil Simões & C.<sup>a</sup>, de Lisboa, continuam a greve iniciada há mais de uma semana. Entretanto, a administração apresentou uma contraproposta, na qual accedia a um aumento salarial de 15 por cento, que não foi aceite pelos trabalhadores. Esta manhã efectuou-se uma reunião da comissão dos trabalhadores com os gerentes e sócios da firma.

## Simões & C.<sup>a</sup>

*9/30-5-74*  
— Nós, os trabalhadores, estamos dispostos a tomar conta da empresa se até segunda-feira não recebermos qualquer resposta da administração — disse-nos um representante dos trabalhadores da fábrica de malhas Simões & C.<sup>a</sup>, que entra hoje no seu 16.º dia de greve. As entidades patronais têm-se limitado ao silêncio e os funcionários mantêm-se na expectativa.

Soube-se, entretanto, que a firma se encontra falida. Os 1200 trabalhadores pedem um salário mínimo de 3400\$00 e um aumento de 1000\$00, além



S. 30.5  
74

## À beira da falência?

# Fábrica de malhas em greve há 16 dias

Entrou hoje no 16.º dia a greve dos trabalhadores da Fábrica de Artesanato e Manufatura do ramo têxtil Simões & C.ª, vulgarmente conhecida por Fábrica de Malhas Simões. A paralisação do trabalho, à qual se seguiu a ocupação das instalações foi declarada por a gerência não dar uma resposta satisfatória às reivindicações apresentadas pelos seus 1200 trabalhadores.

As exigências centravam-se num salário mínimo de 3400\$00 mensais e aumento de 1000\$00 para todos os trabalhadores com vencimentos já superiores e no afastamento da empresa de cinco elementos: director de produção, chefe de vendas, dois elementos estrangeiros, um dos quais é o chefe de planeamento e chefe da secção de pessoal. Só o afastamento deste último foi conseguido.

Perante a contraproposta de aumento salarial de 500\$00, os operários mantiveram a recusa ao trabalho. Ontem, foi prometido por parte da gerência a análise de um possível inquérito, a apresentar pelos trabalhadores, às actividades dos elementos cujo afastamento é exigido.

*Pela maneira como as coisas se encaminham — disse-nos o representante dos trabalhadores com quem contactámos — a falência parece inevitável, mas, se isso for comunicado, estamos preparados para a autogestão. Em armazém, existem matérias-*

*-primas que permitem o recomeço imediato da laboração da fábrica. Congelámos, já, os pagamentos e produzimos, em primeira fase, para pagar os salários. Temos o apoio de economistas e técnicos contabilistas do Partido Socialista, que, na hipótese de a autogestão se verificar, nos prometeram já toda a colaboração.*

Interessados em conseguir uma resolução razoável para uma situação de tamanha gravidade, os trabalhadores enviaram já para algumas emissoras de rádio um apelo aos sócios da firma «para que compareçam o mais brevemente possível, nas instalações da mesma, a fim de com eles entrarem em negociações acerca da greve que há 16 dias se mantém».



## Simões & C.ª

9/4-6-74

Entre a gerência e a comissão de trabalhadores da Fábrica Simões & C.ª, Lda., foi estabelecido um acordo na presença de um delegado do Ministério do Trabalho e outro da Intersindical, que permitiu. co-

mo ontem noticiámos, o regresso ao trabalho em todas as secções têxteis daquela organização.

Nesse acordo ficou estabelecido que o pessoal feminino maior de 20 anos será remunerado com um aumento de 500\$00 sobre o salário a calcular a partir da média de todas as remunerações, incluindo prémios atribuídos durante os últimos seis meses; que para menores de 21 anos haverá um aumento de 500\$00 sobre os vencimentos calculados na referência anterior, sem prejuízo do princípio de «a trabalho igual deve ser pago salário igual»; que os homens têm um aumento de 750\$00 sobre o salário calculado a partir da média (prémios dos últimos seis meses inclusive); que os vencimentos são mensais (30 dias).

Para cálculo do salário sobre o qual incidirá o aumento somam-se os três melhores meses dos últimos seis completos, segundo dados contidos nas «folhas» enviadas para a Caixa de Previdência. O total obtido será dividido por 3, obtendo-se o vencimento.

Dos termos do acordo consta ainda um ponto referente ao saneamento, no qual se inclui a elaboração de um inquérito às actividades de Andrade Marques, com vista à instauração do respectivo possível processo disciplinar. Quanto ao eng.º Laranjeiro, será ouvido pela comissão de trabalhadores, que decidirá se deve continuar ou

não na direcção de produção, mantendo-se à frente da secção de vendas e «marketing». Em relação a Herbin e Streit só retomarão o serviço no dia 5, se a comissão considerar conveniente.



5.  
4.6.  
70

## Recomeçou o trabalho em Simões & C.<sup>a</sup>, Lda.

Entre a gerência e a comissão dos trabalhadores, na presença de um delegado do Ministério do Trabalho e de um delegado da Intersindical, foi acordado reiniciar o trabalho em todas as secções têxteis da fábrica Simões & C.<sup>a</sup>, Lda., desde o dia 1 de Junho, com as seguintes condições:

- 1) Pessoal feminino maior de 20 anos, será remunerado com um aumento de 500\$00 sobre o salário a calcular a partir da média de todas as remunerações, incluindo todos e quaisquer prémios atribuídos durante os últimos 6 meses, sem prejuízo do disposto no Decreto-Lei n.º 221/74, de 27 de Maio de 1974.
- 2) Para menores de 20 anos haverá um aumento de 500\$00, sobre os vencimentos calculados nos termos da alínea 1, sem prejuízo do princípio de «para trabalho igual deve ser pago salário igual».
- 3) Os homens terão um aumento de 750\$00 sobre os salários calculados nos termos da alínea 1.
- 4) Os vencimentos acordados são mensais (de 30 dias) e terão início em 1 de Junho de 1974.
- 5) Para melhor esclarecimento, o salário sobre que incidirão os aumentos será calculado da seguinte forma: determinar-se-á as retribuições somando os três melhores meses dos últimos seis completos conforme consta das folhas de salários enviadas para a Caixa de Previdência. O total obtido será dividido por três, o que dará o vencimento mensal.
- 6) *Saneamento* — Foi acordado um inquérito às actividades de Andrade Marques, com vista a colher elementos para, eventualmente elaborar o respectivo processo disciplinar. Quanto ao eng.º Laranjeiro, que será ouvido pela comissão dos trabalhadores que decidirá se deve ou não ficar na direcção de produção, ficou decidido que continuará sempre à frente da secção de vendas e «marketing». Quanto aos restantes, Herbin e Streit, só retomarão o serviço na quarta-feira, dia 5, se a comissão o considerar conveniente.



## Fábrica de Malhas Simões

### Curiosidade

# CAMPANHA DE FUNDOS PARA APOIAR GREVISTAS

Para apoiar economicamente uma greve, os militantes do G.A.P.S. lançaram ao fim da tarde de ontem uma campanha de angariação de fundos nas ruas de Lisboa, que vai continuar hoje. Os fundos recolhidos destinam-se aos trabalhadores da fábrica de confecções Simões e C.ª Ld.ª, em Benfica, que há doze dias se encontram em greve exigindo o aumento de mil escudos para os seus salários baixíssimos, que vão desde 1600\$00 até uma média de

2000\$00 por mês. Trata-se de uma grande empresa de confecções ligada a capitalistas estrangeiros que aproveita a mão-de-obra barata de 1200 trabalhadores portugueses, a maioria mulheres, e exporta muitos dos seus produtos.

Tendo comparecido na sede

do P.S. uma delegação de trabalhadores com o pedido de sugestões para que se encontrasse uma saída do impasse, os militantes do G.A.P.S. analisaram rapidamente a situação e saíram logo para as ruas com alguns destes operários distribuindo uma circular improvisada e pedindo o apoio da população para que os grevistas pudessem resistir até à sua vitória. Em menos de duas horas juntaram-se perto de vinte contos que vão ser entregues à comissão dos trabalhadores em greve.

Hoje na sede do P.S., delegados dos trabalhadores encontram-se com elementos do par-

tido na tentativa de serem encontrados processos eficazes de luta.

#### REUNIÃO DE VARINAS

Também na sede do G.A.P.S. realiza-se às 17 e 30 de hoje uma reunião de varinas e vendeiras de peixe, integrada numa campanha que vai ao encontro dos problemas muito concretos da população e, neste caso, pretende o abaixamento do preço do peixe. Já na 4.ª-feira o problema foi estudado numa reunião com os comerciantes intermediários e proximamente o assunto será tratado com os pescadores.

As 21 e 30 os militantes do G.A.P.S. estarão com um grupo de operários do Alfeite que se deslocam à sede do P.S. para debater situações do seu ambiente de trabalho.

## FAMETAL

**FAMETAL, S.A.R.L. —** Mantém-se a paralisação do trabalho, com ocupação da fábrica. A convite da comissão operária, uma delegação do Ministério do Trabalho esteve na fábrica para tomar conhecimento das reivindicações dos trabalhadores. Aqueles delegados resolveram, de entre outras coisas, a entrada imediata das cláusulas do C. C. T., que não estavam a ser cumpridas e declarou a abertura de um inquérito à empresa. Ficaram por resolver as reivindicações salariais, visto não estar ao alcance daqueles delegados.



## F.I.L. - Feira Internacional de Lisboa

### F. I. L.

Em virtude da não aceitação da nota reivindicativa pela comissão directiva da F. L. L., os trabalhadores da F. I. L., reunidos em plenário, deliberaram apresentar uma moção na qual concedem um prazo até às 9 horas do próximo dia 11 para ser dada satisfação às exigências ou apresentada uma contraproposta. Resolveram ainda: 1 — Manter o contexto da sua nota reivindicativa no que respeita aos pontos ainda não satisfeitos, não admitindo qualquer tipo de negociações que conduzam ao desvirtuamento das finalidades que deve a F. I. L. servir, e em especial no que concerne à directa intervenção dos trabalhadores, a quem devem ser garantidos poderes de decisão paritária com a comissão directiva; 2 — Considerar injustificados todos os argumentos evocados pela entidade patronal; 3 — Responsabilizar a direcção da A. I. P. pelo que possa resultar da não aceitação imediata da nota reivindicativa.



# Firestone

## OCUPAÇÃO DE INSTALAÇÕES NA FIRESTONE

Os trabalhadores da Firestone mantêm ocupadas desde as 20 horas de anteontem as várias instalações da empresa, situadas em Lisboa, Alcochete, Porto e Coimbra. As reivindicações apresentadas apoiam-se sobretudo numa exigência de saneamento da direcção da fábrica de Alcochete pretendendo-se o afastamento imediato do director fabril, Oscar Bertone, de nacionalidade argentina. S. J. J. 24

**FIRESTONE** — Os trabalhadores da Firestone, reunidos no respectivo Sindicato, aprovaram o envio de um telegrama à Junta de Salvação Nacional, em que se pede o afastamento imediato do director do pessoal, Manuel Paulino Gomes Júnior, e do presidente do conselho de administração, Mário Reimão Nogueira.

Por outro lado, solicitam a substituição dos administradores estrangeiros e a imediata demissão do director fabril, O. L. Bertone. S. J. J. 24

Denunciam as manobras da empresa, ao nível do «boicote» da revisão de salários, e vão nomear uma comissão de trabalhadores para contactar com a Junta.

## FIRE

Os trabalhadores da Firestone Portuguesa ocuparam, desde o dia 13, as várias instalações da empresa em Lisboa, Alcochete, Porto, Coimbra, Cabo Ruivo e Sacavém.

Os operários da fábrica de Alcochete exigiram a expulsão de três elementos da administração, bem como reivindicações de carácter salarial.

## Dos Trabalhadores da Firestone

Os trabalhadores da Firestone, reunidos no respectivo Sindicato, aprovaram o envio de um telegrama à Junta de Salvação Nacional, em que se pede o afastamento imediato do director do pessoal, Manuel Paulino Gomes Júnior, e do presidente do conselho de administração, Mário Reimão Nogueira.

Por outro lado solicitam a substituição dos administradores estrangeiros e a imediata demissão do director fabril, O. L. Bertone.

Denunciam as manobras da empresa, ao nível do «boicote» da revisão de salários, e vão nomear uma comissão de trabalhadores para contactar com a Junta.

## OCUPAÇÃO DE INSTALAÇÕES NA FIRESTONE

Os trabalhadores da Firestone mantêm ocupadas desde as 20 horas de anteontem as várias instalações da empresa, situadas em Lisboa, Alcochete, Porto e Coimbra. As reivindicações apresentadas apoiam-se sobretudo numa exigência de saneamento da direcção da fábrica de Alcochete, pretendendo-se o afastamento imediato do director fabril, Oscar Bertone, de nacionalidade argentina. S. J. J. 24

## Na Firestone Portuguesa

A comissão de trabalhadores da Firestone Portuguesa difundiu, ontem, o seguinte comunicado:

«Esgotadas que foram todas as possibilidades de um acordo, tendente à satisfação das reivindicações postas pelo pessoal da Firestone Portuguesa à respectiva administração, decidiu a comissão dos trabalhadores submeter-se ao mais alto critério de justiça social do Ministério do Trabalho, e afirmar a mais veemente determinação de um regresso imediato à plena laboração, assim se evitando elevados prejuizos para a economia nacional, ao mesmo tempo que satisfazem os princípios definidos pelo Governo Provisório.

Certos que S. E. A. o ministro do Trabalho, não deixará de prestar justiça aos trabalhadores da Firestone Portuguesa, a respectiva comissão exorta todos os colegas a manterem o alto espirito de civismo e solidariedade que vêm patenteando até ao presente.»

## FIRESTONE

A propósito do comunicado dos trabalhadores da Firestone Portuguesa, os drs. Paulino Gomes Júnior e Reymão Nogueira já nomearam advogados, em virtude de afirmações insertas naquele documento e que são passíveis de procedimento judicial.

O dr. Paulino Gomes Júnior está a elaborar a resposta ao referido comunicado. S. J. J. 24

## Na Firestone Portuguesa

Segundo um comunicado ontem difundido, a comissão dos Trabalhadores da Firestone Portuguesa está em negociações com a administração para, no melhor ambiente de cordialidade, compreensão e entendimento,

procurarem resolver as reivindicações apresentadas.

Tais reivindicações pretendem, muito resumidamente, um salutar saneamento da empresa, tendente a uma melhoria de serviços a todos os níveis e em todos os sectores, bem como revisões de natureza salarial.

A Comissão dos Trabalhadores esclarece ainda que todas as notícias publicadas na imprensa ou difundidas pela Rádio são de responsabilidade de elementos alheios a esta Comissão e podem falsar a verdade dos acontecimentos.

Oportunamente aquela Comissão dará a conhecer o andamento das negociações.

## REGRESSO DOS TRABALHADORES DA «FIRESTONE»

Os trabalhadores da «Firestone Portuguesa» reuniram-se em assembleia geral nas instalações de Alcochete para decidir retomar o trabalho, embora as suas reivindicações não tenham sido de modo algum satisfeitas pela administração da empresa. Propõem-se continuar a lutar através de novos processos de luta, reforçados pelo apoio dos sindicatos, não se responsabilizando os trabalhadores pelas perturbações que a intromissão de certas pessoas ligadas à empresa possam causar pela sua presença; os trabalhadores da Firestone exigem à administração que proíba a permanência em todos os sectores até à conclusão do inquérito solicitado ao Ministério do Trabalho do dr. Mário Reymão Nogueira, dr. Manuel Paulino Gomes Júnior, Oscar Luis Bertone, eng.º João Bemfeito e João C. Barbosa.

## Trabalhadores da Firestone enviam telegrama

Os trabalhadores de todos os sectores da Firestone Portuguesa enviaram um telegrama à Junta de Salvação Nacional a denunciar a vexante contraproposta da revisão do A. C. T. enviada pela empresa.

Informam ainda que continuam ao serviço da empresa, em cargos directivos, elementos estreitamente ligados ao deposto regime fascista, dos quais pedem o afastamento imediato.

Finalmente, solicitam a substituição dos administradores estrangeiros a curto prazo e a imediata demissão do director fabril.

## O caso da Firestone Portuguesa

A propósito do comunicado dos trabalhadores da Firestone Portuguesa, informam-nos os drs. Paulino Gomes Júnior e Reimão Nogueira que já nomearam advogados, em virtude de afirmações incertas no mesmo comunicado e que são passíveis de procedimento judicial.

## Firestone

Os trabalhadores da Firestone decidiram a retomada imediata do trabalho em todos os sectores, mas declaram não se responsabilizarem pela intromissão de qualquer dos seguintes elementos: dr. Mário Reymão Nogueira, dr. Manuel Paulino Gomes Júnior, Oscar Luis Bertone, eng.º João Bemfeito e João C. Barbosa, cuja permanência proíbem até à conclusão do inquérito solicitado ao Ministério do Trabalho. Quaisquer perturbações que venham a surgir no seio das actividades da empresa serão atribuídas àqueles e à administração.



# 5.20.54 Regressam à actividade os empregados da Firestone

**Os trabalhadores da Firestone decidiram ontem, numa reunião geral, em Alcochete, retomar a sua actividade em todos os sectores da empresa, reafirmando no entanto o propósito de continuarem na luta para satisfação das reivindicações apresentadas.**

No comunicado, distribuído pela comissão eleita dos trabalhadores da empresa, diz-se, nomeadamente, que se pretendeu manter um diálogo franco e aberto com a administração.

A propósito do saneamento houve malogro das negociações uma vez que «em face das provas altamente comprometedoras para as pessoas cujo afastamento exigimos (inclusive ligações com a P. I. D. E.), somos levados a concluir que a intransigência da administração visa atingir objectivos que suspeitamos não estarem relacionados com o litígio em causa».

Os trabalhadores pretendem «proibir a permanência em todos os sectores da empresa até à conclusão do inquérito solicitado ao Ministério do Trabalho dos seguintes elementos: dr. Mário Reymão Nogueira; dr. Manuel Paulino Gomes Júnior; Óscar Luís Bertone; eng. João Benfeito e João C. Barbosa.

Porém, os trabalhadores, conscientes do momento que Portugal atravessa e integrando-se no espírito do Movimento das For-

ças Armadas agora prosseguido pelo Governo Provisório, decidiram a retomada imediata do

trabalho em todos os sectores da empresa e declaram não se responsabilizar pela intromissão de qualquer dos elementos atrás mencionados, sendo atribuída a estes e à administração quaisquer perturbações que possam surgir no seio das actividades da empresa.



## Fábrica Militar de Braço de Prata

# REIVINDICAÇÕES SALARIAIS NA FÁBRICA MILITAR DE BRAÇO DE PRATA

Na Fábrica Militar de Braço de Prata, foi ontem eleita pelos trabalhadores uma comissão central que vai iniciar os trabalhos necessários tendo em vista a satisfação de reivindicações salariais e a criação de um sindicato (ou a sua inscrição nos sindicatos já existentes).

Embora se trate de uma unidade fabril do Exército — onde é fabricada, por exemplo, a espingarda, automática «G3» utilizada pelas Forças Armadas — a F. M. B. P. integra nos seus quadros uma percentagem muito grande de pessoal civil. Grande parte desse pessoal participou, anteontem, numa manifestação que se dirigiu à Junta de Salvação Nacional, em Belém, solicitando o regresso imediato às suas funções do subdirector da fábrica, tenente-coronel Hélder de Moraes, que havia sido afastado, há dias, devido a uma manobra ainda por esclarecer.

Ao que conseguimos apurar, aquele oficial merecia a máxima confiança do pessoal da F. M. B. P. e foi com manifestações de regozijo dos trabalhadores que ontem retomou as suas funções.

Prossegue, entretanto, a actividade da comissão central de trabalhadores cujas decisões relativamente a reivindicações salariais e outras deverão ser conhecidas muito em breve. Sabe-se, para já, que não está posta de parte a hipótese de criação

de um sindicato abrangendo todos os trabalhadores dos estabelecimentos fabris, dependentes do Ministério do Exército.

52  
12/5



# GALETO – Restaurante

## Greve no "Galeto"

O despedimento de três dos 140 empregados do Restaurante «Galeto» por, no dizer de um dos administradores, «serem revolucionários», e o afastamento doutro, «por estar a cumprir o serviço militar e dar pouco rendimento», provocou, ontem, da parte da maioria dos seus camaradas, um movimento grevista. A posição daqueles trabalhadores só terminaria cerca das 20 horas, perante um compromisso do patronato e da sua comissão representativa de, na segunda-feira, às 18 horas, se reunirem, conjuntamente com representantes do Ministério do Trabalho, para esclarecimento da situação.

Segundo afirmações que recolhemos à porta daquele restaurante (o gerente proibiu, depois, os empregados de prestarem informações durante o trabalho), a administração, para além daqueles despedimentos, teria «cometido diversas prepotências, como a de exigir a quantia de 20\$00 a quem se tivesse esquecido das

chaves do seu armário, onde está a

dicativo, que, aliás, foi parcialmente satisfeito». Ainda de acordo com o mesmo administrador, e segundo pudemos constatar, foram 53 os empregados que assinaram aquele caderno e, quanto à possível duração da greve, o sr. Arlindo Gonçalo declarou-nos: «Que dure o tempo que durar. Tenho os meus negócios no Brasil, e prefiro



O nosso repórter ouvindo os trabalhadores do Galeto

sua farda de trabalho, em troca de outras chaves, que lhe permitiriam não faltar ao trabalho».

O presidente do respectivo Sindicato, Carlos Amorim, fez, com outros membros da direcção, diversas diligências junto da administração e do Ministério do Trabalho, no sentido de normalizar a situação, mas a sua tarefa resultou sempre infrutífera, por forte determinação dos administradores, que se recusavam a readmitir os empregados despedidos.

Em conversa que travámos com o administrador Arlindo Carneiro Gonçalo, este declarou-nos, quanto aos trabalhadores despedidos, que se trata de «belíssimos empregados, até ao 25 de Abril, mas foram sempre muito complicativos, e até exerceram representações psicológicas junto dos colegas que não assinaram o caderno reivin-

perder três empregados maus, a ficar sem vários bons, que já me manifestaram a sua vontade de se irem embora se a situação se mantivesse».

O publico, todavia, parece não ter cado conta daquele movimento grevista, pois os serviços embora com pequenas deficiências, funcionaram sempre, durante a «primeira greve da história da hotelaria portuguesa», como diria o presidente do Sindicato.



CAIXA GERAL  
DE DEPÓSITOS  
DEPÓSITOS A PRAZO



# EMPREGADOS DE CAFÉ EM VÉSPERAS DE GREVE

DL  
20  
6

Profissionais da indústria hoteleira (e similares) do distrito de Lisboa concentraram-se ontem à tarde defronte do Ministério do Trabalho, na Praça de Londres, a fim de protestarem contra as diferenças de tratamento que actualmente afectam a classe. Com efeito, os empregados de hotéis gozam desde o dia 17 de um contrato especial que desconhece os restantes profissionais, numa atitude que eles, consideram ofensiva à sua dignidade e aos seus direitos. Não sabendo explicar as razões que levaram à realização separada de tal acordo, os trabalhadores visados, cerca de 40 mil em todo o país, exigem o mesmo estatuto, cujos pontos principais incidem na semana de 44 horas,

no 13.º mês, no mês de férias (com subsídio igual) e no pagamento de 25 por cento do trabalho nocturno.

Goradas até ao momento as suas reivindicações, os empregados de cafés, pastelarias, bares, pensões, restaurantes e similares decidiram, em assembleia geral realizada no dia 18 no Coliseu dos Recreios, entrar em greve (recusa de serviço aos clientes a quem fornecerão apenas copos de água) a partir do dia 22 se as suas pretensões não forem atendidas até às 18 horas de amanhã. Entretanto a direcção do seu Sindicato avista-se esta tarde com os representantes dos grémios a fim de ser encontrada uma solução.



# GELMAR

## ✓ Gel-Mar c. 21.5.74

A Torralta, com a cumplicidade de Henrique Tenreiro, entrou no sector das pescas como sócia maioritária da S.N.A.P.A., e, através dela, na Gel-Mar, onde, alegando um pronto saneamento da empresa, cometeu uma série de abusos que culminaram no despedimento de cerca de 40 operários, nalguns casos substituídos por «afilhados» que entraram na empresa «que pretendia reduzir gastos» a ganhar o triplo ou mais dos vencimentos daqueles — afirmam os trabalhadores da Gel-Mar.

C  
C  
V  
It  
V

Numa exposição dirigida ao Ministério do Trabalho é exigida a satisfação integral das indemnizações pedidas e devidas por lei àqueles operários, bem como o pagamento de horas extraordinárias e diuturnidades vencidas; demissão da actual administração, de todos os directores e de alguns chefes de secção, por não se identificarem com o Programa do M.F.A.; reintegração dos trabalhadores despedidos sem justa causa nos lugares e categorias que ocupavam, sem prejuízo de antiguidades, sendo-lhes atribuído o vencimento actualizado segundo o A.C.T. de 1 de Maio de 1973, homologado e nunca cumprido; salário mínimo de 6000\$00 e cumprimento imediato e integral das diuturnidades; e regresso do anterior presidente do conselho de administração, Tito Moreira Rato, único amigo de todos os trabalhadores, afastado por discordar da actual administração.

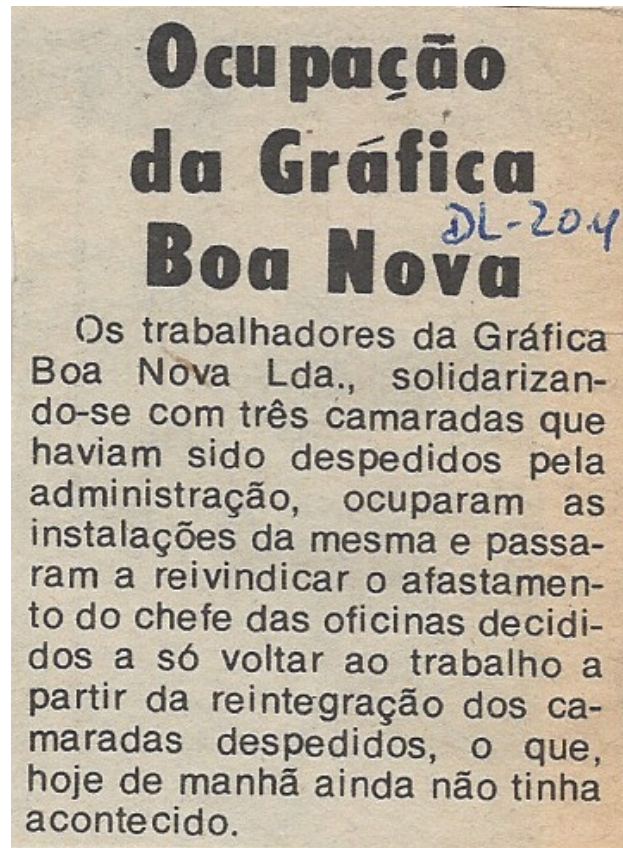
## ✓ Gel-Mar c. 22.5.74

Um grupo de sete empregados representando todo o pessoal administrativo da Gel-Mar esteve na nossa redacção, a fim de entregar um desmentido à local publicada nas edições de ontem de «A Capital», nomeadamente sobre a questão da substituição dos empregados substituídos (27 e não cerca de 40) por «afilhados». Igualmente esclarecem que foi graças ao capital investido pela Torralta na Gel-Mar através da SNAPA que se conseguiu manter a empresa em actividade, uma vez que a situação económica era grandemente deficitária na altura, situação que aliás se mantém, devendo tal facto ser imputado às anteriores administrações.

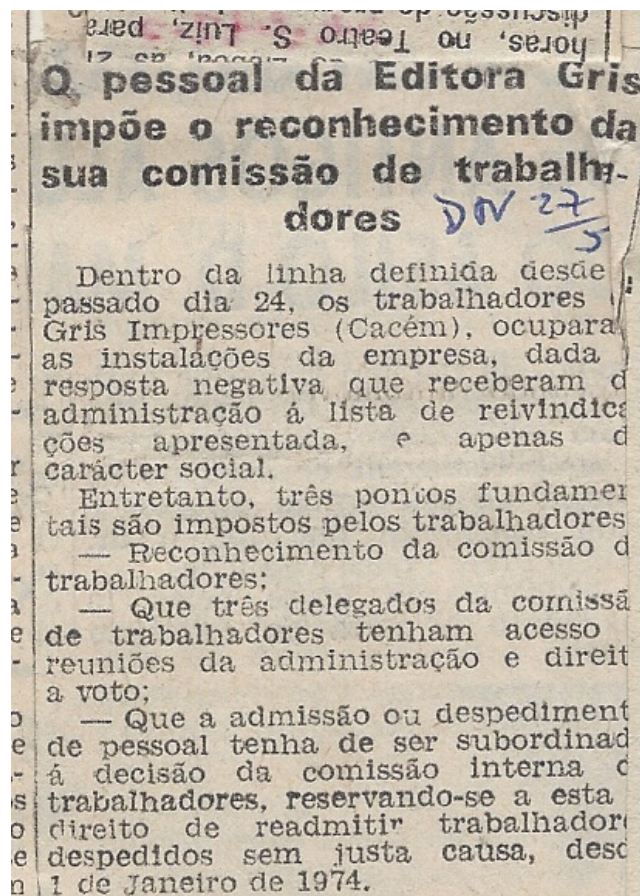
Tendo em conta aquela realidade, o pessoal administrativo da Gel-Mar rejeita a hipótese do regresso de quaisquer antigos administradores, para garantia do trabalho de todos os camaradas da empresa.



## Gráfica Boa-Nova



## GRIS





## Grão-Pará

**Grão Pará** e/21-5-74

Cerca de 400 trabalhadores da imobiliária Grão Pará, que se encontram neste momento a trabalhar na construção do novo Hotel Holiday Inn — Estoril, na estrada de Sintra, mantêm a greve iniciada ontem. Na origem desta tomada de posição está a não satisfação de um aumento geral de 40 por cento pedido pelos operários, sobre o qual a administração aceitou conceder um aumento de 35 por cento para não especializados e 25 por cento para especializados. Entretanto, um sector essencialmente constituído por serventes e pintores recusou-se a trabalhar, ao que os outros, embora discordantes, se viram obrigados a aderir, por motivos de segurança.



## GULBENKIAN – FUNDAÇÃO CALOUSTE





# OS TRABALHADORES DA FUNDAÇÃO CALOUSTE GULBENKIAN DEFENDERAM A SUA SINDICALIZAÇÃO E O DIREITO À GREVE

D.N. 8.1.74

A sindicalização de todos os trabalhadores, revisão de salários e problemas afins (categorias profissionais, promoções, diuturnidades, etc.), além do direito à greve, são recomendações apenas a proposta que ontem à tarde, no Auditório Um da Fundação Gulbenkian, cerca de mil empregados daquela instituição acabaram de completar e aprovar, para melhoria das suas condições.

Os trabalhos daquela assembleia tinham sido iniciados na segunda-feira, no mesmo local. A proposta aprovada foi, aliás, apenas uma das oito que os trabalhadores daquela instituição tinham apresentado, tendo sido escolhida por sintetizar, de maneira geral, as restantes. Ontem foram admitidos, discutidos e votados alguns pontos, constantes de duas das outras, como complemento.

A primeira proposta a ser discutida dizia respeito à possível participação de um trabalhador no conselho de administração e constituiu, de certo modo, uma questão muito controversa, que um dos presentes, o advogado Gomes Moreno, contestou com diversas considerações, inclusivamente com teses ético-jurídicas.

Rui Grácio, que fazia parte da mesa que orientava os trabalhos, considerou o problema muito delicado e perguntou, em oposição a Gomes Moreno, se o testamento de doação de Calouste Gulbenkian proibia a presença de um trabalhador no conselho de administração. Depois de dadas as diversas considerações, durante as quais, inclusivamente, se manifestou contra o que no regime anterior frequentemente se apodava de «paternalismo» (isto a propósito da «porta aberta» para quem quiser expor os seus problemas ao conselho de administração, o orador, em substituição da proposta em causa, defendeu a criação de um órgão que proteja os trabalhadores.

A partir daqui, houve diversas pessoas que falaram sobre o primeiro assunto. Bernard da Costa, que também estava na mesa, referiu, a propósito do que se passava, que o nosso objectivo deve ser, antes do mais, processar uma verdadeira revolução nesta casa». Charters de Azevedo, por sua vez, manifestava-se contra a proposta que estava a ser discutida e a favor da tese que defendia a criação de um órgão de defesa dos trabalhadores.

«Ser democrata é ser aquilo que se é e não o que os outros pretendam que se seja», disse depois o escritor Domingos Monteiro, que estava a prestar esclarecimentos, na sua qualidade de director interino do Serviço de Bibliotecas Itinerantes, pois este sector tinha sido focado anteriormente na assembleia, manifestando-se, por outro lado, contra a proposta em questão e prestando informações a respeito do testamento de Calouste Gulbenkian.

Não apenas a favor, mas aconselhando, ainda, a existência de, pelo menos, dois trabalhadores no conselho de administração, falou depois Rui Macedo, após o qual Meneses de Almeida perguntou à mesa se esta concordava com a leitura do testamento em causa. Estes, devido à extensão do documento, não acharam aconselhável, «pois perder-se-ia muito tempo».

Meneses de Almeida estava a refutar afirmações de Rui Grácio quanto àquele documento, mas foi interrompido por um elemento da assembleia, que referiu estar a perder-se tempo. O meu esclarecimento está dado, respondeu então o orador.

Após outro membro da mesa ter dito que o testamento está publicado, usou da palavra Horácio Menano, o qual declarou que o órgão citado pelo dr. Rui Grácio respondia aos objectivos da proposta em discussão, da autoria de Agonia Pereira.

«A administração não quer que os

funcionários conheçam o testamento, foi dito por outra pessoa, imediatamente atacada, do lado da assembleia, com gritos de «não é verdade!»

Outro orador acabaria por apresentar à mesa uma requerimento com vista a inquirir-se se a assembleia estava, ou não, esclarecida quanto à proposta em discussão. Rui Grácio, por sua vez, esclarecia a assembleia quanto ao significado que pretendia dar a uma expressão que utilizara.

A mesa, entretanto, defendia que o mais importante é concluir alguma coisa, e o requerimento era posto à votação. A maioria da assembleia considerava-se suficientemente esclarecida, e ia, agora, votar-se a proposta subscrita por Agonia Pereira, a qual viria a ser rejeitada, por maioria. Entretanto, Horácio Menano apresentava uma proposta defendendo que o órgão dos trabalhadores defendido no decurso da discussão sobre a discussão anterior tivesse assento nas reuniões plenárias do conselho de administração da Fundação Gulbenkian.

A mesa, por sua vez, indagava junto do autor daquela proposta se concordava que, à mesma, fosse apenas um aditamento, já aprovado na reunião anterior e, portanto, fora de causa.

A referida proposta, entretanto, era, por maioria, admitida à discussão. Rui Grácio voltou a usar da palavra, desta vez para prestar esclarecimentos a propósito do que, quanto a ele, seriam, concretamente, as reuniões plenárias do conselho de administração e, por outro lado, quanto às funções do referido órgão de defesa dos trabalhadores.

Dois secretários da administração usaram, então, da palavra, prestando informações mais pormenorizadas a respeito das referidas reuniões plenárias, declarando, nomeadamente, não ser neste tipo de encontros que são estudados os orçamentos.

«Se não é nas reuniões plenárias que são executados os orçamentos, quando é», perguntou o orador seguinte, provocando a consequente intervenção de diversos trabalhadores, entre os quais Ferreira Martins, que deu a chegada a propósito da questão em causa.

Seguidamente, Van Uden defendeu um estudo, em profundidade, do órgão de defesa dos trabalhadores, e sugeriu que Horácio Menano transformasse a sua proposta numa recomendação, facto que foi aprovado, por aclamação.

Entrava-se, agora, na leitura da proposta número oito que, dada a sua clareza, viria a ser aprovada por unanimidade. Aqui, refere-se, nomeadamente, que seja dada publicidade interna aos ordenados e outras gratificações que todos os trabalhadores da instituição auferem.

A seguir foram lidos alguns pontos da proposta aprovada na sua totalidade, nomeadamente no que concerne à eleição de uma comissão que vai estudar os problemas de todos os trabalhadores da Fundação, e, entretanto chegava à mesa outra, a qual defendia fosse dado conhecimento à Junta de Salvação Nacional, ou ao Governo Provisório, dos factos anotados nesse estudo, e pedindo, por outro lado, que, se fosse caso disso, se viesse a efectuar uma acção de depuração.

O último aspecto desta proposta foi considerado deslocado, e o seu primeiro subscritor retirava-o, explicando as razões que o levaram a assinar o documento em causa. Esta proposta, aliás, viria a ser admitida e discutida, embora por poucos oradores, e, finalmente, rejeitada.

Os trabalhos daquela reunião magna eram dados por findos e, entretanto, hoje, amanhã e sexta-feira, cada serviço irá escolher os seus delegados, que ficarão de posse das pretensões dos seus colegas havendo, na segun-

da-feira, às 14 horas, na sede da Fundação, um encontro desses delegados.

Até ao dia 22, data para a qual está marcada nova assembleia de todos os trabalhadores, aqueles delegados não terão muito tempo de descanso, pois estarão a braços com muitas tarefas, com vista à melhoria das condições de trabalho dos empregados da Fundação.

## A proposta aprovada

Entretanto, são os seguintes os termos da proposta aprovada, a qual não contém os pontos que, a partir de ontem, passaram a estar integrados nela:

1. — Considerando que a alteração que acaba de se verificar no nosso regime político criou a possibilidade de desenvolvimento de um Sindicalismo livre; 2. — Considerando que esse facto vai, por certo, modificar profundamente as relações de trabalho e permitir aos trabalhadores construir uma nova base para tais relações;

3. — Considerando que se não devem fixar os termos por que se irão processar essas mesmas relações de trabalho sem que sejam auscultados todos os trabalhadores e ouvidas as suas legítimas aspirações, unico processo verdadeiramente democrático;

4. — Considerando que a forma prática de atingir esses objectivos é a constituição de grupos de trabalhadores correspondentes aos diversos sectores de trabalho, grupos que fixem os pontos que servirão de base às decisões futuras;

5. — Considerando que tais decisões só poderão traduzir-se em verdadeiras conquistas e estas serem devidamente cimentadas se for criado um organismo permanente que represente os trabalhadores e esteja atento na defesa dos seus direitos e interesses;

6. — Considerando que a correcta definição desse organismo pressupõe um trabalho moroso que, de certo modo, poderia adiar a resolução de problemas mais prementes, os trabalhadores da Fundação Calouste Gulbenkian, reunidos em Assembleia, decidem:

1.º — Que em cada Serviço ou grupo profissional conforme as circunstâncias o imponham, sejam escolhidos um ou mais delegados que auscultem as principais pretensões dos seus colegas e sobre elas preparem, no prazo de três dias, uma ou mais propostas;

2.º — Que, findo esse prazo, se efectue uma reunião de delegados, a fim de prepararem a síntese geral das propostas elaboradas e sugerirem listas para o constituição de uma futura Comissão Executiva das deliberações que venham a ser tomadas;

3.º — Que, concluído esse trabalho de síntese, que deverá ser executado durante os quatro dias imediatos, se proceda à divulgação, entre todos os colegas dos documentos elaborados (síntese das propostas e listas) e à convocação de uma nova Assembleia, a efectuar decorridos dois dias;

4.º — Que, na referida Assembleia, se proceda à discussão das propostas divulgadas e à eleição da Comissão Executiva, que terá por missão dar cumprimento às deliberações aprovadas na Assembleia;

5.º — Que, findos os trabalhos desta Assembleia, se dê início aos estudos necessários para constituição de um órgão institucionalizado dos trabalhadores da Fundação, órgão que actue em ligação com os Sindicatos em que eles se integram e represente os interesses dos trabalhadores junto da Administração;

6.º — Que todo este processo seja acompanhado de um adequado sistema de difusão de informação, mediante a utilização dos meios de que a própria Fundação dispõe.



# Funcionários da Gulbenkian definem reivindicações

NA sequência dos pontos aprovados em assembleia geral dos trabalhadores da Fundação Calouste Gulbenkian, realizadas a 6 e 7 do corrente, reuniram-se, ontem à tarde, os delegados representantes dos trabalhadores de todos os serviços e sectores.

Após verificação dos poderes dos delegados, foi aprovada uma

proposta que se referia à necessidade de, na próxima reunião, os respectivos delegados serem portadores de um documento comprovativo da sua representatividade. Foi igualmente aprovada a participação dos bolseiros nas reuniões de delegados.

Em seguida foram lidas, sem discussão, as propostas elaboradas em cada sector e serviço,

conforme havia sido determinado em assembleia geral anterior. Na referida assembleia ficou decidido que cada uma dessas propostas deveria focar os seguintes pontos gerais: sindicalização de todos os trabalhadores, revisão dos salários e problemas afins, direito à greve, revisão dos quadros directivos no que se refere aos aspectos profissional e relações humanas, saneamento do

serviço de pessoal, esclarecimento das pressões exercidas sobre funcionários quando o pessoal fez greve às refeições da cantina, reintegração de funcionários vítimas de despedimento por razões políticas, ético-profissionais e outras.

A discussão e aprovação da proposta efectuar-se-á no dia 14, às 14 horas, numa das salas da Fundação.

# Trabalhadores da Gulbenkian aprovam reivindicações

VINTE E SETE propostas foram já aprovadas pelos trabalhadores da Fundação Calouste Gulbenkian, reunidos em assembleia geral nos passados dias 22 e 23, devendo os trabalhos terminar hoje numa nova assembleia com início às 14 horas, para o estudo das definições das comissões executivas.

Sobre a revisão dos vencimentos, os trabalhadores, reunidos no Auditório 1 daquela Fundação, são da opinião de que a comissão executiva nomeie uma comissão técnica para o reajustamento de salários, tendo em conta vários pontos, com especial relevância para o estabelecimento de um ordenado mínimo de 6000\$00 a médio prazo e a fixação de um salário máximo nunca superior a cinco vezes o mínimo, para o aumento real do custo de vida e para as tabelas de vencimentos praticados nas principais instituições ou empresas nacionais.

A curto prazo, e portanto de execução imediata, além da fixação daquele salário mínimo, os trabalhadores exigem igualmente a abolição do salário por hora, um aumento fixo de 2400\$00 para todos, «tendo em conta os aumentos já havidos, que serão assim deduzidos, deste modo se excluindo os directores de serviço e equiparados».

## Saneamento

NA proposta aprovada sobre o saneamento a efectuar na Fundação Gulbenkian, caso haja motivo para tal, é pedido à administração o «imediato despedimento dos funcionários da Fundação que comprovadamente te-

nham pertencido, como agentes ou informadores» à extinta D. G. S. Quanto aos funcionários que comprovadamente tenham pertencido à extinta Legião Portuguesa, os trabalhadores propõem o seu afastamento mediante o apuramento das responsabilidades.

Por outro lado, a comissão executiva deverá assegurar imediatamente a gestão de todos os problemas de relações de trabalho, até aqui confiados ao Serviço de Pessoal.

Foram ainda aprovadas as propostas que tratam de assuntos de sindicalização e problemas de trabalho, «de reintegração dos trabalhadores despedidos», principalmente por razões políticas, «de categorias profissionais e de

promoções», que serão propostas por todos os trabalhadores de determinado sector profissional.

Finalmente, foram aprovadas propostas relativas a negociações entre a Fundação e o Governo, aos trabalhadores deslocados para Oeiras, à admissão de pessoal, às transferências, às condições de higiene, segurança e instalações, às licenças sem vencimento, ao vestuário, aos empréstimos, aos subsídios, aos regulamentos internos, ao horário de trabalho, à utilização de cantina e/ou subsídio de alimentação, a despedimentos ou reduções de quadros e, por último, à transformação de uma proposta sobre a creche dos filhos dos trabalhadores da Fundação.

De salientar a organização impecável das reuniões.



# Trabalhadores da Gulbenkian dão rosto novo à Fundação

**D**ECERTO que não foram abalados os caboucos da Fundação Gulbenkian, aqueles alicerces económicos sobre os quais assenta a extraordinária acção desenvolvida por aquela instituição de acordo com a vontade do seu fundador, mas as estruturas, o travejamento da sua política vai sofrer um forte safanão para sacudir a poeira acumulada com o tempo e vesti-la pelo novo figurino português de liberdade, justiça e democracia.

O primeiro passo foi dado ontem pelos seus trabalhadores, reunidos em sessão plenária, ao aprovarem uma proposta de reestruturação decidindo que «a definição política da Fundação nos diferentes campos de acção dos objectivos específicos que prossegue deverá, sempre que possível e mediante propostas devidamente concretizadas, ser confiada a comissões que integrem trabalhadores da Fundação, devendo as mesmas comissões ter plenos poderes para ouvir pareceres qualificados de pessoas de reconhecida competência e idoneidade, eventualmente para as integrarem no seu seio». Entretanto, ainda segundo a mesma proposta, sem prejuízo do que ficar aprovado, nenhuma reestruturação interna dos serviços ou sectores actualmente existentes na Fundação deverá ser levada a efeito sem a participação dos trabalhadores neles integrados. Mais ainda: «sempre que possível, deverá a direcção dos serviços ser assegurada por órgãos colegiais constituídos por trabalhadores dos mesmos serviços, sendo a respectiva coordenação assegurada pelos directores dos mesmos.»

## Quanto ganham os administradores

**À**QUELA proposta seguiu-se uma outra de saneamento em que este é exigido a nível geral da Fundação e na qual se propõe concretamente que seja pedida à administração uma informação sobre eventuais pressões exercidas internamente, e a todos os níveis, para inflectir a política da Fundação num sentido favorável à política do regime deposto ou que, de algum modo, tenham interferido na admissão, situação profissional, promoção ou despedimento de pessoas que não fossem gratas à situação anterior ao 25 de Abril.

Todavia, a aprovação desta proposta, que entronca na primeira

referente à reestruturação, nada tem a ver com o pedido de publicação dos vencimentos dos administradores feito pela assembleia e ali mesmo satisfeito, num período anterior à ordem dos trabalhos propriamente dita. Assim, ficou a saber-se quanto ganham os oito administradores, para cima de trezentos contos mensais no seu conjunto: dr. Azeredo Perdigão, 63 950\$00; Charles Wislaw, 51 160\$00 (em «part time»); Essajau, 35 000\$00 (part time); prof. António Arruda Correia,

35 000\$00 («part time»); Robert Gulbenkian, 63 950\$00; dr. Vitor de Sá Machado, 63 950\$00; prof. Marcelo Matias, 63 950\$00; e eng.º Luís M. Guimarães Lobato, 59 700\$00 («part time»).

## Vinte propostas

**F**ORAM vinte as propostas discutidas — algumas delas, a primeira a que nos referimos absorveu cerca de duas horas — e aprovadas desde o começo da

reunião, às 14 horas até à suspensão dos trabalhos, faltavam poucos minutos para as 21 e isso a requerimento de um dos participantes que, alegando que muitos deles moram longe e tendo de voltar ao trabalho no dia seguinte de manhã cedo, só com enorme sacrifício aguentariam permanecer ali até cerca da meia-noite, tempo calculado que iria ser necessário para esgotar a matéria.

A reunião prossegue esta tarde, a partir das 14 horas.



## Os trabalhadores da Gulbenkian pretendem aumento de ordenados

DN 2816

A contraproposta referente ao aumento de salários, apresentada pelo conselho de administração da Fundação Calouste Gulbenkian, em resposta ao caderno reivindicativo do pessoal, constituiu o ponto fundamental, debatido ontem, em plenário de trabalhadores.

Tendo, portanto, em atenção que aquela contraproposta reduzia o pretendido aumento geral de 2400\$00 para 1500\$00, foram postas á consideração dos funcionários presentes, duas opções relativas ao processo de distribuição das respectivas verbas a atribuir em acréscimo aos actuais vencimentos: aumento fixo e igual para todos os trabalhadores; ou aumento variável, por escalões, com benefício para os salários mais baixos.

Assim, e atendendo particularmente, que a primeira hipótese oferece mais probabilidades de ser concretizada, a curto prazo, os trabalhadores da Fundação Calouste Gulbenkian decidiram-se por um quantitativo de aumento unitário.

Nestas circunstancias, a assembleia aprovou, por maioria de votos, a seguinte proposta da comissão executiva:

«O pessoal ao serviço da F. C. G. concorda com a aceitação de um aumento geral de 1800\$00, com efeitos retroactivos a partir de Janeiro deste ano, excluindo porém, os trabalhadores a meio tempo (para os quais se propõe mais 1000\$00), bem como directores equiparados e directores-adjuntos.»



# FORÇAS MILITARES E POLICIAIS ASSINALADAS HOJE NA GULBENKIAN

(onde se realizou uma assembleia de trabalhadores)

Uma assembleia dos trabalhadores da Gulbenkian, convocada para debater propostas relativas ao saneamento da administração daquela Fundação, foi assinalada hoje pela presença de forças militares (P.M.) e policiais (P. S. P. e G. N. R.), cujos efectivos seriam constituídos por três pelotões.

A assembleia — a terceira realizada desde 27 de Junho —, estava marcada para as 9 horas. O ambiente em que as assembleias anteriores decorreram — unanimemente considerado como sendo o melhor — não fazia prever a presença de forças militares ou policiais nas instalações da Fundação, a coincidir com a assembleia de hoje.

Segundo conseguimos apurar, as referidas forças chegaram pouco depois das 6 e 30, sendo comandadas pelo capitão Fernando Ramos, da Polícia Militar. A G. N. R. tomou posição no jardim. Dentro do edifício estavam apenas elementos da P. M. e da P. S. P., que passaram também para o exterior um pouco antes das 11 e 30.

Ao princípio da manhã, corria entre os trabalhadores da Gulbenkian que a presença das forças militares e policiais teria sido motivada pela intervenção de alguns administradores — mas isto não foi confirmado por ninguém. O dr. Azeredo Perdigão, presidente do conselho de administração, afirmou que ficara surpreendido, pois não sabia de nada.

De qualquer modo, não houve incidentes e as forças retiraram cerca do meio-dia.

## MARCELO MATIAS: EXIGIDO O AFASTAMENTO

Uma assembleia geral realizada ontem prolongou-se das 9 até às 19 horas. Foram debatidos vários aspectos das contrapropostas da administração, nomeadamente os respeitantes a vencimentos, diurnidades, subsídios de Páscoa, ajudas de custo, licenças sem vencimento e condições de trabalho.

As propostas relativas ao saneamento começaram a ser discutidas cerca das 16 horas. Foi aprovado que o saneamento seria encarado em duas partes: de um lado, saneamento dos administradores; do outro, saneamento do pessoal da Gulbenkian. Foram também definidos os critérios objectivos do saneamento e decidido o levantamento de inquéritos para o respectivo processamento. Além disso, foi decidido que

a discussão e deliberação sobre o saneamento dos elementos do conselho de administração competirá aos trabalhadores reunidos em assembleia geral.

Ainda ontem, foi aprovada uma proposta na qual se pede a saída imediata de Marcelo Matias, administrador do pelouro internacional, por «comprometimento com o anterior regime e por inépcia no desempenho das suas funções».

Noutra proposta, pede-se a imediata irradiação do conselho de administração do prof. Ferrer Correia, administrador do pelouro da Educação. Quanto aos administradores dr. Vítor Sá Machado (pessoal) e eng. Guimarães Lobato (Ciência), foi decidido pedir um inquérito à sua actuação.

O adiantado da hora e a importância dos assuntos em debate levaram a-mesa, presidida pelo eng.-agr. Fernando Gomes da Silva, a interromper a assembleia às 19 horas, para continuar hoje.

Esta manhã, e em face da presença de forças militares e policiais, a assembleia não começou à hora prevista, mas os trabalhadores (em número aproximado das cinco centenas) permaneceram no átrio, cantando o «Avante, Camarada» e «Grândola, vila morena» e gritando «slogans» de unidade. Entretanto, a Comissão Executiva dos Trabalha-

dores esteve reunida com o conselho de administração até às 10 e 45. No final, o dr. Azeredo Perdigão veio comunicar aos trabalhadores que podiam continuar a sessão de trabalhos.

Tudo isto e ainda afirmações anteriores do dr. Azeredo Perdigão mais radicaram no espírito de todos que as forças militares e policiais compareceram ali graças à intervenção de outros administradores, talvez alarmados com a ordem do dia.



## A GULBENKIAN OCUPADA POR FORÇAS MILITARES

Forças militares e para militares ocuparam esta manhã, até cerca das 11 horas, as instalações da Fundação Gulbenkian, em Lisboa. O piquete de Lanceiros 2 constituído por cerca de 30 soldados da Polícia Militar e número idêntico de elementos da P. S. P. e da G. N. R. formavam o efectivo das forças, que se distribuíam no interior das instalações e pelos jardins que as circundam.

O presidente da Gulbenkian, dr. Azeredo Perdigão (que também é membro do Conselho de Estado) estabeleceu esta manhã contactos com a Comissão Executiva dos Trabalhadores da Gulbenkian, a fim de esclarecer a situação.

Ontem tinha-se realizado uma reunião dos trabalhado-

res, em que foi aprovada uma proposta exigindo a suspensão do administrador dr. Marcelo Matias, antigo ministro dos Negócios Estrangeiros e antigo embaixador em Paris. O prof. César Correia e o eng. Guimarães Lobato, também administradores, foram igualmente visados por outras propostas de saneamento, assim como o dr. Vítor de Sá Machado, administrador responsável pelo sector do pessoal, propostas que deveriam ser votadas esta manhã.

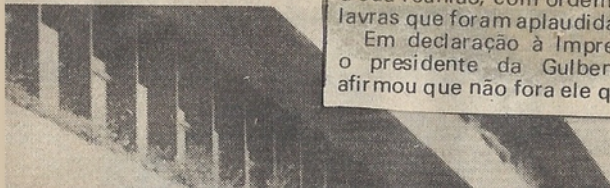
O dr. Azeredo Perdigão, após ter-se reunido com a Comissão Executiva dirigiu-se aos trabalhadores que se encontravam diante do auditório 2, convidando-os a que prosseguissem

Continuação da pag. 1

a sua reunião, com ordem, palavras que foram aplaudidas.

Em declaração à Imprensa, o presidente da Gulbenkian afirmou que não fora ele quem

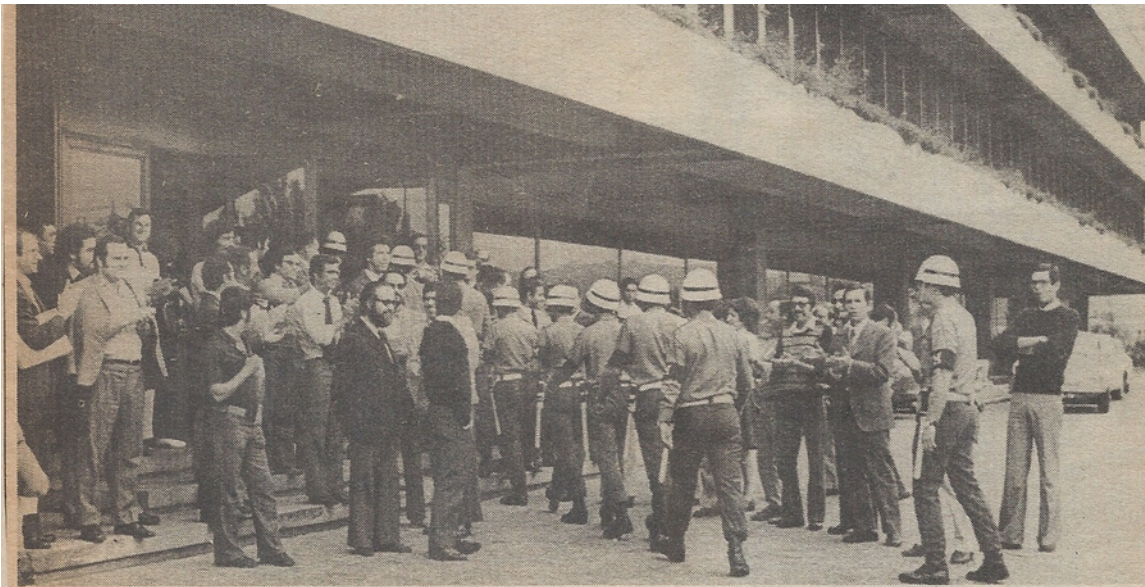
dera ordens para serem tomadas as «medidas preventivas» e que já havia feito diligências no sentido de terminar a ocupação. De facto, às 11 horas todas as forças militares e policiais começaram a abandonar o local, sem incidentes.



Forças militares e policiais estiveram hoje na sede da Fundação Gulbenkian, não tendo chegado a apurar-se quem as instou a aparecer. O dr. Azeredo Perdigão não foi — isso mesmo ressalta da explicação havida entre ele e os trabalhadores. Quem, então? Estava marcada a continuação de uma assembleia dos trabalhadores para as 9 horas. Começou logicamente mais tarde, não se registando qualquer incidente. Na Gulbenkian pede-se o afastamento de administradores como o prof. Ferrer Correia e o embaixador Marcelo Matias. E há outros problemas

(LER NA ÚLTIMA PÁGINA)





Trabalhadores da Gulbenkian aplaudem a entrada das Forças Armadas

## «Consequência de acontecimentos políticos a que foi totalmente alheia»

# Como a Fundação Gulbenkian perdeu os seus interesses no petróleo do Iraque

*Do conselho de administração da Fundação Gulbenkian recebemos o seguinte comunicado, em que se nararam as circunstâncias que levaram o Governo do Iraque à nacionalização da companhia petrolífera em que aquela Fundação tinha os seus mais expressivos interesses:*

Uma vez que as circunstâncias o tornam agora possível, o conselho de administração da Fundação Calouste Gulbenkian vem prestar o seguinte esclarecimento sobre a nacionalização pelo Governo do Iraque da sua quota-parte na Basrah Petroleum Company, que, como se sabe, constituía a última companhia petrolífera internacional operando naquele país, após a nacionalização em Bico da Irak Petroleum Company Limited (I. P. C.), decidida pelo Governo iraquiano em 7 de Junho de 1972.

1. A data do início das hostilidades israelo-árabes no Médio Oriente (6 de Outubro de 1973) a Fundação Calouste Gul-

benkian, por intermédio da Sociedade, Partex, participava em 5 por cento do capital da Basrah Petroleum Company no Iraque. O restante capital, num total de 95 por cento, estava distribuído, tal como sucedia com a I. P. C., pelas quatro seguintes companhias, na proporção de 23,75 por cento para cada uma:

a) — Companhia americana Near East Development Corporation, pertencente conjuntamente à Exxon e à Mobil Oil Corporation;

b) — Compagnie Française des Pétroles;

c) — British Petroleum Company;

d) — Shell, na qual a companhia holandesa Royal Dutch participava em 60 por cento.

2. Logo a seguir à guerra de Outubro o Governo do Iraque, como represália, nacionalizou os interesses americanos na Basrah Petroleum Company (Lei n.º 70, de 7 de Outubro de 1973). Entretanto, tornava-se pública, em todo o Mundo, a notícia de que os Estados Unidos tinham utilizado a base dos Açores para as operações de reabastecimento militar de Israel.

3. No dia 21 de Outubro de 1973 o Governo Iraquiano nacionalizou a participação holandesa (60 por cento) da companhia Shell na Basrah Petroleum Company em virtude da atitude hostil manifestada pela Holanda em relação ao mundo árabe (Lei n.º 90, de 21 de Outubro de 1973).

4. No dia 7 de Novembro de 1973 foi anunciado que os países árabes tinham decidido impor um boicote económico total contra Portugal, como consequência da utilização da base dos Açores.

5. No dia 16 de Novembro de 1973 o Iraque propunha ao corte total de fornecimento de petróleo e a nacionalização dos interesses dos Estados imperialistas que insistiam no apoio à agressão sionista.

6. Na declaração feita pelos reis e chefes de Estado, no fim da 6.ª Reunião Cimeira do Mundo Árabe, realizada em Argel no dia 26 de Novembro de 1973, celebrava-se o compromisso de

notícia com o título «No decurso da sua estada em Lisboa M. Kissinger exprime a Portugal o seu grande reconhecimento pelo auxílio prestado durante a guerra de Outubro».

10. As consequências desta visita não tardaram. No dia 20 de Dezembro, o vice-presidente do Conselho da Revolução Iraquiana declarava: «O caminho verdadeiro é o da nacionalização dos interesses petrolíferos americanos e dos de cada país que se colocou ao lado do inimigo. É com efeito a via que escolhemos no Iraque».

11. Neste mesmo dia, 20 de Dezembro o Governo do Iraque promulgava a lei n.º 101, que nacionalizou a participação da Partex (Fundação Calouste Gulbenkian) na Basrah Petroleum Company, lei precedida do seguinte preâmbulo:

«Em virtude da atitude hostil do regime racista português contra a Nação Árabe, que se tornou particularmente evidente durante a Guerra de Outubro, e porque Portugal é um Estado racista que exerce os actos mais violentos de terrorismo e de aniquilação contra os povos de África que lutam pela sua liberdade e independência, e em confirmação da atitude do Iraque de apoio aos movimentos nacionais de libertação em África e noutros locais da Europa, e por aplicação do princípio da utilização do petróleo como instrumento nacional da luta árabe e ainda porque a Fundação Gulbenkian tem a nacionalidade portuguesa e exerce a maior parte das suas actividades no território português, dependendo a maior parte dos seus rendimentos nela, tornando assim Portugal o mais importante beneficiário dos rendimentos recebidos pela Fundação, por intermédio da sua participação nas operações da B. P. C., o Conselho Supremo da Revolução decidiu nacionalizar a participação da Gulbenkian na Basrah Petroleum Company (B. P. C.) de acordo com a presente lei.»

12. No dia 21 de Dezembro de 1973 o presidente do con-

monstrou a maior consideração pelo Iraque e colaborou efectiva e continuamente nos seus planos de desenvolvimento nos sectores da educação, das artes, da ciência e da saúde stop a Fundação é uma instituição privada e não política cujos objectivos são exclusivamente humanitários e através da sua acção beneficiam países das mais diferentes raças e religiões stop o Iraque acima de tudo e em primeiro lugar e muitos outros países tais como o Egipto, Etiópia, Nigéria, Kenya, Senegal, Jordânia, Marrocos, Líbia, Tunísia e Zaire pertencem ao Mundo Árabe ou são Nações Africanas e todavia a Fundação cooperou com elas apesar de não manterem relações diplomáticas com Portugal stop os países europeus e sul-americanos com os quais a Fundação mais tem cooperado tais como a França, a Espanha, o Reino Unido e o Brasil são amigos dos povos árabes stop além disso foram atribuídos subsídios de assistência a os refugiados palestinos stop por consequência na eventualidade de o Supremo Conselho Revolucionário ter tomado as decisões referidas pelas agências esperamos que, para o bem da humanidade e a manutenção das cordiais relações que sempre existiram entre a Fundação e o Iraque, o conselho terá em conta as circunstâncias especiais que em nome da Fundação tenho a honra de submeter à consideração de Vossa Excelência stop com a mais elevada consideração e estima Azeredo Perdigão presidente da Fundação Calouste Gulbenkian.»

Um telegrama redigido em termos idênticos foi enviado, na mesma data ao ministro dos Petróleos do Iraque.

13. Apesar da situação assim criada, de que a Fundação Calouste Gulbenkian foi vítima, o conselho de administração não cessou as suas relações com o Governo do Iraque, antes as prosseguiu em ordem a isentar a Fundação das consequências de acontecimentos políticos a



## Hidroelétrica do Alto Alentejo

**Hidro-Eléctrica do Alto Alentejo**  
c. 24.5.74

Os trabalhadores da Hidroelétrica do Alto Alentejo apresentaram à respectiva administração uma última e definitiva proposta, no intuito de tentar ainda por essa via resolver o diferendo que os opõe e cuja não aceitação poderá ter graves repercussões, dado que se trata de uma empresa produtora e distribuidora de energia eléctrica a vasta zona do País.

## ILR-SICAR

**ILR — Sicar** 247 2215

Os trabalhadores da Renault — ILR — Sicar, de Lisboa iniciaram esta manhã uma greve de zelo, depois de terem deliberado, por unanimidade, paralisar os serviços durante uma hora diária, das 10 às 11 horas. Resolveram tomar esta medida visto a administração da empresa não ter acedido a nenhuma das suas reivindicações, entre um aumento de 1500\$00 até 7000\$00 e um aumento de 1000\$00 até 13 000\$00; o pedido de 14.º mês, consistindo no montante de todos os ordenados de um mês, dividido por cabeça, regalia essa que já tinham tido e que lhes fora retirada este ano, e ainda a admissão de todo o pessoal despedido sem justa causa.



# IMPORMOL

5-1-6-74

## Trabalhadores da Impormol dizem «não» à greve

*Em telegrama enviado ao nosso jornal, os trabalhadores da Impormol, Indústria Portuguesa de Molas, S. A. R. L., da Azambuja, informam que a bem do povo português e pela consolidação da democracia, retomaram o trabalho, correspondendo aos apelos feitos pela Junta de Salvação Nacional, pelo Governo e pelos partidos políticos.*

*E afirmam: «A nossa presente experiência permite-nos aconselhar as massas trabalhadoras a não fazerem greves que não sejam comandadas pelos sindicatos, visto que nem todas as empresas podem suportar as reivindicações salariais pedidas, sem perigo para a sua própria existência. Dai resulta o caos económico, o que significa fazer o jogo da reacção. A justiça social tem de vir pela luta política que altere as estruturas do País.»*

**Impormol** 5-1-6-74

Os trabalhadores da Impormol da Azambuja retomaram já o trabalho, segundo um telegrama enviado à nossa redacção. Afirmam que a «presente experiência permite aconselhar as massas trabalhadoras a não fazerem greve, que não seja comandada pelos sindicatos, uma vez que nem todas as empresas poderão suportar as reivindicações salariais, podendo existir o perigo de se gerar o caos económico».



## ITT-STANDARD ELÉCTRICA

### Em greve os trabalhadores de uma divisão da Standard Eléctrica

DN 23.07.74

Os trabalhadores da I. T. T. Semi-condutores, uma divisão da Standard Eléctrica, com instalações em Cascais, decidiram, por deliberação conjunta, tomada em 21 do corrente e ratificada por votação secreta no dia seguinte, entrar em greve com ocupação das instalações fabris desde as 16 horas do passado dia 21.

«Esta tomada de posição», informa a Comissão dos Trabalhadores, «filia-se no facto de a direcção da empresa não considerar como discutíveis dois pontos da lista de reivindicações, nomeadamente a que consiste num mês de férias subsidiadas a 100% e gozadas sem interrupção.»

«De notar», acrescenta a mesma comissão, « que quando da votação secreta no dia 22, controlada por elementos ligados á Direcção da fábrica, de mais de 1700 votos entrados, 92,25% decidiram pelo sim á greve.»



# I. T. T. NÃO DIALOGA E REPRIME GREVE

624-170

**A** comissão dos trabalhadores da I. T. T. Semicondutores (divisão da Standard Eléctrica) informa que sobre a classe trabalhadora daquela fábrica estão neste momento a ser exercidas pressões por parte da direcção que constituem medidas de repressão semelhantes às utilizadas antes do 25 de Abril. Reforçando a posição de não diálogo aquela direcção decidiu suspender unilateralmente o pagamento de vencimentos durante o tempo de greve, o que a comissão dos trabalhadores aceita como uma arma aparentemente legal. O que se torna mais grave é que, simultaneamente, decidiu a referida direcção suspender os transportes das operárias para a fábrica. Hoje de manhã, como as medidas tomadas não conseguiram qualquer êxito, encontrando-se nas instalações fabris cerca de mil trabalhadores, decidiu cortar o subsídio de alimentação que concedia à cantina, obrigando a que os trabalhadores tivessem de pagar pela refeição mais do que o dobro.

ciações com a administração. Das suas reivindicações obtiveram já a extensão do C. C. T. que existia dos empregados de escritório e profissionais de propaganda médica, pelo qual, até aqui, a empresa se não considerava abrangida. Encontram-se ainda em fase de negociações a actualização de salários e o pedido de ajudas de custo para viagens na província.

## Os trabalhadores da Standard Eléctrica afirmam-se vítimas de pressões por parte da direcção da empresa

Da Comissão de Trabalhadores da I. T. T. Semicondutores (Divisão da Standard Eléctrica) recebemos o seguinte comunicado:

«A Comissão dos Trabalhadores da I. T. T. Semicondutores (Divisão da Standard Eléctrica) informa que sobre a classe trabalhadora desta fábrica estão, neste momento, a ser exercidas pressões, por parte da direcção, que nos parecem ser merecedoras da devida divulgação, por constituírem medidas de repressão que pensávamos já não serem possíveis depois do dia 25 de Abril.

Reforçando a posição de não-

diálogo tomada pela direcção, conforme divulgámos no nosso recente comunicado aos meios de informação, decidiu aquela direcção suspender, unilateralmente, o pagamento de vencimentos durante o tempo da greve, o que a Comissão dos Trabalhadores aceita como uma arma aparentemente legal.

O que se torna mais grave é que, simultaneamente, decidiu a referida direcção suspender os transportes das operárias para a fábrica. Hoje de manhã, como as medidas tomadas não conseguiram qualquer êxito, encontrando-se nas instalações fabris cerca de mil trabalhadores, decidiu cortar o subsídio de alimentação que concedia à cantina, obrigando a que os trabalhadores tivessem de pagar pela refeição mais que o dobro.

Deste documento será dado o conhecimento ao Ministério do Trabalho, aos sindicatos e a todas as outras entidades que se entenderem necessárias.»

**STANDARD ELÉCTRICA** — Ao contrário do que chegou a constar, informam que o pessoal da Standard Eléctrica não foi aumentado depois de Dezembro de 1973.

Será, no entanto, aplicado o contrato colectivo de trabalho, firmado com o Grémio de Fabricantes de Material Eléctrico



## Standard Eléctrica

e/5-6-74

Os trabalhadores da Standard Eléctrica põem em dúvida num comunicado à Imprensa a autenticidade da adesão formal da administração da empresa ao Programa do Movimento das Forças Armadas, adesão esta com a qual os responsáveis por aquela multinacional justificam a sua resposta negativa às reivindicações de carácter mais urgente apresentadas pelos trabalhadores (revisão periódica dos ordenados de acordo com a evolução do custo de vida; equiparação dos funcionários mais desfavorecidos ao pessoal fabril menos remunerado; subsídio de doença; pagamento de um dia de trabalho mensal por ausência devidamente justificada do trabalhador).

Através de um documento, cuja fotocópia tornaram pública, os trabalhadores demonstram o oportunismo da posição assumida pelos administradores da Standard Eléctrica, por detrás da qual se encontra a poderosíssima I.T.T., cujos processos concorreram decididamente para a queda do Governo democrático do presidente chileno Salvador Allende. O referido documento, na forma de um aviso urgente, assinado pelo respectivo administrador-delegado, dispensa todos os trabalhadores da Standard Eléctrica, tanto de Lisboa como de Cascais, «a fim de poderem participar na manifestação patriótica de homenagem a Sua Excelência o Senhor Presidente do Conselho, «na quinta-feira, 19 de Julho de 1973 (tratava-se, como é evidente, do prof. Marcelo Caetano).



# «STANDARD ELÉCTRICA (I. T. T.) RECUSA O DIÁLOGO COM OS TRABALHADORES»

Entregue pessoalmente pelo dr. Narana Coissoró, recebemos a seguinte carta refutando afirmações contidas na notícia em epígrafe, que publicamos nas nossas edições de ontem:

«1—O signatário começou a prestar serviço à Standard Eléctrica a partir de 1-1-1971 como consultor jurídico, e desde Março de 1972 exerce as funções de Director do Departamento das Relações de Pessoal.

2—A sua actuação no exercício de qualquer daqueles cargos foi e é de natureza estritamente técnica, jamais tendo sido necessário adoptar qualquer orientação política e muito menos de «colaboração com o regime deposto» ou de «repressão sobre os trabalhadores».

3—No exercício das suas funções de Director do Departamento de Relações de Pessoal nunca deixou de encarar todos os problemas submetidos à sua apreciação com profissionalismo e maior objectividade; de outro lado, executou, como era sua obrigação, as decisões superiormente aprovadas nas reuniões da Direcção da Empresa, sem que tais decisões consistissem alguma vez repressão sobre os trabalhadores.

4—A proposta do afastamento do signatário sem invocação de qualquer motivo concreto e justificativo, não é perseguida por todos os Delegados dos Trabalhadores, sendo do conhecimento geral na Empresa que muitos trabalhadores e mesmo alguns dos seus representantes manifestaram publicamente a sua repulsa por aquele pedido arbitrário.

5—Em tempo oportuno, provar-se-á perante entidade competente o modo como foram obtidas as chamadas cartas com as queixas.

6—É de estranhar, para dizer o menos, que os referidos delegados, apesar de solicitados, se recusem a divulgar as acusações limitando-se a propor o que designam por medida punitiva sem a prévia e obrigatória audição do signatário sobre as tais pretensas queixas.

7—O comunicado dos delegados dos trabalhadores referente ao signatário e único até hoje tornado público não fala nem em colaboração activa com o governo deposto, nem em repressão sobre os trabalhadores, nem em qual-

notícia inserida no jornal República não respeita a verdade dos factos, antes a deturpa intencionalmente, ofendendo o signatário com extrema gravidade na sua honra e reputação da sua posição política sobejamente conhecida, este repudia indignadamente tal escrito, sem prejuízo, evidentemente, de recurso aos meios legais para que seja criminalmente punido quem se serviu de tão desleais quanto reprováveis e antidemocráticos processos.

Cascais, 12 de Junho de 1974.

Narana Coissoró»

## O COMUNICADO

É do seguinte teor o comunicado («dos Delegados dos

Trabalhadores») a que se refere o dr. Narana Coissoró no ponto n.º 7 da sua carta:

A Comissão Plenária da Assembleia de Delegados da Standard Eléctrica deliberou, na sua reunião de 17 de Maio de 1974 e perante acusações devidamente fundamentadas e assinadas, entregar à Comissão de Delegados nomeada pela Administração da S.E. uma proposta contendo as seguintes medidas punitivas para as pessoas a seguir discriminadas:

Dr. Abreu Loureiro, dr. Narana Coissoró, D. Maria José Chaleira (Ass. Social) e sr. Coelho Pereira — demissão da empresa; sr. Júlio Loreto — repreensão pelo seu comportamento para com o pessoal sob as suas ordens.



## J.B.Fernandes

**J. B. Fernandes: a administração cedeu no salário mínimo** *DP 15.5.24*

Termina sexta-feira à noite o prazo concedido à administração da firma J. B. Fernandes para dar resposta às reivindicações dos trabalhadores.

Entretanto, os dirigentes da empresa já comunicaram o seu acordo quanto ao salário mínimo exigido (6000\$00 para maiores de 18 anos) e pagamento do 14.º mês. Mantém-se o impasse quanto ao aumento de 2000\$00 exigido para todos os trabalhadores (a administração oferece 1000\$) e quanto à participação de 25 por cento nos lucros da empresa (não aceite).

**J. B. Fernandes prazo prorrogado** *c-14-5-24*

**O**S trabalhadores de J. B. Fernandes decidiram prorrogar até amanhã, às 19 e 30, o prazo que concederam à administração daquela firma para satisfazer as reivindicações apresentadas pelos seus delegados. Entretanto, os dirigentes da empresa já comunicaram o seu acordo quanto ao salário mínimo exigido (6000\$00 para maiores de 18 anos) e pagamento do 14.º mês. Mantém-se o impasse quanto ao aumento de 2000\$00 exigido para todos os trabalhadores (a administração oferece 1000\$00) e quanto à participação de 25 por cento nos lucros da empresa (não aceite).

## J.J. Gonçalves

**Reivindicações do pessoal da firma J. J. Gonçalves, Suers.** *DM 14/5*

Reunidos em assembleia geral, os trabalhadores da Sociedade J. J. Gonçalves, Suers. aprovaram o envio das seguintes reivindicações ao presidente do conselho de administração da empresa: reconhecimento de um grupo de trabalho eleito pelo pessoal, para representar todos os trabalhadores da firma; pagamento imediato dos retroactivos achados nos contratos colectivos de trabalho; aumento de salários a todos os trabalhadores, na importância de 1500\$00 e criação de um salário mínimo de 6000\$00; abolição do carácter de confidencialidade das remunerações; estabelecimento de um sistema de diuturnidades; justa remuneração do trabalho feminino, na base de que a trabalho igual deve corresponder salário igual; proibição de despedimento sem justa causa; reconhecimento do direito de reunião e cedência de um local para o efeito, fora das horas normais de serviço.



# MIL E OITOCENTOS TRABALHADORES EM GREVE NA FIRMA J. J. GONÇALVES

15-5-74

Mil e oitocentos trabalhadores da firma J. J. Gonçalves, de Lisboa, Porto, Santarém e Évora, entraram em greve ontem, ao principio da tarde, após expirar o prazo dado à empresa para satisfação das suas reivindicações.

O pessoal daquela firma reivindica um salário mínimo de

6000 escudos e aumento imediato de 1500 escudos a todo o pessoal; um mês de férias e cem por cento de subsídio; salário igual para homens e mulheres; proibição de despedimentos sem justa causa, além do afastamento do director de divisão de pessoal; do médico de trabalho; e do chefe dos operários metalúrgicos, pela acção repressiva que sempre exerceram sobre os trabalhadores.

Entretanto, um chefe de vendas da divisão agrícola saiu em serviço exterior, não aderindo ao movimento reivindicativo dos camaradas.

Os trabalhadores manifestaram-se em frente da empresa e resolveram não abandonar as instalações tendo permanecido de piquete durante a noite.

Foi pedida a intervenção de um delegado da J. S. N., que se reunirá esta tarde com a direcção e a comissão de trabalhadores.

16-5-74  
● J. J. GONÇALVES — Expirado o prazo para satisfação das reivindicações salariais, revisão dos estatutos de trabalho e saneamento, entraram em greve 1800 trabalhadores de Lisboa, Porto, Santarém e Évora.

J. J. GONÇALVES — Encontram-se em greve, desde ontem à tarde — altura em que expirou o prazo concedido à administração da empresa para satisfação das suas reivindicações —, cerca de 1800 trabalhadores da firma J. J. Gonçalves de Lisboa, Porto, Santarém e Évora. 5/16-5-74  
As reivindicações apresentadas por aqueles trabalhadores são: salário mínimo de 6000\$00 e aumento imediato de 1500\$00 a todo o pessoal; um mês de férias e respectivo subsídio; salário igual para homens e mulheres; proibição dos despedimentos sem justa causa; e afastamento de pessoas pela acção repressiva que exerceram sobre os trabalhadores.



has as partes com efeito a possibilidade de conciliação o de-

# PARALISAÇÃO DO TRABALHO NA EMPRESA J. J. GONÇALVES, SUCRS.

BN 1715

Os empregados de J. J. Gonçalves Sucrs. paralisaram o trabalho na passada terça-feira, na sequência da não aceitação, pela administração, de algumas das reivindicações apresentadas após uma assembleia magna. A administração não considerou, de momento, nomeadamente, o salário mínimo de seis mil escudos para todos os trabalhadores com mais de 18 anos e o aumento proposto de 1500800 para quem, actualmente, ganhasse já seis mil escudos ou mais. A administração rejeitou ainda, respondendo que só após processo disciplinar isso poderá ser decidido, a exigência de serem expulsos dos seus cargos alguns elementos de chefia e o médico da empresa.

Numa carta-circular enviada aos trabalhadores e de que foi dado conhecimento aos órgãos de Informação, a administração declarou aceitar os seguintes pontos: reconhecimento do grupo de trabalho eleito pelos trabalhadores, reconhecimento do direito de reunião e cedência de local, fora das horas de serviço; criação urgente de instalações sanitárias, balneários e vestuários dignos, pagamento imediato dos retroactivos; abolição do carácter de confidencialidade das remunerações; criação de um sistema de diuturnidades de 5 por cento por cada ano na mesma categoria; salário igual para o trabalho feminino; proibição de despedimento sem justa causa; e questões relativas a horários de trabalho.

Os trabalhadores tinham ainda exigido, além dos aumentos acima mencionados e do saneamento dos quadros de direcção e chefia, o estabelecimento de um mês de férias, com subsídio de 100 por cento, a todos com direito a essa regalia, mas também esta última não foi aceite, alegando a empresa que estes pontos comportariam encargos insuportáveis.

As propostas dos trabalhadores tinham sido entregues do dia 10 de Maio, dando prazo até às 13 horas de terça-feira para a resposta. Como as suas pretensões não tivessem sido integralmente satisfeitas, paralisaram o trabalho, mantendo-se, embora, nos escritórios e oficinas, cumprindo o horário e mantendo «piquetes» diurnos e nocturnos.

Por outro lado, notícias contraditórias sobre os seus objectivos vieram a público e os trabalhadores desmentem versões segundo as quais um dos pontos salientes das suas reivindicações consistiria em serem-lhes facultadas creches, infantários e jardins escolas. Esta versão teria sido lida nos noticiários da R.T.P., dizem os trabalhadores que a desmentem veementemente, num comunicado distribuído aos órgãos de Informação.

## J. J. Gonçalves

Na firma J. J. Gonçalves, uma vez que a administração não aceitou as reivindicações consideradas fundamentais, os trabalhadores continuam a greve iniciada na terça-feira, por meio de ocupação de instalações com piquete à noite. Cerca de 1800 funcionários estão inseridos no processo.



## A EVOLUÇÃO DA SITUAÇÃO

DN 18.5.24  
Por outro lado, num comunicado ontem tornado publico pela Comissão de Trabalhadores, salienta-se que a actividade da empresa continua paralisada, com a ocupação das instalações, sublinhando-se em dada altura:

«Os senhores capitalistas, «donos» da nossa empresa, até á presente data, ainda não se capacitaram das legítimas necessidades dos trabalhadores.

Os trabalhadores de J. J. Gonçalves Sucrs. declaram que não admitirão (e reservam-se o direito de denunciar e proceder em conformidade) qualquer espécie de sanção, coacção, ameaça ou represália que, eventualmente, venham a ser cometidas sobre qualquer elemento da empresa durante e após a paralisação de actividade em curso.

Decidiram que a situação actual de inactividade não se alterará antes que o caderno de reivindicações seja atendido e, bem assim, o cumprimento, pela administração, de todos os direitos e regalias dos trabalhadores.

Os trabalhadores apenas pediram o que é justo e o que poderá satisfazer as exigências mínimas de subsistência.

A nossa empresa orgulha-se de ocupar um dos lugares cimeiros (6.º) entre as 50 firmas mais importantes do conjunto nacional, no comércio por grosso e a retalho, tendo facturado, ultimamente, mais de um milhão de contos por ano.»

Foi ainda decidido que «cabe á administração a responsabilidade total de todos e quaisquer prejuízos morais inerentes á paralisação da actividade em curso».



## A situação na empresa

J. J. Gonçalves, Scurs.

DN 18.1.74  
Sobre a notícia publicada na nossa edição de ontem com o título «Paralisação de trabalhos na empresa J. J. Gonçalves, Scurs.», o administrador-delegado daquela empresa enviou-nos a seguinte carta:

«Permita-me V. Ex.<sup>a</sup> que, na qualidade de administrador-delegado desta firma, venha novamente importuná-lo para lhe pedir a rectificação de uma notícia publicada na edição de hoje, 17 de Maio, nesse jornal, com o título «Paralisação de trabalho na empresa J. J. Gonçalves, Scurs., Comércio e Industria, SARL.»

Antes de mais, e quanto ao pagamento dos retroactivos, não existem outros suspensos além dos que constam do C. C. T. do pessoal de escritório do Sector Sul da empresa, os quais, todavia, já havia sido determinado que fossem processados no mês corrente, mesmo antes de haver sido publicada a homologação da respectiva alteração á tabela salarial.

Também não é rigorosamente exacto que, quanto ao aumento das retribuições nas bases pedidas pelos trabalhadores, esta administração tenha respondido, como esse jornal publicou que «não foi aceite, alegando a empresa que estes pontos comportam encargos insuportáveis».

Na verdade, o que se respondeu foi que, quanto a esse ponto, pelas suas implicações, em virtude de representar um incremento de despesas salariais, incluindo encargos sociais, de valor anual superior a 68 000 000\$ (sessenta e oito milhões de escudos), se considerava indispensável o diálogo para negociações.

Também não é exacto que as propostas dos trabalhadores tenham sido entregues a esta administração no dia 10 de Maio, mas sim no dia 13, cerca das 19.45, tendo sido dado um prazo, para resposta, até ás 13 horas do dia seguinte, o qual esta administração logo manifestou ser insuficiente para a sua ponderada análise.

Assim, a paralisação de trabalho verificou-se, irredutivelmente, a partir das 13 horas do dia 14, terça-feira, e a resposta desta administração foi apresentada aos delegados dos trabalhadores no dia 14 seguinte, ao mesmo tempo que, por motivo daquela paralisação, foi pedida a arbitragem da Junta de Salvação Nacional a qual ainda se aguarda.

Continua ainda esta administração igualmente a aguardar, embora já decorridos três dias, interlocutor com poderes para negociar de forma a proceder-se aos estudos e debate das reivindicações apresentadas, com vista á obtenção de rápido acordo.

Agradecendo antecipadamente a V. Ex.<sup>a</sup> a publicação destas rectificações, sem as quais o prosseguimento das negociações entre as partes interessadas poderá ser afectado por uma imagem deformada da intenção de conciliação existente, aproveito a oportunidade para apresentar a

V. Ex.<sup>a</sup> os meus melhores cumprimentos, subscrevendo-me com a maior consideração.»



# PROSSEGUE A GREVE NA J. J. GONÇALVES

## • Gorada a tentativa de conciliação

apresentar o seu relatório até  
23 do corrente mês (quinta-fei-  
ra).»

Os trabalhadores da empresa J. J. Gonçalves (sector Sul) decidiram continuar em greve, após se ter gorado a tentativa de conciliação havida ontem, sob os auspícios do Ministério do Trabalho. Os trabalhadores, num comunicado hoje tornado público, declaram que permanecem em inactividade, sem abandonar as instalações ate aceitação de todas as reivindicações pretendidas e de que já nos fizemos eco.

Entretanto, reconhecida a impossibilidade de conciliação o delegado do Ministério do Trabalho, no final da reunião de ontem, emitiu um parecer que foi aceite pelos representantes dos trabalhadores e rejeitado pela administração da empresa.

É o seguinte o teor do parecer:

«Constituição imediata de um grupo de trabalho a designar. Este grupo deverá definir: qual o montante exacto do aumento

proposto em termos de quantitativo e de percentagem; e qual a possibilidade de a empresa arcar com o valor de tal aumento.

No caso de o grupo de trabalho concluir pela possibilidade de verbas diferentes (para mais ou para menos) das propostas, serão estas aceites por ambas as partes, com efeito a partir de 1 de Maio de 1974.

Este grupo de trabalho deverá

D.P.  
12/5



**SITUAÇÃO NA EMPRESA  
J.J. GONÇALVES**

Da comissão representativa dos trabalhadores da empresa J.J. Gonçalves sucrs. (sector sul) recebemos o seguinte comunicado informativo, referente às relações de trabalho naquela empresa:

«São evidentes as manobras que o capitalismo continua a utilizar para criar situações de expectativa receptivas ao ressurgimento do fascismo.

A acção contra-revolucionária do fascismo, que se traduz na obstinação dos capitalistas em não reverem situações de grave injustiça social, provoca a paralisação do trabalho, medida que não serve, presentemente, os reais interesses do Governo e dos trabalhadores.

É impossível negociar com capitalistas-paternalistas, porque estes não abdicam da sua posição de «Senhores» intocáveis.

Em 17/5/74 recebemos da Administração da Empresa a seguinte contraproposta às nossas reivindicações:

«São razões de carácter técnico que impedem... satisfazer aumentos de encargos salariais...».

«A Administração da Empresa vê com o maior agrado a apresentação das reivindicações do seu pessoal, as quais no seu entender, revelam o interesse na obtenção de melhoria das suas condições de vida pela economicidade melhorada da Empresa...» Que não haja sobre este ponto dúvidas! A Administração responsabiliza-se pelo cabal cumprimento do que afirma. Basta de mal entendidos! Repetimos: Não põe a Administração em causa a sinceridade quanto à justeza ou legitimidade sentida pelos trabalhadores na formulação das reivindicações apresentadas. É a viabilidade económica da sua satisfação que impede a aceitação das reivindi-

cações n.ºs 5 e 6 apresentadas. E foi exactamente com o fim de se proceder aos estudos necessários que, por um lado, habilitem a Administração a assumir responsabilidades que sejam compatíveis com a economicidade da Empresa e, por outro lado, que os resultados a que se chegar mereçam a confiança dos trabalhadores, que a Administração pediu que se nomeassem comissões técnicas de trabalho com representação válida de trabalhadores democraticamente eleitos, a fim de estudarem as acções a empreender de modo a aumentar o rendimento da Empresa de forma a poder satisfazer na totalidade, ou quanto possível, os incrementos de salários reivindicados.»

«Venham a liberal e franco diálogo sem mais delongas!» (O sublinhado é nosso) respondendo à solicitação da Administração, o franco diálogo foi estabelecido, durante 7 horas, no sábado dia 18, na presença de um Assistente do Ministério do Trabalho, tendo a Comissão de Trabalhadores apresentado sugestões que forem consideradas válidas, tanto no que respeita ao estudo das acções a empreender de modo a aumentar o rendimento da Empresa, como no referente à forma de compromisso que nos iria tirar do impasse em que nos encontramos.

Nesta reunião nada ficou resolvido dada a posição ambígua da citada Administração uma vez que, admitindo uma solução favorável de início (estudo da viabilidade económica) resolveu negar-se depois endurecendo e fechando qualquer plataforma de entendimento.

A atitude da Administração é por demais reaccionária e arbitrária, pois pretende dar a entender ao povo em geral que os trabalhadores de J.J. Gonçalves Sucrs. não querem colaborar com o Governo e com o Programa da J.S.N., porém, permaneceremos firmes, dando provas do maior civismo, acatando ordeiramente a resolução para o nosso impasse que nos for dada pelo Ministério do Trabalho.

A Comissão de Trabalhadores, por sugestão do Representante do Ministério estava disposta a aceitar o seguinte parecer:

«No caso de o Grupo de Tra-



## Os trabalhadores de J. J. Gonçalves, Sucrs., retomaram o trabalho

DN 22-5-74

Os trabalhadores de J. J. Gonçalves, Sucrs., retomaram ontem o trabalho, em virtude de ter sido estabelecido um acordo com a administração, ratificado em assembleia magna.

Segundo um comunicado que recebemos, houve acordo total quanto a algumas reivindicações apresentadas. No referente aos aumentos (1500\$00 a todos os trabalhadores), salário mínimo de 6000\$00, estabelecimento de um mês de férias com subsídio a 100 por cento e no consentimento de horários superiores a 40 horas semanais, concordou-se na constituição de um grupo de trabalho, aceite por ambas as partes, o qual deverá definir: qual o montante exacto do aumento proposto em termos de quantitativo e de percentagem; e qual a possibilidade de a empresa suportar o valor dos encargos inerentes a tal aumento.

No caso de o grupo de trabalho concluir pela possibilidade de valores diferentes (para mais ou para menos) dos que resultam das reivindicações apresentadas, mas que garantam a obtenção dos legítimos objectivos da empresa e a sua sobrevivência em termos de viabilidade económica, serão aqueles valores aceites por ambas as partes, com efeitos a partir de 1 de Maio de 1974. Este grupo deverá apresentar o seu relatório no prazo que ele vier a fixar, implicando a aceitação desta proposta a rápida normalização do trabalho na empresa.



**J. J. Gonçalves,**

**Sucrs.** e/5-6-74

Aceite pela administração e na generalidade o contido no caderno reivindicativo apresentado, os trabalhadores de J. J. Gonçalves Sucrs. viram fixado em 1500\$00 o aumento geral de todos os vencimentos até ao montante de 7000\$00. Esta uma das mais importantes solicitações manifestadas

No seu comunicado, a comissão de trabalhadores, «tendo em conta a grave situação económica do momento», convida todos os funcionários e operários a contribuir com um dia de trabalho para os cofres do Estado.

## Lingury

**Lingury** c-27.5.74

A administração considerou as reivindicações apresentadas pelos trabalhadores, ventilando-se a hipótese de um aumento de 1000\$00. A situação é de impasse mas o trabalho prossegue normalmente enquanto os trabalhadores aguardam uma contraproposta.



## MABOR

**Mabor** e/4-6-74

Entraram esta manhã no quinto dia de greve 500 trabalhadores da Mabor — Manufatura Nacional de Borracha — da fábrica de Lousada, em Vila Nova de Famalicão.

Segundo informação de um dos dirigentes da empresa, os trabalhadores colocam como reivindicação para o regresso ao trabalho o salário mínimo de 6000\$00, tendo a Mabor oferecido já uma contraproposta de 4500\$00.

Entretanto, os contactos entre ambas as partes não resultaram, para já, continuando as instalações ocupadas pelos trabalhadores desde quinta-feira à noite.

**Mabor** e/6-6-74

Entraram esta manhã no sétimo dia de greve 500 trabalhadores da Mabor, em Lousada, Vila Nova de Famalicão, por a administração da empresa não ter aceite o total apresentado pelo caderno reivindicativo.

Tendo as diligências iniciais, feitas de 12 a 30 de Maio, decorrido sem qualquer êxito, no dia imediato, os trabalhadores por unanimidade decidiram paralisar o trabalho.

Em face do contexto do problema, o Sindicato dos Operários Químicos do Porto resolveu apoiar a greve. Entretanto, os trabalhadores propuseram ao delegado da J. S. N., que vem intervindo, uma peritagem às contas da empresa, que terá sido aceite nas últimas horas.

Entretanto, a situação ameaça agravar-se.



## Mabor

7-6-74

Não se alterou, nas últimas horas, a situação de greve que há dias se regista na Mabor, em Lousado, Vila Nova de Famalicão, em que estão empenhados cerca de 500 dos 1500 trabalhadores da empresa.

Apoiada pelo Sindicato dos Operários Químicos, a posição daquele meio milhar de empregados tem sido de intransigência quanto às reivindicações formuladas, pelos contactos entre os seus representantes e a respectiva administração não tem surtido qualquer efeito. Entretanto, segundo um comunicado divulgado pelos trabalhadores que não se encontram em greve, «o prejuízo que advém da paralisação afecta não só a economia da empresa e dos seus trabalhadores mas também os agentes revendedores e seus funcionários, além dos reflexos que forçosamente teria na economia nacional».



# A POSIÇÃO DA ADMINISTRAÇÃO S. 7.6.74 DA MABOR

## PERANTE O CASO DA GREVE DE UMA PARTE DO SEU PESSOAL FABRIL

Relativamente a uma notícia publicada na edição de ontem de «O Primeiro de Janeiro», subordinada ao título «Com apoio sindical os operários da MABOR (Lousado) mantêm-se em greve», vem a Administração da MANUFACTURA NACIONAL DE BORRACHA, S. A. R. L., prestar (no sentido de uma lúcida e equilibrada avaliação da situação) os seguintes esclarecimentos:

1. Apenas uma parte do pessoal fabril da Empresa se encontra em greve, contrariamente ao que se poderá depreender da referida notícia.

2. Os contactos entre a Administração e os trabalhadores, iniciados em 12 de Maio, nunca foram interrompidos.

3. Em 30 de Maio, após cuidadoso estudo económico das possibilidades da Empresa, foi apresentada aos trabalhadores uma resposta às suas reivindicações prioritárias.

4. Nesse mesmo dia 30, após o jantar na Cantina da Fábrica, parte dos operários de turno do sector de pneus entrou em greve sem qualquer aviso.

5. Não é verdadeiro o que se afirma quanto à verba referida do aumento concedido ao pessoal de escritório, como foi aliás oportuna e inequivocamente explicado ao pessoal fabril nos dias 30 e 31 de Maio.

6. É inteiramente falso que a Administração da Empresa tivesse recusado «uma proposta leal do Delegado da Junta de Salvação Nacional não aceitando uma peritagem às contas...» pois que, tendo sido tal proposta apresentada no sábado, 1.º de Maio, logo na 2.ª feira, 3.º de manhã, na própria fábrica foi entregue ao Snr. Delegado da J. S. N., Snr. Aspirante Octávio Caldas o seguinte documento, que foi imediatamente lido por ele próprio aos trabalhadores e elementos sindicais presentes.

«Os membros do Conselho de Administração, sem deixarem de marcar a sua mais veemente repulsa e indignação pela desconfiança que foi manifestada ao Senhor Delegado da Junta por alguns trabalhadores com a presença de elementos Sindicais quanto à veracidade dos números apresentados nas suas contas.

— Têm até o maior interesse em que um Perito Oficial indicado pela Junta de Salvação Na-

cional ou pelo GOVERNO possa apreciar as contas da Companhia, de forma a concluir se a Empresa se encontra no presente momento em condições de poder dar maior satisfação às reivindicações salariais que lhe foram apresentadas para além do que já se propõe conceder.

— Uma vez que o Conselho de Administração continua a admitir que, por força da situação e do clima emocional actuais e no intuito de evitar perturbações laboriais nocivas para a Empresa, para os seus trabalhadores e para a economia nacional, FOI PORVENTURA ATÉ PARA ALÉM DO QUE DEVIA TER IDO, entende que a posição agora assumida pressupõe o termo imediato da greve em curso e pressupõe também que fique esclarecido que os aumentos salariais e regalias agora admitidos se devem considerar provisórios, de modo a também ficar salvaguardada a possibilidade de tais aumentos e regalias podem vir a ser reajustados, se as conclusões da peritagem proposta vierem a confirmar aquela convicção do Conselho de Administração.»

Na quarta-feira, 5 voltaram a reunir-se na fábrica, em Lousado, os mesmos representantes da Administração e dos Trabalhadores, agora com a presença do sr. tenente-coronel César Teixeira, e dos srs. aspirantes Octávio Caldas e Augusto Vasconcelos e, ainda, do sr. delegado do I.N.T.P. de Braga.

Foi novamente afirmado que a «Administração mantém o seu interesse na realização da peritagem oficial que lhe foi proposta pelo delegado da J. S. N. conforme novo documento lido por um daqueles srs. oficiais a todos os trabalhadores que se encontravam presentes, acompanhados dos delegados sindicais

6. Em face do exposto, a Administração da MANUFACTURA NACIONAL DE BORRACHA, S. A. R. L. declara, peremptoriamente que não lhe pode ser imputada a responsabilidade da greve em curso, pela simples razão de que, ao aceitar expressamente a peritagem proposta pela J. S. N. demonstrou o seu espírito de colaboração dentro de uma honestidade de processos que se recusa seja posta em dúvida

O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO





P. 12. 6. 74 MABOR — A greve dos trabalhadores na fábrica da Mabor continua. A administração da empresa ainda não se pronunciou sobre as reivindicações apresentadas pelo pessoal nem se manifestou sobre os termos de um comunicado divulgado no último sábado pelo Sindicato Nacional dos Técnicos e Operários das Indústrias Químicas.

## Empresa Fabril de Malhas (Coimbra)

**O caso da Empresa Fabril de Malhas, de Coimbra**  
DN 2816

O caso da Empresa Fabril das Malhas, com sede na Rua do Brasil, desta cidade, que conforme noticiámos abriu falência face às reivindicações do pessoal e cujas negociações, por parte dos órgãos competentes prosseguem, continua, porém, a suscitar grande interesse.

Soube-se, agora, que uma das principais sócias da fábrica oferecera a sua quota (40 por cento do capital da empresa) aos trabalhadores. Estes, montaram turnos de vigilância, conservando-se na fábrica, no intuito de impedir, que dali sejam desviados quaisquer bens.

Entretanto, o Serviço Nacional de Emprego prossegue nas tentativas de colocação do pessoal desempregado, e mesmo tempo que decorrem as



## Manpower

### Reivindicações apresentadas pelo pessoal da Manpower

DN 18.5.44  
Cerca de 400 trabalhadores da Manpower, reunidos nas instalações do Sindicato dos Profissionais de Escritório, aprovaram, por maioria as reivindicações apresentadas e, por aclamação, ficou deliberado que a Manpower deverá responder no prazo de 7 dias, ou seja até às 12 horas do dia 23 do corrente, aos seguintes pontos:

1.º - Ordenado fixo mensal, com pagamento obrigatório de todos os pontos mortos entre duas colocações.

2.º - Ordenado mínimo para todos os trabalhadores, de 6000 escudos (no sentido de evitar que as importâncias a facturar aos clientes atinjam valores que prejudiquem os trabalhadores actualmente colocados, a Manpower deverá diminuir a margem de lucro que está a praticar).

3.º - Subsídio para refeição de 30\$00 diários, em numerário.

4.º - Pagamento de transportes para colocações fora de Lisboa.

5.º - 30 dias de férias a partir de um ano e subsidiados a 100 por cento.



## Marriott de Montis

### Reivindicações satisfeitas na firma Marriott de Montis, Ld.<sup>a</sup>

*DN 22-5-74*

Na atmosfera de livres reivindicações que se está a verificar em Portugal, o pessoal da firma Marriott de Montis, Ld.<sup>a</sup>, apresentou á respectiva administração, no passado dia 10, um caderno constante de vários pontos, pertencentes a nível de remuneração, condições de trabalho e dignidade das posições de colaboração de todos os trabalhadores com a firma a que pertencem.

A administração da firma aceitou quase todos os pontos de reivindicações. No entanto, outros ficaram em discussão e a fim de evitar que o diálogo fosse interrompido, foi solicitada a intervenção e arbitragem de delegados do Ministério do Trabalho, drs. Vieira Mesquita e Eduardo Fernandes, os quais, na sua intervenção, chegaram a ajustar as divergências existentes.

Durante o período de conversações foi decidida a suspensão da actividade da firma, sendo previamente avisadas as companhias de aviação e clientes. As conversações entre a entidade patronal e uma comissão representativa dos trabalhadores decorreram num clima democrático, o que tornou viável o acordo num reduzido espaço de tempo, chegando-se aos seguintes pontos concordados: salário mínimo de 4000\$00; aumento geral de 1500\$00 a partir de 1 de Maio de 1974; 13.º mês a todo o pessoal e subsídio de férias a 100 por cento; 44 horas de trabalho semanais em regime de semana inglesa; outros benefícios sociais de ordem interna. Trabalhadores e administração congratulam-se com esta vitória, tendo plena consciência de que estas medidas correspondem inteiramente aos interesses da economia nacional e aos objectivos definidos no programa do Movimento das Forças Armadas.



# Melka

## QUARTO DIA DE GREVE NA MELKA

DP 1915

Mais de seiscentos operários da firma Melka Confecções Lda. entraram hoje no quarto dia de greve, aguardando que a administração dê uma resposta favorável às reivindicações que apresentaram, entre as quais se inclui a de um ordenado mínimo de 5 mil escudos para mulheres e de 6 mil escudos para homens, após serem deduzidos todos os descontos regulamentares. Os trabalhadores da empresa, organizados em turnos para guardar as instalações da fábrica em Mem Martins) e evitar um «lock out», pediram também que a semana de trabalho seja limitada a 40 horas, repartidas por cinco dias; décimo terceiro mês de vencimento e trinta dias de férias.

**PARALISAÇÃO DO TRABALHO EM CONFECÇÕES MELKA** — Os trabalhadores ao serviço da empresa Confecções Melka, com sede no Cacém, apresentaram à respectiva administração as reivindicações que pretendem ver aceites dentro do mais breve espaço de tempo, tendo a entidade patronal solicitado um prazo até terça-feira, durante o qual procurará analisar das possibilidades de solucionar o problema..

Entretanto, e enquanto não surge a solução, todos os sectores da fábrica se encontram paralisados, devendo a comissão dos trabalhadores da empresa contactar o Ministério do Trabalho, a fim de se inteirar das possibilidades favoráveis de uma rápida solução, já que o respectivo sindicato não tem, ainda, qualquer comissão administrativa em exercício. S. 17.1.44



**MELKA** 430-5-74 Em resposta a comissão de trabalhadores, a administração propôs o seguinte aumento de salários válido para os trabalhadores adultos: 1500\$00/mês como parte fixa se tiver o horário completo — estas condições são válidas para os trabalhadores femininos no corte, costura, controlo, dobragem, prensa, último controlo e perfuração; 1500\$00/mês em adiantamento do contrato colectivo com horário completo (estas condições abrangem o seguinte: trabalhadores masculinos do corte, prensa, perfuração, encarregados, controladores, carpinteiros, guardas e motoristas); 1000\$00/mês em adiantamento sobre novo contrato colectivo com horário completo (estas condições abrangem o pessoal de armazém e electricistas); e 3300\$00/mês ao pessoal de limpeza e refeitório com horário completo.

Para mecânicos já saiu o novo contrato colectivo que vai ser aplicado.

O pessoal de escritório já foi ajustado desde 1 de Abril e será actualizado quando o novo contrato for estabelecido. Conforme decreto do Governo não será estabelecido qualquer aumento a salários e ordenados superiores a 7500\$00.

O aumento para menores vai ser dado em proporções conforme for estipulado no novo contrato colectivo de trabalho.

Os aumentos e adiantamentos serão pagos com retroactivos de 1 de Maio de 1974.

O período de greve não será pago



## Mensor

**Mensor** e 18/20/74

Cerca de 40 por cento dos trabalhadores da firma Mensor, empresa de estudos de mercado, encontram-se, desde sábado, impossibilitados de trabalhar em consequência de terem desaparecido, cerca de seis mil fichas de codificação, respeitantes ao trabalho «Mercado farmacêutico», e sem as quais a laboração normal da empresa não pode continuar. Quanto às reivindicações, esperam para hoje, uma resposta da administração.

**Mensor** e/21-5-74

Parte dos trabalhadores da firma Mensor, gabinete de estudos económicos pertencente à Sociedade Nacional de Sabões, continuam sem poder dispor dos elementos desaparecidos na sexta-feira passada e que são essenciais para o prosseguimento do funcionamento normal da empresa. Entretanto, ontem, começaram a ser estabelecidos contactos entre os trabalhadores e o conselho administrativo da Sociedade Nacional de Sabões, sem qualquer intervenção do administrador-delegado da Mensor.



S. 21-1-74

**TRABALHADORES DA MENSOR** — Os trabalhadores da Mensor, empresa de estudos de Mercado pertencente ao Grupo da Sociedade Nacional de Sabões, subscreveram, juntamente com a Ciesa a Intermarca, a Vitameal, a Sovendal e a Sociedade Nacional de Sabões, um conjunto de reivindicações que apresentaram à administração. As conversações foram negativas, tendo paralelamente, desaparecido seis mil fichas de codificação de um estudo de mercado, pelo que os trabalhadores decidiram ocupar as instalações durante o fim-se-semana, de molde a impedir o desaparecimento de outros documentos que não permitam a laboração normal. Decidiram, mais ainda, recorrer ao Ministério do Trabalho para evitar que caíam no desemprego, fazendo apelo à solidariedade dos colegas que trabalham noutras empresas do mesmo grupo.

Paralelamente, a administração da empresa distribuiu também um comunicado em que se afirma terem sido os elementos desaparecidos retirados pelo próprio gestor da empresa, que decidira ele próprio terminar o trabalho «essencial à sobrevivência da empresa», dada a falta de cooperação dos trabalhadores. Afirma, ainda que cinquenta dos quase setenta trabalhadores ganha mais de 3000\$ mensais. Reafirmando-se dispostos ao diálogo, os representantes da empresa afirmam ter facultado às comissões dos trabalhadores todos os elementos contabilísticos solicitados.



## A posição dos trabalhadores da Mensor

DN-22-5-74

Dos trabalhadores da Mensor recebemos o seguinte comunicado:

«O comunicado emitido em 21 de Maio pela administração da Mensor é falacioso e mesmo falso em diversos pontos, como seguidamente se demonstra:

1. Diz-se no referido comunicado que a administração retirou certos elementos fundamentais para o normal funcionamento da empresa por necessidade de salvaguardar o trabalho em curso para poder ser entregue dentro dos prazos.

Ora, para poderem ser entregues dentro do prazo, os elementos deveriam ter sido processados no dia 20 de Maio (tanto mais que existe um contrato entre a Mensor e a firma que habitualmente faz o processamento dos dados nesse sentido). Tal não aconteceu, provavelmente porque a administração, ao retirar o referido material sem dar conhecimento aos trabalhadores, deixou na empresa cerca de 2000 fichas fundamentais para o processamento dos dados.

Quando na passada segunda-feira, dia 20, um elemento adjunto da administração telefonou propondo-se servir de intermediário entre esta e os trabalhadores, estes concordaram, pondo como ponto prévio que o material retirado voltasse á empresa, comprometendo-se os empregados a que o referido estudo seguiria os processos que são habituais na sua realização, demonstrando assim, inequivocamente, que estavam interessados no normal funcionamento da firma, bem como num diálogo com a administração.

Esta recusou, alegando que os trabalhadores estavam a pôr uma condição prévia com a qual não concordava. Mas afirmaram, que não haveria mais telefonemas.

Pergunta-se: quem não está interessado no normal funcionamento da empresa? Quem não quer o diálogo?

2. Afirma-se no ponto 2 do referido comunicado que a afirmação feita pelos trabalhadores de que em cerca de 60 pessoas 40 ganhavam menos de 3000\$00 era «destituída de verdade». Aqui os trabalhadores da Mensor concordam com a administração e pedem desculpa pelo lapso: é que não são 40 trabalhadores, mas sim 39 e não ganham menos de 3000\$00, mas sim até 3000\$00. E podemos provar! Quanto aos restantes trabalhadores, podemos igualmente provar que 11 ganham ordenados compreendidos entre 3000\$00 e 3750\$00 (inclusive).



3. Quanto ao ponto 3 do referido comunicado, os elementos fornecidos pela administração foram considerados pelos trabalhadores como sendo insuficiente, pelo que estes solicitaram que lhes fosse dito qual o conteúdo de quatro contas: gastos com a administração e direcção (painel de consumidores); idem (estudos farmacêuticos); idem (diagnóstico e Terapêutica); idem (gastos gerais). Estes elementos foram recusados. Será que a administração teve medo que os trabalhadores soubessem quanto se gasta com as suas idas ao estrangeiro, com os seus carros, com as ofertas e com almoços e jantares?

Quanto aos peritos postos «generosamente» ao dispor dos empregados pela administração, salienta-se que um é bem conhecido pelas suas tomadas de posição relativamente aos empregados e o outro faz parte da direcção.

4. Quanto ao postal, somente da leitura do mesmo se pode deprender o seu verdadeiro sentido.

5. Quanto ao correspondente ponto do já citado comunicado, os trabalhadores da Mensor consideram-no provocatório e falso.

Provocatório ao afirmar que a actual situação da Mensor é fruto da «agitação» de certos elementos novos na empresa que pretendem criar um clima «emocional» contrário aos interesses dos trabalhadores, não reconhecendo nas reivindicações destes as necessidades dos mesmos.

Sobre isto o facto de praticamente todos os que trabalham nesta firma terem passado pelos piquetes, sujeitando-se a não dormir de noite, e a afastarem-se dos seus familiares, é suficiente para provar o contrário.

Afirma-se igualmente que os trabalhadores fazem piquetes para não permitir o trabalho, o que é igualmente falso e só prova a má fé da administração, pois os piquetes são precisamente para não permitir que esta retire mais elementos do interior da empresa. Todos os trabalhadores se encontram nos seus locais de trabalho desempenhando as suas actividades em ritmo normal. Se alguém fez greve, foi certamente a administração e dois elementos da direcção, que desde sábado de manhã não vêm á empresa.»



## O caso dos trabalhadores da Mensor

*DN 23.5.74*  
A situação na Mensor, mantém-se, isto é, os trabalhadores fazem piquetes na empresa fora das horas de serviço, pois durante o dia continuam o seu trabalho normal, tendo procedido até à entrega de relatórios a clientes.

Faz-se notar também, que a administração, desde sábado, não aparece na empresa, assim como dois directores.

Continuam também os contactos entre os trabalhadores da Mensor e a administração da Sociedade Nacional de Sabões.

Nota-se, porém, que por ordem da administração foram cortadas as comunicações com a Mensor, isto é, foi cortado o telefone e não foi entregue o correio. No entanto, desde o princípio da semana, o funcionamento da empresa prossegue com dinheiro adiantado pelos empregados, que não só procedem ao pagamento de contas, como enviam dinheiro para as equipas de inquérito que andam na província.

## Mensor

*23-5-74*  
A administração e os trabalhadores da Mensor, em reunião conjunta, resolveram, por acordo, normalizar o funcionamento da empresa, em todos

os seus aspectos, e reiniciar o diálogo, nos termos mais amplos e abertos, sobre as propostas dos trabalhadores quanto a alteração das condições de trabalho, designadamente salários, que os mesmos consideram fundamentais e que a administração aceita deverem ser debatidos.



## MESSA

**OITAVO DIA**

36 23/5

# Greve com ocupação na Messa - Industrial

Os mil e oitocentos trabalhadores da Messa de Mem-Martins entram hoje no oitavo dia consecutivo de greve total e ocupação (dia e noite) do estabelecimento fabril. A empresa, onde o Banco de Fomento tem importantes capitais representados por um administrador, cedeu em certas reivindicações secundárias, mas não transigiu, por alegada «situação financeira deficitária», às pretensões salariais, nem respondeu às exigências de saneamento interno formuladas pelo pessoal e que implicam o afastamento de cinco responsáveis, «comilões de primeiro grau», do «mini-governo fascista» da fábrica: assim os definem os operários.

A fábrica, no coração da cintura industrial de Lisboa, é a produtora dos «tanques» Messa, que as dactilógrafas dos escritórios conhecem, e a montadora das Royal. O pessoal fabril é constituído na sua grande maioria, por mulheres que trabalham nos sectores metalúrgicos, recebendo salários inferiores aos dos homens e muito abaixo do mínimo reivindicado. Pdem seis contos.

Mais do que pela firmeza, pela coesão e pelo entusiasmo transbordante da unidade operária, que se vive, e prova, à s próprias bancas das oficinas paralizadas e campos adjacentes, a greve com ocupação da Messa caracteriza-se pela organização rigorosa e completa da luta dos trabalhadores, que constituíram na fábrica, para a defesa dos seus interesses, o seu próprio poder. «Nenhuma derrota nos fará perder esta vitória», disse um dos nove membros da Comissão representativa dos trabalhadores, um jovem técnico: «em sete dias aprendi mais do que na vida toda. Pus-me a pensar e disse: afinal estava tudo errado dentro de mim. Sou um tipo que vem da Guiné. A minha maneira de ver o mundo mudou».

É que, ontem de manhã, uma operária de quarenta anos passou por ele e disse: «Viva a Comissão!» Ia sòzinha, mas gritou como quem se manifesta. Na cantina, onde desde a greve os preços baixaram e não há lucro, um cartaz de cartão ondulado e tinta-de-aparelho diz: «Viva a classe operária de todo o mundo».



## O SIME O NÃO

A Messa é uma fábrica de máquinas de escrever, que produz as peças, as ferramentas para as montar e que as monta. O fundamental do trabalho é de precisão, de atenção e de ritmo, desde a prensagem das peças plásticas até ao produto final. Para que eu escreva aqui esta letra «P», 1 780 pessoas fizeram, durante horas, um movimento muscular mil vezes mais violento do que o do meu dedo, e pago abaixo do seu esforço: quando eu martelo a letra «P», salta um pingo de suor do cilindro de borracha.

Que querem os operários da Messa? Reunidos no dia 15 em assembleia magna, nas horas de trabalho, aprovaram por unanimidade um «caderno reivindicativo prioritário» que logo depois apresentaram ao administrador eng. Gallo, com um prazo de 48 horas para que os patrões decidissem. **«Quarenta e oito horas é muito», disse o engenheiro, «em vinte e quatro se arruma a questão.»**

Não arrumou. Ao meio-dia de 16, menos de 24 horas depois, a administração comunica que aceita umas coisas e não aceita as outras; os trabalhadores reúnem no refeitório e declaram, por unanimidade, a greve que hoje chega ao princípio da sua segunda semana.

O caderno reivindicativo **«é moderado»** e **«os pedidos não foram aumentados para efeitos de licitação»**, afirma um dos homens da comissão operária.

Um resumo: 40 horas, para trabalho igual e categoria igual, salário igual, seis contos mínimos (três e quinhentos para os serventes menores), fim da confidencialidade dos salários, fim dos prémios de produtividade, actualização depois do serviço militar, mês de férias com mês e meio de subsídio, 13.º e 14.º mês, melhoria do refeitório e diferenciação dos preços segundo os salários, proibição dos despedimentos sem justa causa, conselho disciplinar (com representação dos trabalhadores) para os castigos e despedimentos.

Quanto a **«limpeza e saneamento»**, pretende-se **«eliminar do seio da empresa todos os ditadores que sempre cercearam as aspirações do trabalhador, na sua evolução profissional, impuseram castigos injustos, disseram palavras menos correctas de chefes para subordinados ou vice-versa, protegeram bufos, albergaram no seu seio os engraxadores, que normalmente são os menos competentes.»** Numa segunda assembleia magna, anteontem de manhã, os trabalhadores precisaram os nomes que pretendem ver fora da Messa: o do eng. Gallo e os do chefe do departamento de controle de qualidade, do director de produção, do director administrativo e do director de pessoal.

## APARECEM OS SOLDADOS

Ora à administração aceitou o que se referia aos regressados do serviço militar, ao refei-



tório, às instalações sanitárias, à abolição do prémio, aos despedimentos e à afixação dos salários. Protelou para as negociações colectivas em curso o sector metalúrgico o que diz respeito a férias e subsídios. Saneamento, em abstracto, sim, em concreto não se pronunciou. E quanto às reivindicações salariais, alinhou números sobre os prejuízos das gerências findas e afirmou que elaborara estudos financeiros sobre a reconversão da Messa e os apresentara ao antigo Governo, tentando agora fazê-lo chegar ao novo.

«Dada a difícil situação financeira da empresa, não está em condições de, por si, tomar uma decisão positiva por completa carência de meios económicos (...) As hipóteses estudadas só se podem conseguir mediante o apoio das entidades oficiais», afirma a acta que a administração elabora, negando as pretensões dos trabalhadores.

Declarada a greve depois do almoço do dia 16, os operários e empregados montam imediatamente um aparelho de controlo das instalações fabris, reforçando a Comissão, distribuindo tarefas de esclarecimento, contactos sindicais, transportes, recepção, fiscalização de entradas, segurança, fundos, alimentação, organizam-se, em cada secção, os turnos de 8 a 12 horas que ocuparão os locais de trabalho.

A cantina funcionará em todas as refeições dos oito dias de greve: se os fornecedores particulares não tivessem concedido crédito ilimitado aos grevistas, entrariam os fundos do Grupo Desportivo da fábrica. A creche para os filhos das operárias está aberta 24 horas por dia. E as empregadas do serviço de pessoal pagaram ontem a primeira quinzena de Maio. «Tanto faz que venha o dinheiro como não, a greve continua até ao fim», resume-se assim a reacção geral.

Estava a pôr-se isto tudo de pé para a resistência, chegam os soldados de Queluz sob o comando do major Serpa e a pedido da administração. Eram 22 horas do dia do «não» patronal, o controlo da fábrica estava assegurado pelos trabalhadores. Desembarcado o pelotão e seu oficiais, verifica-se que vinham combater «os que estavam a sequestrar os operários atrás dos portões». O boato havia de correr novamente, dias depois, e contra ele saiu um decidido papel. Mas no dia 16, o facto é que os soldados se espalham pelo recinto fabril e confraternizam com os «sequestrados» até às

quatro da madrugada seguinte, recolhendo então, com oficiais, armas e camiões, ao respectivo quartel.

### SAI O JORNAL

O primeiro número do «**Jornal do Trabalhador da Messa**» saiu logo no dia 19, com um artigo de fundo tratando da alternativa «**sindicatos fascistas/sindicatos livres**», com notícias de greves em outras fábricas, entrevistas com grevistas, a letra de «Grândola, vila morena» e um anúncio ao «**Couraçado Potemkine**», terminado com a constituição das subcomissões de greve.



«Declarámos a greve e a ocupação no dia 16 ao meio-dia. A nossa organização começa a gerar-se entre os trabalhadores. Uma hora depois, estava tudo controlado.»

O segundo número, também a cópiografo, sai com um editorial em que se lê: «Que a nossa luta só tem verdadeiro significado se tiver como objectivo máximo a Emancipação dos Povos Trabalhadores de todo o Mundo», mais entrevistas de apoio à greve e três poemas

em quadras soltas, um dos quais se chama «Poema à futura Messa» e diz, na 3.ª estrofe: Antigamente cantava o Gallo E não nos dava tostão Tivemos que depená-lo Porque era um intrujão. «A luta», diz uma operária, «faz com que camaradas que

não se falavam há anos andem agora abraçados. Faz com que eu trate por tu, eu casada, todos os homens da minha secção. Faz com que a gente perceba a força que isto é».

ALEXANDRE OLIVEIRA



# GREVE NA MESSA DURA HÁ UMA SEMANA

CAR 22/15

**D**ESDE quinta-feira passada, há praticamente uma semana portanto, que todas as classes trabalhadoras da Messa, Máquinas de Escrever, S.A.R.L., aderiram a uma greve geral com ocupação da fábrica.

A greve, tal como nos afirmou um dos membros da comissão de trabalhadores, é motivada pelos «salários de fome» que se praticam naquela empresa.

— Não podemos admitir — disse — que se aceite a mão-de-obra feminina para a explorar ainda mais. E o mesmo em relação aos menores bastante representados na nossa empresa. Não podemos tolerar que um menor seja obrigado a entrar num ritmo de produção idêntico ao do adulto, ganhando apenas metade, ou menos de metade do salário daquele. Exigimos, pois, que os menores sejam integrados em serviços que condigam com a sua situação de menores, devendo auferir 3500 escudos de salário mínimo.

E prosseguiu o mesmo trabalhador:

— Não abdicamos, de forma alguma, do salário igual entre homem e mulher, uma vez que desempenhem ambos o mesmo trabalho. Consideramos que a mulher é duplamente escrava tanto da sociedade como do próprio homem. Além disso, não estamos na disposição de consentir aqui casos como os que se passaram noutras grandes empresas em que as reivindicações de salário mínimo de 6000 escudos foram aceites para os homens, mas não para as mulheres. No que respeita aos nossos contactos com a administração — prosseguiu — encontramos-nos presentemente num impasse total.

«Assim, os trabalhadores da empresa reunidos em assembleia geral decidiram por unanimidade afastar cinco elementos da administração e direcção da empresa uma vez que é nossa convicção que o seu afastamento nos fará antever a possibilidade de resolvermos a nossa situação no que respeita ao caderno de reivindicações.

Os trabalhadores apresentam já o seu caderno reivindicativo, ao qual não receberam ainda qualquer resposta e que consta de várias alíneas entre as quais se destacam:

— Horário de 40 horas semanais, durante cinco dias de trabalho, salário mínimo de 6000 escudos mensais, com base em serventes adultos, salário mínimo de 3500 escudos para trabalhadores menores ou 6000 escudos caso desempenhem as mesmas funções de um adulto.

## Balneário, vestiário e refeitório

**P**EDEM, por outro lado, que lhes sejam concedidos balneários e vestiário condignos devendo a administração tomar as providências imediatas para a melhoria do serviço do refeitório, abolindo a igualdade de preço e passando a pagar mais quem mais ganhar.

No que respeita ao saneamento da empresa, o pessoal «pretende eliminar do seu seio todos os ditadores que sempre cercearam as aspirações do trabalhador ou de todos aqueles que ocupam lugares de chefia ou direcção, cuja qualificação profissional e cívica não é recomendável».



# A GREVE NA MESSA

DZ 2715

Do conselho de administração da «Messa — Máquinas de Escrever» recebemos o seguinte esclarecimento à nossa reportagem sobre a greve na sua fábrica em Mem Martins:

«1. Em 15 do corrente, ao princípio da tarde, foi entregue à administração da empresa um caderno de reivindicações dos seus trabalhadores, com o pedido de obterem uma resposta no prazo de 48 horas.

Debruçou-se logo a administração da Messa sobre o assunto, procurando encontrar uma solução para os pedidos apresentados; verificou, no entanto, que as reivindicações sobre salários e horários excediam a actual capacidade económica e financeira da empresa, carecendo de soluções extra-sociedade e, até, da definição da política económica nacional, incompatíveis com o prazo fixado.

2. Não obstante tal facto, mas que querendo protelar qualquer comunicação com o pessoal, logo em 16, pela manhã, efectuou uma reunião com os representantes dos trabalhadores, onde se satisfizeram todos os pedidos apresentados, à excepção dos relativos a horários e salários, para os quais, pelos motivos atrás referidos, se pediu o alargamento do prazo concedido. Deu-se, então, conhecimento de estudo oportunamente apresentado às entidades oficiais, tendo em vista

a expansão da empresa, sua condição de sobrevivência, o qual não tivera qualquer seguimento até 25 de Abril. Era evidente que esse estudo carecia de revisão (pois as pretensões apresentadas traduziam-se num aumento de encargos da ordem dos 84 000 contos ano) para poder ser apresentado ao Governo Provisório, que nesse dia tomava posse.

3. Comunicada esta posição da Administração, que nada quiz prometer ou conceder sem ter assegurado a estabilidade da empresa, decidiram-se os trabalhadores imediatamente por uma greve com ocupação da fábrica, com controlo de entradas e saídas que impediam a plena liberdade de circulação de empregados. Por tal motivo, temendo confrontações, a Administração solicitou a intervenção da J. S. N., que enviou um destacamento militar, cujo comandante procurou uma plataforma de conciliação.

Goradas as diversas tentativas, em virtude da posição intransigente assumida pela Comissão de Trabalhadores, retirou-se a Administração pelas 5 horas do dia 17, ficando a fábrica ocupada pelos trabalhadores em greve.

4. Apesar dessa situação, a administração da empresa, dentro do prazo de 48 horas que lhe fora indicado, efectuou nova reunião com os represen-

tantes dos trabalhadores, a quem deu, ao longo de 6 horas de conversações, largas explicações sobre todos os pontos que lhe foram presentes. Foi também possível assegurar a reabertura da fábrica, a partir do dia 18, com plena liberdade para todo o pessoal, aderente ou não à greve e, portanto, em condições de segurança.

Confirmou porém a necessidade de poder dispor de mais tempo para se pronunciar sobre os salários mas, para evitar a possibilidade de especular com a demora pretendida, tomou o compromisso de retroagir, para aquele mesmo dia 17, todas as decisões que viessem posteriormente a ser acordadas, aceitando ainda que a assembleia geral dos trabalhadores fixasse um prazo limite para esse acordo.

5. Não obstante aquela posição, os trabalhadores decidiram manter-se na situação de greve com ocupação total das instalações.

A Comissão de Trabalhadores enviou, também, um telegrama à administração informando que, de futuro só aceitariam negociar com 2 administradores, que designavam, e que reuniões da administração não poderiam ser efectuadas

na sede social da empresa, a qual continuavam a ocupar totalmente.

Ainda posteriormente (no dia 21) a Comissão de Trabalhadores comunicou à administração uma decisão de saneamento atingindo praticamente a totalidade da Direcção da Empresa.

Não pode a administração da Messa deixar de se confessar surpreendida por estas atitudes que igualmente lamenta, por considerar que não beneficiam nem os trabalhadores nem a empresa e, portanto, prejudicam a economia nacional.

Sabendo que a satisfação das reivindicações apresentadas significa, a curto prazo, a falência da empresa, mantemos a nossa posição inicial, o que também quer dizer que continuamos disponíveis para o diálogo.

A nossa atitude é determinada pelo desejo de cumprir o mandato que recebemos dos accionistas da empresa e ainda porque assim estamos a defender com coragem e sentido das realidades — embora contra as aparências momentâneas ou atitudes demagógicas — os verdadeiros interesses dos trabalhadores.



## Metalúrgica Duarte Ferreira

### Reunião dos trabalhadores metalúrgicos tramagalenses

*N. 17.*  
TRAMAGAL — Organizado pela comissão sindical, realizou-se, na Sociedade Artística Tramagalense, um plenário dos trabalhadores da Metalúrgica Duarte Ferreira, com a seguinte agenda de trabalhos: informação sobre a posição sindical face ao actual momento político; esclarecimento e orientação dos trabalhos para adaptação às condições de liberdade sindical após o 25 de Abril; informação sobre a situação económica da Metalúrgica Duarte Ferreira e seus efeitos nas condições da vida dos trabalhadores ao seu serviço; tomada de posição dos trabalhadores face a tal situação.

Falaram alguns directores dos sindicatos representativos das várias categorias profissionais, todos unânimes em que, não prescindindo do direito à greve, entendiam, no entanto, não ser o momento oportuno para usarem desse direito.

Pelo presidente da direcção do Sindicato dos Técnicos e Operários Metalúrgicos, Alvaro António Branco, foi feita uma detalhada exposição sobre a situação económica da empresa, tendo sido manifestada a ideia de incapacidade da administração da empresa.

Seguidamente, a direcção do Sindicato dos Metalúrgicos informou a assistência da sua acção desenvolvida junto da J. S. N., por intermédio do coronel Durão, com quem falou, tendo feito um apelo para que a situação da empresa seja apreciada.



# Despedimento colectivo numa empresa nortenha

5.25.5.74  
PORTO — Representantes dos órgãos da Informação reuniram-se, ontem, à tarde, nas instalações da Divisão Berliet da Metalúrgica Duarte Ferreira, nesta cidade, com uma delegação dos empregados daquela divisão, a fim de ser exposto um problema de muita gravidade para os trinta e poucos empregados ali existentes.

Trata-se de um despedimento colectivo a partir do último dia do mês corrente, conforme informação transmitida aos empregados pelo respectivo gerente.

Na troca de impressões ficou a saber-se que aquela divisão oficial e comercial quase não chegou a trabalhar, pois apenas iniciou, ali, a sua actividade em Janeiro do ano corrente, mas só começando a funcionar, de facto, em Março. Todavia, dias depois, e ainda neste mês, os empregados foram avisados oficialmente de que a Berliet, naquele sector, passaria para a firma Salvador Caetano. Nessa altura, foi-lhes dito, também, que deviam passar para a nova firma.

Ora, agora, souberam do encerramento daquela divisão mas nada lhes foi dito quanto à mudança para a firma Salvador Caetano e, como não pretendem ir para o desemprego, resolveram ouvir a opinião dos sindicatos. Como a maioria pertence ao dos metalúrgicos, foi a este que se dirigiram, sendo-lhes dito que não aceitassem o despedimento. Essa é, também, a opinião da comissão eleita pelos empregados, a qual continua, entretanto, a estudar o assunto e a promover todas as possibilidades de solução do problema até nova reunião com o pessoal, na próxima terça-feira.

## Berliet

5.25.5.74  
Quarenta e dois trabalhadores da delegação do Porto, da Ber-

liet, divisão da metalúrgica Duarte Ferreira, foram ontem informados que em 31 do corrente a firma cessaria a sua actividade no Porto e que ao abrigo da lei em vigor, cumpriria as suas obrigações contrárias. Quer isto dizer que embora recebendo uma indemnização, muito reduzida, neste caso — dado que a oficina laborava apenas há um mês — aqueles trabalhadores vão encontrar-se na situação de desempregados.

A comunicação foi transmitida de Lisboa através de um ofício, em que também se referia a hipótese de absorção do pessoal por parte da firma Salvador Caetano, que, segundo conseguimos esclarecer, irá ser, em breve, a concessionária daquela marca para o norte do País.



5.25.74  
**METALÚRGICA DUARTE FERREIRA, S. A. R. L. (DIVISÃO BERLIET)** — A comissão de trabalhadores, num extenso comunicado enviado à Imprensa, manifesta a sua apreensão, por lhes ter sido manifestado pela empresa, não ser possível aumento de salários por se encontrar «num caos económico e o saco vazio». A comissão pergunta: «Qual será o destino destes trabalhadores despedidos em massa?»

Acrescenta-se, segundo ainda o comunicado, ter a administração transmitido (dado o momento financeiro que atravessa), «que quem quisesse sair não tinha mais que pedir a demissão por escrito, sendo indemnizado como nos casos de despedimento sem justa causa e sem aviso prévio»

## **Metalúrgica Duarte Ferreira**

29-5-74  
A comissão dos trabalhadores da Metalúrgica Duarte Ferreira divisão Berliet, em Cabo Ruivo, depois de reestruturada, fica até 31 do corrente a controlar toda a situação reivindicativa dos empregados, bem como o caso dos despedimentos. A todo o pessoal indigitado para despedimentos em particular e a todo o pessoal em geral, a comissão informa que, depois de contactados os sindicatos, foi considerado ilegal o despedimento agora decidido pela administração.

Deste modo, aquela comissão solicita a todo o pessoal que se mantenha firme na resolução do problema. A comissão dos trabalhadores informa ainda que não deverão receber quaisquer indemnizações por conta de despedimento, continuando após 31 de Maio a apresentarem-se ao serviço.



# Metropolitano de Lisboa

5 1815  
**METROPOLITANO** — Os engenheiros, agentes técnicos e arquitectos do Metropolitano de Lisboa decidiram, em assembleia plenária, ser desejável instituir na empresa, os princípios de participação e de autogestão progressiva; e que, na realização de inquéritos de saneamento, as acusações sejam devidamente fundamentadas.

CAR 2415

## METRO RETOMA MARCHA A MEIO DA MANHÃ

**O**BTIDA uma plataforma de entendimento com a administração, os trabalhadores do Metropolitano de Lisboa decidiram ainda esta manhã regressar à sua actividade normal. Precisamente, às 11 e 10 reiniciava-se a circulação dos comboios, sendo provável que a partir das 14 horas a corrente de tráfego tenha atingido a frequência de todos os dias. Segundo o acordo obtido os funcionários da empresa terão direito a um salário mínimo de 5750\$00 e à semana de trabalho de 44 horas (48 anteriormente). Entretanto, prosseguem as negociações entre as duas partes, já que os trabalhadores pretendem ver satisfeitas outras reivindicações de carácter interno e exigem também o saneamento dos quadros directivos. Neste sentido já se encontram em curso alguns inquéritos.

Antes de alcançado o acordo o Metropolitano esteve paralisado, concretizando-se assim a greve ontem anunciada pelos funcionários. Tal medida, como se depreende, determinou grandes perturbações na circulação da cidade, sobretudo nas vias de ligação com a periferia, como é o caso das zonas de Benfica e Lumiar. Em consequência da greve, milhares de lisboetas chegaram, esta manhã, atrasados aos seus empregos.

**N**ÃO há dúvida de que o «Metro» é pequeno mas quando pára causa verdadeiros transtornos ao público que habitualmente utiliza aquele veloz e eficaz meio de transporte. Que o digam os verdadeiros magotes de pessoas que, ao princípio da manhã, aguardaram, longo tempo, nas paragens, que os autocarros da Carris os levassem aos seus empregos ou escolas. No Rossio, formaram-se bichas infundáveis de pessoas preocupadas por verem as horas a passar. O grande problema é que os relógios de ponto não esperam... E embora muitos utentes do «Metro» tenham sido proviamente avisados, nomeadamente os que viajam por correspondência, não lhes tendo sido portanto vendidos os bilhetes que apresentam depois aos funcionários do Metropolitano de Lisboa, o que é certo é que um grande número de lisboetas desprevenidos bateu esta manhã com o nariz na cancela dos portões. De facto, estas encontravam-se fechadas, com letreiros com a indicação «Encerrado». Em certas estações, nomeadamente no Parque, talvez devido aos inúmeros hotéis que se situam naquela zona, os funcionários do «Metro» chegaram ao requinte de afixar também um papel em que se lê a palavra «Closed».

Embora os trabalhadores afirmem ter consciência de que a altura não é propícia para greves, sabendo de antemão que iriam causar grandes prejuízos, acharam que era esta a melhor solução com vista a conseguirem uma série de reivindicações que há muito têm vindo a exigir, nomeadamente, 6500 escudos de ordenado mínimo em 40 horas semanais. O pessoal da empresa afirmou que a sua atitude não era mero oportunismo, não tentando de modo nenhum aproveitar a situação de momento, mas que, dado que esgotaram todos os meios ao seu al-

cance com vista a conseguirem ver satisfeitas as suas reivindicações, resolveram levar avante toda uma série de medidas que já haviam sido apresentadas à administração no passado mês de Fevereiro.

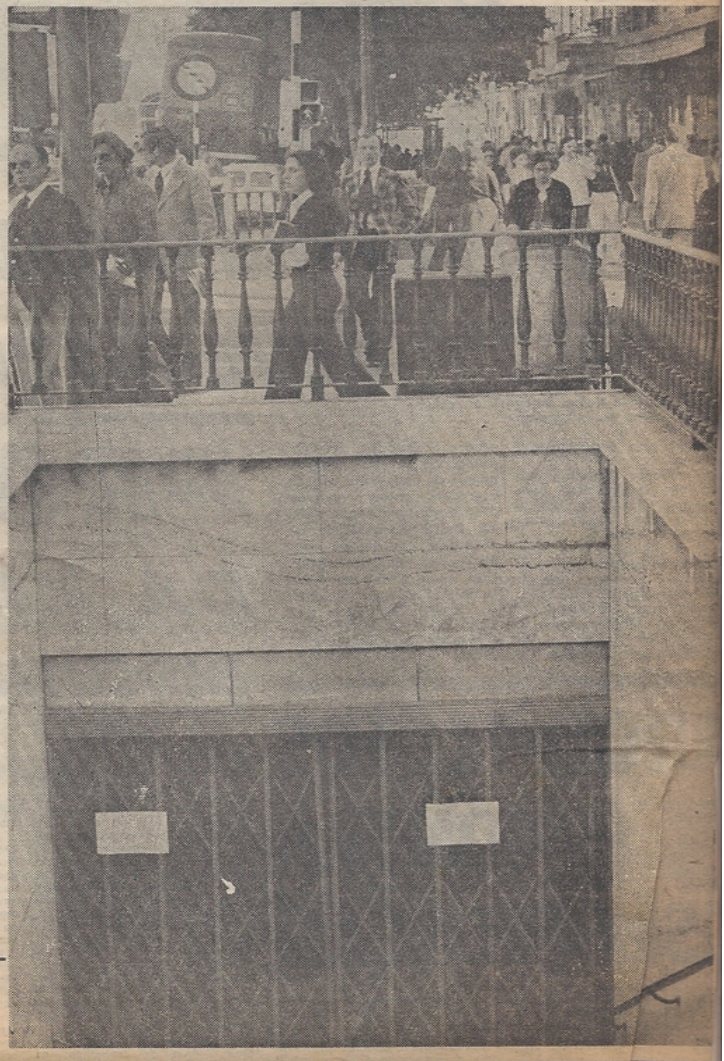
Embora os trabalhadores da empresa tenham contactado com um delegado da Junta de Salvação Nacional, quando sido informados de que em breve tudo se resolveria, a administração do Metropolitano de Lisboa propôs se realizasse uma reunião em que estariam presentes as administrações de todas as empresas de transportes colectivos, com vista a serem abordados problemas comuns.

Depois das reuniões, a comissão dos trabalhadores elaborou um programa que foi apresentado ao secretário de Estado dos Transportes e Comunicações. No entanto foi recebida a resposta de que em breve o Governo tornaria público o salário mínimo nacional.

Afirma-nos um porta-voz dos trabalhadores:

— Por entendermos que esse salário não viria de modo nenhum ao encontro das nossas necessidades, decidimos entrar em greve, com a ocupação dos locais de trabalho, paralyzando a circulação de comboios a partir das 5 e 30 da manhã de hoje.

No entanto, como já referimos, foi possível chegar a um acordo. E os habituais utentes poderão regressar a casa pela via normal.



**Durante parte da manhã estiveram encerradas as portas do «Metro» de Lisboa**



# METRO: Os trabalhadores aceitaram a contraproposta da administração

37 2415

Por 531 votos contra 203, os trabalhadores do Metropolitano aceitaram a contraproposta da administração às suas reivindicações p o n d o termo à greve-relâmpago desta manhã.

Tudo se passou muito rapidamente. À hora do encerramento do Metro, à 1 e 30 da madrugada de hoje, os trabalhadores decidiram entrar em greve, com ocupação de instalações, iniciando-se negociações entre uma comissão representativa e a administração. As reivindicações eram as seguintes: 40 horas de trabalho semanal, ordenado mínimo de 6500 escudos, menor diferença de vencimentos entre as diversas categorias hierárquicas da empresa e saneamento de quadros.

Esta manhã, os milhares de utentes do transporte subterrâneo encontraram as estações encerradas, medida que tinha em vista evitar qualquer acidente grave devido às previsíveis aglomerações de público nas gares. No entanto, a solidariedade dos lisboetas para com a luta dos trabalhadores do Metro foi notável, procurando cada um resolver a seu contento o problema do transporte. De salientar, a colaboração prestada por muitos automobilistas, que cederam os lugares vagos dos seus veículos a muitos dos utentes do Metro que foram surpreendidos pela greve. Registaram-se, entretanto, alguns engarrafamentos nas artérias citadinas.

Deve esclarecer-se que não é de agora a luta reivindicativa dos trabalhadores da companhia do Metropolitano. A greve-relâmpago de hoje foi apenas o corolário de uma situação que se arrastava desde Fevereiro passado, altura em que se realizou uma greve parcial de dois dias.

Nessa altura, o aparelho repressivo do regime fascista funcionou como se esperava através da acção de agentes da polícia política agora dissolvida. A situação foi colmatada na altura com um prémio de 500 escudos atribuído pela administração.

Esta madrugada, a administração do Metropolitano de Lisboa apresentou uma contraproposta aos trabalhadores que foi discutida e votada. Verificou-se o resultado acima referido pelo que os trabalhadores aceitaram as condições da ~~contra-proposta~~ da administração, que são as seguintes: 5750 escudos de salário mínimo (antes era de 3350 escudos); 44 horas de trabalho semanal, mais um bônus de correcção técnica a ser estudado; redução das escalas de 500 escudos para cada categoria com compressão das categorias; os trabalhadores com ordenado actual de 9 mil escudos não são abrangidos pelo aumento salarial; efeitos retroactivos a partir de 1 de Maio passado. Relativamente ao saneamento dos quadros da empresa, a administração aceitou a realização

de um inquérito para apuramento de responsabilidades.

Esta manhã, em Sete Rios, cerca das 10 e 30, a reportagem do «Diário Popular» teve a confirmação de que, ante a aceitação da contraproposta da administração, os trabalhadores resolveram tomar imediatamente as seguintes decisões: repor todas as condições de segurança na via e terminar a greve; repor a circulação na via; agradecer aos órgãos da Informação e à população o apoio prestado aos trabalhadores.

Entretanto, minutos antes de a circulação de comboios voltar a fazer-se, um porta-voz dos trabalhadores disse ao nosso jornal:

— Isto é uma vitória dos trabalhadores, porque temos garantia de que é possível continuar a negociar desde que as condições de vida o exijam.



## Decisão dos trabalhadores

# Greve no «Metro» a partir de hoje

5.24.74

Os trabalhadores do Metropolitan de Lisboa encontram-se em greve, reivindicando 40 horas de trabalho semanal, ordenado mínimo de 6500\$00 e menor diferença de vencimentos entre as diversas categorias hierárquicas da empresa. Um outro ponto incidindo sobre o saneamento encontra-se já aceite.

«Entendemos que a greve neste momento não é, de facto, oportuna — disse-nos um porta-voz dos trabalhadores. — Contudo, não tivemos outra solução.

«Convém esclarecer que o nosso processo reivindicativo não é mero oportunismo, fruto da situação do momento, mas sim o corolário de uma situação que se arrasta desde Fevereiro deste ano, mês em que estivemos em greve durante dois dias e fomos alvo da presença de forças da D. G. S.»

Dessa vez a situação fora resolvida, segundo nos disseram, com um prémio mensal de 500\$, que a administração atribuiu aos trabalhadores.

«Depois do 25 de Abril, houve contactos com um delegado da Junta de Salvação Nacional e os trabalhadores receberam a promessa de que tudo se resolveria democraticamente», continua o mesmo porta-voz. «Soube-mos, então, que a administração do M. L. tinha proposto uma reunião, que englobaria as administrações de todas as empresas de transportes colectivos, para discussão dos problemas comuns.»

«Pedimos para assistir a essas reuniões, o que nos foi concedido. Mas como éramos os únicos trabalhadores presentes contactámos com as outras empre-

sas para elegerem delegados que se unissem a nós.»

Depois dessas reuniões a comissão dos trabalhadores do M. L., em conjunto com os delegados dos Sindicatos, elaborou um programa que foi apresentado ao secretário dos Transportes. As empresas apresentaram também o seu programa.

A resposta obtida daquela entidade, segundo o mesmo porta-voz, teria incidido sobre a informação de que, em breve, seria tornado público, pelo Governo, o salário mínimo nacional.

«Entendemos, então, que esse salário, que deve ser bastante baixo, não vinha ao encontro das nossas necessidades e esgotada a via democrática tivemos de optar pela greve.»

Entretanto, foi dissolvida a comissão a fim de que todas as medidas que se viessem a tomar, incluindo a greve, passassem a ser da responsabilidade de todos os trabalhadores e por eles decididas.

Saliente-se que o ordenado mínimo praticado no M. L., é de 3350\$00 ilíquidos.

Sobre a paragem dos comboios afirmou-nos o porta-voz dos trabalhadores do M.L.: «Resolvemos parar os comboios porque a outra solução que se nos apresentava, continuar os transportes sem receber dinheiro, podia dar origem à intervenção de Partidos políticos e revestir-se de pouca segurança para o público.

«É a esse público que pedimos desculpa pelo transtorno que lhe estamos a causar, mas estamos certos de que compreenderão a nossa posição e não deixarão de nos apoiar.»



# EMPREGADOS DO "METRO" DISCORDAM DE DECISÃO MINISTERIAL

CAR 215

**P**OR não aceitarem as razões apresentadas para a demissão da administração vigente em 29 deste mês como justas e não aceitarem «negociar aquilo que já foi livremente negociado, inclusivamente com representantes governamentais», os trabalhadores do Metropolitano declaram-se dispostos, segundo o texto dum comunicado ontem distribuído, a manifestarem-se, «no momento oportuno, muito embora venham «a ser obrigados a acatar imposições contrárias ao livremente acordado».

No documento, os profissionais daquele transporte urbano referem a sua surpresa pelas «chocantes decisões do Conselho de Ministros», e afirmam, nomeadamente:

«Os salários que nós, trabalhadores do «Metro», vencemos neste momento, foram fixados em 1 de Julho de 1972, não restando dúvidas a ninguém (passados dois anos de inflação galopante) da sua mais que evidente desactualização. Desactualização essa que nos levou, em Fevereiro deste ano (apesar da repressão sobre nós exercida pela ex-P.I.D.E.-D.G.S.) a paralisar as oficinas durante dois dias pela não satisfação total ou aproximada das reivindicações que na altura fizemos à actual administração e que, por amor à verdade, esta estava disposta a vir ao nosso encontro e só o não fazendo por atitudes repressivas da Câmara

Municipal de Lisboa (accionista maioritário). Foi nessa altura acordado entre a empresa e alguns sindicatos que estes elaborariam uma nova tabela de vencimentos.»

Depois de referir o facto da proposta de vencimentos e horário de trabalho ser apresentada em nome de todos os trabalhadores do «Metro», congregados em cinco sindicatos, é sublinhado, no aludido documento, que «as 40 horas de trabalho e os 6500\$00 de salário mínimo foram apresentados «antes do dia 25 de Abril, pelo que não podemos ser acusados de oportunistas».

## Funcionários do Metropolitano de Lisboa contestam a demissão da administração

S. 31.1.74

A comissão dos trabalhadores do Metropolitano de Lisboa divulgou ontem um comunicado, no qual qualificam de «chocantes» as decisões do Conselho de Ministros referentes à sua Companhia, não aceitando como válidas as razões apresentadas para a demissão da administração.



«Rejeitamos qualquer responsabilidade pela criação de bodes expiatórios com bases justas reivindicações apresentadas; não aceitamos negociar aquilo que já foi livremente negociado inclusivamente com representantes governamentais; muito embora venhamos a ser obrigados a acatar imposições contrárias ao livremente acordado nos reservamos o direito de, em momento oportuno, nos manifestarmos» — afirma-se no documento, que procura traçar uma história dos acontecimentos.

Afirma-se que em 3 de Abril, e com o apoio dos sindicatos que representavam a quase totalidade dos trabalhadores, foi entregue à administração uma proposta de vencimentos (5500\$00 de salário mínimo) e horário de trabalho (quarenta horas por semana).

«Dos primeiros contactos com a administração em 2 de Maio deste ano, esta fez realçar que não podia satisfazer, nem de longe, o que pretendíamos, pelo que através de várias negociações nos propôs duas soluções de compromisso. Postas estas à votação dos trabalhadores, foram rejeitadas quase por unanimidade, caindo as negociações no impasse. Foi, assim, que surgiu uma comissão de trabalhadores disposta a activar o processo, não o deixando cair no esquecimento.

«Nós, trabalhadores do «metro», verificámos que se não tomássemos uma acção firme (depois de dar todas as possibilidades às entidades competentes para ser resolvido o problema), mais uma vez continuaríamos no rol do esquecimento, pelo que decidimos empreender a paralisação do trabalho de forma a chamar a atenção dessas entidades para as condições miseráveis da nossa vida.

«Assim, alguns representantes dos trabalhadores são chamados ao Ministério do Trabalho para resolução do conflito aberto. Representantes esses que fizeram, desde logo, notar que qualquer solução passaria pela aceitação dos trabalhadores;

é feita uma proposta pela administração na presença do senhor ministro do Trabalho, do senhor director-geral de Transportes Terrestres, do senhor delegado da Junta de Salvação Nacional junto da empresa e do senhor subsecretário de Estado de Transportes e Comunicações. Foi esta a individualidade que apresentou a proposta da administração aos trabalhadores reunidos nas oficinas em Sete Rios. Porém, inicialmente, os trabalhadores rejeita-

ram essa proposta, que ficava muito aquém das suas legítimas aspirações;

só com muito poder de persuasão de alguns representantes dos trabalhadores, fazendo ver aos seus camaradas dos inconvenientes da continuação da greve à população de Lisboa (que todos desejavam fossem reduzidos ao mínimo) os levou numa segunda votação a reconsiderar e a aceitar as propostas que fo-

ram assinadas na presença de membros do Governo:

esta solução encontrada, que não nos satisfazia inteiramente, levou-nos, no entanto, a aumentar a produtividade de forma sensível. Contudo, depois do comunicado do Conselho de Ministros, verifica-se o retorno a um mau ambiente de trabalho que já estava ultrapassado.»



# OS TRABALHADORES DO METROPOLITANO NÃO ACEITAM NEGOCIAR *DM 31/5* O QUE JÁ FOI LIVREMENTE ACORDADO

*A comissão dos trabalhadores do Metropolitano de Lisboa pede-nos a publicação do seguinte comunicado:*

Foi com surpresa que tomámos conhecimento das chocantes decisões do Conselho de Ministros divulgadas publicamente no dia 29 de Maio de 1974 e referente ao Metropolitano. Acerca dessas decisões, temos a dizer o seguinte:

1.º Os salários que nós, trabalhadores do «Metro», vencemos neste momento foram fixados em 1 de Julho de 1972, não restando dúvidas a ninguém (passados dois anos de inflação galopante) da sua máis que evidente desactualização. Desactualização essa que nos levou em Fevereiro deste ano (apesar da repressão sobre nós exercida pela ex-P.I.D.E./D.G.S.) a paralisar as oficinas durante dois dias pela não satisfação total ou aproximada das reivindicações que na altura fizemos á actual administração e que, por amor á verdade, esta estava disposta a vir ao nosso encontro e só o não fazendo por atitudes repressivas da Camara Municipal de Lisboa (accionista maioritário).

Foi nessa altura acordado entre a empresa e alguns sindicatos que estes elaborariam uma nova tabela de vencimentos.

Assim:

Os sindicatos que agrupavam a totalidade dos trabalhadores da empresa começaram a reunir-se e verificaram que não havia unanimidade de opiniões pelo que os sindicatos; Transportes Urbanos, Electricistas, Metalurgicos, Marceneiros e Construção Civil representando mil e oitenta e quatro dos mil cento e sessenta e dois trabalhadores entregaram no dia 3 de Abril de 1974 uma proposta de vencimentos e horários de trabalho. Defendiam estes sindicatos 6500\$00 como salário mínimo e quarenta horas de trabalho semanal.

Isto tudo antes do dia 25 de Abril, pelo que não poderemos ser acusados de oportunistas. Era muito? Não somos muitos de nós obrigados a pagar rendas de habitação em muitos casos superiores a 2200\$00? Não somos nós obrigados a trabalhar, na maioria dos casos, no subsolo, com poeiras, barulho, luz artificial, em suma com péssimas condições?

2.º Dos primeiros contactos com a administração, em 2 de Maio deste ano, esta fez realçar que não podia satisfazer, nem de longe, o que pretendíamos, pelo que através de várias negociações nos propôs duas soluções de compromisso. Postas, estas, á votação dos trabalhadores foram rejeitadas quase por unanimidade, ceindo as negociações no «impasse». Foi, assim, que surgiu uma comissão de trabalhadores disposta a activar o processo, não o deixando cair no esquecimento.

Nós, trabalhadores do «Metro», verificámos que se não tomássemos uma acção firme (depois de dar todas as possibilidades á entidade competentes para ser resolvido o problema), mais uma vez continuaríamos no rol do esquecimento, pelo que decidimos empreender a paralisação do trabalho de forma a chamar a atenção dessas entidades para as condições miseráveis da nossa vida. Assim:

a) Alguns representantes dos trabalhadores são chamados ao Ministério do Trabalho para resolução do conflito aberto. Representantes esses que fizeram desde logo notar que qualquer solução passaria pela aceitação dos trabalhadores.

b) E' feita uma proposta pela administração na presença do sr. ministro do Trabalho, do sr. director-geral de Transportes Terrestres, do sr. delegado da Junta de Salvação Nacional junto da empresa e do sr. subsecretário de Estado de Transportes e Comunicações. Foi esta a individualidade que apresentou a proposta da administração aos trabalhadores reunidos nas oficinas em Sete Rios. Porém, inicialmente, os trabalhadores rejeitaram essa proposta, que ficava muito aquém das suas legítimas aspirações.

c) Só com muito poder de persuasão de alguns representantes dos trabalhadores, fazendo ver aos seus camaradas dos inconvenientes da continuação da greve para a população de Lisboa (que todos desejavam fossem reduzidos ao mínimo) os levou, numa segunda votação, a reconsiderar e a aceitar as propostas que foram assinadas na presença de membros do Governo.

Esta solução encontrada, que não nos satisfazia inteiramente, levou-nos, no entanto, a aumentar a produtividade de forma sensível. Contudo, depois do comunicado do Conselho de Ministros, verifica-se o retorno a um mau ambiente de trabalho, que já estava ultrapassado.

Assim, esclarecemos:

1.º — Que as razões apresentadas para a demissão da administração vigente em 29-5-74 não as aceitamos como válidas, pelo que rejeitamos qualquer responsabilidade pela criação de bodes expiatórios com base nas justas reivindicações apresentadas.

2.º — Que não aceitamos negociar aquilo que já foi livremente negociado inclusivamente com representantes governamentais.

3.º — Que muito embora venhamos a ser obrigados a acatar imposições contrárias ao livremente acordado, nos reservamos o direito de, em momento oportuno, nos manifestarmos.



# A estranha atitude da ex-administração do metro

Factos relacionados com os recentes acontecimentos ocorridos com a antiga administração e os trabalhadores do Metropolitano são esclarecidos num comunicado emanado do Ministério do Equipamento Social e do Ambiente, que passamos a transcrever:

1. Foi recebido nesta Secretaria de Estado um comunicado dos trabalhadores do Metropolitano de Lisboa, definindo a sua posição face à decisão do Conselho de Ministros referente ao acordo de trabalho recentemente estabelecido entre a administração da empresa e os trabalhadores.

2. A este propósito, informa-se que, ao contrário do que por norma era praticado, a presidência da Câmara Municipal de Lisboa não foi consultada nem tão pouco informada da proposta de acordo de trabalho apresentada aos trabalhadores. Este facto é tanto mais de estranhar quanto é certo que, pouco tempo antes, em reuniões a que já esteve presente o delegado da Junta de Salvação Nacional que assegura a presidência da Câmara, com representantes da administração do Metropolitano e de outras empresas do sector de transportes, tinha ficado bem vinculada a conveniência dos vencimentos serem estudados em conjunto por forma a começar a encarar os problemas do sector em termos de maior justiça relativa.

3. Publicou o Governo no passado dia 27 o Decreto-Lei n.º 217/74, definindo uma política de salários que visa assegurar a estabilidade económica e realizar desde já uma maior justiça social. Neste contexto, a decisão tomada pelo Conselho

de Ministros, em 29 do corrente, sobre a revisão do acordo referente ao Metropolitano, não podia deixar de ter em atenção o interesse geral do País que tem de sobrepor-se a interesses particulares, porventura justos.

Deste modo, foi tomado em consideração o facto de que o salário mínimo efectivo praticado no Metropolitano, de um tempo a esta parte, se cifrar já em cerca de 40 por cento acima do salário mínimo nacional agora decretado.

Por outro lado, acentua-se ainda que dado que o conflito do Metropolitano se verificou logo nos primeiros escassos dias de vigência do Governo Provisório, a presença de membros do Governo na última fase das negociações entre as partes não podia ter outra intenção que não fosse de facilitar o diálogo e apressar um entendimento tornado urgente pela atitude dos trabalhadores de entrarem em greve sem aguardarem o resultado final das conversações. Foi apenas dentro desse espírito de colaboração que o secretário de Estado dos Transportes e Comunicações acedeu ao pedido feito pelos representantes dos trabalhadores para ler a proposta enunciada pela Administração da Empresa.

4. Compreende a Secretaria de Estado a surpresa que a evolução dos acontecimentos possa ter gerado no seio dos trabalhadores do Metropolitano mas reafirma a intenção de envidar todos os seus esforços no sentido de encontrar soluções para o problema das reivindicações tendo, todavia, em conta o limite imposto pela necessidade de se estabelecer a justiça social indispensável aos objectivos que todos nos propusemos atingir.



## O CASO DO METROPOLITANO

DL 3/6

# DOIS EX-ADMINISTRADORES ESCLARECEM OS FACTOS

«Ao iniciarmos esta nota, queremos que fique bem claro que não nos movem quaisquer desejos de tentar demover o Conselho de Ministros quanto às decisões que sobre o assunto tomou. Temos plena consciência dos nossos valores profissionais e não carecemos de favores de espécie alguma para desempenhar com eficiência e dignidade as nossas actividades. Apenas não aceitamos atropelos à verdade» — escrevem, a certa altura, numa nota enviada aos Órgãos de Informação sobre o Caso do Metropolitano, os seus ex-administrador-delegado, António dos Santos Labisa e o ex-administrador Rogério do Ouro Lameira.

«Dos fundamentos invocados pelo Conselho de Ministros, prosseguem para a tomada da decisão atrás referida destaca-se: «não foram prestados superiormente e a tempo as informações indispensáveis acerca das negociações em curso...»

«Esta informação carece totalmente de veracidade. Com efeito:

a) A pedido do Metropolitano de Lisboa, foram feitas duas reuniões de trabalho na Carris, nas quais participaram além desta empresa, a C. P., a S. Estoril, o Metropolitano, a quase totalidade das empresas de transportes rodoviários da zona de Lisboa e representantes dos trabalhadores.

Estas reuniões tiveram por finalidade estudar a gravidade

do problema e a possibilidade de criação de uma política comum para o sector dos transportes urbanos.

Nestas reuniões foi elaborado um relatório que foi entregue em 17 do corrente, ao sr. secretário de Estado dos Transportes e Comunicações;

b) Em 22-5-74 o pessoal do Metropolitano foi informado pessoalmente pelo administrador-delegado e pelo delegado da J. S. N. de que a empresa não se encontrava em situação financeira que lhe permitisse satisfazer as suas reivindicações e que o problema dependia de directrizes do Governo. O pessoal reagiu muito mal e no dia seguinte entrou em greve nas oficinas ameaçando estendê-la ao tráfego.

c) No mesmo dia o delegado da J. S. N. e a administração dirigiram-se ao secretário de Estado dos Transportes e Comunicações a quem expuseram o problema.

O sr. secretário de Estado dos Transportes e Comunicações marcou-nos uma reunião com o sr. ministro do Trabalho que se prolongou pela noite de 23-5 e madrugada de 24-5. Por proposta do sr. ministro do Trabalho, aceite pelo sr. secretário de Estado dos Transportes e Comunicações, foi chamada a participar nesta reunião uma comissão de trabalhadores que se demitira na véspera;

d) Cerca das 5 horas o sr. secretário de Estado dos Transportes e Comunicações e

um representante do Ministério do Trabalho, sr. Daniel Cabrita, dirigiram-se com a administração às oficinas de Sete Rios. O sr. secretário de Estado dos Transportes e Comunicações leu ao pessoal o protocolo com as conclusões da reunião. O pessoal reagiu bastante mal, rejeitando por larga maioria a proposta apresentada. Após quase duas horas de exaltadas discussões, nas quais os membros da comissão de trabalhadores procuraram, por todos os meios, convencer o pessoal a aceitar, deliberaram proceder a uma votação democrática. Esta votação viria a fornecer quinhentos e tal votos a favor e duzentos e tal votos contra a aceitação da proposta.

Estes factos poderão ser testemunhados por cerca 500 pessoas.

O outro argumento invocado pelo Conselho de Ministros, para a sua tomada de decisão é: «que por parte da empresa não foram tidos em atenção os aspectos fundamentais da capacidade financeira...»

Também este argumento é completamente destituído de fundamento, porquanto, em 14-5-74 foi entregue ao sr. secretário de Estado dos Transportes e Comunicações, através do delegado da J. S. N. um documento em que a situação era claramente exposta.

Por tudo quanto antecede achamos muito estranho que declarações como estas venham a público, com completo

atropelo da verdade e com prejuízo da idoneidade profissional de cidadãos.»



SITUAÇÃO DO METROPOLITANO  
SEGUNDO O DEPOIMENTO  
DE DOIS EX-ADMINISTRADORES

*DN 576*

ATÉ AO FIM DESTE ANO, O PREJUÍZO  
TOTAL DA EMPRESA ASCENDERÁ A  
800 MIL CONTOS



*Dos administradores do Metropolitano de Lisboa Drs. Santos Labisa e Rogério Lamieira, afastados das suas funções por decisão do Conselho de Ministros, recebemos, com o pedido de publicação, a seguinte nota:*

Têm sido divulgadas no últimos dias, através dos órgãos de informação, notícias dimanadas do Conselho de Ministros, as quais, pela sua gravidade e por não respeitarem os seus princípios da verdade que devem presidir a uma sociedade verdadeiramente livre e democrática, nos merecem alguns amargos reparos.

Referimo-nos ás afirmações vindas a público acerca das negociações sobre salários realizadas entre os trabalhadores e a administração do Metropolitano de Lisboa, sem que da parte dos responsáveis governamentais tenha sido feita qualquer tentativa de esclarecimento.

Ao iniciar esta nota queremos que fique bem claro que nos não movem quaisquer desejos de tentar demover o Conselho de Ministros quanto ás decisões que sobre o assunto tomou. Temos plena consciência dos nossos valores profissionais e não carecemos de favores de espécie alguma para desempenhar com eficiência e dignidade as nossas actividades. Apenas não aceitamos atropelos á verdade.

Dos fundamentos invocados pelo Conselho de Ministros para a tomada de decisão atrás referida destaca-se:

«Não foram prestadas superiormente e a tempo as informações indispensáveis acerca das negociações em curso...»

Esta informação carece, totalmente, de veracidade. Com efeito:

a) A pedido do Metropolitano de Lisboa foram feitas duas reuniões de trabalho na Carris, nas quais participaram, além desta empresa, a C. P., a Sociedade Estoril, o Metropolitano, a quase totalidade das empresas de transportes rodoviários da zona de Lisboa e representantes dos trabalhadores.

Estas reuniões tiveram por finalidade estudar a gravidade do problema e a possibilidade de criação de uma política comum para o sector dos transportes urbanos.

Nestas reuniões foi elaborado um relatório que foi entregue, em 17 do corrente, ao sr. secretário de Estado dos Transportes e Comunicações.

b) Em 22-5-74 o pessoal do Metropolitano foi informado pessoalmente pelo administrador-delegado e pelo delegado da Junta de Salvação Nacional de que a empresa não se encontrava em situação financeira que lhe permitisse satisfazer as suas reivindicações e que o problema dependia de directrizes do Governo.

O pessoal reagiu muito mal e no dia seguinte entrou em greve nas oficinas, ameaçando estendê-la ao tráfego.

c) No mesmo dia o delegado da J. S. N. e a administração dirigiram-se ao sr. secretário de Estado dos Transportes e Comunicações, a quem expuseram o problema.

O sr. secretário de Estado dos Transportes e Comunicações marcou-nos uma reunião com o sr. ministro do Trabalho, que se prolongou pela noite de 23-5 e madrugada de 24-5.

Por proposta do sr. ministro do Trabalho, aceite pelo sr. secretário de Estado dos Transportes e Comunicações, foi chamada a participar nesta reunião uma comissão de trabalhadores que se demitira na véspera;

d) Cerca das 5 horas da madrugada o sr. secretário de Estado dos Transportes e Comunicações e um representante do Ministério do Trabalho, sr. Daniel Cabrita, dirigiram-se com a administração ás oficinas de Sete Rios.

O sr. secretário de Estado dos Transportes e Comunicações leu ao pessoal o protocolo com as conclusões da reunião.

O pessoal reagiu bastante mal, rejeitando por larga maioria a proposta apresentada.

Após quase duas horas de exaltadas discussões, nas quais os membros da comissão de trabalhadores procuraram, por todos os meios, convencer o pessoal a aceitar, deliberaram proceder a uma votação democrática. Esta votação viria a fornecer quinhentos e tal votos a favor e duzentos e tal votos contra a aceitação da proposta.

Estes factos poderão ser testemunhados por cerca de 500 pessoas.

O outro argumento invocado pelo Conselho de Ministros para a sua tomada de decisão é:

«que por parte da empresa não foram tidos em atenção os aspectos fundamentais da capacidade financeira...»

Também este argumento é completamente destituído de fundamento, porquanto, em 14-5-74 foi entregue ao sr. secretário de Estado dos Transportes e Comunicações, através do delegado da J. S. N., um documento em que a situação era claramente exposta.

Por tudo quanto antecede achamos muito estranho que declarações como estas venham a público, com completo atropelo da verdade e com prejuízo da idoneidade profissional de cidadãos.

### **A situação económico-financeira do Metropolitano**

No documento atrás referido, dirigido ao delegado da Junta de Salvação Nacional junto do Metropolitano, analisa-se a situação económico-financeira desta empresa, que, afirma-se, «foi, desde o primeiro instante, uma unidade mal concebida», desde a sua concessão em 1949.

Acerca da situação actual, diz-se: «Quando, há cerca de ano e meio, a actual administração foi encarregada de dirigir o Metropolitano, deparou-se-lhe a seguinte situação:

Aspectos humanos: profunda necessidade de reorganização de serviços de formação e de reconversão de pessoal; dificuldade de grande número de empregados em assumir responsabilidades e de se adaptar a novos métodos de trabalho; quadros relativamente envelhecidos; mau ambiente de trabalho.

Estes factos eram consequência de uma longa gestão, de mais de vinte anos, do tipo paternalista e sem a mínima delegação de poderes.

Embora esta situação tenha melhorado substancialmente nos últimos tempos, ainda há muito a fazer neste domínio.»

Quanto á exploração, declara-se: «Os erros inerentes á concessão e, mais tarde, a falta de tomada de medidas que as circunstâncias aconselhavam conduziram á seguinte situação:

O Metropolitano mostra-se incapaz de satisfazer a procura crescente de passageiros carecidos de um transporte rápido, em consequência das limitações impostas pelas dimensões das estações.»

Sublinha-se, a seguir, que enferma de diversos erros técnicos quanto aos traçados existentes, os quais se mencionam, concluindo-se que o Metropolitano se apresenta «como uma unidade ultrapassada e que urge reestruturar», pelo que se encontram já em curso diversas medidas, designadamente no que se refere á ampliação das estações para poderem vir a receber composições de seis carruagens, aquisição de material circulante e máquinas automáticas de venda e de «controlos» de bilhetes. Por outro lado, encontram-se em curso estudos, a cargo de um consórcio luso-alemão, com vista á rápida ampliação da rede.

### **Um prejuízo acumulado de 654 248 contos**

No que diz respeito á situação económico-financeira, acentua-se que ela se apresenta «extremamente grave». E pormenoriza-se:

«No ultimo exercício teve um prejuízo de 93 192 contos, que, somado aos prejuízos dos anos anteriores, conduz ao prejuízo acumulado de 654 248 contos.»

Afirmar-se, a seguir:

O orçamento do Metropolitano para 1974, elaborado ao ultimo trimestre do ano findo, prevê um prejuízo de 146 370 contos e uma evolução de tesouraria extremamente difícil.

Esta situação, já de si bastante grave, tende, contudo, a agravar-se perante as naturais reivindicações do pessoal que deseja um ordenado mínimo de 6 500\$00 e uma redução do horário de trabalho do pessoal oficial e de tráfego de 48 horas para 40 horas semanais, a partir de Julho.»



# Funcionárias do “Metro” exigem melhores condições de trabalho

22  
13  
6

«As nossas condições de trabalho são as piores que imaginar se possa» — declararam-nos algumas empregadas das bilheteiras do Metropolitano. «Queremos ser encaradas como seres humanos e não como simples «marionetas», pelos nossos chefes administradores».

Segundo as declarações de um grupo constituído pelas funcionárias Helena Mota, Fátima Lopes, Maria Lúcia Estêvão, Maria Jesuína Colaço Fernandes, Maria de Lurdes Girão e Maria da Conceição Fonseca, todas elas **bilheteiras** do metropolitano (e que parecem exprimir o sentir da maioria das cento e tantas senhoras que trabalham nas actuais 23 estações deste transporte urbano), as anomalias de que enferma a ordem de serviço a que se encontram sujeitas são muitas. Assim, mantém-se um horário efectivo de 56 horas semanais, equilibradas, é certo, por dois dias de folga ao fim de sete semanas, folgas essas que caem sempre nos dias de semana, nunca ao sábado e ao domingo, o que prejudica

profundamente as suas vidas familiares; o 1.º turno normal, inicia-se às 5 e 30, numa semana, e noutra, alternando com um turno que começa às 6 e 30 (o 2.º turno normal vai das 10 e 30 às 13 e 30 e das 17 às 21 e 30); impõem-lhes horas extraordinárias que podem ir até à 1 e 30 da madrugada, pagas a 50 por cento; devido à escassez de pessoal, as férias a que têm direito acabam por ser distribuídas, não ao fim de um ano, mas de ano e meio; sempre que fazem horas extraordinárias, a rigidez disciplinar da administração do metropolitano não as deixa comer, nem que seja uma bolacha dentro das cabinas; os dois dias de falta justificada são-lhes descontados no salário; sempre que a empresa as sujeita a qualquer exigência, como mudança de bata, inspecção médica, etc, tal exigência tem de ser cumprida, não dentro do horário da empresa, mas com prejuízo das suas horas de descanso; com os horários das 5 e 30 e 6 e 30, como a empresa não lhes fornece transporte até à estação onde as aguarda o comboio que as há-de levar à bilheteira em que vão prestar serviço e como, àquela hora, não têm outro recurso senão o do táxi, vêm-se obrigadas a uma despesa suplementar que reduz substancialmente a sua capacidade



orçamental; levantam-se, portanto, às 4, 5 horas da madrugada e, sem nenhuma espécie de estímulo, têm de trabalhar todo o dia no meio de um ruído infernal com luz deficiente, engolido carradas de pó e tiritando de frio no Inverno, visto que nas cabinas não há aquecimento.

«Se os passageiros se apercebessem da dureza do nosso serviço, acabariam por nos compreender melhor. Estamos sempre com os nervos em ponta e vejam se não há razão para tal. Ainda por cima — queixam-se — quando acontece qualquer problema, nós é que somos as más. O passageiro tem sempre razão. De resto, os processos arrastam-se por meses e meses e, muitas vezes, quando nos chamam para prestarmos contas de uma falta cometida, não raro hipotética, já passou tanto tempo sobre o acontecimento que não nos recordamos de nenhum pormenor. Mas também não valia a pena recordarmo-nos: não nos permitem qualquer meio de defesa.»

### «SÓ PEDIMOS JUSTIÇA»

Ao passarmos, assoberbadas pelas nossas pressas do dia-a-dia, pelas bilheteiras do metropolitano, somos capazes de reparar no rosto cansado que se encontra para além do vidro da «gaiola» a que se convencionou chamar bilheteira? Somos capazes de um sorriso amável, de um gesto de solidariedade, de uma palavra de compreensão? Por regra, olhamos essas mulheres como parte integrante da máquina que nos fornece o bilhete de ingresso. Só nos apercebemos da sua presença humana, quando se levanta um problema, como o dos trocos.

«Não tenho moedas. Importa-se de esperar um bocadinho?»

E eis que nos vêm à boca raios e coriscos, como se as empregadas das bilheteiras fossem as culpadas de todos os nossos azares.

«A empresa não nos fornece trocos, somos nós quem tem que os arranjar — dizem-nos. Para além de enfrentarmos as injustiças vindas da administração da empresa, temos de aguentar todo o dia o mau-humor dos passageiros, que não se lembram, nem por um momento, de que não temos a mínima culpa das deficiências existentes».

Algumas falam-nos com lágrimas nos olhos. Ali, à nossa



volta, deixam vir ao de cima as fraquezas e os heroísmos da sua condição humana.

«Só queremos justiça. Trabalhamos mais que os homens e ganhamos menos. Há estações onde não existem lavabos ou existem lavabos comuns, onde, claro, nunca entramos. Nas estações onde não existem lavabos, põem-nos lá uns baldes sanitários e dizem-nos: «Façam aí». Entretanto, o médico dos serviços sociais da empresa, sempre que nos queixamos, atira-nos com esta: «Há empresas onde ainda é pior».

Como se isso remediasse alguma coisa! Muitas de nós começam a sofrer perturbações auditivas e visuais devido aos intensos ruídos e às péssimas condições da luz. Estamos a lutar para conseguir a reforma aos 55 anos, pois aos 65 é demasiado tarde. E ao pedirmos condições mais humanas para tra-





***Um grupo de funcionárias das bilheteiras do metropolitano, presta declarações ao nosso jornal.***

balharmos, estamos a pedir algo a que não tenhamos direito, ou algo que não nos possam dar?».

Não, de maneira nenhuma. Basta que haja, ao menos, um pouco de boa-vontade. E de que sejamos bastante humanos para considerarmos que as pessoas não são simples «robots». Numa época em que se olha o «trabalho escravo» como qualquer coi-

sa de obsoleto, temos de sentir o dever de concorrer para tornar menos duro o trabalho de cada um. Repare-se que as empregadas das bilheteiras do Metropolitano nem sequer tocam no problema das reivindicações salariais. Pedem tão-somente que as tratem como gente, que as dignifiquem no seu trabalho, que lhes permitam sentirem-se

donas dos seus direitos, já que sempre lhes lembram a obrigatoriedade dos seus deveres. Não sendo de mais o que pedem, será justo que lho dêem. O apelo vai direitinho aos que ali superintendem. Um apelo que também pode ser tomada por uma exigência justa.

**Josué da Silva**



## MOCAR

**No Grupo Mocar** DN 17.5  
Os trabalhadores do Grupo Mocar tiveram uma reunião nas instalações do Sindicato dos Profissionais de Escritório. Nessa reunião elaborou-se um caderno de reivindicações que a administração deverá atender até 30 deste mês.

**Mocar** ep? 29/5  
Os trabalhadores do Grupo Mocar fixaram o dia 30 do corrente como prazo limite para que a administração aceite o seu caderno de reivindicações.

## Naturana

**Paralisação de trabalho na Naturana Portuguesa**  
DN 23.1.34  
As operárias da Naturana Portuguesa reivindicam um aumento de ordenado de 1500\$00 mensais (ganham uma média de 60\$00 diários) e melhores condições de trabalho e paralisaram a actividade, na sequência de um conflito entre a gerente alemã da fábrica e a delegada sindical, em que esta — dizem as operárias — chegou a ser agredida pela primeira. Do facto as operárias deram conhecimento á administração alemã, a quem pedem intervenção rápida no assunto.



## Nitratos de Portugal

5.18.574  
**NITRATOS DE PORTUGAL**  
— Em reunião geral de trabalhadores da empresa Nitratos de Portugal (Grupo Sacor), havia sido decidido apresentar determinadas reivindicações à administração. No dia marcado para a resposta, a comissão de pessoal convidou a administração a rever a sua posição, uma vez que esta não era de molde a satisfazer o pessoal. A proposta da administração foi então acrescentada a melhoria imediata das remunerações.

Em reunião geral de trabalhadores a comissão de pessoal informou-os do que se tinha passado e da resposta da administração. A palavra greve começou a surgir. E a decisão é tomada, a cem por cento, incluindo o voto favorável de todos os quadros superiores da empresa. Fixa-se a hora de início da greve, começam a organizar-se piquetes.

Entretanto a comissão de pessoal propõe que se dê uma última oportunidade à administração para, até à hora marcada para início da greve, poder rever a sua posição. O eng. Nobre da Costa, presidente da comissão executiva da Sacor, contacta com a comissão e esta vem a Lisboa para uma reunião. Regresso da comissão à fábrica cerca da meia-noite. Ninguém havia arredado pé. Os trabalhadores tomam conhecimento das novas propostas da administração. Estas satisfazem as reivindicações fundamentais do pessoal. A greve ficou sem efeito.



## Pão de Açúcar – Supermercados

**SUPERMERCADOS PAO DE AÇUCAR** — Reunidos em comissão de trabalhadores e considerando que um dos passos mais importantes para atingir a democratização do País é a elevação das condições de vida, os empregados da Supa apresentaram à administração, para resolução imediata, as seguintes reivindicações: reconhecimento pela administração de uma comissão representativa dos trabalhadores com colaboração efectiva na gestão de pessoal; aumento de vencimento no valor de 3000\$00 deduzido da actual IHT (quando a houver) para todo o trabalhador com vencimento base não superior a 15 000\$00 — a partir deste valor, inclusive, não se considera qualquer aumento, integrando-se o valor da IHT no respectivo vencimento; vencimento mínimo de 6000\$00; abolição da isenção de horário de trabalho; correcções semestrais aos salários, tendo como base o índice de aumento de custo de vida; estudo imediato com vista à obtenção de uma igualdade de salários para os trabalhadores de ambos os sexos, que tenham funções e categorias iguais; pagamento dos vencimentos por inteiro, em casos de doença ou acidentes devidamente comprovados; reclassificação das categorias sindicais de acordo com as funções desempenhadas; horário de trabalho de 40 horas semanais; atribuição de uma compensação monetária que cubra a diferença horária anual motivada pelo gozo de pontes e feriados que se verifiquem em alguns sectores da empresa; concessão de 30 dias de férias com subsídio equivalente a 100% do vencimento; aumento para 30\$00 das senhas de refeição; abolição de trabalho extraordinário em dias de descanso e feriados; pagamento das horas extraordinárias à taxa de 150%; concessão de um dia de folga nos casos em que a prestação de horas extraordinárias se prolongue para além das 3 horas do dia imediato; abolição do

despedimento sem justa causa; abolição do trabalho a título eventual; remodelação e melhoria de todas as instalações e equipamento com a participação do pessoal nas fases de projecto; e reestruturação da empresa, tendo em vista a redução de encargos com sectores não directamente produtivos e de rentabilidade duvidosa. 5 (7-1) 74



## **Pão de Açúcar**

*CAPITAL*  
Os trabalhadores do Pão de Açúcar, reunidos em comissões deliberaram propor à administração as suas reivindicações, considerando que deve ser dada uma resposta até o fim do dia de hoje, dado o carácter urgente dos problemas apresentados.

## **Pão de Açúcar**

*C. 21.1.71*  
Também nos Supermercados Pão de Açúcar a comissão eleita pelos trabalhadores procede ao estudo da contraproposta da administração, a qual, pelo menos no que respeita a salários mínimos, se encontra algo distante do que foi reivindicado. Espera-se que até amanhã a comissão termine a sua análise da contraproposta, sublinhando-se que para o efeito a administração colocou ao dispor dos trabalhadores todos os documentos da contabilidade da empresa.



# Trabalhadores do Pão de Açúcar

S-21.5.74

## negociam com a empresa

Frente às instalações do Supermercado Pão de Açúcar, de Alcântara, em cujos andares superiores estão instalados os escritórios centrais da S.U.P.A., firma proprietária de mais 17 estabelecimentos do género em Portugal e no Estado de Angola, cerca de um milhar e meio de trabalhadores mantinha-se, ontem, e ao princípio da madrugada de hoje, firme, no desejo de obter, de parte da direcção da empresa, resposta para as suas reivindicações.

O contacto entre os representantes da entidade patronal e dos trabalhadores deu-se na passada quinta-feira. O prazo inicialmente exigido para uma resposta, foi prolongado, a pedido da direcção, até ao dia de ontem.

Os contactos começaram às 16 horas. O comunicado dos representantes dos detentores do capital começava por considerações gerais sobre a situação da empresa inserida na realidade nacional. As reivindicações dos trabalhadores, eram dadas algumas satisfações: quanto ao pedido de aumento do salário mínimo para 6000\$00, para ambos os sexos, a direcção entende que o máximo que poderia pôr à disposição para esse fim era de 22 000 contos -- o lucro previsto para este ano -- verba muito distante dos 120 000 contos, montante a que ascenderia o aumento solicitado; foi prometida uma compensação monetária para feriados e «pontes»; as senhas de refeições foram aumentadas de 15\$00 para 30\$00. Quanto à questão do trabalho extraordinário revelou-se controversa

Para decisão «ao abrigo da legislação de trabalho que deverá sair dentro em breve» foram remetidas as questões respeitantes ao trabalho eventual, ao despedimento sem justa causa, às férias e respectivo subsídio e ao horário de trabalho semanal.

Como os trabalhadores não ficaram satisfeitos com os resultados, foi pedida, cerca das 23 horas, a comparência de delegados da J. S. N., os quais, em número de 4, se reuniram, pouco depois da meia-noite de ontem, com a comissão de trabalhadores.

Ao princípio da madrugada, era grande a expectativa quanto ao resultado das conversações entre a companhia (com capital da CUF e da Companhia Pão de Açúcar, do Brasil) e os 2300 trabalhadores da empresa.



## Reivindicações dos trabalhadores dos supermercados Pão de Açúcar

*Nº 22-5-74*  
ALMADA — Após uma reunião de trabalhadores representantes da comissão de lojas do Supermercado Pão de Açúcar com a administração, realizada anteontem, desde as 16 até às 22 horas, a administração entregou uma contraproposta às reivindicações daquela comissão. Os trabalhadores estiveram ontem a trabalhar em atitude de protesto. Exerciam funções mas o supermercado não era abastecido.

Pelas 19 horas, a comissão de lojas reuniu-se com quase uma centena de trabalhadores a quem expôs os pontos já acordados, tais como comissão de gestão; salário igual para iguais funções; categorias integradas no sindicato; 40 horas semanais, mas com o encerramento ao sábado aguardando decisão do Ministério do Trabalho; compensação nos feriados; abolição do trabalho eventual.

Ficou para ser resolvido até hoje, às 12 horas, pela administração, o ordenado mínimo de 4500\$00 em ordem progressiva, com congelamento a partir dos 7000\$00, do que resulta benefício para cerca de dois mil trabalhadores dos 2300 que a empresa tem; trinta dias de férias com vencimento a cem por cento; e pagamento de horas extraordinárias a cento e cinquenta por cento.

Em reunião, que decorreu com bastante civismo, foi acordado pelos trabalhadores que se estas reivindicações não forem aceites no prazo estipulado, hoje, a partir das 13 horas, proceder-se-á ao encerramento de norte a sul de todos os supermercados da empresa.



## (8) Melhorou a situação dos Supermercados Pão de Açúcar no Porto e em Gaia

PORTO — Não melhorou a situação dos Supermercados Pão de Açúcar, no Porto e em Gaia. Desde há dias, que o pessoal se vinha impondo por não terem, ainda, sido aceites as suas reivindicações. Assim, apenas são atendidos os clientes que pretendam artigos que se podem adulterar, como peixe, carne, hortaliça, leite, etc.

Entretanto, a situação teve um agravamento, pois o Pão de Açúcar fechou as suas portas definitivamente ao princípio da tarde, mantendo-se lá o pessoal, enquanto as comissões de trabalhadores se avistam com os dirigentes em Lisboa. *DN 23.5.74*

# PAU DE AÇÚCAR REABRE PORTAS

*c-23.5.74*

**A** O contrário do que foi noticiado em alguns órgãos de Informação, todos os estabelecimentos da cadeia do Pão de Açúcar encontram-se hoje a funcionar normalmente.

Contactado um elemento da comissão dos trabalhadores do estabelecimento em Alcântara, fomos informados que, conforme havia sido decidido em assembleia geral dos trabalhadores, a administração deveria satisfazer as reivindicações solicitadas até às 13 horas de ontem. Não se tendo verificado nessa altura a aprovação de todos os pontos, os trabalhadores encerraram as portas, aguardando resposta da administração, resposta essa que veio a ser dada com aprovação dos 16 pontos reivindicados na totalidade, cerca das 23 horas de ontem. Esta manhã os serviços funcionavam normalmente.

Um elemento feminino da comissão dos trabalhadores salientou também que não é verdadeira a notícia publicada através de um comunicado do Movimento de Libertação da Mulher, pois os trabalhadores masculinos não ganham mais do que as suas colegas, mas o ordenado base mínimo é fixado em 4500\$00 para trabalhadores de ambos os sexos e foi aprovada a igualdade de salários para as mesmas funções. Foi ainda acrescentado que no Pão de Açúcar existiriam mulheres com ordenados superiores aos dos homens, mas que tal se devia, entre outros motivos, a uma compensação por antiguidade.

O caderno de reivindicações apresentado pelos trabalhadores do Pão de Açúcar constava de 16 pontos, aprovados já na totalidade, e que se referem, em termos genéricos, à co-gestão a nível de pessoal; revisão dos casos de isenção de horário de trabalho; correcção semestral de salários em função do aumento de custo de vida; igualdade de salários para as mesmas funções; ordenado mínimo de 4500\$00; pagamento, por parte da empresa, das diferenças originadas por baixa; 40 horas semanais; compensação monetária por pontes e feriados; férias remuneradas a 100%, com 21 dias para quem já tenha um ano de casa e de 30 para dois ou mais anos; senhas de refeição aumentadas para o dobro; abolição de horas extraordinárias e, em caso de extrema necessidade, pagas a 50%; despedimentos sem justa causa estão sujeitos ao controlo da comissão de trabalhadores; trabalho eventual só será admitido a título excepcional e com o acordo dos trabalhadores; melhorias de instalações e equipamentos que digam respeito ao pessoal terão voto da comissão dos trabalhadores igual ao da administração; reestruturação da empresa, através de um estudo já iniciado, com vista à redução de encargos com sectores não directamente produtivos e de rendibilidade duvidosa.

A mesma comissão informou ainda que as reivindicações a nível de salários resultaram para a empresa um acréscimo de encargos da ordem dos 40 mil contos.



## Penta-Publicidade S.A.R.L.

DN. 22.1.74

### Reivindicações de Penta-Publicidade, S. A. R. L.

Dos trabalhadores da Penta recebemos a seguinte comunicação:

«Os trabalhadores da Penta-Publicidade, S. A. R. L., uma empresa pertencente ao grupo ~~C. U. P.~~ e à Sociedade Nacional de Sabões, reunidos em assembleia geral para analisarem os seus problemas de trabalho, votaram, por unanimidade, o afastamento do director-geral da empresa e o respectivo adjunto, como condição indispensável para o estabelecimento de um diálogo a travar com a entidade patronal no que se refere à aceitação das suas legítimas reivindicações.

Apresentada á administração, no dia 13, essa mesma condição prévia, em documento onde se definia claramente uma conduta profissional e moral a todos os titulos comprometedora do bom funcionamento da empresa e das boas relações entre os trabalhadores, foi a mesma aceite pela administração, que decidiu pelo afastamento imediato do referido director, o que, de facto, se veio a verificar.

Confiantes na atitude da administração, os trabalhadores da Penta — Publicidade, S. A. R. L. apresentaram, no dia 15, o seu caderno de reivindicações, elaborado segundo uma perspectiva que visa a criação de condições indispensáveis de trabalho, ordenados mínimos compatíveis com o actual custo de vida e garantias de estabilidade de emprego.

A administração da empresa, depois de tomar conhecimento dessas mesmas reivindicações, tem vindo, no entanto, a protelar sistematicamente as negociações indispensáveis, fazendo promessas vagas e ameaças veladas, inclusive o de ter de se encerrar a empresa pela mesma não poder comportar tais reivindicações.

Conscientes das potencialidades e da dimensão actual da empresa, os trabalhadores da Penta-Publicidade, S. A. R. L., consideram tais atitudes pouco conciliatórias com o espirito de abertura agora instaurado e pretendem tornar publico que tais manobras de intimidação de forma alguma podem prejudicar a sua unidade e a satisfação das reivindicações a que têm pleno direito.»



## **Penta — Publicidade, S. A. R. L.**

*C-25.5.24*

Após um período intenso de negociações, os trabalhadores da Penta — Publicidade S. A. R. L., conseguiram algumas das reivindicações solicitadas. Assim e após o afastamento do director-geral, a administração acordou na concessão de um salário mínimo, reajustamento de vencimentos, pagamento integral do ordenado em caso de doença, igualdade de salários sem discriminação de sexos, redução do horário semanal e colaboração dos trabalhadores na reestruturação e gestão da empresa. Todavia, os trabalhadores não aceitam a definição de um período de férias inferior a um mês, com correspondente subsídio integral. As restantes reivindicações serão função da nova legislação de trabalho.



REIVINDICAÇÕES  
DA «PENTA-PUBLICIDADE»  
DL. 257

Depois de um período intenso de negociações, os trabalhadores da «Penta-Publicidade» S.A.R.L., conseguiram algumas das suas reivindicações de resolução mais premente.

Deste modo, após o afastamento e definitivo do director-geral, a administração da empresa acordou na concessão de um salário mínimo compatível, reajustamento de vencimentos, pagamento integral do ordenado em caso de doença, igualdade de salários sem discriminação de sexo, redução do horário semanal e a garantia por parte da administração da colaboração efectiva dos trabalhadores na reestruturação e gestão da empresa.

A solução de alguns pontos do caderno de reivindicações ficou, no entanto, dependente da futura legislação de trabalho.

Todavia, os trabalhadores da «Penta-Publicidade» S.A.R.L., consideram como absolutamente inaceitável a definição de um período de férias inferior a um mês com correspondente subsídio integral, bem como a negação da sua participação nos lucros finais da empresa.



§. 25 - 1. 24

**PENTA-PUBLICIDADE, S. A.**  
**R. L.** — Após um período intenso de negociações, os trabalhadores conseguiram algumas das suas reivindicações de resolução mais premente. Deste modo, após o afastamento imediato e definitivo do director-geral, a administração acordou na concessão de um salário mínimo compatível, reajustamento de vencimentos, pagamento integral do ordenado em caso de doença, igualdade de salário sem discriminação de sexo, redução do horário semanal e a garantia da colaboração efectiva dos trabalhadores na reestruturação e gestão da empresa.

## **Penta Publicidade** c. 27 - 1. 24

Os trabalhadores da firma Penta Publicidade conseguiram algumas das suas reivindicações, ficando as restantes dependentes da futura legislação do trabalho. Os trabalhadores consideram, no entanto, como absolutamente inaceitável a definição de um período de férias inferior a um mês com o correspondente subsídio integral, bem como a negação da sua comparticipação nos lucros finais da empresa.



## Pereira & Brito

**Na firma Pereira & Brito,**

**S. A. R. L.**

*DN 18.0.74*

Foi entregue no Ministério do Trabalho a proposta dos trabalhadores da firma Pereira & Brito, S.A.R.L. da Amadora, contendo a lista das pretensões aprovadas em reunião do pessoal e que são as seguintes: aumento geral de 1500\$00 por cada operário que tenha um vencimento inferior a 7500\$00; um mês de férias com 100% de subsídio para todo o pessoal com mais de dois anos de casa, e 18 dias para os que tenham menos de dois anos, e com as mesmas regalias; 13.º mês; reposição de categorias àqueles que foram passados a categorias inferiores, arbitrariamente e 14.º mês, para todo o pessoal, sendo este considerado como gratificação de Páscoa.

Entretanto foi difundida a contra-proposta da administração da firma, em que se afirma «reconhecer o fundamento das reivindicações apresentadas», embora sem deixar de deplorar a atitude assumida pelos trabalhadores paralizzando o trabalho e ocupando as instalações sem terem concedido à administração o mínimo prazo que lhe foi pedido, o que em nada beneficiou as relações de boa convivência, que sempre deverão ser defendidas entre os colaboradores da empresa».

De acordo com o que, segundo um comunicado dos trabalhadores, foi informado no Ministério do Trabalho, esta contra-proposta deverá admitir entrada o mais rapidamente possível, para que o assunto seja resolvido com a maior brevidade.



## PHILLIPS PORTUGUESA

# **Trabalhadores da Philips** **reivindicam revisão de salários**

CAE 30/4

**F**ACE aos «muitos e graves problemas existentes na empresa em que trabalham» — a Philips Portuguesa —, tais como «a necessidade de informação completa sobre a situação das negociações relativas ao contrato colectivo de trabalho; a abordagem do problema de revisão dos salários e condições de trabalho, reduzindo o leque salarial e abolindo privilégios injustificados; a abolição do carácter confidencial dos ordenados; e em seguimento às novas condições políticas e sociais criadas pelo Movimento das Forças Armadas», o pessoal daquela empresa em Lisboa decidiu lançar um movimento tendente à tomada de consciência dos interesses colectivos e a proporcionar a representação desses interesses junto da administração.

Para tal efeito, foi eleita uma comissão de trabalhadores pertencentes a vários sectores de actividades (sede, armazém, serviços técnicos, etc.), a qual pretende estender o movimento a todos os outros sectores, a fim de o consolidar. Com essa finalidade são convocados todos os colegas para uma reunião que

se efectua esta tarde, pelas 19 horas, no edifício-sede da Philips Portuguesa, e cuja ordem de trabalhos é a seguinte: informações sobre as iniciativas tomadas e resultados obtidos; contrato colectivo de trabalho; factos ocorridos nas fábricas de Carnaxide e Cabo Ruivo; contactos com organizações sindicais; reivindicações fundamentais dos empregados.

Os trabalhadores da Philips afirmam, no seu comunicado, esperar que esta acção seja seguida pelos operários e funcionários de outras empresas, de modo «que se crie de facto no País um clima novo em que cada cidadão tome consciência dos seus direitos e das suas responsabilidades».



## Na Philips Portuguesa

A comissão de trabalhadores das organizações Philips Portuguesa apresentou á direcção desta firma, no passado dia 13, um documento contendo algumas reivindicações dos trabalhadores desta empresa consideradas prioritárias para além do contrato colectivo de trabalho dos fabricantes de material eléctrico.

Depois de um preambulo em que se aponta a necessidade de criar um novo clima dentro da empresa e se chama a atenção para «as ridículas correcções de remunerações» ultimamente efectuadas, enumeram-se as seguintes reivindicações específicas: afixação do quadro do pessoal da empresa com indicação dos vencimentos; revisão do regulamento interno com audiência dos trabalhadores; período mínimo de 26 dias uteis de férias para todos, com mais de um ano de casa; subsídio de férias igual á retribuição de um mês; subsídio de Páscoa (14.º mês); correcção das tabelas de retribuições incluídas no contrato colectivo de trabalho dos fabricantes de material eléctrico, em dois escalões: até 10 000\$00, mais 20 por cento; entre 10 000\$00 e 15 000\$00, mais 10 por cento; compromisso de não efectuar despedimento sem justa causa e indemnizações severas em caso desse despedimento ter lugar sem o acordo do trabalhador.

A comissão de trabalhadores pediu uma decisão da direcção no prazo de uma semana.



Apresentadas as suas reivindicações, os trabalhadores da Philips, concederam um prazo a administração, até à próxima terça-feira, para que as mesmas sejam estudadas. Entretanto, o tra-

balho continua no seu ritmo normal. C-16-1-24

**PHILIPS PORTUGUESA** — A comissão de trabalhadores das organizações Philips Portuguesa elaborou as seguintes reivindicações prioritárias: afixação do quadro do pessoal com indicação dos vencimentos; revisão do regulamento interno com audiência dos trabalhadores; mínimo de 26 dias úteis de férias; subsídios de férias e de Páscoa; correcção das tabelas salariais; não efectuar despedimento sem justa causa e indemnizações pesadas se o despedimento não tiver concordância do trabalhador. S-16-1-24



## Philips CAR 2215

A administração da Philips Portuguesa, depois de ter estudado as reivindicações dos trabalhadores, apresentou-lhes uma contra-proposta. Atendeu imediatamente à afixação do quadro do pessoal da empresa com indicação dos vencimentos, à correcção das tabelas de retribuições, incluídas no C. C. T. dos Fabricantes de Material Eléctrico feito em dois escalões: até 10 000\$00 mais de 20 por cento e entre os 10 000\$ e os 15 000\$00 mais de 10 por cento; comprometeu-se ainda a não efectuar despedimentos sem justa causa e em dar indemnizações severas caso esse despedimento tenha lugar sem o acordo do trabalhador. Quanto às outras reivindicações encontram-se ainda e fase de negociações. Trata-se de regalias relacionadas com o período de férias e um pedido de subsídio de Páscoa, que não foram concedidas. A direcção tomou ainda a decisão de aguardar que seja publicada uma nova legislação sobre o trabalho, para depois proceder à revisão do regulamento interno com audiência dos trabalhadores.



## Philips

C-24.5.74

O pessoal fabril da divisão industrial da Philips, em Carnaxide, repudia os princípios em que se terá baseado a administração para os excluir da correcção das tabelas de retribuições constantes do C. C. T. dos Fabricantes de Material Eléctrico, não lhes atribuindo o aumento de mais de 20 por cento concedido a todos os outros trabalhadores da empresa com vencimentos inferiores a 10000\$00.

período mínimo d

## NEGOCIAÇÕES

R/3-6-74

## NA PHILIPS PORTUGUESA

Os trabalhadores da Philips Portuguesa enviaram-nos com pedido de publicação o seguinte texto:

As negociações entabuladas entre os trabalhadores da Philips Portuguesa e a Administração da mesma, prosseguem dentro das normas inicialmente acordadas.

Como através do jornal «A Capital» foi dado conhecimento das posições assumidas e estas não correspondem na íntegra à realidade, vimos por este meio informar quais os pontos de total acordo existente entre a Administração e Trabalhadores:

- a) Aumento dos ordenados de acordo com o solicitado, excluída a Divisão Industrial de Carnaxide de comum acordo.
- b) Afixação do Quadro Geral do Pessoal da Empresa
- c) Revisão do Regulamento Interno

Quanto às restantes reivindicações apresentadas ainda se encontram em fase de estudo.

Aproveitamos para sugerir que sempre que qualquer jornal pretender divulgar comunicados, confirme a sua legalidade junto da Comissão Central dos Trabalhadores desta Empresa.



## Pro-Funk

**PRO-FUNK** — Os trabalhadores portugueses da empresa levaram ao conhecimento da J. S. N. os seus problemas e solicitam que: lhes seja dado conhecimento das bases da instituição da empresa em Portugal; e da sua continuidade; seja exigido à empresa a presença permanente em Portugal de uma administração que dê resolução imediata às reivindicações apresentadas pelos trabalhadores portugueses; seja dado aos trabalhadores portugueses o direito de elegerem democraticamente um seu representante junto da administração, o qual terá acesso a todos os assuntos relacionados com o funcionamento da empresa em Portugal; e que, os cargos, tanto técnicos como administrativos, venham a ser progressivamente ocupados por trabalhadores portugueses. 5.15.5.74



## Renault Portuguesa

**INDÚSTRIAS LUSITANAS RENAULT** — Os trabalhadores da Renault, com instalações na Guarda e em Lisboa, englobando ao seu serviço cerca de 600 trabalhadores (pessoal administrativo e operários), ao apresentarem as suas ponderadas reivindicações, foram ameaçados pelo sr. Gruau representante da direcção dos negócios internacionais da Renault Francesa, que, a manter-se aquela atitude por parte do pessoal, a empresa suspenderia as suas actividades em Portugal.

Entre outras reivindicações, os trabalhadores pretendem que seja admitido todo o pessoal despedido; participação dos trabalhadores na gestão do pessoal; que o pessoal destacado no nosso País pela Renault (Francesa) seja pago por França, e não pela empresa de Lisboa; que seja aumentado para 45\$00 o subsídio de almoco; pretendem que lhes seja atribuída uma gratificação pela Páscoa, igual ao somatório de um mês de ordenados divididos «per capita»: aumentos de salários para todos os trabalhadores, de acordo com a seguinte tabela: ordenados até 5000\$00, sofreriam um aumento de 2000\$00; de 5001\$00 a 7500\$00, um aumento de 1500\$00; os vencimentos compreendidos entre 7501\$00 e 13500\$00, um aumento de 1000\$00. S. 17.7.74

DN 22-5-74

### Vão paralisar a actividade uma hora por dia os trabalhadores da Renault (Lisboa)

Da comissão provisória dos trabalhadores da I. L. R. - SICAR, recebemos o comunicado seguinte:

«Os trabalhadores da Renault (Lisboa), reunidos em plenário para apreciar a contraproposta da administração sobre as suas reivindicações, denunciam publicamente as prepotências que lhes são impostas pelo colonialismo económico francês, através da administração da Régie Nationale des Usines Renault, que, em resposta às suas legítimas reivindicações, não só as não aceitaram como ainda ameaçaram retirar direitos já concedidos aos trabalhadores, além de outras provocações visando a idoneidade moral e profissional do trabalhador português.

Nestas circunstancias, os trabalhadores da Renault (Lisboa) constatarem que só uma tomada enérgica de posição poderá enfrentar a presente situação e, tendo ponderado a actual conjuntura do País, deliberaram por unanimidade paralisar a sua actividade, inicialmente durante uma hora diária, a partir do próximo dia 22 e até que a administração da empresa aceda a entrar em negociações correctas com vista á satisfação dos seus mais justos anseios.»

**Renault**

C. 23.5.74

Em comunicado distribuído, os trabalhadores da Renault, de Lisboa, afirmam terem constatado que só uma tomada enérgica de posição poderá enfrentar a presente situação. Tendo ponderado a actual conjuntura do País, deliberaram, por unanimidade, paralisar a sua actividade, inicialmente durante uma hora diária, a partir de ontem e até que a administração da empresa aceda a entrar em negociações correctas, com vista à satisfação dos seus mais justos anseios».



# MANIFESTAÇÕES DOS TRABALHADORES DA RENAULT PORTUGUESA FRENTE À EMBAIXADA DE FRANÇA

Dom. 23.11.74

Os trabalhadores da Renault Portuguesa (Indústrias Lusitanas Renault e S.I.C.A.R.), a que se associaram os seus camaradas da U.T.I.C., a firma que absorve cerca de 40 por cento da produção da fábrica de montagem da Guarda, manifestaram-se ontem, ao fim da tarde, em frente da Embaixada da França, à Rua de Santos-o-Velho, em Lisboa, protestando contra a greve assumida pela administração da Régie Renault perante as reivindicações da massa trabalhadora portuguesa.

Mais de trezentas pessoas concentraram-se na Praça dos Restauradores, cerca das 18.30, empunhando diversos cartazes, como «Obrigado Imprensa, Televisão, Rádio pelo apoio dado», seguindo, depois, a pé até à Embaixada francesa.

Um grupo de camaradas da imprensa que àquela hora se concentrara também junto ao Palácio Foz, acompanhou durante algum tempo os trabalhadores do grupo Renault.

Lembramos que o pessoal daquelas empresas decidiu observar, a partir de quarta-feira passada, uma paralisação parcial do trabalho durante uma hora, entre as 10 e as 11 da manhã, e a que ontem aderiram os trabalhadores da fábrica de montagem, na Guarda, os quais se associaram igualmente à manifestação dos seus companheiros da capital, manifestando-se à mesma hora, em frente do Regimento de Infantaria n.º 12, naquela cidade.

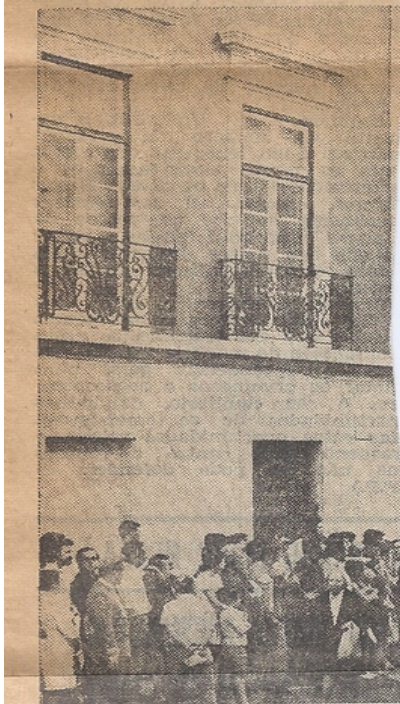
Chegados em frente da embaixada, os manifestantes pararam durante alguns minutos, na presença de algumas forças da Polícia Militar e da P. S. P. gritando com veemência alguns «slogans» significativos, como: «Abaixo o fascismo francês», «Renault unida jamais será vencida» e «Vivam os trabalhadores franceses». Entretanto, alguns elementos da comissão dos trabalhadores entregaram a um funcionário da Embaixada uma carta em que pediam ao embaixador o favor de solicitar ao Governo Francês para que intervisse junto da Régie Renault, no sentido de cessarem as pretensões da respectiva administração e que a mesma entrasse imediatamente em negociações.

Enquanto tal não se verificar, a paralisação parcial de uma hora diária

manter-se-á, reafirmaram os trabalhadores do grupo Renault, dominados pela ameaça de um possível encerramento das empresas.

Finda a manifestação, os trabalhadores dispersaram no próprio local, seguindo cada qual o seu destino. Os operários, envergando o respectivo fato de macacão, regressaram às oficinas, a fim de mudarem de roupa.

A boa ordem e alto espírito cívico com que a manifestação se desenvolveu constituiu o ponto alto da jornada reivindicativa, que terminou com o hino nacional, entoado por todos os manifestantes.





## Robbialac

### Trabalhadores da Robbialac

DN 18.5.74  
Os trabalhadores da Robbialac, reunidos ontem no Sindicato dos Profissionais de Escritório, elaboraram o seguinte comunicado:

«É fundamental, neste momento, que avancemos organizados. Não podemos perder aquilo que já ganhamos. Para isso, é necessário termos bem presente que a luta não é só reivindicar agora, sem ver as consequências no futuro.

O fascismo está atento, e convém-lhe a nossa confusão. Convém-lhe que as nossas vistas sejam curtas, pois isso permite-lhe:

1. Organizar-se, para actuar em melhor oportunidade.
2. Lançar sobre a classe trabalhadora a culpa do «caos» em que vão tentar lançar o País.
3. Fazer, aproveitando a situação, que a repressão actue de novo. E não tenhamos ilusões, eles não terão connosco a complacência que temos tido com eles.

Não podemos meter-nos em aventuras. Temos que nos organizar. E, para isso, vamos reunir-nos todos e criar as nossas Comissões de Trabalho, aquelas que efectivamente não representam.»

S-21.5.74  
ROBBIALAC — Amanhã, em Sacavém, na sede local da C. D. E., efectua-se uma reunião dos trabalhadores da Robbialac.

## SABEL – Santos & Bento

### Na Sabel

DN 23.5.74  
Sem que o respectivo pessoal tivesse negado a expor concretamente as reivindicações, a administração da empresa Sabel-Santos & Bento, Lda, resolveu conceder a todos os seus trabalhadores uma série de melhorias, das quais se salientam: salário mínimo de 6500\$00 para todos empregados com mais de 20 anos de idade; um mês de férias, com direito a subsídio de 100 por cento, desde que tenham mais de um ano de casa; participação nos lucros.



# SACOR

REFINARIAS

## Trabalhadores da Sacor pediram o afastamento da administração

Os trabalhadores da empresa Sacor reuniram-se, ontem, à tarde, no Teatro da Trindade.

A plateia, o balcão e os camarotes do velho teatro encontravam-se cheios de trabalhadores, sentados nas cadeiras almofadadas de veludo verde. Os trabalhos foram presididos por uma comissão de seis elementos, eleita em reunião privada, e com funções provisórias.

A agenda compreendia: informação geral feita pela comissão «ad hoc»; constituição da mesa; análise da situação actual dos trabalhadores da empresa; leitura das propostas; discussão e votação das propostas; definição do prosseguimento a dar às medidas aprovadas na reunião.

Esta comissão, que recebeu grande número de propostas seleccionou aquelas de âmbito mais lato.

Perguntado à assembleia se concordava que se lessem as propostas seleccionadas ou a totalidade, foi deliberado proceder à leitura e votação das primeiras.

A primeira proposta, que envolvia vários números, e que

foi aprovada por maioria, pedia que fosse solicitado à Junta de Salvação Nacional; imediato afastamento da administração da Sacor, com exclusão do eng. Alfredo Nobre da Costa; imediato afastamento do conselho fiscal; do director da Refinaria de Lisboa, eng. Lobo Machado; do chefe do serviço do pessoal de Cabo Ruiivo, dr. António Santiago; do médico de trabalho de Lisboa, dr. Molinar, «que é para os trabalhadores uma figura temível e odiada»; que seja aberto um inquérito rigoroso aos bens dos administradores, incluindo o dr. Vilela, reformado com um ordenado que faz afronta às reformas recebidas pelos trabalhadores aposentados da empresa, e que esse inquérito seja extensivo aos respectivos familiares, em nome dos quais foram registados bens; que seja recomendada à Junta de Salvação Nacional a não admissão, nos quadros da empresa, do dr. Valadão Chagas; inquérito rigoroso aos gastos efectuados com a refinaria do Porto; re-

visão urgente do artigo quarenta e quatro do Estatuto da Sacor; acabar, desde já, com a pensão de reforma, de cerca de dezasseis mil escudos, atribuída ao dr. César de Carvalho, que saiu da Sacor para ir trabalhar, como administrador, nos Nitratos de Portugal, e cessar imediatamente com todas as pensões de reforma pagas a administradores.

Nesta altura, chegou à mesa um requerimento que propunha a paragem da discussão dos restantes pontos da proposta e fosse nomeada uma comissão. Este requerimento foi recusado.

Continuada a votação da proposta número um, foi ainda aprovado: acabar com os «tachos» mensais pagos por folhas especiais a «tachistas» que não trabalham, nem trabalharam na empresa; acabar com a confidencialidade dos vencimentos; revisão urgente do esquema social da Sacor, uma vez que o actual é paternalista; revisão da tabela de vencimentos.

Aprovada esta proposta e quando se ia entrar no debate de uma outra que focava a participação dos trabalhadores na gestão da empresa, a reunião foi suspensa, em virtude de a sala ter de ser entregue às vinte e duas horas, ficando a discussão daquela proposta em aberto, para ser discutida numa próxima reunião.



# PARALISAÇÃO DE TRABALHO nas obras de ampliação da refinaria da Sacor (Porto)

Dr. 15.5.74

PORTO, 15 — Mantém-se a greve, iniciada ontem, dos trabalhadores contratados pela empresa alemã Dillinger Stahl, GMBH, que está a proceder a importantes obras de ampliação da refinaria da Sacor.

O descontentamento já se vinha verificando há muito tempo devido não só ao facto de os operários portugueses receberem por tabelas inferiores aos seus colegas com a mesma categoria de outras nacionalidades, como ainda por não terem sido satisfeitos pagamentos às Caixas de Previdência, apesar de os trabalhadores descontarem essas verbas.

Ontem esteve na refinaria uma delegação da Região Mi-

litar do Porto, comandada pelo capitão Leite de Magalhães, que se avistou com o representante da empresa alemã, sr. Pekarul e com elementos do Sindicato dos Metalúrgicos que ali também compareceram. As trocas de impressões, no entanto, parece que não resultaram, pois o movimento grevista prossegue.

### As reivindicações dos trabalhadores

Os operários portugueses pretendem um aumento de 30 por cento sobre os salários actuais, e pagamento do dia primeiro de Abril em que houve uma paralisação do trabalho, a readmissão dos seus colegas demiti-

dos e a expulsão de um elemento da empresa que, segundo dizem, tem actuação idêntica à de um pido privado».

O sr. Pekarul argumenta, por sua vez, que o aumento de vencimentos não está nos planos da firma, esta — diz — pode dispensar os operários que quiser e que a economia portuguesa seria muito afectada se a fábrica não estivesse concluída no prazo previsto.

Quanto ao despedimento do «pido privado», disse que seriam os acusadores a apresentar provas documentadas. Relativamente às verbas da Previdência argumenta que já estavam a ser pagas.



## Salvador Caetano

Operários e funcionários da Toyota-Transmotor enviaram ontem uma exposição à empresa do grupo Salvador Caetano, exigindo uma resposta às suas reivindicações até ao próximo dia 20. Ficou decidido por parte destes 280 funcionários e operários a paralização do serviço caso a empresa não se manifestar até aquela data. Ontem, os 50 vendedores dos «stands» deste mesmo grupo, três em Lisboa e um em Cascais, entraram em greve porque o presidente do conselho de administração não aceitou a suspensão do administrador-delegado, recusando-se ao diálogo e a dar satisfação às reivindicações dos vendedores. Estes tomaram conta dos «stands» e continuam a aguardar uma posição por parte da administração. C-16-1-74

**Toyota** *CAPITUL*

Os vendedores de automóveis «Toyota», Transmotor, S. A. R. L., de todos os «stands» de Lisboa, mantêm a greve iniciada no passado dia 15. Entretanto, a secção de oficinas concedeu à administração um prazo, até à próxima segunda-feira, para que seja dada uma resposta quanto às reivindicações.



## **Na Toyota-Transmotor**

*DN 15.5.74*  
A comissão representativa dos vendedores da firma Toyota-Transmotor, de Lisboa, pertencente ao Grupo Salvador Caetano, S. A. R. L. considerando que o presidente do conselho de administração da empresa se recusa a dar satisfação às suas reivindicações, deliberou fazer paralizar os trabalhos nos «stands» da capital, desde as 9 horas do dia 15 do corrente, ocupando as respectivas instalações.

## **Na Transmotor (Lisboa)**

*DN 18.5.74*  
Porque o Presidente do Conselho de Administração da Toyota — Transmotor (Lisboa), empresa do grupo Salvador Caetano, S. A. R. L., não aceita a suspensão do administrador-delegado da Transmotor de Lisboa, se recusa ao diálogo para reestruturamento e saneamento da Empresa e a dar satisfação às reivindicações dos Vendedores, estes paralizaram os seus trabalhos nos stands de Lisboa a partir das 9 horas do passado dia 15, ocupando em piquetes as instalações. Aqueles trabalhadores pedem aos colegas do ramo a sua visita, companhia e solidariedade neste fim-de-semana.



## **Toyota** *car 20/5*

Em virtude de a administração da Toyota, empresa do grupo Salvador Caetano, S. A. R. L., não aceitar a suspensão imediata do administrador-delegado, dr. Carvalho Silva e do funcionário Luís Cosme e se recusar ao diálogo para reestruturamento da empresa e satisfação das reivindicações pedidas, os vendedores continuam em greve, iniciada no passado dia 15. Relativamente aos trabalhadores das oficinas, mantêm o seu ritmo normal de trabalho, uma vez que o prazo concedido termina hoje, pelas 18 e 30.

## **Toyota — Transmotor** *C.24.5.74*

Encontram-se totalmente paralisados, desde ontem, os trabalhadores da Toyota-Transmotor. A greve iniciou-se na semana passada com os vendedores de automóveis, seguindo-se na quarta-feira as oficinas e ontem os escritórios. A principal reivindicação exigida é o saneamento da empresa. Os trabalhadores afirmaram que, a partir do momento em que este ponto fosse resolvido, iniciar-se-ia a laboração. A administração comprometeu-se a dar uma resposta até às 18 horas de hoje.



## PARALISADOS OS STANDS DA TOYOTA

DL 24/5

Todos os «stands» de Lisboa da Toyota Transmotor estão imobilizados desde o dia 15 e a paralisação das oficinas verifica-se há três dias.

Esta situação resulta de a administração não concordar com a suspensão imediata do administrador de Lisboa, dr. Carlos da Silva, e não ter acedido ainda na satisfação das reivindicações do pessoal.

## Toyota C-27-J-74

Os trabalhadores da Toyota-Transmotor, empresa do grupo Salvador Caetano, S.A.R.L., reuniram-se esta manhã com a administração daquela empresa e com um representante de Salvador Caetano, para tentarem chegar a acordo.

As conversações foram malogradas, pois nenhuma das reivindicações foi concedida, exigindo agora os trabalhadores a intervenção do Ministério do Trabalho e mantendo a greve total iniciada na passada terça-feira.

Entretanto, tinha-lhes sido concedido um aumento geral de 1250\$00, tendo eles reivindicado 1500\$00, também esta regalia lhes foi agora retirada, o mesmo sucedendo com o pedido de um mês de férias e respectivo subsídio.



## Toyota-Trans- motor

*e/31-5-74*

Os trabalhadores da Toyota-Transmotor (empresa do Grupo Salvador Caetano, S.A.R.L.) decidiram-se pelo regresso ao trabalho. Desde ontem que naquela empresa a actividade prossegue no seu ritmo normal, continuando as negociações para obtenção de um aumento geral de salários da ordem dos 1250\$00 (600\$00 para menores de 20 anos).

## SINDICALISTAS EXPULSOS DE EMPRESA PORTUENSE

*e/5-6-74*

SEGUNDO um comunicado distribuído pelo Sindicato dos Operários Metalúrgicos do Distrito do Porto, dois elementos do organismo, um dos quais fazendo parte da direcção, foram expulsos da firma Salvador Caetano. Diz o documento que, a pedido de trabalhadores daquela empresa, ali se deslocaram os referidos elementos, a fim de participarem numa reunião de operários. Já dentro da empresa, pediram para falar com um camarada. Foi-lhes então comunicado que teriam de aguardar, pois que esse camarada estava proibido de falar com elementos do sindicato nas horas de serviço. Foram então abordados por um administrador da firma, A Madureira, que os convidou a sair da empresa.

«O Sindicato dos Metalúrgicos denuncia a atitude da administração desta empresa, que continua, após o 25 de Abril, a usar métodos fascistas: proibição de contactar com o Sindicato, ameaças de despedimento, etc.» — diz o comunicado.

«É a primeira vez que a direcção deste Sindicato é expulsa de uma empresa. Esta atitude é tanto mais grave quanto é certo que a nossa presença nas empresas tem sido, em muitos casos, decisiva

na resolução dos problemas que vão surgindo nas empresas. Se quase sempre são os trabalhadores a solicitar a nossa presença nas firmas, também é verdade que muitas vezes as entidades patronais reconhecem no Sindicato um interlocutor válido entre trabalhadores e patrões.»

Ainda segundo o mesmo comunicado, os trabalhadores da firma Salvador Caetano que deviam tomar parte nessa reunião decidiram reunir-se na estrada e, em conjunto, discutiram os problemas que mais os afectam, tais como direito de reunir dentro da empresa, melhores condições na cantina, transportes gratuitos do e para o emprego, água quente e fria para tomar banho depois do trabalho, 30 por cento de aumento de salários prometidos, etc.

Entretanto, num outro comunicado dirigido aos trabalhadores, aquele Sindicato, depois de alertar os seus sócios para «os patrões que continuam a fazer despedimentos e ameaças de que não vão pagar a nova tabela acordada», informa-os que a direcção contactou já o Governo Provisório, no sentido de este tomar medidas energéticas contra os despedimentos sem justa causa.

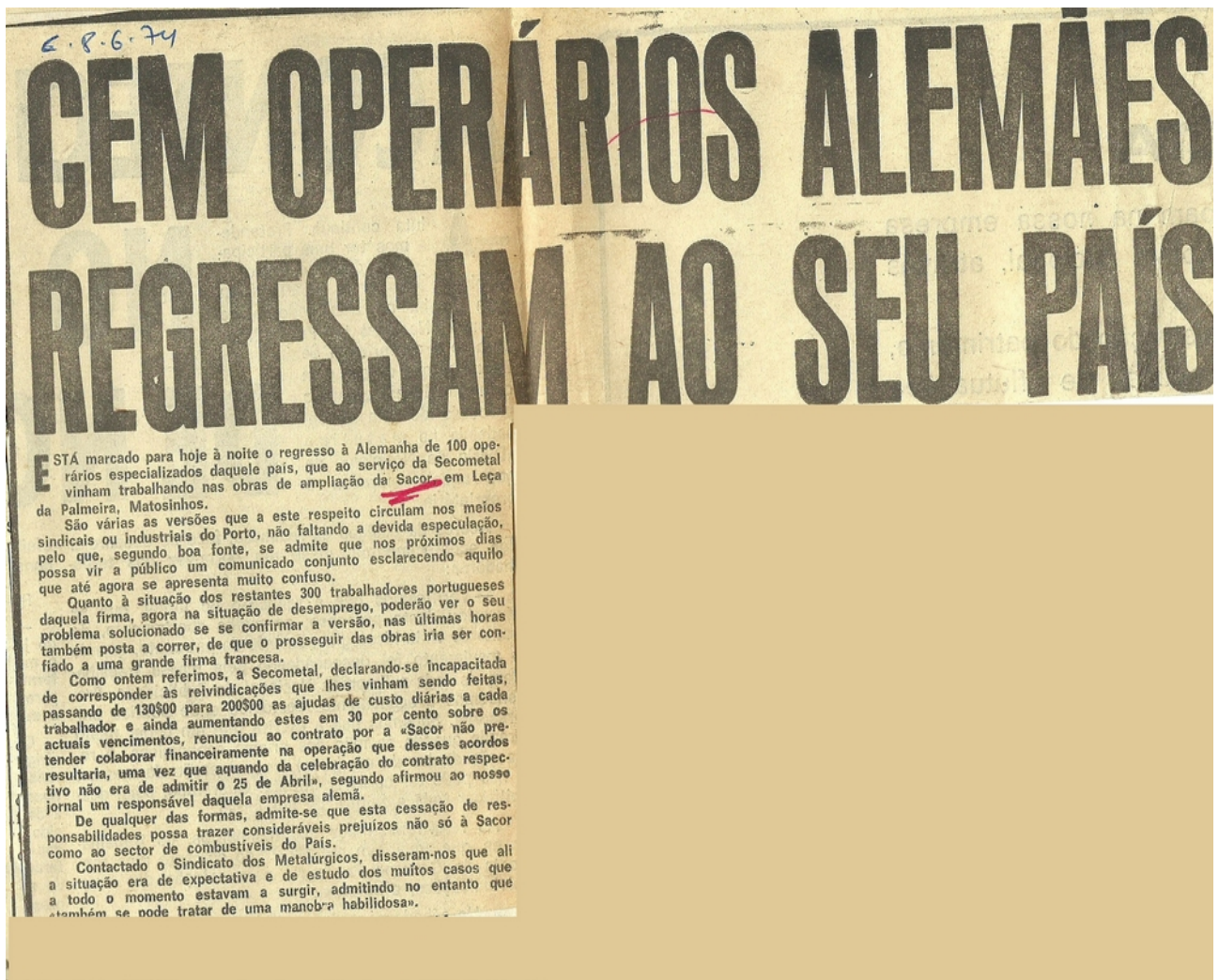
## Salvador Caetano

*e/7-6-74*

Admite-se que ocorra, hoje, a solução do diferendo que surgiu na firma Salvador Caetano, devido à suspensão, pela respectiva administração, de diversos empregados. Durante



## Secometal





## SHELL

**SHELL** — Nos escritórios centrais da Shell, realizou-se uma reunião de trabalhadores daquela empresa no distrito de Lisboa.

S. 17-5-74  
Durante a reunião foram discutidos problemas vários, relacionados com o actual momento político tendo sido aprovada uma moção cujos pontos principais transcrevemos: «Saudam o Movimento das Forças Armadas e proclamam a sua adesão ao seu Programa; saudam os milhares de resistentes, de diversas formações ideológicas, que se bateram pela libertação e dignificação do Povo Português, muitos dos quais sofreram na prisão e no exílio, ou pagaram com a própria vida, as consequências do seu patriotismo; reconhecem aos povos das colónias portuguesas o direito de escolherem o seu próprio destino, pelo que consideram indispensável o fim imediato das hostilidades e abertura de negociações com os movimentos representativos desses povos irmãos; considera que a libertação do Povo Português não está concluída, nomeadamente enquanto persistir o perigo real de um contragolpe das forças reaccionárias, pelo que os trabalhadores se devem manter vigilantes; consideram igualmente que não são de admitir quaisquer actos praticados por particulares, associações ou empresas, que possam prejudicar a economia nacional e o bem-estar do Povo Português; finalmente, apelam para o reforço da unidade de todos os trabalhadores com as Forças Armadas, no sentido de se constituir um baluarte que consolide as vitórias já alcançadas, em defesa da Democracia, do progresso social e da paz.»

No final foi aprovada uma proposta apresentada por um grupo de trabalhadores para eleição de uma comissão de trabalhadores da empresa na qual tomará posição face à administração da empresa a fim de assegurar os interesses dos trabalhadores.

## Shell

C/20-5-74  
Os trabalhadores da Shell elegeram entre si uma comissão para tomar posição face à administração da empresa no sentido de garantir os seus interesses. A comissão funciona provisoriamente até eleição de outra com carácter definitivo.



## Siderurgia Nacional

# A Siderurgia pode parar na próxima segunda-feira

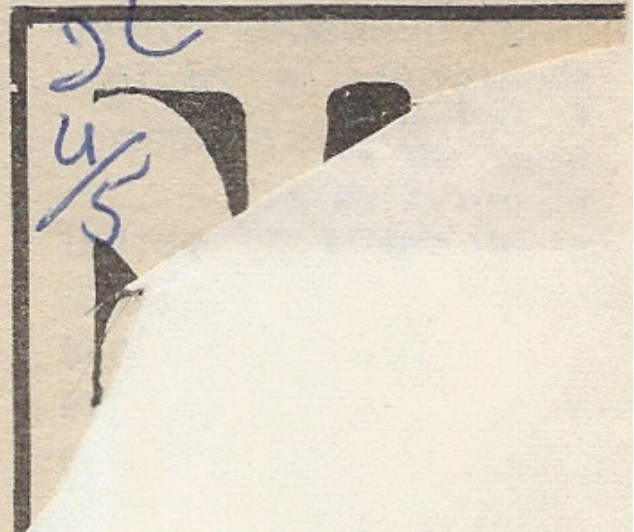
A Siderurgia Nacional poderá encerrar na segunda-feira, às 12 horas, caso não sejam satisfeitas as reivindicações apresentadas pelos trabalhadores dos vários sectores, de acordo com um comunicado emanado da comissão representativa dos trabalhadores.

Com efeito, milhares de empregados e operários da Siderurgia Nacional, tanto das instalações de Paio Pires como dos escritórios centrais em Lisboa, reuniram-se nas instalações fabris para apresentarem à administração as suas reivindicações.

Depois de sugerido que os problemas fossem tratados democraticamente, foi constituída uma comissão composta por 24 trabalhadores, a qual entrou em contacto com a Junta de Salvação Nacional pedindo a comparencia de um representante, o que não foi possível devido à exiguidade do tempo.

Entretanto, das disposições aprovadas e que os trabalhadores pretendem que entrem de imediato em vigor ressaltam co-

mo mais importantes as seguintes: entrada em vigor do acordo colectivo de trabalho; demissão imediata do prof. Eustácio Marques, elemento da administração, e Margarida Maria Matos, chefe de secção; divisão do produto do trabalho; abolição dos exames psicotécnicos para trabalhadores já em exercício na empresa para efeitos de promoção; e readmissão imediata de todos os trabalhadores despedidos sem justa causa a partir de 1 de Janeiro de 1974 e revisão dos processos de despedimento de todos os trabalhadores, anteriores a esta data.





# A Siderurgia S. Y. J. + M poderá parar na segunda-feira

Milhares de empregados e operários da Siderurgia Nacional, quer dos escritórios centrais de Lisboa, quer da fábrica, reuniram-se nas instalações fabris, em Paio Pires, a fim de apresentarem à administração daquela empresa as suas reivindicações.

A administração sugeriu que os problemas em causa fossem tratados através do diálogo, democraticamente, para o que foi criada uma comissão composta por 24 elementos, a qual entrou já em contacto com a Junta de Salvação Nacional no intuito de fazer deslocar à fábrica um seu representante, o que não foi possível dado o escasso tempo disponível. Contudo, outros contactos se seguirão, de molde a concretizar esta tentativa.

Entretanto, e segundo um comunicado da comissão eleita, eis algumas das reivindicações pretendem sejam aprovadas de imediato: 1— Entrada imediata em vigor do ACT à excepção do horário de trabalho, tendo a empresa o prazo de sessenta dias para o pôr em prática; 2 — Demissão imediata do prof. Eustácio Marques, elemento da administração e

professor do Instituto Superior Técnico, e do chefe de secção Margarida Maria Matos; 3— **Divisão do produto do trabalho:** a soma de remunerações totais auferidas durante um mês pelos trabalhadores será distribuída equitativamente pelo número de trabalhadores total, isto é, em quantitativos iguais; 4— Abolição dos exames psicotécnicos para trabalhadores já em exercício na empresa para efeitos de promoção; 5— Criação e reconhecimento de uma comissão representante dos trabalhadores para discussão de todos os assuntos actuais e posteriores inerentes a esses mesmos trabalhadores; 6— Readmissão imediata de todos os trabalhadores despedidos sem justa causa a partir de 1 de Janeiro de 1974 e revisão dos processos de despedimento de todos os outros trabalhadores, anteriores a esta data; 7— Caso estes pontos não sejam postos em prática até às 12 horas do dia 6, segunda-feira, parará toda a produção, serviços administrativos e similares da empresa. No respeitante ao alto-forno, coqueria, galvanização e outras instalações que possam oferecer perigo de inutilização, serão iniciados preparativos de paragem



# SIDERURGIA JÁ NÃO PÁRA AMANHÃ

**N**O caso da administração da Siderurgia Nacional não aceitar, até às 12 horas de amanhã, as reivindicações dos trabalhadores da empresa, a direcção da fábrica e o respectivo corpo técnico colocam-se à disposição da comissão de trabalhadores para, em comissão conjunta, estabelecer contacto com o industrial António Champalimaud, segundo foi decidido ontem após as conversações com os representantes dos trabalhadores. Na ausência de qualquer informação, no que respeita à posição da administração da empresa, a comissão eleita pelos trabalhadores decidiu adiar para o próximo dia 13, às 12 horas, as medidas de paralização das actividades laborais.

Entretanto, amanhã, às 9 horas, um delegado da Junta de Salvação Nacional, o tenente Paiva Andrade, reunir-se-á com a comissão de trabalhadores para discussão das reivindicações apresentadas, iniciando-se depois as negociações com um membro da administração previamente convocado. A falta de acordo levará à situação de greve já anunciada.

## Pretensões

**P**RETENDEM os trabalhadores da Siderurgia Nacional que entre imediatamente em vigor o respectivo acordo colectivo de trabalho, com excepção do horário de trabalho, concedendo-se à empresa um prazo de 60 dias para o pôr em prática, acordo que está em discussão há trinta meses e cuja negociação foi protelada por diversas formas até atingir a fase de arbitragem.

Além disso exige-se também a demissão imediata dos prof. eng.º Estácio Marques (administração) e da chefe de secção Margarida Matos, considerando a necessidade de um saneamento urgente dos processos administrativos.

Pede-se ainda:

— A realização de nova assembleia geral dos accio-

24P 5/5  
nistas que atribua uma percentagem pelo menos igual à de 1972, a distribuir em partes iguais pelo total dos trabalhadores; a abolição imediata dos exames psicotécnicos para trabalhadores já em exercício de funções na empresa, para efeitos de promoção dos mesmos; a criação e reconhecimento de uma comissão representante dos trabalhadores para discussão de todos os assuntos actuais e posteriores, inerentes aos referidos trabalhadores e a readmissão de todos os trabalhadores despedidos sem justa causa, a partir de 1 de Janeiro de 1974 e revisão dos processos de despedimento de todos os outros trabalhadores anteriores a essa data, caso os mesmos estejam nisso interessados.



# **Reivindicações de siderúrgicos estão num impasse**

CA 715

*Dos trabalhadores da Siderurgia Nacional, recebemos o seguinte comunicado, com pedido de publicação na íntegra:*

A comissão dos trabalhadores da Siderurgia Nacional (28 elementos) após 10 exaustivas horas de contactos com a administração da Siderurgia Nacional (representada pelo eng.º Amílcar Marques e Estácio Marques) através do auxílio do tenente Paiva Andrada, representante da Junta de Salvação Nacional, comunica que nada ficou resolvido dada a posição ambígua da citada administração uma vez que, propondo uma solução favorável de início, resolveu retratar-se depois endurecendo e fechando qualquer plataforma de entendimento.

Com isto pretende, por certo, a administração criar um clima de irresponsabilidade nos trabalhadores conducente a uma greve que apenas favoreceria as suas ideias reacţionárias, pois daria a entender ao povo em geral que os trabalhadores da Siderurgia

Nacional não queriam colaborar com o programa da Junta de Salvação Nacional.

Gientes destas manobras subterrâneas os trabalhadores da Siderurgia Nacional dando provas do mais alto civismo ao permanecerem unidos numa atitude expectativa durante estas longas horas junto ao edifício dos escritórios e tendo na mais alta consideração os superiores interesses do País, acataram ordeiramente a notícia dada pelo representante da J. S. N. que as reivindicações tinham ficado num impasse.

A atitude da administração é por demais reacţionária e arbitrária notando-se uma nítida preocupação em criar uma situação receptiva ao ressurgimento do fascismo.

Em face da inqualificável atitude por parte da administração, a direcção e corpo técnico da fábrica reafirmaram o seu apoio às reivindicações dos trabalhadores, isolando, deste modo, a administração no seu invólucro fascista e imobilista.



# ADIADA PARA NOVA REUNIÃO A RESOLUÇÃO DO "CASO" DA SIDERURGIA NACIONAL

DN  
7/5

Durante toda a manhã e tarde de ontem, decorreram, nas instalações fabris da Siderurgia Nacional, em Pão de Pires, conversações entre uma comissão de trabalhadores, representada por 10 elementos da fábrica e da sede, e o delegado da Junta de Salvação Nacional, tenente Paiva Andrade, tendentes à procura de soluções para as reivindicações apresentadas pelos trabalhadores à administração da empresa.

As medidas imediatas por aqueles exigidas foram comunicadas num documento do seguinte teor:

(1.º, Entrada imediata em vigor do A. C. T., à excepção do horário de trabalho tendo a empresa o prazo de 60 dias para o pôr em prática; 2.º, Demissão imediata do prof. Estácio Marques, elemento da administração e professor catedrático do Instituto Superior Técnico e do chefe de secção D. Margarida Maria Matos; 3.º, Divisão do Produto do Trabalho (anteriormente chamado divisão de lucros); a soma de remunerações totais auferidas durante um mês pelo total dos trabalhadores será distribuída equitativamente por esses mesmos trabalhadores, isto é em quantitativos iguais; 4.º, Abolição dos exames psicotécnicos para trabalhadores já em exercício na empresa, para efeitos de promoção dos mesmos; 5.º, Criação e reconhecimento de uma comissão representante dos trabalhadores para discussão de todos os assuntos actuais e posteriores referentes a esses mesmos trabalhadores; 6.º, Readmissão imediata de todos os trabalhadores despedidos sem justa causa a partir de 1 de Janeiro de 1974 e revisão dos processos de despedimento de todos os outros anteriores a esta data; 7.º, Caso estes pontos não sejam postos em prática até às 12 horas do dia 6 2ª-feira, para toda a produção, serviços administrativos e similares da empresa.

No respeitante a alto forno coqueira, galvanização e outras instalações que possam oferecer perigo de inutilização, serão iniciados preparativos de paragem.

Apesar da paragem da fábrica e sede que todos os trabalhadores estejam nos locais de trabalho!

Todos os pontos já falados nesta assembleia e antes da nossa reunião serão tratados pela comissão trabalhadora.»

Entretanto, e dado que a reunião se prolongou para além das 12 horas, estipuladas no documento como limite para a aceitação da proposta apresentada, a comissão emitiu um comunicado, no qual pedia que os trabalhos não paralisassem até que a decisão fosse conhecida.

Falando com um dos elementos da comissão, Isilda Ferreira, quando a reunião ainda decorria, foi-nos declarado que quase todos os pontos exigidos tinham sido aceites, à excepção do segundo, onde a demissão do prof. Estácio Marques só se verificaria no sector que estava a desempenhar, continuando, portanto, ao serviço da empresa. Deste modo, o eng.º Amílcar Marques passaria a ser o responsável de todos os assuntos respeitantes ao pessoal, em colaboração com a Comissão de Trabalho.

Outro aspecto, na altura, igual-

mente por definir, era o que respeitava à readmissão dos trabalhadores despedidos, já que a comissão pretendia, posteriormente, que os processos fossem revistos de Janeiro de 72 para cá, o que implicava um sem número de problemas a considerar. A esse respeito, confidenciou-nos o trabalhador Silvério Cardoso, despedido em Janeiro de 73, que, para além da sua situação, se considerava com direito a receber os lucros respeitantes ao ano de 72, que não recebeu. Acrescerá dizer que os lucros referentes ao ano anterior ainda não foram distribuídos o que, naturalmente, mais concorre para o desagrado geral.

E quando tudo parecia quase resolvido, eis que a comissão, no final da longa reunião, fez dar a conhecer o comunicado, intitulado «A administração da Siderurgia Nacional quer a greve», que a seguir se transcreve: «A Comissão dos Trabalhadores da Siderurgia Nacional (28 elementos), após 10 exaustivas horas de contactos com a administração da Siderurgia Nacional (representada pelos sr. eng.º Amílcar Marques e eng.º Estácio Marques) através do auxílio do sr. tenente Paiva Andrade, representante da Junta de Salvação Nacional, comunica que nada ficou resolvido dada a posição ambígua da citada administração uma vez que, propondo uma solução favorável de início, resolveu retratar-se depois endurecendo e fechando qualquer plataforma de entendimento.

Com isto pretende, por certo, a administração criar um clima de irresponsabilidade nos trabalhadores, conducente a uma greve que apenas favoreceria as suas ideias reacconárias, pois daria a entender ao povo em geral que os trabalhadores da Siderurgia Nacional não queriam colaborar com o programa da Junta de Salvação Nacional.

Cientes destas manobras subterráneas os trabalhadores da Siderurgia Nacional dando provas do mais alto civismo ao permanecerem unidos numa atitude de expectativa durante estas longas horas junto ao edifício dos escritórios e tendo na mais alta consideração os superiores interesses do País, acataram ordeiramente a notícia dada pelo representante da J. S. N. de que as reivindicações tinham ficado num impasse.

A atitude da administração é por demais reacconária e arbitrária notando-se uma nitida preocupação em criar uma situação receptiva ao ressurgimento do fascismo.

Em face da inqualificável atitude da administração a direcção e corpo técnico da fábrica reafirmaram o seu apoio às reivindicações dos trabalhadores, isolando, deste modo, a administração no seu invólucro fascista e imobilista.»

Dado o ocorrido, aquela comissão, juntamente com o corpo técnico, está na disposição de exigir a presença, em Portugal, de António Champalimaud, para assumir a direcção da fábrica, ao mesmo tempo que se aguarda, para o próximo dia 13, uma nova reunião, no decorrer da qual se possa solucionar o tão premente caso.



CAP 815

# Champalimaud estuda reivindicações de trabalhadores

«**T**RABALHADORES: posso assegurar que vou daqui para Lisboa tratar da satisfação das vossas reivindicações, na medida em que possam caber na capacidade da empresa. Espero trazer boas notícias na próxima sexta-feira; notícias que sejam aceites pela grande massa dos trabalhadores desta companhia, que queremos mais próspera», disse o industrial António Champalimaud dirigindo-se, esta manhã, de uma janela da Siderurgia Nacional, a cerca de 700 trabalhadores que aguardavam o resultado da reunião com a comissão eleita para tentar chegar a um acordo sobre as suas reivindicações.

**A**PARENTEMENTE bem disposto, o conhecido industrial, aplaudido quando assomou à janela do edifício, agradeceu a todos a prova de confiança que acabavam de lhe dar. E acrescentou: «É com satisfação que acabo de me reunir com a vossa comissão.»

Segundo informações recolhidas no local, António Champalimaud tinha um encontro marcado, após a reunião com os representantes dos trabalhadores, com a Junta de Salvação Nacional. Ao despedir-se dos trabalhadores, o industrial foi novamente aplaudido.

Enquanto os trabalhadores aguardavam o resultado da

reunião, que começou cerca das 9 e 45, a fábrica continuou a funcionar no ritmo normal.

Um elemento da comissão eleita declarou aos jornalistas que «Champalimaud estava de acordo, em princípio, com os pontos das reivindicações e que procuraria restabelecer a confiança dos trabalhadores na administração».

Os trabalhadores que aguardavam no exterior do bloco de escritórios empunhavam cartazes com os seguintes «slogans»: «Patrão, Greve?, Não!» — «Demissão imediata de A. Marques, E. Marques e Baião» — «Administração fascista, diálogo impossível».



# TRABALHADORES DA SIDERURGIA ENTENDEM-SE COM CHAMPALIMAUD

CAP  
10/5

**A**PÓS algumas horas de conversações, que decorreram esta manhã nas instalações da administração da Siderurgia Nacional, António Champalimaud e comissão dos trabalhadores daquela empresa chegaram a acordo na quase totalidade dos pontos debatidos, restando apenas um que prossegue em discussão.

Assim, como medidas imediatas, foram acordadas as bases seguintes:

1.º) Entrada imediata em vigor do contrato colectivo de trabalho, com efeitos retroactivos a partir de 1 de Abril de 1974, à excepção do horário de trabalho, a ser posto em prática em sessenta dias; 2.º) A participação de lucros anteriormente fixada, foi alterada para 17 500 contos a dividir igualmente pelo total dos trabalhadores, de acordo com regulamentação já estabelecida. No próximo ano será atribuído o equivalente à soma do total de ordenados de um mês, relacionado com a produtividade na empresa; 3.º) Abolição dos exames psico-técnicos para trabalhadores já em exercício de função na fábrica, para efeitos de promoção dos mesmos, com a ressalva para os casos que exijam apuradas condições de dextreza, sendo estes apreciados com a comissão dos trabalhadores; 4.º) A comissão foi aceite nos moldes devidos; 5.º) Reconhecimento de uma comissão de trabalhadores actuando em estreita ligação com a administração, a cujos elementos será garantida a inexistência de qualquer tipo de coacção e li-

berdade de actuação durante as horas de trabalho, tendo como principais direitos salvaguardar os interesses dos trabalhadores, nomeadamente nas admissões, demissões, transferências, promoções, aspectos disciplinares, revisão da política salarial da empresa, saneamento da mesma e, de um modo geral, todos os assuntos relacionados com esses mesmos trabalhadores; a empresa fornecerá um gabinete para o funcionamento da comissão e serão de sua conta as despesas normais de expedientes; 5.º) Revisão de todos os processos dos trabalhadores despedidos sem justacausa a partir de 1 de Janeiro de 1972, com readmissão dos interessados sempre que se tenham verificado irregularidades ou haja factores humanos a considerar no despedimento dos mesmos.

O ponto não aceite pelos trabalhadores, que exigem a demissão do eng.º Estácio Marques e de Margarida Matos, secretária do secretário-geral, continua a ser discutido entre António Champalimaud e a comissão de trabalhadores. Assenta ele nos termos seguintes: «A administração assegurará a conveniente direcção de todos os assuntos de pessoal por órgão ou pessoa a designar em estreita ligação com a comissão de trabalhadores; fica entendido que o eng.º Estácio Marques não tratará mais de assuntos de pessoal e quanto a Margarida Matos, será António Champalimaud o árbitro pessoal em qualquer situação anormal que a referida senhora venha a criar nas relações de trabalho.



# Siderurgia Nacional

S. 17.5.74

*Com o pedido de publicação, recebemos da Comissão dos Trabalhadores da Siderurgia Nacional, o seguinte importante comunicado:*

Roga-se a todo o pessoal dispensado da Siderurgia Nacional, sem justa causa, desde 1 de Janeiro de 1972, que contacte a comissão de trabalhadores a operar na fábrica de Paio Pires, a fim de poder ser readmitido.



# CHAMPALIMAUD NÃO PODERÁ COMPRAR O GRUPO HALLES COM CAPITAIS PORTUGUESES

*P/25-5-74*

BRASÍLIA, 24 — Acaba de ser divulgada, em Brasília, uma nota do grupo financeiro português Champalimaud, pela qual o presidente desse gru-

po se diz impossibilitado de adquirir o grupo Halles, por contingência da nova política económica de Portugal.

Segundo comunicação recebida de Lisboa, por telex, o senhor António Champalimaud foi informado, em Brasília, de que «o novo Governo constituído de Portugal, por razões excepcionais da actual conjuntura interna nos campos económico, financeiro e político, adoptou medidas que impedem, de imediato, a realização de investimentos de capitais portugueses fora da área metropolitana daquele país.

À vista dessa situação de momento, impossibilitada de solução, continuam os entendimentos, o que está ocorrendo com o conhecimento das autoridades brasileiras».

O banqueiro António Champalimaud manteve contactos, ontem, em Brasília, com membros da direcção do grupo financeiro Halles, actualmente sob intervenção do Banco Central do Brasil, com os quais trata detalhes de compras das empresas, já aceites pelas autoridades brasileiras. — (F. P.)

*S. 29. 7. 74*  
**António Champalimaud  
regressou do Brasil**

Regressou a Lisboa o industrial e financeiro português António Champalimaud, que, em Brasília, manteve contactos com os membros da direcção do grupo financeiro Halles, em que o seu grupo está interessado.

*C. B. 6. 74*  
**Champalimaud  
optimista**

**L**OURENÇO MARQUES, 6 (L.) — Vindo de Luanda, chegou ontem a esta cidade o industrial António Champalimaud que reuniu imediatamente com os administradores das empresas do seu grupo. Champalimaud, que se retirou do escritório já de noite, depois de quatro horas de



# Trabalhadores da Siderurgia exigem a presença de António Champalimaud

R  
M  
6

re  
Si  
da  
B  
ni

Os trabalhadores da Siderurgia Nacional exigem de António Champalimaud que faça cumprir, por parte da administração da empresa, o acordo que fez com a Comissão de Trabalhadores e as promessas que transmitiu perante todo o pessoal numa reunião efectuada no passado dia 10 de Maio.

Ontem mesmo a Comissão de Trabalhadores tomou conhecimento, através de uma comunicação do eng.º Baião Horta, representante da administração para os contactos com a Comissão dos Trabalhadores de que «o sr. António Champalimaud considera a Administração ter cumprido larga e escrupulosamente o acordo 10.5.74».

No entanto, desse acordo falta dar cumprimento aos seguintes pontos: férias, vencimentos, diuturnidades, e outras regalias monetárias, compensação de trabalho em feriados e readmissões dos tra-

balhadores despedidos sem justa causa. Por outro lado, não estão a ser cumpridas as determinações respeitantes a assuntos de pessoal, aos exames psicotécnicos e ao saneamento no que diz respeito ao prof. Estácio Marques e eng.º Amílcar Marques. Nesta exposição verifica-se que apenas foi dado cumprimento integral ao acordado sobre divisão de

lucros do ano passado e, parcialmente no que respeita ao horário de trabalho.

Em face disto, decidiram enviar um telex a António Champalimaud exigindo a sua presença junto da Comissão de Trabalhadores até às 10 horas da próxima segunda-feira a fim de ser dada concretização às reivindicações já por si aceites em 10 de Maio e que a administração se nega a cumprir. No caso de não comparecer, os trabalhadores tomarão as medidas conformes à situação, sem recurso, porém, à baixa de produção.



# TRABALHADORES DA SIDERURGIA

D2  
24  
C

## MANIFESTAM-SE EM LISBOA

Os trabalhadores da Siderurgia Nacional desfilaram esta manhã da Praça do Comércio à Rua Braancamp, onde está instalada a sede da empresa. A manifestação foi decidida após um plenário dos trabalhadores da empresa realizado esta manhã. Recorda-se que estes acusam a Administração de não estar a cumprir aquilo que havia sido acordado em 10 de Maio entre a empresa e a Comissão de Trabalhadores.

António Champalimaud não esteve presente em virtude de,

segundo nos foi dito um porta-voz da Administração, se encontrar em Paris, onde tinha assuntos a tratar hoje mesmo. Em sua substituição deslocou-se à Siderurgia um seu delegado — o eng.º Baião — mas não se fizeram progressos, tendo o plenário dos trabalhadores exigido uma manifestação imediata junto à sede da empresa.

Esta tarde uma comissão de representantes dos trabalhadores irá ao Ministério do Trabalho explicar a sua posição.



# A Administração da Siderurgia <sup>R</sup> <sub>24</sub> <sub>6</sub> desmente acusações dos trabalhadores

Face às alegações dos trabalhadores da Siderurgia Nacional, segundo as quais não estariam a ser cumpridas as cláusulas acordadas com o seu presidente, António Champallaud, em 10 de Maio último, a administração daquela empresa fez distribuir um comunicado em que desmente tais acusações.

Analisando exhaustivamente todo o articulado do acordo, a administração considera satisfeitas todas as reivindicações apresentadas pelos trabalhadores naquela data, bem como algumas sustentadas já posteriormente, que não colidiram com as leis vigentes.

Mais concretamente no que respeita ao reconhecimento e funcionamento da Comissão de trabalhadores, a administração da Siderurgia sustenta que a ela «têm sido proporcionadas, a par das maiores atenção e consideração, todas as facilidades no desempenho das suas missões, até com uso praticamente inteiro das horas de trabalho dos seus numerosos membros, adoptando-se, assim, a mais compreensiva atitude pela fase do seu lançamento».



## TRABALHADORES DA SIDERURGIA EM LISBOA



O pessoal da Siderurgia Nacional viu, em parte, satisfeitos as suas reivindicações. Na gravura: os trabalhadores agrupados em frente dos escritórios da empresa, em Lisboa

DN 2576

(NA 6.ª PAGINA)

### Os trabalhadores da Siderurgia atendidos, em parte, nas suas reivindicações

DN 2576

Dada a não comparência, ontem, pelas 10 horas, do sr. António Champalimaud na Siderurgia Nacional, de acordo com o pedido que lhe havia sido feito pelos trabalhadores, que desejavam ver solucionados certos pontos anteriormente apresentados em caderno reivindicativo, cerca de mil operários daquela empresa deslocaram-se, ao fim da manhã, até à administração, na Rua Braancamp, para, com a sua manifestação apoiarem as negociações, empreendidas pelas 13 horas entre a comissão dos trabalhadores e membros do conselho de administração.

Cerca das 16 horas, muitos dos que aguardavam, á chuva, começaram a exaltar-se. A's 16.15, um elemento da C.T. pedia calma e foi transmitido á administração que os trabalhadores exigiam uma resposta dentro de meia hora, prazo que foi respeitado.

Efectivamente, 30 minutos depois, um elemento da comissão anunciava



**SIDERURGIA NACIONAL**

**A cordo quase completo  
com os trabalhadores**

DL  
25  
6

Após a manifestação ontem realizada pelos trabalhadores da Siderurgia Nacional em frente da sede da empresa, na Rua Braancamp, parece que a administração chegou a acordo com

a Comissão de Trabalhadores sobre a parte fundamental das suas reivindicações.

Segundo o administrador, eng. Amílcar Marques, a reunião decorreu **com a maior ordem e respeito mútuo, e a Comissão dos Trabalhadores portou-se com muita dignidade, sem quebra da firmeza necessária neste tipo de negociações.**

Ficou assente com os trabalhadores que as férias passariam de 21 e 24 dias para 30 dias. O subsídio, que era de 80 por cento até 5 anos de casa, e 100 por cento para os que tivessem mais de 5 anos, foi generalizado para 100 por cento. Outro ponto importante, também resolvido, referia-se ao pessoal dos grupos C e B agora igualado.

Subsistia um problema de ordem técnica quanto aos feriados, pois a empresa era obrigada a conceder a folga nos três dias imediatos aos feriados, o que provocava uma quebra importante na produção. Os trabalhadores aceitaram prescindir das folgas correspondentes aos feriados recebendo mais 300 por cento.

Ficou em suspenso o problema do esbatimento dos ordenados até ao montante de 9 500 escudos e não apenas até 7 500, como a administração pretendia, baseada na disposição legal em vigor. A Comissão vai pedir esclarecimentos ao Ministério do Trabalho, retomando-se a seguir as conversações sobre esse ponto. Recorde-se que o período de congelamento de salários termina depois de amanhã.

A Comissão de Trabalhadores vai também estudar, em conjunto com o eng. Baião, delegado da administração da Siderurgia Nacional, o caso dos trabalhadores despedidos de 1 de Janeiro de 1972, examinando individualmente os processos para readmitir aqueles que a isso tenham direito.



# COMUNICADO DA SIDERURGIA NACIONAL

REP 2576

A administração da Siderurgia Nacional, face a noticiário que acaba de aparecer, segundo o qual não estaria a cumprir o acordo estabelecido em 10.5.74 entre o seu presidente, Senhor António Champalimaud, e a Comissão dos Trabalhadores (C. T.) vem publicamente esclarecer a situação das relações respectivas.

Assim:

1. Tem sido sua preocupação dominante dar cabal cumprimento, tão rápido quanto possível, aos seis parágrafos do referido acordo de 10 de Maio.

O resumo das actuações e da situação, que segue, não só comprova tal facto como mostra, até, ter-se ido além dos compromissos assumidos, na busca de entendimento e harmonia cuja crise, a existir, não será da responsabilidade da administração da Empresa.

De facto:

2. O parágrafo 1.º estabelece a entrada imediata em vigor do A. C. T. com efeitos retroactivos a 1 de Abril de 1974 à excepção do Horário de Trabalho a ser posto em prática no prazo de 60 dias.

2.1. Embora o prazo de 60 dias devesse contar-se a partir de 10 de Maio, a C. T. reivindicou depois a interpretação de se contar a partir de 1 de Abril, reduzindo-o assim a um terço — ao que se acedeu, à custa de importantes encargos.

2.2. O A. C. T. estabelecia o vencimento mínimo base de Escudos 5100\$00 para horário normal. Como outras empresas acordadam 6000\$00, a Comissão reivindicou este nível, que veio a ser aceite, com o esbatimento do acréscimo de 900\$00 até ao nível de 7500\$00 e com a garantia de aumento não inferior a 500\$00 para os trabalhadores que já auferiam vencimentos superiores aos mínimos das suas categorias e classes. Nos níveis acima de 7500\$00, para além do espírito do A. C. T. e da orientação geral no País de beneficiar os escalões inferiores, estreitando o leque de ordenados, não era legalmente viável, conforme consulta feita ao Ministério do Trabalho (consulta era que a C. T. se recusou a participar e que se fez através do administrador por parte do Estado), exceder os vencimentos fixados no mesmo A. C. T. e objecto, portanto, de acordo de 10 de Maio. Observa-se que em 1 de Janeiro úl-

timo a tabela de ordenados tinha sido elevada em 15,1% e que, os aumentos agora acordados, a variação de Dezembro para Abril atinge, só em remunerações-base e directas, cerca de 40% em média e de 64% no escalão inferior.

2.3. Apesar de o espírito e a letra do A. C. T. não obrigarem a Empresa a tal prática imediata, antes se dispondo de prazo razoável e de solução alternativa para o efeito, acordou-se na atribuição aos Trabalhadores da Sede, desde 11 do mês corrente, de uma senha de 30\$00 por dia de trabalho como participação no almoço.

2.4. Do 1.º parágrafo do Acordo estão ainda pendentes de continuação de negociações alguns problemas relativos a férias, dispensas e subsídio de doença. Mas todos eles resultam de agora a Comissão de Trabalhadores pretender mais do que o constante do Acordo Colectivo de Trabalho e, portanto, do que o acordado em 10 de Maio com o Presidente do Conselho de Administração da Empresa, Senhor António Champalimaud.

3. O parágrafo 2.º do Acordo, relativo à direcção dos assuntos de pessoal, em estreita ligação com a C. T. e sem intervenção na mesma do Prof. Estácio Marques, tem sido objecto do maior escrupulo no seu cumprimento, apesar de em meados de Maio ter acontecido aquele senhor registar sobre comunicação de serviço uma decisão, aliás não tomada por si, relativa à melhoria de pensão voluntária meses antes atribuída a um reformado.

O encargo de assegurar a direcção dos assuntos de pessoal nos termos referidos foi atribuído a um membro da Direcção-Geral, Eng.º Bayão Horta, que recebe as indispensáveis orientações fundamentais do Conselho de Administração e, em especial, do seu presidente.

4. O parágrafo 3.º do Acordo, relativo a participação de lucros, ficou integralmente satisfeito antes de fim de Maio.

5. O parágrafo 4.º, relativo à pedida abolição de exames psicotécnicos, foi prontamente cumprido. Os serviços especializados da Fábrica estão utilizando o estudo de excepções aconselháveis para ser presentes à C. T.

6. O parágrafo 5.º, relativo

ao reconhecimento e ao funcionamento da C. T. tem sido cumprido integralmente. A Comissão têm sido proporcionadas, a par das maiores atenção e consideração, todas as facilidades no desempenho das suas missões, até com uso praticamente inteiro das horas de trabalho dos seus numerosos membros, adoptando-se assim a mais compreensiva atitude pela fase do seu lançamento.

7. Quanto ao parágrafo 6.º do Acordo, foram facultados à C. T., em 13 de Maio, todos os processos de despedimento sem justa causa desde 1 de Janeiro de 1972. Em 18 de Junho a C. T. pediu a readmissão global, com excepção dos que dela prescindiam e dos que entretanto se reformaram. Ora esta posição não corresponde ao acordado em 10 de Maio, que estabelecia a readmissão dos interessados sempre que se tenham verificado irregularidades ou hajam factores humanos a considerar no despedimento dos mesmos. Assim, está agora a Direcção-Geral da Empresa a

analisar cuidadosamente os processos para se formar juízo e apresentá-lo à C. T.

8. O quadro anexo mostra a variação de vencimentos em 1 de Abril.

9. O Conselho de Administração da Siderurgia, logo na sua primeira reunião após o 25 de Abril, definiu a atitude, que considerou oportuna e levou ao conhecimento governamental, de pretender proporcionar rapidamente salários europeus apenas com preços de venda europeus.

Crê-se que tal atitude é, por si, mais uma base de fé para os Trabalhadores da Empresa, que saberão, como tanto se necessita, resistir à criação de climas passionais, antes ajuizando serenamente sobre o ritmo, a medida e as possibilidades de satisfação de reivindicações. Assim se negociará e colaborará em termos do máximo proveito para todos os interessados e para o País, cujo futuro melhor há que construir.

Lisboa, 22 de Junho de 1974.

SIDERURGIA NACIONAL

## NOVA TABELA DE VENCIMENTOS MÍNIMOS EM VIGOR DESDE 1-4-74

Vencimento mínimo precedente	Vencimento mínimo novo	Número de Trabalhadores/categ. profissional
4 274\$	6 000\$	636
4 446\$	6 200\$	166
4 488\$	6 200\$	16
4 617\$	6 400\$	203
4 788\$	6 300\$	226
4 958\$	6 600\$	188
5 129\$	6 700\$	148
5 300\$	6 800\$	216
5 471\$	6 900\$	290
5 642\$	7 000\$	19
5 813\$	7 100\$	246
5 983\$	7 300\$	92
6 154\$	7 300\$	103
6 325\$	7 500\$	37
6 496\$	7 750\$	302
6 581\$	7 850\$	74
6 667\$	7 960\$	39
6 837\$	8 030\$	88
7 009\$	8 100\$	23
7 179\$	8 170\$	66
7 351\$	8 240\$	36
7 479\$	8 290\$	1
7 691\$	8 370\$	14
7 777\$	8 410\$	40
8 033\$	8 690\$	41
8 203\$	8 870\$	7
8 323\$	9 220\$	27
8 547\$	9 240\$	57
9 060\$	9 790\$	11
9 116\$	9 860\$	2
9 402\$	10 160\$	7
9 744\$	10 330\$	1
10 043\$	10 860\$	9
10 086\$	10 900\$	3
10 256\$	11 090\$	29
10 768\$	11 640\$	13
10 940\$	11 830\$	3
11 040\$	11 940\$	4
11 281\$	12 200\$	6
12 648\$	13 680\$	32
13 817\$	14 130\$	13
14 187\$	14 280\$	3
14 328\$	14 410\$ *	0
15 667\$	14 850\$ *	23

\* Mantém ordenados anteriores.



# SIDERURGIA NACIONAL: REP 2516

## «TUDO NA MESMA — O LIXO FICOU»

O aspecto a que porventura os trabalhadores da Siderurgia Nacional dão mais importância, dentro do seu caderno reivindicativo, diz respeito ao saneamento de dois administradores, eng.<sup>os</sup> Estácio Marques e Amílcar Marques. Outro será o da readmissão dos trabalhadores despedidos sem justa causa. Tanto um como outro, porém, não obtiveram ainda satisfação.

Na sequência de uma deci-

são tomada pelos trabalhadores, em face do não cumprimento das promessas feitas por António Champalimaud, em reunião geral de 10 de Maio, a Comissão de Trabalhadores da Siderurgia Nacional exigiu a presença deste capitalista numa reunião conjunta, na fábrica, que se deveria realizar até às 10 horas de ontem.

António Champalimaud não compareceu. Antes, tinha dito que considerava que a administração «tem cumprido larga e escrupulosamente acordo 10-5-974».

A sua não presença desencadeou a vinda a Lisboa dos trabalhadores que tinham terminado o turno da noite. Enquanto se manifestavam na Rua Brancamp, em frente do edifício da sede da empresa, e proibiam a entrada dos respectivos funcionários, membros da Comissão dos Trabalhadores dialogavam com elementos da administração. A tensão crescia entre os manifestantes que, em face da demora de transmissão da chegada a acordo sobre os pontos não cumpridos do caderno reivindicativo, enviaram ultimato para ser dada resposta. Ultimato que foi cumprido. As 16 e 45, os membros da Comissão dos Trabalhadores, depois da reunião interrompida para «recomeçar muito em breve» ficaram apenas por resolver os seguintes pontos: Vencimentos, readmissão dos

trabalhadores despedidos sem justa causa e um outro, cuja exigência é posterior e resultante da circunstância de não ter sido dado cumprimento às promessas de António Champalimaud, o afastamento dos eng.<sup>os</sup> Estácio Marques e Amílcar Marques.

Os trabalhadores queixam-se ainda «da propaganda demagógica» que o industrial e financeiro fez do acordo com os trabalhadores para, segundo eles, não cumprir nada. Não encaram, porém, nem a suspensão do trabalho, nem a diminuição da produção. Frizar-nos ainda que a interrupção produtiva que terá de se dar em consequência das obras de beneficiação do alto forno, que já está a trabalhar fora das margens mínimas de segurança, pretende a empresa fazê-la crer como resultante de «atitude grevista» dos trabalhadores.

No que respeita a vencimentos, a empresa pretende reduzir para os mínimos contratuais todos aqueles que já ganhavam mais, sem respeito pelos direitos adquiridos, estando em jogo cerca de 20 mil contos. No que respeita às readmissões, os trabalhadores pretendem-nas para todos os despedidos, com excepção dos casos confirmados de doença ou de reforma e um ou outro caso em que a falta de assiduidade justifique o despedimento.

De tudo isto, a síntese apareceu num cartaz feito, à última hora:

«Tudo na mesma: o lixo ficou».







# Retomado o trabalho na Sociedade Portuguesa de Automóveis

c-24.5.74

Recebemos da comissão de trabalhadores da Sociedade Portuguesa de Automóveis a seguinte comunicação:

«Em reunião conciliatória, realizada no Ministério do Trabalho, a que presidiu o dr. Costa Santos, foi sanado o diferendo que opunha, há quase uma semana, os trabalhadores da Sociedade Portuguesa de Automóveis, S. A. R. L. e a respectiva administração, tendo esta última anuído a satisfazer as reivindicações apresentadas pela respectiva comissão do pessoal, pelo que, a partir do dia 24, inclusive, foi retomado o trabalho em todos os sectores da firma.»



## Sociedade de Reparação de Navios

### **Acordo entre os trabalhadores a a administração da Sociedade de Reparação de Navios** *DN 22.5.74*

ALMADA — Em reunião efectuada pelos trabalhadores da Sociedade de Reparação de Navios com a administração, foram acordados os pontos deixados, para resolução ulterior e que foram: horário de 42 horas semanais, sem trabalho aos sábados de tarde; 45 dias de subsídio pelo Natal; 30 dias de férias com pagamento integral e vencimento mínimo, para adultos, de 6000\$00; mulheres e pessoal de redes, 5000\$00; pessoal de refeitório, 4800\$00, com efeito a partir de 1 de Maio de 1974.

Ficou para estudo a formação da Casa do Pessoal e criação de diuturnidades.

À tarde os trabalhadores procederam a uma votação secreta, estando presentes cerca de 700 operários, no sentido de apurar se a direcção deveria continuar ou ser afastada. Feito o escrutínio, a maioria de 342 votos decidiu que continuasse, contra 82 votos que desejavam o seu afastamento.



# Sociedade Estoril



Durante a reunião dos funcionários da Sociedade Estoril

## FUNCIONÁRIOS DA SOCIEDADE ESTORIL EXIGEM A DEMISSÃO DO DIRECTOR DE EXPLORAÇÃO DA EMPRESA E DE OUTROS FUNCIONÁRIOS

DM  
15  
5

O refeitório da estação ferroviária do Cais do Sodré foi, ontem à noite, palco de uma reunião que envolveu cerca de meio milhar de funcionários da Sociedade Estoril, que ali se juntaram para, em assembleia, imporem a demissão irrevogável do director de exploração da empresa, eng. Duarte Belo. Orientou os trabalhos o conselho directivo provisório daquela Sociedade, constituído pelos eng. Carlos Alberto Brasão, Pereira da Fonseca e Orlando Cunha, estando presente o delegado da Junta de Salvação Nacional, capitão-tenente eng. Valente.

Foi recordado á assistência que, por unanimidade, os trabalhadores se haviam pronunciado, em reunião anterior, pelo afastamento daqueles que ao longo da sua carreira profissional ou pela simples presença na empresa mostraram ser inimigos do pessoal trabalhador, a propósito do que tinham, na altura, enviado aos corpos administrativos a seguinte exposição, em ordem ao afastamento dos seguintes elementos directivos: director-geral eng. António da Silveira Bual, por motivo de ineficácia no exercício das suas funções, facto que contribuiu para o actual descontentamento dos trabalhadores da empresa; director da exploração, eng. Duarte Belo, por motivo da sua extrema dureza nas resoluções com os trabalhadores, bem como pelas exigências demasiadas no cumprimento das missões dos trabalhadores, criando um clima de terror entre os mesmos, impossível de sustentar. — Afirmou-se que esta medida contribuiria para um eficaz desanuviamento da tensão das relações entre a empresa e os trabalhadores, por forma a serem evitadas perturbações com graves consequências; afastamento imediato das funções de Relações Humanas por parte do secretário-geral da administração, dr. Julio Garcez de Lencastre, pela incompetência demonstrada na execução do respectivo cargo; pagamento imediato de todas as retroacções referentes ao A.C.T. de 1970, ás quais os trabalhadores se consideram com legítimo direito.

A controvérsia resultou do facto de a administração concordar com todos estes pontos, excepto no que se refere ao afastamento do eng. Duarte Belo, por ser necessário — segundo os administrativos — a

elaboração de um processo disciplinar para a respectiva demissão, enquanto para os restantes elementos nada se exigia.

### Tentativas de conciliação

Diversas pessoas usaram da palavra para exporem problemas relacionados com as condições de trabalho e de subsistência dos trabalhadores, e, sobretudo, para se pronunciarem formalmente pela imediata expulsão do eng. Duarte Belo. Entretanto o delegado da Junta de Salvação Nacional dirigiu-se várias vezes á assembleia para pedir calma, reflexão e ponderação nas decisões a tomar, alvitando mesmo que o director de exploração fosse afastado de qualquer função directamente relacionada com o pessoal da empresa, continuando entretanto a trabalhar nos serviços técnicos. Esta proposta foi ouvida com atenção — a reunião decorreu dentro da maior ordem — mas acabou por ser rejeitada pela esmagadora maioria dos trabalhadores.

Foi dada a palavra a todos quantos pretenderam falar. Apresentaram-se propostas de vária ordem. O delegado da Junta, ouviu, comentou, opinou, aconselhou, mas dando plena liberdade aos trabalhadores, que lutavam pelos seus interesses.

Finalmente foi aprovada por unanimidade e por aclamação a seguinte proposta: se os trabalhadores da Sociedade Estoril não forem informados até hoje, ao meio-dia, da demissão do eng. Duarte Belo, os comboios continuam a circular normalmente para que o publico não seja prejudicado; mas será cancelada a venda de bilhetes, quer nas estações quer nos comboios, viajando os passageiros sem pagar, até que a situação seja definitivamente resolvida.

Imediatamente a seguir a esta proposta, o delegado da Junta tentou reunir-se, na mesma noite, com os administradores da empresa, para solucionar o problema, o que porém lhe foi impossível. Informou, entretanto, o publico que se mantivera no local á espera da resposta, de que hoje ás 11 horas, efectuará pessoalmente conversações com a administração, dando imediatamente conhecimento dos resultados ao pessoal ferroviário.



## SOCIEDADE ESTORIL NÃO CEDE

# Os ferroviários decidem paralisação de receitas

Cerca de 600 ferroviários da Sociedade Estoril decidiram ontem à noite iniciar uma paralisação de receitas não cobrando bilhetes nem nas estações nem nos comboios em trânsito, não aceitando também a expedição de mercadorias, caso a administração da empresa teime em recusar a expulsão do director de exploração, eng.º Duarte Ma-

nuel de Almeida Bello.

A expulsão do director de exploração, que os ferroviários fundamentam pela «sua extrema dureza nas relações com os trabalhadores e pelas exigências demasiadas no cumprimento das missões dos trabalhadores, criando um clima de terror entre aqueles, impossível de sustentar — é o único ponto, de

um caderno reivindicativo já vitorioso, que a administração se recusou, até ontem à noite, a aceitar.

A reunião de ontem, moderada pelo comandante Oscar Santos Valente, como delegado da JSN e Firmino Martins como delegado sindical da comissão pré-eleitoral do futuro sindicato unitário de todos os ferroviários, decidiu esperar até hoje ao meio-dia, pela decisão final da empresa relativa à expulsão do eng.º Duarte Bello, após o que, em caso de resposta negativa, se iniciará o processo de paralisação de receitas.



OS PASSAGEIROS  
DA LINHA DO ESTORIL  
NÃO PAGARAM BILHETE  
DURANTE A TARDE  
DE ONTEM DN. 16 5 74

Não tendo sido alcançada uma plataforma de entendimento entre os administradores da Sociedade Estoril e os trabalhadores da empresa, sobretudo relativamente à demissão imediata do director de exploração, que estes ultimos reivindicam, foram gratuitos, ontem, a partir do meio-dia, os transportes nos comboios da linha do Estoril.

De manhã ainda chegou a efectuar-se uma demorada reunião entre representantes das duas partes, mas a administração era categórica: o eng.º Duarte Belo não podia ser demitido. Assim, e de acordo com as resoluções tomadas na assembleia de trabalhadores realizada anteontem, a que o «Diário de Notícias» se referiu pormenorizadamente, não foram cobrados quaisquer bilhetes, e as próprias máquinas automáticas foram retiradas, tendo sido assegurada, pelos trabalhadores, a plena eficiência e regularidade do transporte, para salvaguardar os interesses do publico — como estes referem no comunicado anunciando o facto.



# AS REIVINDICAÇÕES DO PESSOAL DA SOCIEDADE ESTORIL

DN  
17/5

Na Sociedade Estoril a situação mantinha-se ontem idêntica à da véspera, desde a altura em que os bilheteiros, de acordo com as decisões tomadas pelos funcionários da empresa em virtude de não terem sido atendidas as suas reivindicações. Toda a gente viajou sem pagar bilhete, uma vez que as bilheteiras não funcionaram (em todas as bilheteiras continuavam afixados avisos de que não se vendiam passagens) e, nos comboios, os revisores não exerciam fiscalização.

«Uma verdadeira alegria para todos os milhares de utentes da linha...», disse-nos um dos bilheteiros que, efectivamente, estava no seu posto, mas não vendia bilhetes. E esse funcionário, acrescentou: «É tudo na melhor ordem!...»

Muitos dos passageiros não saíram das carruagens, aproveitando para fazerem mais viagens — segundo dizia outro funcionário. O pessoal cumpriu fielmente os seus horários e o tráfego processou-se dentro dos seus horários, na perfeita normalidade, todos procurando que o serviço não merecesse censuras do publico.

Esta situação, ao que nos disse outro funcionário, deverá manter-se até hoje à noite, sendo de admitir que só ficará regularizada depois de uma reunião do pessoal da empresa com o delegado da Junta de Salvação Nacional.



# FERROVIÁRIOS DA "LINHA" NÃO COBRAM BILHETES

**T**AL como ficou decidido numa reunião efectuada no passado dia 14, os ferroviários da Sociedade Estoril continuam a não cobrar bilhetes quer nas estações quer nos comboios em trânsito, não aceitando ainda a expedição de mercadorias até que a empresa concorde em expulsar o director de exploração, eng.º Duarte Manuel de Almeida Belo.

— Este comboio destina-se ao Cais do Sodré. A viagem é grátis. É este um dos avisos que se ouviu nas estações da linha do Estoril desde que se iniciou a greve, às 12 horas do passado dia 15.

Do caderno reivindicativo apresentado à administração, esta recusou-se, até agora, a aceitar apenas um dos pontos precisamente o que diz respeito à expul-

são do eng.º Duarte Belo que, na opinião dos ferroviários, tem manifestado desde sempre «uma extrema dureza nas relações com os trabalhadores e exigências demasiadas no cumprimento das missões dos mesmos, criando entre eles um clima de terror, impossível de sustentar».

Na reunião, a que estiveram presentes cerca de 600 ferroviários, os trabalhos foram orientados pelo conselho directivo provisório da Sociedade Estoril, constituído pelos eng.ºs Carlos Alberto Brasão, Pereira da Fonseca e Orlando Cunha, tendo ainda comparecido o delegado da Junta de Salvação Nacional capitão-tenente eng.º Valente. Este, apesar de ter proposto o afastamento do eng.º Duarte Belo de qualquer função directamente relacionada com o pessoal, continuando entretanto a trabalhar nos serviços técnicos, acabaria por

ver a sua proposta rejeitada pela grande maioria dos ferroviários presentes.

Uma vez que, até agora, os trabalhadores da Sociedade Estoril não foram informados da demissão do eng.º Duarte Belo, continuam a não cobrar bilhetes em todos os comboios, estando no entanto os serviços assegurados e processando-se nos horários normais, para salvaguarda dos interesses do público.

Entretanto, hoje às 21 horas, efectua-se mais uma reunião do pessoal da empresa, no refectório da estação do Cais do Sodré.



Durante a reunião dos trabalhadores da Sociedade Estoril



# NORMALIZADOS OS SERVIÇOS DA SOCIEDADE ESTORIL

DN-18-J  
74

Uma vez estabelecido acordo entre os 600 trabalhadores da empresa e a administração da Sociedade Estoril, nomeadamente no que diz respeito ao afastamento do director da exploração, eng. Duarte Belo, «por motivo da sua extrema dureza nas relações com os trabalhadores e das exigências demasiadas no cumprimento das missões que a estes eram pedidas, criando um clima de terror entre eles, impossível de sustentar», o serviço de venda de bilhetes e cobranças passou a partir das 5.30 de hoje, a normalidade, após 56 horas de paralisação de receitas, imposta pelos trabalhadores.

A decisão foi tomada ontem, às 21 horas, no decurso de breve assembleia geral, que teve a participação de quase todos os trabalhadores da empresa, após o delegado da Junta de Salvação Nacional, capitão-tenente eng. Valente, ter declarado: «A conselho da Junta de Salvação Nacional, a administração acedeu a efectuar o afastamento do eng. Duarte Belo das suas funções.»

«A situação não se podia manter por muitos dias. A economia nacional precisa da vossa ajuda», disse ainda aquele delegado da Junta de Salvação Nacional que agradeceu a colaboração que os trabalhadores lhe tinham dado para a resolução do conflito, declarando, ainda, que as reuniões semanais da direcção da empresa com a respectiva administração passariam a ter a participação de três representantes da classe trabalhadora.

O pagamento de todas as retroacções referentes ao Acordo Colectivo de Trabalho celebrado em 1970 foi, por outro lado, estabelecido como ponto assente, tendo-se gerado, ainda no decurso da assembleia, curta discussão sobre outros assuntos, de carácter particular.

## Foram satisfeitas todas as reivindicações

Como temos noticiado, as reivindicações que os trabalhadores exigiam, que agora acabam de ser totalmente satisfeitas, constavam de uma exposição enviada à administração da empresa, e eram:

**TODAS AS REIVINDICAÇÕES DOS TRABALHADORES FORAM SATISFEITAS**

Afastamento do director-geral, eng. António da Silveira Bual, «por motivo de ineficácia total no exercício da sua função, que contribuiu largamente para o actual descontentamento dos trabalhadores da empresa, e do director da exploração, que ontem se concretizou, medida que, como declaram os trabalhadores na referida exposição, «contribuiria para um eficaz desanuviamento da tensão das relações entre a empresa e os trabalhadores, de modo a evitar perturbações com graves consequências.»

Por outro lado, foi também exigido o afastamento imediato, das funções de Relações Humanas, o secretário-geral da administração, dr. Júlio Garcez de Lencastre, «pela incompetência manifestada na execução deste cargo.»



5-18-57  
**Situação  
normalizada  
na Sociedade  
Estoril**

Por se ter chegado a acordo nas negociações entre os trabalhadores da Sociedade Estoril e a respectiva administração, o serviço de venda de bilhetes e cobranças entrou na normalidade a partir das 5 e 30 de hoje.

O diferendo devia-se ao facto de a administração ter inicialmente recusado satisfazer um pedido no sentido do afastamento de um director de serviço o qual, no consenso dos ferroviários, manifestava sempre «extrema dureza nas relações com os trabalhadores e exigências demasiadas no cumprimento das missões dos mesmos».



**SOCIEDADE ESTORIL:  
REGRESSO  
AO TRABALHO NORMAL**

DL 2015

Os trabalhadores da Sociedade Estoril viram satisfeitas as suas reivindicações, tendo-se normalizado a sua colaboração referente aos serviços da empresa, pois recorda-se que, além de outras medidas, os revisores dos comboios da linha do Estoril, mantiveram-se vários dias sem fazer revisão de bilhetes, embora sem deixar de comparecer ao trabalho.

**SOCIEDADE ESTORIL**

L. 23. 574

Em 14 de Maio, cerca de 600 ferroviários da Sociedade Estoril decidiram não cobrar o preço dos bilhetes aos passageiros, até à expulsão imediata e completa das funções administrativas do director da exploração da empresa. Só no dia 16 voltariam a ser cobrados bilhetes.



## Sogantal

# OPERÁRIAS DA SOGANTAL VENDEM O QUE PRODUZEM

As operárias da empresa Sogantal estão a vender os fatos de treino que produziram, com o objectivo de recuperarem dinheiro de salários que não lhes foram pagos. Num documento intitulado «Porque Vendemos» as operárias expõem as razões que as levaram a tal atitude. «No dia 31 de Maio, afirmam, deveríamos ter recebido o salário correspondente à quinzena de 15 a 31 de Maio. Esse salário não nos foi pago pela empresa Sogantal, filha de uma fábrica francesa de nome Lament. Como se torna evidente, o dinheiro que não pagaram faz-nos falta. Os nossos salários são miseráveis. Basta dizer que, com o aumento para 3300 escudos, o máximo que alguma de nós ganhará nesta quinzena é de 1200 escudos. Portanto, sem este dinheiro vimo-nos condenados a passar fome. No dia 5 de Junho comunicámos aos nossos patrões que esperaríamos o pagamento até 12 de Junho às 12 horas».

E mais adiante: «Embora a lei esteja do nosso lado, quanto ao pagamento dos salários, não podemos esperar pelo Tribunal de Contas». Face a esta situação concluíram que deveriam vender directamente os fatos de treino que produzem informando que a venda se efectuará apenas até à obtenção do dinheiro suficiente para o pagamento. A venda começou hoje na Av. D. Carlos I n.º 146, 1.º Dt.º em Lisboa e prosseguirá na próxima segunda-feira às 9 horas nos seguintes locais: Av. Almirante Reis, 77 1.º, Feira da

Ladra, Rossio, Estação Sul e Sueste.

Acrescente-se que, depois de se ter quase esgotado o prazo dado pelas operárias, o Sindicato das Costureiras foi informado no dia 11 de que estava convocada uma reunião nesse mesmo dia no Ministério do Trabalho com representantes dos trabalhadores e da empresa para solução do conflito. A reunião realizou-se efectivamente mas sem a presença de representantes da empresa, tendo sido afirmado pelos representantes do Ministério que a empresa pagaria os salários em atraso e se comprometia a apresentar até ao dia 15 de Julho um estudo de reestruturação. Pelo telefone do Ministério, as delegadas das operárias telefonaram para a gerência da firma, donde lhes foi respondido que se iria telefonar para França. No entanto, as operárias da fábrica não acreditaram na boa-fé da administração, uma vez que se tinha passado uma semana sem que lhe tivesse sido dada qualquer resposta clara. Por isso, terminado o prazo, começaram a retirar das armazéns 210 fatos que hoje serão vendidos.

A produção média desta fábrica era de cerca de 800 fatos por dia, os quais eram na quase totalidade transferidos pela empresa-mãe, a preços competitivos graças à mão-de-obra-barrata portuguesa. Foi perante a exigência de um aumento salarial que a empresa francesa decidiu encerrar as portas, o que as operárias pretendem evitar, ocupando as instalações para

não permitirem a saída dos fatos já feitos, das máquinas e da matéria-prima existente que ainda deve dar cerca de três mil fatos. Mantém-se o abaixamento de ritmo de produção decidido pelas operárias, embora o trabalho continue a ser de 45 horas por semana.

As operárias têm tido o apoio do Sindicato das Costureiras que agrupa 17 mil sócias de 2600 empresas. Em reuniões a realizar no dia 16 no Barreiro e em Tomar e no dia 23 em Lisboa, vai ser debatida a fusão com o Sindicato dos Têxteis e Lanifícios.



## As operárias da Sogantal pedem à população que apoie a sua luta

DL  
15/6/74

.. Como já aqui foi noticiado em reportagem, as operárias-costureiras da Sogantal, no Montijo, face ao encerramento da fábrica — agora por elas ocupada — e ao não pagamento do ordenado correspondente à quinzena de 15 a 31 de Maio, a que têm direito, decidiram vender os «stocks» que têm armazenados. Estes são constituídos por fatos de treino, cujo tecido, vindo de França — a Sogantal é uma ramificação de uma empresa desse país, a Lamont — é costurado em Portugal.

As razões das medidas tomadas pelas 48 operárias fo-

ram já divulgadas através de um comunicado por elas distribuído à população. Um outro foi agora elaborado, explicando porque decidiram começar a venda dos fatos de treino que produziam. Afirma-se aí:

.. «Como se torna evidente, o dinheiro que não nos pagaram faz-nos falta. Os nossos salários são miseráveis. Basta dizer que com o aumento para 3300\$00 o máximo que alguma de nós ganhará nesta quinzena é de 1200\$00. Portanto, *sem este dinheiro vimo-nos condenadas a passar fome.*

No dia 5 de Junho comunicámos aos nossos patrões que

esperaríamos o pagamento até 12 de Junho às 12 horas.

Seguidamente ver-nos-emos forçadas a vender directamente o que produzimos, ou seja fatos de treino.

Embora a lei esteja do nosso lado, quanto ao pagamento dos salários, *não podemos* esperar pelo Tribunal de Contas.

Infelizmente, não conseguimos deixar de comer durante vários dias, e assim não podemos esperar mais tempo.

Venderemos os fatos apenas até termos conseguido o dinheiro suficiente para o pagamento. Evidentemente, depois, a empresa já não nos terá de pagar os salários atrasados.

Nós não somos ladras; simplesmente precisamos de nos sustentar e aos nossos filhos.

Esperamos que a população nos compreenda e apoie.»



## Sogás

### Na Sogás Produtos

8N 22.5.74  
Os trabalhadores da Sogás Produtos, S. A. R. L., através de uma comissão de delegados, democraticamente eleita, apresentaram á sua administração as reivindicações que neste momento se impunham, a saber: actualização, em face do aumento do custo de vida, dos ordenados de todo o pessoal fabril, transportes, caixeiros e de limpeza e ainda dos terceiros-escriturários, aspirantes e paquetes; cumprimento integral do C. C. T., relativo aos empregados de escritório, o qual não estava a ser cumprido no que diz respeito á cláusula de diuturnidades; reabertura do refeitório e, até que o seu funcionamento se verifique, será atribuído um subsídio diário de 30\$00; comparticipação nos lucros da empresa.

As negociações decorreram rapidamente e processaram-se sempre com a maior correcção e elegancia.

Os empregados de escritório com categorias superiores a terceiros-escriturários renunciaram, previamente, a qualquer aumento de ordenado, desde que todas as reivindicações apresentadas fossem satisfeitas, o que veio a verificar-se na quase totalidade. Apenas o ponto 4 continua a ser estudado, esperando-se uma solução a muito curto prazo.

De referir ainda que em nenhum momento se verificou qualquer interrupção na laboração normal da fábrica, já que: os trabalhadores da empresa tiveram sempre presentes os apelos da Junta de Salvação Nacional, no sentido de não se verificarem interrupções no trabalho, que, neste momento, só poderiam favorecer a reacção; no caso específico da empresa, tal interrupção poderia acarretar graves implicações para o normal funcionamento dos hospitais (falta de gases medicinais) e afectar a laboração de industrias-base para a economia nacional.



## Sogás Produtos

C-23.5.74

Os trabalhadores da Sogás Produtos, S. A. R. L., depois de terem apresentado as suas reivindicações à administração, entraram em negociações e conseguiram que aquelas fossem satisfeitas na sua quase totalidade. Obtiveram a actualização de ordenados de todo o pessoal fabril, de transportes, caixeiros e de limpeza e ainda dos terceiros escriturários, aspirantes e paquetes. Os empregados de escritório com categorias superiores a terceiros escriturários renunciaram previamente a qualquer aumento de ordenado desde que todas as reivindicações apresentadas fossem satisfeitas. Obtiveram ainda: cumprimento integral do C. C. T. relativo aos empregados de escritório que não estava a ser cumprido no que diz respeito às diuturnidades; a reabertura do refeitório e a partir de 1/6/974 e até que o seu funcionamento se verifique, será atribuído um subsídio diário de 30 escudos. Foi reivindicado um quarto ponto, no qual pedem comparticipação nos lucros da empresa, este continua em estudo.



DP. 24.1.24  
● Sogás Produtos, S. A.  
R. L.: Uma comissão de delegados, eleita democraticamente, apresentou à administração da empresa as reivindicações dos trabalhadores, traduzidas na actualização salarial, cumprimento integral do contrato colectivo de trabalho (incluindo as diuturnidades), reabertura do refeitório substituível por subsídio diário de alimentação no valor de 30\$00 e comparticipação nos lucros da empresa.

Todas as reivindicações foram satisfeitas, excepto a última, que continua em estudo. Entretanto, os empregados mais categorizados renunciaram, previamente, a qualquer aumento de ordenado, desde que todas as reivindicações apresentadas fossem satisfeitas.



## Soponata

# A PARALISAÇÃO DE TRABALHADORES NA SOPONATA PÕE EM RISCO O ABASTECIMENTO DE PETRÓLEO

DN  
23.5.44

Todos os funcionários da Soponata, empresa proprietária dos únicos navios-tanques que transportam petróleo para Portugal, encontram-se em greve desde as 12 horas de ontem. Esta atitude, que vem pôr em grave risco o abastecimento de energia ao País, só foi assumida, em consequência de se terem esgotado todos os meios ao alcance dos empregados, para que as suas reivindicações fossem satisfeitas.

A questão entre o conselho de gerência e os trabalhadores começou, quando estes últimos, reunidos em assembleia geral, no passado dia 8, apresentaram um caderno reivindicativo, no qual constavam os seguintes pontos: salário mínimo mensal de esc. 6000\$00; horário máximo de 40 horas semanais, em cinco dias, para todos os trabalhadores; mínimo de 30 dias de férias anuais, e subsídio de férias correspondente a um mês de vencimento; demissão imediata do Delegado do ex-Governo; nomeação de um delegado da Junta de Salvação Nacional; retirada imediata do quadro do ex-presidente da República existente na sala de reuniões da Assembleia Geral.

A gerência recusou satisfazer esta proposta, no que se referia a salários pelo que, foi convocada para dia 15, nova reunião de trabalhadores, já com comissões eleitas e que foram reconhecidas pelo Ministério do Trabalho, na presença do presidente do conselho de gerência, sr. Rui Seisal.

Por decisão desta assembleia foram reforçadas as reivindicações anteriormente pedidas e acrescentados mais alguns pontos, em especial por parte do pessoal do mar.

A gerência voltou a não aceitar a quantia de 6000\$00 como salário mínimo, nem atendeu outras propostas, e apresentou, por sua vez, uma contraproposta, em que sugeria o seguinte esquema, quanto aos ordena-

dos: salário mínimo, 4300\$00 ou na proporção do tempo de trabalho, salários até 5000\$00 mais 2000\$00, salários de 5 a 15 000\$00 mais 1500\$00; salários superiores a 15 000\$ mais 1000\$00.

Perante a posição da gerência, tornou a reunir-se, anteontem, nova assembleia geral de trabalhadores, que deliberou aprovar o seguinte:

Entrar na situação de paralisação total do trabalho se até às 12 horas de ontem não fossem satisfeitas as reivindicações, no que se refere à actualização de vencimentos, com base nas percentagens aprovadas pelos trabalhadores nas reuniões anteriores.

Foi também aprovado ser dado conhecimento ao Governo da decisão tomada pela Assembleia assim como à gerência da empresa, antes de se entrar na situação prevista.

Assim, os serviços pararam na sede e na ponte-cais de Cabo Ruivo. Os treze tripulantes dos navios tanques da empresa enviaram telegramas de bordo solidarizando-se com os seus camaradas de terra.

Quatro embarcações, porém, encontram-se em situação especial, pelo que prosseguirão na sua faina. O «Fogo» partirá com combustível, que se destina às Forças Armadas de Angola; o «Inago» aportará a S. Vicente para deixar um morto que traz a bordo; o «Cercal» também atracará, pois tem um tripulante doente, e o «Marão» que se encontrava a descarregar no porto de Leixões, terminará, por questões de segurança o seu trabalho e tomará lastro, mantendo-se, depois, ao largo.

Os restantes navios prosseguirão as suas rotas, mas não efectuarão cargas ou descargas.

Entretanto, na Soponata, decorrem reuniões entre as comissões dos trabalhadores e o conselho de gerência, desconhecendo-se ainda os resultados das conversações.



**SOPONATA:**

# **AO FIM DE SEIS HORAS A GREVE TERMINOU COM VITÓRIA PARA OS TRABALHADORES**

DA. 24.5.74

A greve da Soponata não durou mais de seis horas, pois, tendo começado ontem pelo meio-dia, terminava cerca das 18 horas, com o que foi considerado uma grande vitória, pelos próprios trabalhadores.

Efectivamente, o salário mínimo que era de 1050\$00 passou para 6000\$00, excepto para os trabalhadores das secções de jardinagem, refeitório e limpeza, (5000\$). Entretanto, antes mesmo da greve ter sido declarada, já a empresa aceitara as seguintes reivindicações dos trabalhadores: horário máximo de 40 horas semanais, em cinco dias, para todos os trabalhadores; e mínimo de 30 dias de férias anuais com subsídio.

Quanto aos problemas relativos a reformas, pensões e gratificações ficou encarregado um grupo de trabalho de elaborar um novo caderno reivindicativo, tendo-se assentado, porém, que tudo aquilo que vier a ser obtido terá efeitos retroactivos a partir de 1 do corrente. Quanto à actualização semestral dos vencimentos de acordo com o índice de preços, decidiram os trabalhadores coordenar as suas reivindicações com as do Sindicato.

A greve, que envolveu todo o pessoal da Soponata, inclusive o embarcado nos navios da companhia, terminou por decisão unânime dos trabalhadores, para o efeito reunidos em assembleia magna.



## GREVE NA SOPONATA

DL 2415

Por não terem visto satisfeitas as suas reivindicações, os trabalhadores da Soponata encontraram-se em greve desde as 12 horas de ontem. A «Soponata» é a única empresa portuguesa dedicada ao transporte de petróleo.

## Soponata c. 27.1.74

Os trabalhadores da Soponata, depois de intensas negociações com a administração e de um dia de greve, conseguiram que lhes fossem concedidas as duas reivindicações que não tinham ainda sido aceites: a actualização das reformas e pensões a estudar pela comissão e que terá efeitos retroactivos a partir de 1 de Maio, e o salário mínimo de 5000\$00 para o pessoal do jardim, limpeza e cozinha e de 6000\$00 para o restante.



## Sorefame

### UM ADMINISTRADOR DA SOREFAME DEMITIU-SE POR EXIGÊNCIAS DO PESSOAL

2-18-5-74

A comissão provisória dos trabalhadores da Sorefame exigiu à administração da empresa a demissão ou justificação, numa assembleia geral de trabalhadores, do eng.º Adelino José Rodrigues Soares de Melo, presidente do conselho de administração. Tal reivindicação foi motivada pelo conhecimento de um cartão, enviado por este administrador ao ex-ministro da Economia, dr. Cotta Dias, em que eram emitidas opiniões lesivas da dignidade do trabalhador.

Tais opiniões, produzidas em tom chocarreiro, mostravam como a empresa tinha conseguido, dizia o cartão, «**uma derrota em toda a linha**» dos trabalhadores, fazendo com que voltassem ao trabalho sem «**levarem um tostão de aumento em relação ao que tinha sido decidido**» anteriormente. A estratégia patronal, que conseguiu «**apanhar de surpresa o partido comunista ortodoxo**» foi contada ao dr. Cotta Dias «**para seu divertimento pessoal**».

O administrador pediu a sua demissão.

**SOREFAME** 5-18-5-74  
Dado o manifesto clima de descontentamento que reinava entre os trabalhadores e o conhecimento de um cartão dirigido pelo eng. Adelino José Rodrigues Soares de Melo, presidente do conselho de administração ao ex-ministro da Economia, dr. Cotta Dias, no qual emitia opiniões contra a dignidade dos trabalhadores, levou estes, através da sua comissão provisória, a exigir a sua demissão ou justificar-se numa assembleia geral de trabalhadores que se reuniria nessa mesma data. Caso não tomasse qualquer destas decisões seria o causador de uma greve que, na actual conjuntura, seria bastante prejudicial à empresa e à economia nacional. O eng. Soares de Melo optou pelo pedido de demissão, entregando os poderes aos restantes membros do conselho de administração. A comissão dos trabalhadores solicitou, então, ao conselho que fosse empossado do cargo de presidente interino o eng. Eduardo Abranches de Magalhães, que há longos anos trabalha na firma, acto que foi unanimemente ratificado pela assembleia geral dos trabalhadores.



## TAP-Transportes Aéreos Portugueses

# Os trabalhadores demitiram a administração dos TAP

Pressionados pela força dos trabalhadores, demitiram-se, ontem à tarde, os administradores dos Transportes Aéreos Portugueses. Os empregados dos TAP decidiram organizar, nesse dia, uma manifestação junto aos escritórios da companhia que teve como palavra de ordem a demissão imediata da Ad-

ministração.

No local, compareceu um major da Força Aérea que informou os trabalhadores de que a Administração dos TAP havia comunicado à Junta de Salvação Nacional, a sua demissão, prometendo que a situação dos empregados seria revista até segunda-feira próxima.



# Os trabalhadores da TAP nomearam três elementos para o conselho de administração

5-6-74  
74

Foram eleitos os três representantes dos trabalhadores da TAP que, juntamente com três elementos a designar pela Junta de Salvação Nacional, irão exercer as funções de administradores daquela empresa.

A assembleia decorreu no Coliseu dos Recreios e presidiram a os trabalhos, os elementos que formam a Comissão Sindical.

Iniciados os trabalhos, leu-se o documento entregue pela Comissão Sindical à Junta de Salvação Nacional, em que se diz:

«Os trabalhadores da TAP exigem que a Junta de Salvação Nacional determine: destituição imediata do conselho de administração da TAP; a sua substituição provisória por um conjunto de seis elementos, três nomeados pela J.S.N. e três eleitos pela assembleia geral dos trabalhadores da empresa, que se ocuparão, paritariamente, dos sectores: administração, financeiro e comercial, manutenção e operações; saneamento imediato dos quadros de chefia impostos pela actual administração, mediante decisão da assembleia geral dos trabalhadores da empresa; estabelecimento imediato do princípio da nomeação para cargos de chefia, por processo eleitoral dos trabalhadores directamente envolvidos por essa chefia; o início da estruturação de todo um processo cuja meta final será o sistema de autogestão; readmissão imediata de todos os trabalhadores da TAP, despedidos sem justa causa; investigação completa sobre os acontecimentos ocorridos nas ins-

talações da TAP em Julho de 1973, com vista a um detalhado apuramento de responsabilidades e eliminação imediata do policiamento empresarial que actua na TAP com a sigla «Custódia».

A leitura do documento provocou aplausos da assistência, que concordou em inteiro com o exposto. A assistência foi esclarecida do acolhimento que as pretensões tiveram por parte da Junta de Salvação Nacional que pediu, apenas, que a palavra «exigem» fosse substituída por «requerem».

Terminada a leitura e as explicações, entrou-se na ordem de trabalhos, que era a nomeação dos três elementos que trabalharão como administradores da empresa. Antes falaram vários trabalhadores. Depois, foram lidas as propostas com indicação de nomes: alguns nomes eram recebidos com assobios, outros eram festejados com palmas.

A proposta número dois indicava: Carlos Augusto das Neves Alves, José Manuel Pereira Bandedeira Duarte Soares e José Nunes Lourenço.

A mesa continuou a ler outras listas e, quando já se tinha passado o número de dez, ainda que algumas recusadas por não reunirem as condições estabelecidas, apareceu um requerimento a sugerir que a votação fosse

feita por «levantados e sentados», propondo para os cargos, na impossibilidade de uma melhor escolha, três elementos sindicais e que são os constantes da proposta número dois. Posta em votação, a proposta foi aprovada por maioria.

Reclamou a assistência dizendo que a votação tinha de ser feita por nomes individualmente e não em conjunto. Na mesa surgiu uma moção, segundo a qual os trabalhadores presentes estariam plenamente esclarecidos, propondo, para os cargos de administradores, os três elementos constantes da lista número dois. A moção foi aprovada por maioria.

Finda a votação foi lida a correspondência que, entretanto, chegara à mesa.



# PESSOAL DA TAP ELEGE REPRESENTANTES NA ADMINISTRAÇÃO

8.5.74

**O**s trabalhadores dos Transportes Aéreos Portugueses, reunidos ontem em assembleia geral no Coliseu dos Recreios, elegeram os três representantes que, juntamente com igual número de delegados da Junta de Salvação Nacional, constituirão o novo conselho de administração da empresa. A escolha dos trabalhadores da TAP recaiu em Carlos Augusto das Neves Alves, dos Serviços de Manutenção; José Manuel Freire Bandeira Duarte Soares, dos Serviços de Voo, e José Nunes Lourenço, do Serviço de Finanças, todos ex-dirigentes sindicais.

Na reunião de ontem, a que assistiram largas centenas de empregados dos diversos sectores da companhia, José Nunes Lourenço que inicialmente orientou os trabalhos, referiu-se aos contactos estabele-

cidos com a Junta de Salvação Nacional, fazendo a descrição cronológica dos mesmos até à entrega de um documento elaborado pela comissão intersindical de que faz parte, contendo as reivindicações dos trabalhadores da empresa, nomeadamente a substituição imediata do con-

selho de administração da companhia e a sua substituição por um conjunto de seis elementos, três nomeados pela J.S.N. e três eleitos pela assembleia geral dos trabalhadores e que se ocuparão paritariamente dos sectores administrativo, financeiro e comercial; manutenção e operações.

Para além destas pretensões, cuja concretização estava na base da reunião, os trabalhadores da TAP desejam ainda o saneamento imediato dos quadros de chefia impostos pela actual administração,

mediante decisão da assembleia geral de trabalhadores, o estabelecimento imediato do princípio de nomeação para cargos de chefia, por processo eleitoral dos trabalhadores directamente envolvidos por essa chefia; o início de estruturação de todo um processo, cuja meta final será a readmissão imediata de todos os trabalhadores da TAP despedidos sem justa causa; a investigação completa sobre os acontecimentos ocorridos nas instalações da TAP em Julho de 1973, com vista a um detalhado apuramento

de responsabilidades e a eliminação imediata do policiamento empresarial que actua dentro da TAP sob a signa «custódia».

No período de eleição foram apresentadas onze propostas. Contudo, a apresentação de uma moção prioritária com a indicação dos três nomes que seriam eleitos, viria a ser votada e aprovada por grande maioria. Hoje, a comissão intersindical de conhecimento à Junta de Salvação Nacional da escolha feita pelos trabalhadores dos Transportes Aéreos Portugueses.

## OS NOVOS ADMINISTRADORES DA TAP ENTRAM HOJE EM FUNÇÕES

J.N. 8.5.74

A comissão administrativa que substitui o conselho de administração da TAP será, esta manhã, apresentada ao pessoal.

Preside a esta comissão o coronel Moura Pinto, sendo a mesma formada pelos tenentes-coronéis Afonso Norton Hugo Damásio e Almeida Reis, comandantes de voo da companhia, que se encontravam na reserva; e, ainda, os delegados dos sindicatos, comandante Duarte Soares, piloto da TAP, e Nunes Lourenço e Carlos Alves, estes dois em representação dos serviços de manutenção e administrativos.



# Delegado da TAP em Paris desmente acusações do pessoal

**R**ELATIVAMENTE à notícia que ontem publicámos, com reprodução do texto do telegrama enviado à Junta de Salvação Nacional pelo pessoal da delegação da TAP em Paris, onde se apontava a cobertura que estaria a ser feita, naqueles serviços, a acções fraudulentas de ex-inspectores e ex-agentes da PIDE, recebemos de Mário Medeiros, delegado daquela companhia na capital francesa, um pedido de desmentido às acusações formuladas pelos seus subordinados, as quais, segundo nos comunica, «não correspondem à realidade, conforme já foi declarado à Junta de Salvação Nacional e à administração da TAP».

## Comissão administrativa da TAP já funciona C.9-j-14

**—**OS trabalhadores da TAP estão a dar um extraordinário exemplo de disciplina e tudo corre normalmente.

Não há ainda um programa definido. Presentemente estamos a inteirar-nos dos problemas que porventura possam existir — disse o coronel Moura Pinto, delegado da Junta de Salvação Nacional na companhia que preside à nova comissão administrativa eleita pelos trabalhadores da TAP.

A demissão do antigo conselho de administração da TAP tinha sido exigida pelos trabalhadores da empresa. No entanto, o processo foi relativamente lento devido à posição assumida pelos ex-administradores que declararam que só abandonariam os seus cargos por determinação da Junta de Salvação Nacional, fac-

to que se veio a concretizar anteontem.

Ontem, procedeu-se ao acto de transmissão, tendo os novos dirigentes da companhia sido saudados por muitas centenas de empregados de todos os sectores.

A comissão administrativa é constituída pelo coronel Moura Pinto, representante da Junta de Salvação Nacional; pelos tenentes-coronéis Afonso Norton, Hugo Damásio e Almeida Reis, todos eles pilotos da TAP e aviadores da Força Aérea, que se encontravam na reserva, e ainda como delegados sindicais, o comandante Duarte Soares, piloto da companhia; Nuno Lourenço e Carlos Alves, representando respectivamente os sectores de voo, e manutenção e administrativos. Alha

no aeroporto. A reunião...



embora devesse constituir

# UNIDADE COM DIFICULDADE PARA PESSOAL DA TAP

*C-17-5-70*  
**D**OIS grupos de intenções totalmente opostas, uma mesa sem conseguir ter mão nos participantes, discussões em grupos, caracterizaram a assembleia do sector TAP, um dos sete grupos que constituem o Sindicato da Marinha Mercante, Aeronavegação e Pescas, realizada no pavilhão do grupo desportivo daquela companhia, no aeroporto. A reunião tinha como finalidade a eleição de quatro funcionários que, juntamente com mais quatro de cada um dos outros seis sectores, num total de 28, discutirão e decidirão dos sete efectivos e sete suplentes que constituirão a comissão directiva provisória do sindicato. A ratificação desta decisão será efectuada numa reunião magna, a realizar, na próxima terça-feira, no Coliseu dos Recreios.

## Problemas

**A**PENAS uma lista foi apresentada para as eleições, o que, à primeira vista, deixava perceber um certo acordo entre os trabalhadores da TAP. Puro engano. Ainda mal a mesa tinha sido constituída quando foi apresentada uma moção assinada por pessoal do núcleo de aviação comercial, na qual, por se considerar que os prazos de convocação daquela assembleia não tinham respeitado o que os estatutos estabelecem, ela teria de ser pura e simplesmente adiada, para que os elementos que compõem o núcleo, alguns deles avisados da realização da reunião já muito perto do seu início, tivessem tempo de apresentar a sua lista. Nesta ocasião começou a definir-se a

animosidade entre os dois grupos, um deles constituído por pessoal da escala de Lisboa, que apresentou a lista única e, portanto, pretendia a realização da assembleia e consequente votação, e outro composto por elementos dos outros núcleos de trabalhadores da TAP, que apoiavam a moção apresentada. O desacordo atingiu o auge quando a mesa propôs a votação da proposta. Os dois grupos em disputa, com constituição numérica bastante aproximada, lançando «slogans» de desaprovação um ao outro, deixaram logo prever que qualquer entendimento seria difícil de conseguir-se.

— A animosidade do pessoal da escala de Lisboa nasceu de um certo ostracismo a que tem sido votado pelos restantes trabalhadores. Ainda recentemente aquele grupo foi ignorado num manifesto publicado pelo sector TAP — revelou-nos um trabalhador.

Uma voz, através de megafone, acalmou a efervescência: — Vamos à votação! Quem concorda com a moção vá para a esquerda do pavilhão; quem não concorda passe para a direita.

Na impossibilidade de conseguir fazer uma contagem rigorosa, a mesa optou por dar por terminada a sua missão.

## Soluções

**D**URANTE a assembleia, o presidente do sindicato a que pertence o sector TAP fez questão de vincar o

motivo da urgência das eleições:

— Dado o movimento político que se verifica, os sindicatos desenvolvem uma actividade intensa, que é necessário acompanhar. É portanto neces-

sário que a TAP nomeie os seus delegados para que tudo possa ficar já resolvido na assembleia magna de terça-feira e a comissão directiva provisória possa começar a trabalhar. O argumento pareceu não demover qualquer dos grupos mas, após mais de uma hora de debates, o representante da escala de Lisboa, Joaquim Gasalho, propôs a aceitação do adiamento da eleição para segunda-feira, no que foi secundado por um camarada que apelou para a unidade de todo o pessoal da TAP em moldes que conseguiram convencer mesmo os mais renitentes que, no entanto, ainda levantaram algumas vozes de protesto.

— Organizemos pois uma lista mista, com dois representantes do pessoal de escala e outros dois do pessoal administrativo. Só dessa maneira se conseguirá a união de todo o pessoal da TAP — concluiu Joaquim Gasalho.



# PESSOAL DOS TAP ESTEVE SEMPRE UNIDO

EM relação a uma reportagem publicada no nosso jornal sob o título «Unidade com dificuldade para o pessoal da TAP», recebemos de vários funcionários daquela companhia alguns esclarecimentos sobre impressões nela contidas. Assim, a tal unidade que se conseguiu com dificuldade e que se limita apenas a um sector sindical da TAP. Com efeito, o pessoal da empresa encontra-se distribuído por dezasseis sindicatos e a reunião em causa pertenceu apenas a funcionários inscritos num deles. Aliás, os nossos informadores firmaram-nos que a união entre o pessoal da TAP no que diz respeito aos assuntos essenciais da companhia não está em causa, principalmente desde a ocasião em que o esforço de todos conseguiu fazer incluir três elementos na administração. A discórdia verificou-se apenas à escala sindical.

Uma funcionária da escala de Lisboa nega absolutamente que alguma vez aquele sector tenha sido votado ao ostracismo pelos restantes. O que acontece é que o pessoal daquele serviço por norma se afastava de quaisquer reuniões que envolvessem assuntos profissionais, sobretudo antes do 5 de Abril. Todos os funcionários da companhia que nos esclareceram afirmaram convictamente existirem manobras demagógicas, «como aliás noutros sectores profissionais» de elementos agitadores, e não só, que procuram, através de atitudes reaccionárias, dissolver o bom ambiente que se vem registando.



**ESCALAS DA TAP** 5.21.5.74 «Acima  
dos interesses de grupos de tra-  
balho estão os interesses de um  
sindicato livre, os interesses da  
classe trabalhadora». Foi com  
esta frase que, ontem, à noite,  
se conseguiu acabar com os pro-  
blemas que se levantavam para  
eleição de um representante dos  
trabalhadores de «escala» da  
TAP, para a comissão directiva  
do Sindicato que, hoje, presidirá  
a uma reunião geral no Pavi-  
lhão dos Desportos.

Os problemas surgiram na  
quinta-feira, durante uma reu-  
nião convocada para a eleição  
dos dois representantes dos tra-  
balhadores da TAP no Sindicato  
Nacional dos Serviços Adminis-  
trativos da Marinha Mercante,  
Navegação e Pesca. Nessa reu-  
nião, problemas vários não per-  
mitiram a eleição. De acordo  
com o sucedido e para evitar a  
realização de uma reunião, em  
que os trabalhadores da TAP  
não estivessem representados, o  
sector «escala» («check-in»,  
«load contrôle», informações,  
«lost and found», placa e бага-  
geiros), resolveu eleger um ele-  
mento que os represente.



## Tecnitur

**Vendedores da Tecnitur de Lisboa**  
 30W  
 127

Dos vendedores da Tecnitur de Lisboa recebemos um comunicado, segundo o qual se afirma que aqueles se encontram em greve, «por repudiarem a atitude da sua administração ao despedi-los colectivamente. Não aceitando o despedimento porque o consideram sem justa causa, já solicitaram também a intervenção das entidades competentes», conclui o referido documento.

## Tecnivega

**Decretada a greve pelo pessoal da Tecnivega**  
 20.24.5.74

Coradas as conversações, iniciadas há uma semana, com a entidade patronal, os trabalhadores da Tecnivega — Equipamento Caloríferos, Lda., instalada no Prior Velho (Sacavém) decidiram, ontem, às 11 horas, entrar em greve total, com ocupação das instalações por piquetes do pessoal.

Entre as reivindicações apresentadas pelos trabalhadores (cujo porta-voz nos declarou não pretenderem exigir o que estivesse para além das possibilidades económicas da empresa motivo por que não impuseram ordenado mínimo), salienta-se um aumento geral de 1500\$00, décimo-terceiro mês, um mês de férias e subsídio correspondente a 45 dias, assim como 40 horas de trabalho semanais.

A decisão da greve foi, ontem mesmo, comunicada no Ministério do Trabalho, continuando os trabalhadores a aguardar da empresa a satisfação das suas reivindicações.



# Timex

Estamos na TIMEX. Na recepção por cima da porta lê-se: «Saída de emergência 21». Ao lado descobriam-se restos de jornais que tinham coberto a placa onde se assinalava a presença do ex-presidente Américo Tomás na inauguração daquele complexo industrial. A greve dos 202 trabalhadores da empresa tinha terminado havia apenas dois dias. Com o cessar da greve, mãos anónimas apressaram-se a descerrar novamente aquela placa. Américo Tomás reentrava assim pela «saída de emergência 21».

Os trabalhadores da TIMEX não esperaram pelo 25 de Abril para iniciarem o seu processo de luta. De facto, já em Novembro do ano passado, se tinha assistido a uma clara movimentação da classe contra um aumento irrisório de salários, o que originou o despedimento de várias operárias. Em Fevereiro deste ano (dias 7 e 8) desencadeia-se uma greve total, à qual só não aderiram os serviços administrativos e muitos chefes de secção. A empresa instalada em Portugal desde Outubro de 1970, impõe ritmos de trabalho insuportáveis, e salários que exprimem claramente a tão propalada barateza de mão-de-obra nacional: — 1.300\$00, 1.800\$00 e recentemente 2.000\$00 de salário mínimo para quem iniciasse a actividade. Cerca de 80 por cento do pessoal é feminino, na sua «maioria com idades compreendidas entre os 15 e 19 anos, trabalhando durante 9 horas sentadas em cadeiras de madeira, debaixo de luz fluorescente», utilizando microscópios e lupas, sob ar condicionado com baixa percentagem de humidade. O trabalho a prémio, aliado aos elevados índices de produção, explicam o esgotamento dos operários, e os desmaios que, por vezes, se verificam em plena laboração. Deslocações da coluna vertebral, nevroses, e problemas visuais são alguns dos aspectos que assumem as doenças profissionais provocadas por estas condições de trabalho.

E contra este estado de coisas, tão da simpatia do imperialismo americano (a TIMEX é propriedade de capitais americanos), que os trabalhadores se manifestam em massa a partir de 9 de Maio último. O primeiro objectivo foi o saneamento.

## SÓ A GREVE CONQUISTOU O SANEAMENTO

Naquela data a Comissão dos

Trabalhadores, eleita democraticamente em reunião geral, apresentou à administração um caderno reivindicativo para o saneamento da empresa, e com certas reivindicações de carácter socio-económico. A entidade patronal, representada por dois administradores escoceses, foi concedido um período de dois dias para formular uma resposta. Que não surgiu. A ausência

de qualquer decisão motivou a greve total. Três dias de paralisação da produção, e a correspondente ocupação das instalações fabris ditou praticamente o desejado afastamento dos elementos referidos na proposta apresentada. Um elemento das Forças Armadas compareceu na altura na TIMEX propondo como forma de solução que os visados pelo saneamento (chefe de pessoal. Assistente-director da administração, chefe de produção, assistente técnico da administração, assistente do director do controlo de qualidade, e a economata da cantina) fossem demitidas das suas funções e posteriormente sujeitos a inquérito. Assim sucedeu após o que se verificou o imediato regresso ao trabalho. Enquanto isso se observava, a Comissão dos Trabalhadores procedia à elaboração de uma proposta circunstanciada sobre reivindicações económicas e sociais. A 22 de Maio é entregue à administração um caderno reivindicativo de 23 pontos, para entrar em vigor a partir do dia 27 do corrente mês.

## A ADMINISTRAÇÃO NÃO RESPONDEU

Grande parte do pessoal de chefia é masculino. Quando a empresa inicia a laboração existe já pessoal superior que fora recrutado entre outras firmas norte-americanas instaladas no País. São elementos da Comissão dos Trabalhadores que nos informam:

— Só há seis monitoras, que desempenham o papel de supervisores na ausência destes. Às vezes exercem funções praticamente idênticas que não justificam as diferenças de vencimento. É o caso da montagem final, onde há três monitores e um supervisor. Repare que o Revisor ganha de sete a nove contos, e elas 4.100\$00. As operações de produção fazem a montagem dos relógios. De entrada ganhavam 2.000\$00, podendo ser ao fim do treino de dois meses aumentadas para 2.500\$00 se dessem a produção prevista.

— So na seis monitoras, que desempenham o papel de supervisores na ausência destes. Às vezes exercem funções praticamente idênticas que não justificam as diferenças de vencimento. É o caso da montagem final, onde há três monitores e um supervisor. Repare que o Revisor ganha de sete a nove contos, e elas 4.100\$00. As operações de produção fazem a montagem dos relógios. De entrada ganhavam 2.000\$00, podendo ser ao fim do treino de dois meses aumentadas para 2.500\$00 se dessem a produção prevista.

Os índices de produção foram determinados pelos senhores americanos, não tendo tido os trabalhadores qualquer participação na sua elaboração. E através da informação dada pelo chefe de secção ao departamento de treino no final dos dois meses que a novata fica ou não a ganhar os 2.500\$00.

— O índice de produção exigido é elevado — diz-nos outro elemento daquela Comissão, que prossegue:

— Algumas não conseguem dar essa produção, e são despedidas. Muitas moças nem vão ao pequeno-almoço para poderem atingir o rendimento exigido.

Trabalhando 45 horas semanais o pessoal dispõe de 15 mi-



ntos para o pequeno-almoço, 45 minutos para o almoço, e 10 para a merenda. A entrada era às 8 horas e a saída às 17 e 45. Isto antes de 24 de Junho, que a situação agora é um tanto diversa.

Do caderno reivindicativo salientamos quatro pontos fundamentais: 1) limite máximo de 40 (quarenta) horas de trabalho semanal para todos os trabalha-

dores da TIMEX de segunda a sexta-feira; 2) abolição imediata e definitiva de qualquer modalidade de trabalho a prémio; 3) exames médicos rigorosos de 6 em 6 meses para todos os operadores e operadoras, independentemente de outras acções médicas; 4) salário mínimo de 5.000\$00 para aprendizes e operadores até seis meses de casa, e de 6.000\$00 daí em diante.

Sintomático: uma das reivindicações defendia que os vencimentos deixassem de ser confi-

denciais, sugestão que não foi totalmente aceite.

As manobras da administração assumiram fundamentalmente dois aspectos; protelar as negociações e dividir os trabalhadores. De facto, quando em 27 de Maio a Comissão representativa dos Trabalhadores se lhe dirige para receber a resposta às suas reivindicações, a administração considera já tê-la dado através de um comunicado anteriormente difundido em que declara «só poder apresentar uma contraproposta em 14 de Junho, a qual deveria ser submetida a «voto secreto e individual de cada trabalhador». Como o patronato reafirmasse esta posição, os trabalhadores entraram em greve total com ocupação das instalações. Todos aderiram, mas nova manobra se desenhou: no dia seguinte a administração anunciava que não pagaria os dias de greve, tendo antes anunciado que só o regresso ao trabalho poderia acelerar a apresentação da contraproposta patronal. Face a isto os operários passam à greve de zelo (produzindo 5 a 10 por cento do normal), e comunicam-no aos administradores.

## PRESENÇA DE DOIS SINDICATOS

Três dias depois surgem na TIMEX representantes dos Sindicatos dos Ourives e Relojoeiros, e dos Metalúrgicos, além de um representante do Ministério do Trabalho, dr. Revez, desde há muito delegado do INTP em Almada. Registe-se que este delegado informou os 14 sindicatos que englobam os diversos trabalhadores da empresa, embora só comparecessem aqueles dois. As três partes reuniram, e emitiram um comunicado conjunto dirigido à administração exigindo o início das negociações. No dia seguinte os administradores acedem (31 de Maio) e chega-se a acordo em 11 ponto. As conversações prosseguem e no dia 3 de Junho surge o impasse. E decretada novamente greve geral em assembleia de trabalhadores, a quem a Comissão prestara contas, enquanto se acorda no prosseguimento de negociações no

próprio Ministério do Trabalho. A manifestação que se observa diante deste departamento governamental no dia 4, marca o reinício das referidas negociações, e assinala o inequívoco apoio dos trabalhadores à linha de acção da sua Comissão representativa, que afinal se vinha limitando a pôr em prática as decisões colectivas. Três dias duram apenas as conversações, pouco se adiantando. O dr. João Amaral reconhece então a impotência do Ministério do Trabalho para impor a qualquer das partes uma solução e salienta os inconvenientes da greve apontando os espantinhos do caos económico e da reacção. O dr. Eduardo Fernandes refere que a questão provável como isso, e admite uma certa legitimidade no incentivo à produção. Este tipo de observações leva os representantes dos trabalhadores a assumirem posições críticas em relação à política do Ministério do Trabalho. No dia 6 de Junho estava consumado novo impasse.

Ainda se observa uma derradeira tentativa de solução por parte do Ministério do Trabalho

de não pagar os salários respeitantes aos dias de greve, o que leva a Comissão dos Trabalhadores a divulgar parte da acta respeitante às negociações entabuladas no dia 3 anterior:

«Sindicato — Considerando as negociações esgotadas, a Companhia responsabilizar-se-á pelos prejuízos morais e materiais dos trabalhadores. Assim, a administração admite que seja declarado o regresso à greve geral, ao não aceitar, sem pretextos válidos, as reivindicações apresentadas.

«Administ. — O que quer dizer com prejuízos morais e materiais?

«Sindicato — Por prejuízo materiais e morais entendo-se: pagamento de salários consequências que possam advir da greve geral provocada pela administração ao não querer sair deste impasse que sem qualquer pretexto mantém.

A administração de acordo em aceitar os pontos 1 e 2 ou quer dar como esgotadas as negociações, cabendo-lhe todas as responsabilidades?

«Administ. — O.K. Nós não estamos na disposição de baixar o horário semanal para meno-



de 42,50 horas; e até agora, não concordamos com a eliminação do bônus de produção.

«Sindicato — A administração dá por esgotadas as possibilidades de negociar. Os trabalhadores então entram no regime de greve geral imputando a responsabilidade à administração no que se refere ao pagamento aos trabalhadores».

Contrariando esta orientação pequenos grupos de pressão andaram de casa em casa de operárias convidando-as a furar a greve, considerando a contraproposta aceitável, e acusando a Comissão de Trabalhadores de ser extremista. A divisão da classe operária tão desejada pela administração era assim provocada, e depois alimentada pelas pressões familiares. A isto se juntavam diversos boatos sobre as características e motivações da greve dirigidos ao enfraquecimento da luta. Contraopondo-se a esta actuação surgiram Comitês de Apoio à greve da TIMEX, que procederam à angariação de fundos para minorar as dificuldades económicas resultantes para os operários.

O Sindicato Livre dos Ourives e Relojoeiros do Sul manifestou também a sua adesão à luta da TIMEX: **Dentro desta nova e justa situação de greve geral que começou no dia 3 de Junho o Sindicato, em acordo com a Comissão representativa dos trabalhadores da TMX, recorreu como última instância ao Ministério do Trabalho, com vista à resolução dos nossos problemas fundamentais. Ao cabo de três dias de negociações no Ministério, aí verificamos pelo que nos foi demonstrado, que não é possível alcançar soluções dentro dos quadros institucionais de uma democracia burguesa.**

Dos comunicados dirigidos à população resultou, também um certo apoio ao movimento reivindicativo em curso.

Delegações representativas dos trabalhadores da TIMEX francesa e escocesa deslocaram-se ao Monte da Caparica, **com o fim de lançar uma campanha de solidariedade internacional de trabalhadores face à multinacional TIMEX.** Assim sucedeu, nomeadamente, quando o órgão informativo da Federação Internacional de Metalúrgicos, publicado em chinês, francês, alemão, italiano, japonês, espanhol e sueco noticiou a situação na TIMEX portuguesa.

### **O CASO «LIP» PORTUGUÊS NÃO SE CONCRETIZOU**

Em este contexto que a 19 de Junho se procede a nova reunião de trabalhadores. Cinco propostas foram apresentadas para tentar encontrar uma solução. Só uma defendia o regresso ao trabalho, enquanto outra propunha a transformação da greve total em greve de zelo. Todavia, a única proposta aprovada defende a venda de rélogios para assegurar a manutenção da greve, e para pressionar o aparecimento da administração na fábrica, pois ambos os responsáveis escoceses haviam debandado desde o dia 7.

Face à frande ausência de trabalhadores naquela assembleia (apesar de a greve total ser acompanhada da ocupação das instalações) a Comissão de Trabalhadores optou por não aplicar aquela decisão na expectativa de confirmá-la posteriormente. Contra a referida proposta votaram 490 pessoas, e a favor 557, enquanto os restantes presentes se abstiveram. Dos dois mil trabalhadores terão faltado uns 800.

No dia seguinte compareciam na fábrica quatro elementos das Forças Armadas, acompanhados do dr. Revez já atrás referido na qualidade de representante do Ministério de Trabalho, e que, em reunião com a Comissão dos Trabalhadores, salientaram a necessidade de sensatez e a urgência de se encontrar uma saída para o diferendo. Neste sentido se retomaram as negociações com a administração, estando também presentes os dois sindicatos atrás referidos. Os trabalhos foram conduzidos pelos militares, que levaram à aceitação de um sistema de votação secreto (como a administração já há algum tempo defendia sobre a contraproposta, que deveria ser aceite ou rejeitada em bloco. Ainda chega a ser apresentado um abaixo-assinado de 400 trabalhadores no sen-

tido de serem afastadas da votação as pessoas que «não picam o cartão do ponto» (na sua maioria chefes e pessoal isento de horário de trabalho), mas que foi recusado pelos elementos das F.A. por inoportuno. No dia 21 inicia-se a redacção conjunta do acordo que iria ser votado. Graves divergências na redacção do mesmo originam protestos por parte dos representantes dos trabalhadores, que declaram não aceitar o documento como um acordo, mas como uma nova contraproposta da administração. De facto, segundo nos informou a Comissão dos Trabalhadores, o texto não correspondia ao que durante o decurso de todas as negociações se havia acordado. O trabalho a prémio seria suspenso experimentalmente até ao fim do ano, e caso se observasse uma produção normal, essa suspensão tornava-se definitiva: no caso contrário, seria de novo discutido sendo consultado o I.N.I.I. O que aparece escrito é que caso os resultados da produção não atinjam índices satisfatórios se



regressará ao trabalho a prémio a partir de Janeiro de 1975. Outra divergência foi observada: tinha-se acordado na abolição de horas extraordinárias; na redacção do texto surge que as horas extraordinárias são reduzidas ao mínimo, embora a administração possa recorrer ao trabalho extraordinário sempre que o considere necessário. Quanto à prática de exames médicos de seis em seis meses para as operadoras, que havia sido acordado, aparece na contraproposta que esses exames serão feitos sempre que se julgue conveniente. Registaram-se também outras diferenças em relação ao caderno reivindicativo dos trabalhadores. Salário mínimo pedido — 5000 e 6000 escudos; concedido — 4.000\$00 (para aprendizes e operadoras até 6 meses), e 4 500\$00 para o restante pessoal. Ao limite máximo de 40 horas semanais sugerido pelos operários, a administração impôs 42,5. A contraproposta tem, pois, estas características, não satisfazendo questões fundamentais para os trabalhadores. Apesar disso, o voto secreto dava a vitória, por escassa maioria, aos que defendiam o regresso ao trabalho.

### A «OBJECTIVIDADE» DA RTP

Na madrugada do passado sábado, quando eram divulgados os resultados da votação secreta, uns trezentos trabalhadores manifestaram o seu desagrado pela actuação dos elementos das Forças Armadas. Todavia, na segunda-feira depois do almoço, a laboração tomava o seu ritmo normal. À noite a RTP acusava a Comissão dos Trabalhadores da TIMEX de não permitir que os seus camaradas retomassem o trabalho. Sabe-se agora, que um grupo onde ia incluía a secretária de um dos administradores escoceses, levara tal informação aos estúdios do Lumiar.

— **Lamentamos** — diz-nos um trabalhador da referida Comissão — **que nas diversas vezes que contactamos a RTP para dar notícias sobre as nossas**



reivindicações nunca o tenha feito. No programa em foco até atacaram a nossa greve. Pedimos na altura que fizessem uma reportagem sobre a nossa luta a fim de se esclarecerem afirmações inexactas. Até hoje nada. No entanto, apressaram-se a transmitir por duas vezes a notícia de que a Comissão não deixava os nossos camaradas trabalhar. Nada mais falso. Na segunda-feira especialmente após o almoço, toda a gente trabalhava.

Estamos na Timex. O mesmo grupo de pressão tenta impor-nos a «sua verdade». A «verdade» que a secretária do administrador levou à televisão. Por isso os não ouvimos. A Comissão dos Trabalhadores já se havia pronunciado. Era a ela quem competia prestar esclarecimentos. Para isso fora mandada pelos seus companheiros, desde que negociara com a administração até passar pelo Ministério, e pela condução da luta na própria fábrica. Para isso ainda existe como tal.

## A EXPANSÃO DA TIMEX

Do Boletim dos Trabalhadores da Timex transcrevemos o seguinte texto:

A sociedade U. S. Time Corp., que produzia em 1949 um milhão de unidades, aproximava-se em 1968 de 20 milhões de unidades, atingindo em 1970 o objectivo de 25 milhões. No decurso destes 20 anos, o volume de vendas da empresa passou de cerca de 450 mil contos a mais de 7,5 milhões de contos. Esta expansão espectacular assentava num processo de fabricação extremamente automatizado aplicado a grandes séries limitadas a 4 calibres de base. Estes métodos de nacionalização, ligados á transferência da produção, primeiro para a Europa e depois para as regiões de baixos salários dos países em vias de desenvolvimento, levaram a custos de produção extremamente baixos, calculados em um décimo do preço de venda.

**DIÁRIO POPULAR (data desconhecida)**

**Texto de JOSÉ A. SALVADOR  
Fotos de RUI PACHECO**





**As mais-valias não acabaram com o 25 de Abril**



**Grupo de pressão, não representativo dos trabalhadores, quer impingir-nos a sua «verdade»**



# TRABALHADORES DE TIMEX PASSAM NOITE NA FÁBRICA

2A? 10/5

**C**ERCA de dois mil trabalhadores da Fábrica Timex de Portugal Ltd. permaneceram de pé firme, na fábrica, depois da hora de trabalho e durante toda a noite. Os dois mil trabalhadores passaram a noite em claro no local de trabalho gritando a adaptação do rifão «É boa, é boa e continua, a malta da Timex pôs os fascistas na rua», esperando o cumprimento de uma decisão tomada em reunião no dia 7, onde se exigia a expulsão de seis pessoas ligadas à administração. O comunicado resultante da reunião referia:

«Considerando todas as anomalias, abusos de poder e carácter repressivo de inúmeras acções praticadas na fábrica, concordantes com as práticas fascistas do governo recentemente destituído e considerando que tais males devem ser afastados definitivamente, propõe-se as expulsões imediatas de:» seguem-se os nomes de seis indivíduos mencionados também por atitudes para com os trabalhadores.

Por outro lado, na parte final do comunicado, refere-se:

— A comissão e os trabalhadores desta fábrica desejam receber uma resposta até às 16 horas do dia 9 de Maio de 1974, no que diz respeito à parte A deste relatório e receber uma resposta até ao dia 15 de Maio de 1974, às 14 e 30 no que diz respeito à parte B.

Sallente-se que na parte A era exigido o aludido saneamento de quadros e na parte B apresentam-se várias reivindicações de melhoria de condições de trabalho, 40 horas semanais, período de férias e revisão de salários e outras reivindicações.

Entretanto, segundo nos informaram os membros da comissão representante dos trabalhadores, depois de a administração ter tomado conhecimento das reivindicações dos trabalhadores registaram-se alguns factos que provocaram certa tensão.

A hora do almoço dirigindo-se para a cantina da fábrica, onde habitualmente almoçam, constataram que não lhes serviram imediatamente a refeição, como de costume, o que só se registou uma hora mais tarde, facto que os trabalhadores consideraram, segundo apurámos em várias entrevistas feitas como uma «provocação».

Pouco antes da hora da saída, e depois de os trabalhadores terem decidido não abandonar a fábrica, enquanto não vissem satisfeitas as suas reivindicações, foi lido um comunicado da administração ao microfone, avisando todos os trabalhadores que deveriam abandonar a fábrica quando chegasse a hora da «saída», justificando que tudo se resolveria depois de uma reunião a ter no Ministério das «Corporações» esta manhã.

Entretanto, a fábrica laborou normalmente durante o período de trabalho. Ao soar a hora da saída, os funcionários conservaram-se nos seus lugares à es-

pera que fosse tomada qualquer decisão por parte da administração para que se fizesse o saneamento dos quadros exigidos pelos trabalhadores. Neste espaço de tempo partiu uma delegação de trabalhadores para Belém onde expuseram aos representantes da Junta de Salvação Nacional o que se passava na fábrica.

## Representante da Junta chega

Cerca da meia noite, chegou à fábrica o representante da Junta de Salvação Nacional, seguindo-se pouco depois uma reunião entre a administração da fábrica e os representantes dos trabalhadores, tendo como moderador o representante da Junta de Salvação Nacional, que, conhecendo já a posição e as reivindicações dos trabalhadores, pretendeu os esclarecimentos da administração e a solução por proposta para uma resolução imediata da situação. Na sala de reuniões, dirigindo-se aos representantes da administração, o emissário da Junta de Salvação Nacional disse:

— Estamos aqui para tentar uma solução da situação neste momento. A Junta, apesar de tudo, está contente com o facto de a fábrica ter continuado a laborar e não se ter registado incidentes que tivessem afectado a produção.

## Não se trabalha e pagam-se os salários

Em resposta, o administrador da parte fabril afirmou que a administração não assumia qualquer atitude em relação aos funcionários indigitados no comunicado dos trabalhadores, em face das sérias e graves acusações nele contidas, sem proceder às devidas averiguações. A situação não poderia ser resolvida.

O representante da Junta, mais adiante referiu:

— A Junta pensa que é necessário, contudo, neste momento, manter a calma. Penso que se deve fazer um esforço para che-

gar aqui a uma solução que elimine as tensões e mal-estar existente, e não passar por cima deste assunto deixando a tensão e os conflitos a deteriorar. Qual a maneira de arranjar solução para este assunto neste momento? — perguntou.

A administração propôs que hoje não se trabalhasse, embora a empresa pagasse os salários. Um dos representantes dos trabalhadores pediu licença para responder, em nome dos trabalhadores:

— O País atravessa um grande problema e nós não podemos deixar de trabalhar. A fábrica neste momento não pode deixar de laborar, sob pena de prejudicar a economia nacional, o que nesta altura não pode acontecer.

Entretanto a administração mostrou-se rígida quanto à sua posição, não cedendo ao pedido de saneamento imediato de quadros feito pelos trabalhadores. A reunião alongava-se, pois, tudo o que se dizia tinha de ser traduzido de e para inglês, dado que os porta-vozes da administração eram escoceses.

Entretanto, o delegado da Junta de Salvação Nacional, referindo-se a um alerta da administração para a Junta, onde se afirmava que sempre os trabalhadores impediam as entradas e saídas da fábrica, afirmou:

— A administração comunicou à Junta que algumas dezenas de operários impediam a saída e entrada dos outros na fábrica. Constatei que não era verdade.

Por sua vez, a comissão pôs-se à disposição para demonstrar que todas as atitudes eram assumidas pela massa dos trabalhadores sem qualquer pressão de grupos. A administração justificou o apelo feito aludindo à evolução dos acontecimentos.

## Tentativa de acordo

Finalmente, como resultado das conversações, o delegado da Junta de Salvação Nacional fez uma proposta, esta aceite pela administração, sugerindo a suspensão provisória dos indivíduos acusados pelos trabalhadores até que se apurasse a verdade, acrescentando que hoje se realizaria uma reunião no Ministério do Trabalho com delegados da administração e dos trabalhadores.

A referida proposta, redigida pelo representante da Junta, foi lida aos trabalhadores que se reuniram na cantina, tendo estes rejeitado a proposta, gritando em

unísono: «Não queremos. Agora. Agora.»

Enquanto os telefones funcionavam para avisar as famílias das operárias, muitas delas grávidas, outras ainda muito jovens, e os administradores discavam números para tentar arranjar soluções, cerca das três horas levantou-se burburinho em toda a fábrica. Uma personalidade ligada à administração afirmara que, no exterior, um grupo de trabalhadores estava a danificar os carros. Confirmou-se que era falsa a notícia, com a presença do representante da Junta, tendo sido considerada esta atitude pelos operários de: «provocação».

— Eles querem provocar a confusão. Nós não queremos a greve e eles estão a provocar incidentes injustificados — disse-nos um dos membros da comissão de trabalhadores.

Cerca das quatro horas da manhã, assistimos a «desmaio» de algumas funcionárias, algumas grávidas. O jantar foi composto de sandes. Os cigarros escasseavam. Dois mil funcionários da Timex, durante toda a noite, dispostos a continuar o seu trabalho hoje, não arredaram pé da fábrica. Algumas famílias apreensivas aguardavam o desenrolar dos acontecimentos. Durante o tempo em que permanecemos na fábrica mostraram-nos os bancos de madeira, onde as operárias trabalham durante todo o dia. Contaram-nos muitas atitudes de prepotência assumidas por membros da administração contra os funcionários.



## Greve na Timex

**M** ANTÊM-SE em greve os trabalhadores da Timex, cuja fábrica, na margem sul, se encontra ocupada por turnos de operários com piquetes já escalados até à próxima sexta-feira. Entretanto, esta manhã, e pela primeira vez, a administração so-

licitou a presença dos representantes dos trabalhadores para um diálogo entre as duas partes. Até hoje os responsáveis pela empresa tinham vindo a escusar-se sistematicamente a qualquer contacto.

Também na Timex os trabalhadores permanecem em greve com ocupação das instalações, uma vez que o diálogo ontem estabelecido com um dos membros da administração não conduziu a quaisquer resultados práticos.

## TIMEX: NENHUMA SOLUÇÃO À VISTA NO SÉTIMO DIA DE GREVE

A paralisação do trabalho na Timex prosseguiu hoje, sem que se vislumbre qualquer solução imediata. No sétimo dia consecutivo de greve com ocupação do local de trabalho, as posições continuam extremadas e a administração ainda não aceitou sequer discutir a primeira parte das reivindicações (saneamento da empresa). Esta manhã, a comissão de trabalhadores reuniu-se para tentar procurar uma saída para o aparente impasse.

2.16.1  
74

## POSIÇÃO DE FORÇA

### DOS ADMINISTRADORES DA «TIMEX»

A greve com ocupação, dia e noite, dos locais de trabalho, dos trabalhadores da «Timex» chegou ao oitavo dia, sem que se divisem possibilidades de solução para o conflito.

Num documento anteontem afixado em diversos locais da fábrica, a administração declara que não expulsará os seis elementos considerados

indesejáveis pelos trabalhadores e que qualquer reivindicação só será «investigada» depois do regresso ao trabalho. Ontem de manhã, a administração recusou ainda reunir-se com a totalidade dos empregados da fábrica. Os trabalhadores, que entregaram o seu caderno reivindicativo à Junta vão hoje entregá-lo ao Ministério do Trabalho.



## Timex

c-27-5-74

Por não terem considerado como contraproposta o comunicado feito pela administração, os trabalhadores da Timex, retomaram hoje, ao meio dia, a greve com ocupação de serviços. Decidiram também iniciar hoje a semana de 40 horas, em vez de 45 horas sem terem ainda o acordo da administração.

## Na Timex

c-1-6-74

Os trabalhadores da Timex, em greve de zelo, iniciaram as conversações com a respectiva administração, na presença de representantes dos Sindicatos dos Ourives e dos Metalúrgicos e de um delegado do Ministério do Trabalho.

As negociações começaram às 10 horas de ontem e arrastaram-se até à madrugada de hoje, quase ininterruptamente. Alguns pontos do caderno reivindicativo já foram aceites, mas continuam em suspenso outros considerados fundamentais pelos trabalhadores.

## Timex

e/5-6-74

Prosseguem esta tarde, na presença de um delegado do Ministério do Trabalho, as conversações, ontem iniciadas entre representantes dos trabalhadores da Timex e da administração, com vista a terminar a greve que se mantém ao longo de três semanas.

Um porta-voz dos trabalhadores revelou esta manhã estar confiante e com esperança de que, enfim, o problema fique hoje solucionado.



# OS TRABALHADORES DA TIMEX P. 12.6.74 acusam o Ministério do Trabalho de manifesto «desinteresse»

Uma delegação da Comissão de Trabalhadores da Timex esteve, hoje, na nossa Redacção, dando-nos conta da situação naquela empresa multinacional e entregando-nos o seguinte comunicado:

«Actualmente, na Timex trava-se uma luta intensa para solução dos problemas fundamentais, nomeadamente o horário de 40 horas semanais para todos os trabalhadores, derivado às características do trabalho, microscópios e lupas que levam ao encurtamento da carreira profissional, com rejeição do trabalhador para o «caixote do lixo», quando já não «rende» o suficiente para os capitalistas.

É também prioritária a abolição de qualquer modalidade de trabalho a prémio, porque é uma alienação do desenvolvimento capitalista, que fomenta a divisão e competição numa forma desenfreada.

Trabalhamos simultaneamente para uma reestruturação e organização dum democratização dos serviços da empresa, para que a Timex cada vez seja mais nossa, e não de quem teve o intuito de vir a Portugal com o objectivo único de explorar massas trabalhadoras, através de salários de fome, de 1300\$00, 1500\$00, 1800\$00 e, recentemente 2000\$00 mensais. Temos em linha de conta um salário que permita fazer face à alimentação, vestuário, saúde, educação, transportes e razoável ocupação de tempos livres.

A Timex alberga cerca de 2100 trabalhadores que, conscientes das suas responsabilidades, não podem deixar de to-

mar, publicamente, posição, face ao momento actual e dirige o veemente apelo a todos os trabalhadores do País para o seguinte:

— Nesta fase de luta dos trabalhadores da Timex é imperioso o apoio e solidariedade de todos os trabalhadores portugueses; é imprescindível porque, ao cabo de dezenas de horas e dias em negociações com a administração, não se conseguiu um passo em frente nos objectivos prioritários acima mencionados, porque a administração não cede, provocando a todo o momento o impasse.

O primeiro período de greve total começou a 9 de Maio (demissão de 6 indesejáveis) e, depois de várias fases, que incluíram alguns dias de greve da «cera», tomou-se de novo a posição de greve geral, no dia 3 do corrente, decisão tomada em assembleia de trabalhadores.

Encaramos uma situação difícil, na medida em que a maior parte constitui família.

É uma luta que vem desde Fevereiro, e intensificou-se a partir de Maio, contando unicamente com a unidade e força de classe de todos os trabalhadores da Timex.

Os trabalhadores sentem-no e, por isso, se organizam e lutam, independentemente de partidos. E continuarão a organizar-se e a lutar, por mais partidos que surjam, mesmo com o intuito de apoiar dentro uma política partidária, que nós, trabalhadores oprimidos, repudiamos.

É no nosso próprio local de trabalho que movimentamos a nossa luta, a fim de livremente dizermos «não» às manobras atentatórias do patronato! É com o patronato que queremos ajustar as nossas contas!

Este nosso exemplo de luta e unidade responde categoricamente ao manifesto desinteressado do Ministério do Trabalho

de não querer opor-se a uma administração que representa a feroz exploração imperialista americana, que veio a Portugal com o intuito de, através de salários de fome, explorar a mão-de-obra barata, com vista à satisfação da ganância da obtenção, de ano para ano, de avultados lucros».



# Timex: DL 24/6

## A presença da tropa não resolveu a situação

Continua por resolver a situação na fábrica de relógios Timex, no Monte da Caparica, onde amplos sectores de trabalho se mantinham esta manhã paralisados. Uma assembleia geral que decorria à hora em que fechamos esta edição iria decidir da evolução da situação.

Os últimos acontecimentos na

Timex foram marcados pela presença das Forças Armadas que ali compareceram na passada quinta-feira.

Conversando com a Comissão de Trabalhadores, depois com a Administração e por fim com as ambas as partes em conjunto, os representantes das Forças Armadas convenceram os operários a votar secretamente a última proposta da administração, na qual se ofereciam 42 horas semanais e abolição provisória dos prémios de produtividade (principais pontos de desacordo) quando os trabalhadores reivindicavam semana de 40 horas e abolição definitiva daqueles prémios. A proposta foi aceite por uma escassa maioria de 5 por cento dos votos.

Ao ser comunicado este resultado aos trabalhadores, grande parte destes manifestaram-se contra ele e bem assim contra a administração e os elementos das Forças Armadas ali presentes. Na sequência desta manifestação de desagrado, administradores e tropa deixaram as instalações da Timex. Verificou-se, de seguida, que apenas uma parte dos trabalhadores estava disposta a voltar ao trabalho, isto é, a aceitar a proposta da administração.



## Jornal "Grito do Povo"

G.P. 30/6

# UMA OPERÁRIA DA TIMEX FALA-NOS DA GREVE

**Esta é a primeira greve na Timex?**

— Não, esta não é a primeira. Já fizemos uma em Janeiro em que ganhámos 200\$00 de aumento e outra em Fevereiro em que conseguimos 300\$00. Assim passámos a ganhar 2 500\$00.

**Quando é que entraram em greve?**

— Estivemos em greve durante uma semana em Maio, depois fizemos greve de zelo e agora já estamos à quinze dias em greve geral novamente com ocupação da fábrica.

**Quem são os donos da Timex?**

— É uma fábrica de capitais multinacionais, os patrões são ingleses. Todos os relógios são fabricados e imediatamente exportados. Os ingleses podem cá estar 5 anos sem nada pagarem ao governo português.

**Quais são as vossas reivindicações?**

— 40 horas de trabalho; salário mínimo de 5 000\$00 até 6 meses e 6 000\$00 depois; saneamento; melhores condições de trabalho; 1 mês de férias; creche ou subsídio.

(Continua na pág. 8)



# Uma operária da TIMEX fala-nos da greve

G.P. 30/16

(Continuação da 1.ª pág.)

## Como se processa a greve?

— Foi eleita uma comissão (cerca de 34 trabalhadores) que discute connosco e com os patrões, pondo-nos sempre ao corrente do que se está a passar. Durante os dias estamos nos nossos lugares a prefazer as 40 horas e durante a noite a fábrica está guardada por piquetes.

## Os patrões já tentaram levar algum material?

— Houve uma vez em que os ingleses iam a sair com duas malas enormes. O piquete disse que só os deixava sair se fossem revistados. Os tipos acagaçaram-se e disseram que então não levavam nada e foram novamente levar as malas para dentro, a partir daí são sempre revistados.

## Como são as vossas condições de trabalho?

— Além de termos um salário miserável, somos obrigados a trabalhar durante nove horas sempre na mesma posição em cadeiras de pau e a olhar para uns microscópios com a luz a vir de baixo. Ao fim duns tempos, temos os olhos e a espinha estragados. Além disso, as cadências da linha de montagem são muito violentas, temos um mínimo muito alto de peças por dia.

## Vocês também exigiram saneamento?

— Nós exigimos que os chefes fossem para a rua. Os gajos andavam sempre atrás de nós a vigiar e a insultar-nos. 6 lacaios dos patrões: o Moisés, o Sousa, o Machado, o Gomes (este dizia-nos: «o povo português só com um pontapé na espinha e chibata na mão»). E também o Oliveira (chefe do controle da qualidade),

e a Maria José (encarregada da cozinha). Esta, na greve de Fevereiro disse que só comia quem não entrasse na greve. Foram todos para a rua.

## Tem havido muitos despedimentos?

— Desde que a fábrica foi inaugurada há três anos, foram despedidos 1 874 operários e operárias. Era por tudo e por nada. Olhe, uma vez o chefe disse para uma camarada minha: «Que produção é esta, estás a gozar comigo ou quê?», e ela respondeu-lhe: «Olhe, você só me trata por tu no dia em que eu assim o tratar». Nesse mesmo dia a nossa camarada foi despedida. Uma das nossas reivindicações é que todos os despedidos sejam readmitidos.

## Em que fase das negociações estão agora?

— Os administradores só cedem em 2 ou 3 pontos, aos mais importantes dizem que não. Já fomos duas vezes em manifestação ao ministério do Trabalho, mas esses senhores desligaram-se do caso dizendo que nada podiam fazer. Estão-se a portar da mesma maneira como o ministério das Corporações.

## A greve está a ser apoiada?

— Muitos trabalhadores têm mostrado a sua solidariedade com dinheiro. Têm sido feitas colectas que têm sido bastante apuradas. Também das fábricas Timex em Besançon (França), da Escócia e da Alemanha têm vindo apoios dos operários e de organismos sindicais.

## Os sindicatos estão a apoiar a greve?

— A Intersindical não nos apoia, só alguns sindicatos livres.

Um dos sindicatos que nos está a apoiar é o dos Ourives.

## Já ouviram cá falar da «LIP»?

— Sim, já nos falaram da fábrica de relógios «Lip» em França onde depois da greve os operários montaram oficinas clandestinas e continuaram a fabricar e a vender eles próprios os relógios.

## Como está a ser vivida a greve?

— Muitos casais estão a passar um mau bocado, agora que os patrões ameaçaram não pagar este mês; mas estamos muito contentes e há uma coisa que nos dá muita alegria: é a grande união que reina nos operários. Por outro lado a comissão já disse que ninguém havia de morrer à fome porque se os patrões nos quisessem expulsar, a matéria-prima não saía das nossas mãos.

## A vossa greve tem sido divulgada?

— Os jornais têm impedido notícias sobre a nossa greve. Só o programa «Limite» é que fez uma entrevista, mas já ouvimos dizer que iam ter problemas. Por isso



O cabeçalho do Jornal dos operários da TIMEX

nós resolvemos fazer um jornal. É «A Nossa Voz» e vai-se fazer um livro sobre a greve para arrarmos mais fundos de apoio.



## Ulyssea Filme

**ULYSSEA FILME** — O pessoal da Ulyssea Filme suspendeu ontem o trabalho, por afirmar que a administração da empresa se recusa a negociar as suas reivindicações. 8-21-5-74.

Com efeito, apresentada à administração uma lista de reivindicações (regalias sociais, participação na gestão da empresa e aumentos de salários), foi respondido ao pessoal «até que superiormente sejam determinadas novas condições de trabalho, vai (a administração) procurando atender às promoções de acordo com as possibilidades da firma e sem esquecer os problemas próprios desta indústria».

Na mesma resposta, o administrador que a subscreve afirma, também, que continua a ser «o responsável total do funcionamento da minha firma. O pessoal é livre de abandonar quando entender que não lhe convém».

## Unicervi

D2 17/5

### Pessoal em greve na Unicervi

O pessoal da firma Unicervi-Comércio e Representações, Lda, distribuidora no distrito de Setúbal dos produtos da Sociedade Central de Cervejas, encontra-se em greve dentro das instalações, quer na sede, em S. Julião-Palmela, quer no armazém de Grândola, desde o dia 15 de manhã.

O facto é-nos comunicado pela comissão delegada dos trabalhadores, que «fizeram ao conselho de gerência um pedido de reivindicações». No comunicado que recebemos, pede-se «compreensão dos clientes» para a situação, que o pessoal pensa regularizar «no mais curto espaço de tempo possível».



# UTIC

**UTIC** C-24-j-24

Termina no próximo dia 30 o prazo que os trabalhadores da Utic concederam à respectiva administração para se pronunciar sobre as suas reivindicações. Aliás, dado o clima de franco e aberto diálogo em que decorreu o primeiro encontro dos trabalhadores com o gerente-delegado, esperam aqueles uma resposta favorável e ainda antes de ter expirado o prazo fixado.

Lisboa, existem fortes possibilidades de que, hoje mesmo, a administração da empresa dê resposta às suas reivindicações. Salia-se neste comunicado:

«Por o conselho de gerência da U. T. I. C., órgão que terá de se pronunciar sobre as reivindicações dos trabalhadores, ser formado por proprietários das grandes empresas de transportes colectivos, quase todas situadas na província e neste momento a braços com problemas idênticos, os trabalhadores da U. T. I. C., dentro do espírito de colaboração, decidiram dar um prazo de 15 dias, pouco comum nestes casos, para uma resposta à suas reivindicações.»

O referido prazo, termina em 30 do corrente. Mas, dado que o conselho de gerência reúne hoje, esperam os trabalhadores, até ao fim da tarde, obter uma resposta.

**A situação na U. T. I. C.**  
 — Lisboa  
 C.24-j-24  
 Segundo um comunicado que recebemos da comissão de trabalhadores da U. T. I. C. —



**COMUNICADO  
DOS TRABALHADORES  
DA U. T. I. C.**

*DL 24/5*

Com o objectivo de esclarecer a situação passada e presente do movimento dos trabalhadores da U. T. I. C. no norte e a sua comissão representativa, divulgou um comunicado de que destacamos:

«Quando a comissão representativa dos trabalhadores procedia a organização do seu caderno reivindicativo no passado dia 20, todos os trabalhadores da divisão industrial de Laborim, manifestaram discordância pela presença nas instalações do gerente-delegado da U. T. I. C. Norte, eng. Campos Costa, acentuando o descontentamento da sua administração. Informámos que nessa manifestação o referido gerente-delegado não foi ofendido fisicamente, como chegou a constar.

Posteriormente, os trabalhadores das restantes dependências do Porto solidarizaram-se com a atitude dos seus camaradas de Laborim, em assembleia-geral, de forma inequívoca.

Aliás, os trabalhadores da U. T. I. C. Norte estão conscientes de que só poderá haver evolução dentro da empresa, se fôr iniciado um processo de saneamento que naturalmente terá de começar pelos quadros mais responsáveis».



# VITROHM

## **DUZENTOS TRABALHADORES DA FÁBRICA VITROHM DECIDIRAM *dp. 15.5.74* UMA PARALISAÇÃO GERAL DO TRABALHO**

Cerca de duzentos trabalhadores da fábrica Vitrohm decretaram ontem uma paralisação geral do trabalho, exigindo a demissão imediata de um dos administradores e da chefe da secção de pessoal da empresa, que acusam de ter praticado diversas arbitrariedades e tomado atitudes discriminatórias em relação aos operários.

Na lista de reivindicações apresentadas não figura qualquer aumento de ordenados, pois, de momento, parece haver certa concordância com a nova tabela de vencimentos proposta no Contrato Colectivo de Trabalho, que, após aguardar homologação desde o dia 9 de Fevereiro, deverá entrar em vigor no próximo mês.

Foram constituídos piquetes de trabalhadores para montar guarda às instalações, na estrada de Trajouce, não só no intuito de ser evitada qualquer tentativa de «lock out» por parte da administração, mas principalmente para se obstar à saída de qualquer espécie de materiais, que são quase diariamente enviados para o estrangeiro. Segundo rumores postos a circular na fábrica, parece estar já a ser sentida na Holanda a falta das peças eléctricas e electrónicas ali fabricadas.

Um dos aspectos que os trabalhadores consideram também prioritário é a manutenção do actual ritmo de produção da fábrica. No sistema de funcionamento até aqui adoptado cada operário produzia cerca de três mil e oitocentas peças. Nos últi-

mos tempos, a administração — que, entretanto, já ameaçou pôr a fábrica à venda — pretendia que esse número fosse aumentado, ao que os operários se opõem.

Entretanto, os trabalhadores da empresa decidiram por unanimidade continuar a não trabalhar até que o administrador e a chefe de secção acima referidos sejam demitidos.



## Índice

1974 A explosão das lutas e reivindicações Empresas AC Santos Supermercados.....	1
Sociedade de Reparação de Navios.....	4
.....	4
CITROËN.....	5
Publicidade Agências de Viagens.....	7
.....	7
Águas do Luso.....	11
Ar Líquido.....	11
Armazéns do Chiado.....	12
A. Silva&Silva.....	12
Auto-Lusíadas Lda.....	13
Aviário do Freixial.....	14
BP Portugal.....	14
Livraria Bertrand.....	15
C.G. Wicander.....	16
Adegas Camilo Alves.....	17
Companhia Carris de Ferro de Lisboa.....	19
Supermercados Celeiro.....	28
Unicervi.....	28
Charminha.....	29
Chenop.....	30
.....	30
CIDLA.....	31
Cimenteiras.....	34
Cinemas e distribuidoras de filmes.....	35
Cintideal.....	36
COMPAL.....	37
Companhia Nacional de Navegação.....	38
COVINA.....	39
CP.....	43
C.R.G.E.....	48
C. SANTOS – A. M. de Almeida.....	49
CTT-TLP.....	50
CUF Companhia União Fabril.....	61
Profabril – Grupo CUF.....	72
D.S. Electrónica.....	73
Dega.....	74
Dialap - Soc. Portuguesa Lapidação Diamantes.....	74
Fábrica de Condutores Eléctricos Diogo D’Ávila.....	76
DOCAPESCA.....	77
EFACEC.....	80
Electrolux.....	84
EMINCO.....	85
Empresa Fabril do Norte.....	85
Estaleiros Navais de Viana do Castelo.....	86
LUSO-BELGA.....	87
Fábrica de Rendas e Bordados Primor.....	88
Fábrica de Tintas da Torre (Alvamar).....	88



Fábrica Nacional de Margarina.....	89
Fábrica Progresso Mecânico.....	89
Fábrica de Malhas Simões.....	90
Fábrica de Malhas Simões.....	95
Curiosidade.....	95
FAMETAL.....	95
F.I.L. - Feira Internacional de Lisboa.....	96
Firestone.....	97
Fábrica Militar de Braço de Prata.....	99
GALETO – Restaurante.....	100
GELMAR.....	102
Gráfica Boa-Nova.....	103
GRIS.....	103
Grão-Pará.....	104
GULBENKIAN – FUNDAÇÃO CALOUSTE.....	105
Hidroeléctrica do Alto Alentejo.....	113
ILR-SICAR.....	113
IMPORMOL.....	114
ITT-STANDARD ELÉCTRICA.....	115
J.B.Fernandes.....	119
J.J. Gonçalves.....	119
Lingury.....	127
MABOR.....	128
Empresa Fabril de Malhas (Coimbra).....	131
Manpower.....	132
Marriott de Montis.....	133
Melka.....	134
Mensor.....	136
MESSA.....	141
Metalúrgica Duarte Ferreira.....	146
Metropolitano de Lisboa.....	149
MOCAR.....	163
Naturana.....	163
Nitratos de Portugal.....	164
Pão de Açúcar – Supermercados.....	165
Penta-Publicidade S.A.R.L.....	170
Pereira & Brito.....	174
PHILLIPS PORTUGUESA.....	175
Pro-Funk.....	180
Renault Portuguesa.....	181
Robialac.....	183
SABEL – Santos & Bento.....	183
SACOR.....	184
Salvador Caetano.....	186
Secometal.....	191
SHELL.....	192
Siderurgia Nacional.....	193
Sociedade Portuguesa de Automóveis.....	209
Sociedade de Reparação de Navios.....	211
Sociedade Estoril.....	212



Sogantal.....	220
Sogás.....	222
Soponata.....	225
Sorefame.....	228
TAP-Transportes Aéreos Portugueses.....	229
Tecnitur.....	236
Tecnivega.....	236
Timex.....	237
DIÁRIO POPULAR (data desconhecida).....	241
Jornal “Grito do Povo”.....	248
Ulisseya Filme.....	250
Unicervi.....	250
UTIC.....	251
VITROHM.....	253